

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

SAÚDE E POLÍTICA NO RIO DE JANEIRO DE PEDRO ERNESTO (1931-1936)

WESLEY RODRIGUES DE CARVALHO

NITERÓI
2012

- C331 Carvalho, Wesley Rodrigues de.
Saúde e política no Rio de Janeiro de Pedro Ernesto (1931-1936) / Wesley Rodrigues de Carvalho. – 2012.
176 f.
Orientador: Marcelo Badaró Mattos.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.
Bibliografia: f. 171-176.

1. Política de saúde. 2. Populismo. 3. Assistência médica. 4. Rio de Janeiro (RJ). I. Mattos, Marcelo Badaró. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 614.0981

SAÚDE E POLÍTICA NO RIO DE JANEIRO DE PEDRO ERNESTO (1931-1936)

WESLEY RODRIGUES DE CARVALHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História

ORIENTADOR: PROF. DR. MARCELO BADARÓ MATTOS

NITERÓI

2012

SAÚDE E POLÍTICA NO RIO DE JANEIRO DE PEDRO ERNESTO (1931-1936)

WESLEY RODRIGUES DE CARVALHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História

Aprovado em

de 2012

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. MARCELO BADARÓ MATTOS
UFF

PROF. DR. ROMULO COSTA MATTOS
PUC-RJ

PROFa. Dra. SÔNIA REGINA DE MENDONÇA
UFF

Resumo

Orientado pelo materialismo histórico e dialético, este estudo aborda o governo de Pedro Ernesto no Rio de Janeiro (1931-1936), com foco em sua política de saúde (a Reforma Pedro Ernesto). A partir de duas esferas políticas fundamentais (a luta de classes e a construção e ascensão do Partido Autonomista) procuro construir um quadro explicativo para a expansão da assistência médica promovida pelo prefeito. O trabalho também se debruça sobre a ideologia com que o pensamento social e político envolveu a saúde no Brasil, observando seus sentidos burgueses.

Abstract

Based on historical and dialectical materialism, this study discusses the government of Pedro Ernesto in Rio de Janeiro (1931-1936) with focuses on his health agenda (the “Reforma Pedro Ernesto”). It approaches two basic political fields (the class struggle and the building and rising of the Partido Autonomista (Autonomist Party)), constructing a frame on which his public policy can be understood. It also analyses the ideology in which the expansion of medical assistance was involved.

Aos meus pais, Jorge e Fátima;
e tios, Vô e Menha

“O conteúdo da mentalidade burguesa
é o transformismo, isto é, o empirismo
político mais trivial”

Antonio Gramsci

Agradecimentos

Agradeço à minha família que é amorosa e supre minhas necessidades de uma forma muito completa, cabendo a mim não muito esforço além mesmo de respirar (e escrever a dissertação). Além dos pais e tios a quem dedico este trabalho, mas sem esquecer os que estão na Paraíba e pelo Rio, cito Wallace, Matheus, Mariana, Karol, Dudu (in memoriam), Andreia, Edinho e Dalva.

A Ludmila me ajudou com coisas da pesquisa e foi uma companheira paciente nos momentos mais fundamentais dos últimos anos. Mas entra nesse agradecimento mesmo porque inspira, tem sorriso, e é linda o tempo todo e em tudo que faz.

Agradeço à Carol e ao Léo, que me são eternos.

Ao grupo com que fui formado intelectualmente, e com quem tenho tão grande laço de afeto, e de quem aprendi tanto e me sinto tão próximo, acredito que o leitor também deva responsabilizar pelos erros e insuficiências que encontrar nesta dissertação: Artur Henriques, Ivan Martins, Juliana Lessa, Lucas von der Weid, Marco Pestana, Mariana Bedran, Paulo Pachá e Renato Rodrigues. Estes, reunidos em torno d'O Capital, são incompletos sem os adjacentes anatomistas de macaco Fábio Frizzo, Gabriel Melo, Mário Jorge Bastos, Daniel Tomazine e Zé Knust.

Agradeço a Rodrigo, Tai e Raíssa, que foram família inesquecível dentro da faculdade; e também aos companheiros de UFF Bárbara, Cabelo, Fernandão, Flavio, Giovanna e Tito.

Este trabalho tem dívidas com meu orientador Marcelo Badaró Mattos, historiador de primeira e grande boa-praça. Estendo agradecimentos aos camaradas do grupo de discussão Mundos do Trabalho, com quem aprendi muito.

Fui privilegiado por ter como arguidores Rômulo Mattos e Sônia Mendonça, cujas leituras dedicadas me ajudaram muito. Agradeço também ao professor André Campos, que me levou a pensar os temas da saúde e que me sugeriu o tema da Reforma Pedro Ernesto quando eu estava na graduação.

Os funcionários dos locais onde pesquisei devem ter passado por um rígido processo de seleção onde se tinha em alta conta a prestatividade e a simpatia. Pena não conhecê-los pelos nomes, mas suas instituições são Amorj, Aperj, Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, CPDOC/FGV, Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz. No Museu do Ingá, encontrei os camaradas Felipe Valença e Fernando Rayol, a quem também agradeço por indicação bibliográfica. Na secretaria do PPGH/UFF, agradeço em especial a Silvana.

Sumário

Introdução...13

Capítulo 1 Populismo

- 1.1 O “ditador da bondade”...16
- 1.2 “Tapeador”...32
- 1.3 Populismo e Revisionismo...41
- 1.4 Estado e classe...48
- 1.5 O populismo na historiografia sobre Pedro Ernesto...57
- 1.6 “Melhorar a ordem”...63

Capítulo 2 A “pequena política” e o Partido Autonomista do Distrito Federal

- 2.1 Eleição...82
- 2.2 Empreguismo...88
- 2.3 Conclusão...97

Capítulo 3 Saúde e racionalidade burguesa nas primeiras décadas do século XX

- 3.1 “Jeca, por que não trabalhas?”...105
- 3.2 Pedro Ernesto e o homem novo...120
- 3.3 Conclusão...135

Capítulo 4 A assistência médica no Distrito Federal e a Reforma Pedro Ernesto

- 4.1 Noções sobre a assistência médica no Rio de Janeiro
até a década de 1930...139
- 4.2 A Reforma Pedro Ernesto...147
- 4.3 A assistência médica como demanda dos trabalhadores.157
- 4.4 Assistência médica, Estado e cidadania...159

Conclusão...164

Fontes e bibliografia...167

Introdução

O tema que estruturou essa pesquisa¹ foi a chamada Reforma Pedro Ernesto, no campo da saúde pública, que pode ser entendida basicamente como a construção de um número expressivo de estabelecimentos médicos pela prefeitura do Distrito Federal, entre 1931 e 1936. Este trabalho faz parte de um esforço historiográfico com antecedentes em que registra-se a reflexão sobre a emergência de políticas governamentais de saúde² no Brasil, para as quais as primeiras décadas do século passado são momento chave. Ele procura então explicar por que a Reforma se deu. Ou, pondo melhor a questão, quais são os contextos políticos e sociais que a possibilitaram? Quais são os significados políticos que a saúde realizada pela prefeitura assumiu?

Procuro compreendê-la a partir de duas dinâmicas: a primeira diz respeito à luta de classes na cidade – impondo demandas, de forma organizada ou não, a classe trabalhadora, naquele momento histórico de sensível conturbação, era atendida em algum nível, em um por vezes explícito movimento de contenção de seus impulsos “desordeiros”, ameaçadores. A Reforma é, assim, um pequeno capítulo do longo processo de revolução passiva no Brasil.

A outra dinâmica diz respeito à “pequena política”: observo aqui que a infra-estrutura hospitalar construída, no que Bourdieu chamaria de “capital político”, foi aparelhada por Pedro Ernesto e seu partido, o Partido Autonomista do Distrito Federal (PADF), para a construção de uma base de alianças formada por chefes políticos de bairro e outros grupos no contexto de disputas partidárias no Rio de Janeiro.

O primeiro tema está contemplado sobretudo no primeiro capítulo, intitulado “Populismo”. Aqui procuro apreender em uma síntese os sentidos da administração de Pedro Ernesto, estabelecendo diálogo historiográfico com os trabalhos que se debruçaram sobre o notável governo do “médico bondoso”. O primeiro passo é a apresentação de perspectivas da classe trabalhadora sobre o prefeito, que podem ser separadas em dois grupos (favorável e opositor). As fontes para tal estão reunidas no Arquivo Pedro Ernesto Batista do CPDOC, que contém músicas, poemas, registros de solenidades, fotos, etc.; jornais da classe trabalhadora, entre os quais destaco O Jornal do Povo e A Terceira República; e panfletos recolhidos pela polícia política de Vargas que fazem referência ao prefeito principalmente no momento de maior endurecimento do regime, quando ele é preso. Em seguida, entro num dos assuntos motivadores desse trabalho que é a discussão teórica e conceitual sobre populismo, o que inclui o debate com teorias contestatórias do conceito. A

¹ A pesquisa teve apoio financeiro do CNPQ

² Evito o termo mais usual “políticas públicas de saúde”, que não raro pressupõe o Estado restritamente como agente de benefícios comuns ao conjunto da população.

exemplo de discussões precedentes, reúno-as aqui sob a sigla de “revisionistas”, o que não ocorre em prejuízo da diversidade das formulações dos historiadores apreciados. A construção do quadro teórico e metodológico desta dissertação perpassa ainda os temas “Estado”, “classe”, “revolução passiva” e epistemologia. Ainda neste capítulo, para explanação do caráter do governo de Pedro Ernesto, utilizarei como fontes discursos, programas, entrevistas e textos de aliados que conferiam sentido às realizações do prefeito na área das políticas sociais, documentos oficiais da prefeitura, e documentos referentes ao seu processo de prisão.

A segunda dinâmica política a que faço referência está concentrada no segundo capítulo, “A ‘pequena política’ e o Partido Autonomista do Distrito Federal”. Discutirei o sucesso político e eleitoral do prefeito a partir da análise da estruturação do seu partido no esquema clientelista, dinâmica básica da política partidária carioca. O PADF foi um centro agregador de “chefes políticos” cariocas para os quais Pedro Ernesto foi o principal patrono por dispor de “capital político” na condição de prefeito-interventor nomeado por Vargas em 1931. Dado este quadro, trabalho a citada hipótese de que o aumento da infra-estrutura municipal em saúde foi aparelhada para a concretização da rede clientelística, observando como esta esfera política tem potencial explicativo para a emergência deste particular investimento estatal em saúde. Por fim, discuto criticamente alguns trabalhos sobre políticas estatais de saúde no Brasil da primeira metade do século XX, cujas perspectivas teóricas visam um anulamento ou uma relativização dos sentidos classistas de tais empreendimentos. Serão utilizadas várias fontes que fazem referência ao Partido Autonomista do Distrito Federal como o jornal *O Autonomista* e o jornal *O Globo* – este especialmente atento à instrumentalização eleitoral da máquina da prefeitura; alguns documentos sobre a relação dos partidários do Arquivo Pedro Ernesto Baptista (CPDOC), sobretudo as que demonstram “patrimonialismo”; nesse mesmo sentido, serão analisados certas denúncias realizadas pelo Sindicato Médico Brasileiro sobre a Reforma Pedro Ernesto, o que também envolve a análise de dados do Boletim da Prefeitura do Distrito Federal.

O terceiro capítulo é chamado de “Saúde e Racionalidade burguesa nas primeiras décadas do século XX”. Versará sobre os aspectos ideológicos que envolvem não só a Reforma Pedro Ernesto, mas o pensamento sobre a saúde das primeiras décadas do século XX até 1945, entendendo-o como ideologia burguesa. Guardando com período precedente e posterior uma lógica processual, o estudo do pensamento sobre meu objeto mais específico, a Reforma Pedro Ernesto, se iniciará com uma abordagem do Movimento Sanitarista (década de 1910), principalmente a partir de escritos de Monteiro Lobato (“*Urupês*” e “*O Problema Vital*”) e abarcará também a análise da revista varguista “*Trabalho e Seguro Social*”. Em relação à política da prefeitura, temos o documento “*Considerações sobre a Reforma Pedro Ernesto*”, escrito em um boletim da prefeitura.

Discursos do prefeito e fragmentos de documentos oficiais também serão utilizados. Observarei também a participação política da burguesia em relação à política estatal, principalmente a partir da Associação Comercial do Rio de Janeiro e do Instituto para Desenvolvimento da Organização Racional do Trabalho, trazendo uma reflexão sobre a relação da assistência médica com o complexo industrial.

O último capítulo, que sem prejuízo poderia ser o primeiro, é “A assistência médica no Distrito Federal e a Reforma Pedro Ernesto”. Descreverá a reforma hospitalar de Pedro Ernesto, situando-a no contexto histórico, e procurando marcar seus contrastes e seu caráter inovador. Para isso, será utilizado principalmente o Boletim da Prefeitura do Distrito Federal, que nos fornece um mapa das ações da prefeitura. A polêmica sobre a gratuidade dos serviços terá relevo. Observo, por fim, o sentido de “cidadania” com que a Reforma foi envolvida.

Capítulo 1 - Populismo

1.1 O “ditador da bondade”³

No carnaval de 2009, a Unidos de Vila Kosmos atingiu o nono lugar entre as escolas do grupo de acesso. O samba-enredo tinha como título “*Tem Prefeito no Samba, é Doutor Pedro Ernesto nos Braços do Povo*”:

*Cosmos viajou ao Rio Antigo e achou
O legado político que Pedro Ernesto deixou
Pernambucano e Carioca por amor
Epidemias, ratos, mosquitos em sinfonia
O “Rio Moderno” que o jovem médico encontrou
Revolucionou a saúde e a educação
Uma universidade grande criação.*

*Baianas, malandros, sambistas no carnaval
Arlequins, pierrôs e colombinas que legal
Fazem homenagem ao gestor
Que fez da política, um ato de amor.*

*Nacionalista, defendeu a cultura brasileira
Escolas de Samba, sua obra permanente
Rufam os tambores, do Estácio à Madureira
Os pobres reconhecem o seu valor
Desperta o ódio dos políticos rivais
Calúnia e prisão, reagem as forças do mal
Cumprida sua missão, viaja ao infinito
Surge nova estrela no espaço sideral
Saudade Bate no peito do sambista
A medalha atesta sua obra triunfal.*

*Tem Prefeito no Samba
É o Doutor Pedro Ernesto nos Braços do povo
A verde e branco é pura emoção
Explode Coração⁴.*

A homenagem levada pela Unidos de Vila Kosmos, mostrando que a admiração pelo prefeito segue em recantos da memória carioca, repete vários temas daquela que tinham grupos populares de quando o prefeito estava em exercício na década de 1930. O entusiasmo do passado, porém, é certamente muito maior que aquele de hoje, oitenta anos depois. A leitura que faremos em seguida

³ Referência a Pedro Ernesto presente no jornal O Autonomista, n. 1, Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1934. - órgão feito por uma seção suburbana do Partido Autonomista do Distrito Federal (PADF)

⁴ http://www.obatuque.com/enredos_2009/enredos_2009_unidos_de_cosmos.htm Escrito por Rafael Júnior, Anderson e Geraldo Vitorino.

de alguns documentos nos é útil para constatar a força da popularidade de Pedro Ernesto e seu perfil político. Entretanto, ao contrário do que induz o Arquivo Pedro Ernesto Batista (PEB)⁵, do CPDOC, coletânea bastante concentrada na apologia ao prefeito e que fornece os principais registros históricos do nosso tema, o pensamento da classe trabalhadora não é monolítico. Os trabalhadores produziram também, ainda que em número bem diminuto, contestações contundentes à política municipal (tema do item seguinte). Entretanto, diante de uma série de fatores, não é problemático considerar a euforia em torno de Pedro Ernesto, que chegou a manifestar tons messiânicos, uma expressão bastante presente naquele momento. Poderíamos lembrar, para demonstrá-lo, da força de seu cortejo fúnebre - falecendo em 1942, 6 anos após seu afastamento total da política, o prefeito levou para as ruas um número de pessoas tido como inédito, talvez quebrando seus próprios recordes, e gerando repercussão em jornais da Argentina e dos Estados Unidos. Na revista Time foi considerado o político mais amado do Brasil, em reportagem que enfatizava a presença de habitantes de favelas, entres generais condecorados, que traziam para o velório “*galinhas assadas e outras iguarias*”. Ou outros menos afortunados, que só podiam levar bananas para retribuir ao prefeito⁶. São também inúmeras as fotos que mostram o grande número de populares que cercavam o “médico bondoso” nas menores ocasiões.

Ainda que sejam comuns as bajulações e os louvores aos homens de governo, há que se notar um tom diferenciado nos que analisaremos, algo não difícil de entender pelo real contraste de seus feitos com aqueles de seus predecessores. Contraste marcado não só por um alto volume de realizações, mas também por um outro tipo de comportamento e imagem, que se sem dúvida não é inédito, não deixava de ser marcante naquela década de 1930. Se tomarmos como exemplo o prefeito em período anterior, Prado Júnior (1926-1930), o temos como mais um daqueles com ideais combativos contra a favela, que lhe era um problema político, estético e médico. Contratou o urbanista francês Alfred Agache, em cujos discursos não se esconde o asco e o ódio e cuja prática, muito embora tenha trazido uma “questão sociológica” para com os pobres, seria marcada pela agressividade⁷: a favela é uma “chaga” à qual se deve levar o “ferro cauterizador”. Pedro Ernesto, em oposição, é aquele que visitará continuamente essas localidades, conhecendo os humildes moradores “pelo nome” e abrindo canais de contato diretos. A primeira escola primária localizada em uma favela se deu sob seu auspício, após “negociação” com moradores em evento que

⁵ Os documentos faziam parte do acervo pessoal de Odilon Baptista, filho de Pedro Ernesto, e foram doados ao CPDOC/FGV.

⁶ Matéria de 24 de agosto de 1942. Arquivo PEB, fotograma 651.

⁷ Citado em **FERNANDES, Néilson da Nóbrega**. *Escolas de Samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados*. Rio de Janeiro, 1928, 1949. Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001. p.75.

homenageava Noel Rosa na Mangueira, em janeiro de 1936⁸.

A exemplo também tem-se o encontro com o Centro Político de Melhoramentos do morro de São Carlos, como o jornal O Globo noticiou em 7 de agosto de 1934. Ali, os “populares” lhe requisitaram obras de calçamento, construção de escolas e instalação de bicas. Não temos fontes que revelem com maiores detalhes esses encontros com associações de bairro. Mas ainda que nos escape a grandeza de sua periodicidade, bem como pormenores do que era demandado ali e atendido posteriormente pelo prefeito, eram grande marca de seu governo. Os diretórios do Partido Autonomista do Distrito Federal (PADF), partido do qual era o principal nome, faziam parte da estrutura que canalizava demandas populares e estabeleciam os contatos com sua pessoa: foram a esses diretórios que recorreram pescadores da região da Lagoa, aproveitando sede instalada no bairro para fazer chegar suas reclamações, redigidas em telegrama. Ali, pedem sua interferência junto ao Ministro da Agricultura, para que fosse mantido o regime então vigente do Entrepasto Federal de Pesca, que “visa autênticos interesses” e reivindicações da “ádua profissão de pescador”.⁹ (Adiante, discutiremos com mais detalhe como a estrutura do partido se relacionava com a população e estabelecia seu sistema eleitoral e sua hegemonia no cenário carioca.)

É sintomático, portanto, que o prefeito tenha revogado o plano de urbanização de Agache, evitando assim centenas de expropriações de casas populares¹⁰. Antes mesmo desta decisão, em documento endereçado a Getúlio Vargas em fins de 1933, Pedro Ernesto já apontava as dificuldades de sua execução, prevendo modificações, “*pois se tal não se desse seria necessária a desapropriação inteira do Distrito Federal, afim de que a cidade ficasse colocada dentro do plano.*”¹¹ Entretanto, mantinha ainda ali a previsão de que moradores seriam afetados, motivo pelo qual orientava a recém-criada Diretoria Geral de Engenharia a cuidados conciliatórios:

*“Cabe a essa Divisão [de Urbanismo, ligada à Diretoria de Engenharia] a verificação in loco de loteamentos projetados ou executados em todo o DF. Considera-se ainda serviço importante o de informações prestadas aos particulares interessados ou que tenham seus imóveis atingidos pelos planos de urbanismo, sendo feitas as necessárias explicações acompanhadas de sugestões por vezes de grande alcance para as partes e para a Municipalidade.”*¹²

⁸ Idem p. 98

⁹ O Globo, 7 de dezembro de 1934.

¹⁰ Brandi, Paulo. “Ernesto, Pedro.” IN: **Abreu, Alzira** (org.) Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30. FGV, Rio de Janeiro. p. 2009.

¹¹ *Relatório apresentado ao Exmo. chefe do governo provisório Sr. Dr. Getúlio Vargas, em 15 de novembro de 1933, pelo Interventor no Distrito Federal Dr. Pedro Ernesto.* Arquivo Napoleão de Alencastro Guimarães, CPDOC

¹² Idem. No decreto 4973 de maio de 1934, a prefeitura expressara o intento de construir habitações para os favelados. Tudo indica que o projeto (que não deixava de incluir remoções) não chegou a se efetivar. *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal.* v.2, 1934

É importante lembrar aqui o Manifesto da Frente Única¹³, frente de oposição de feição conservador, composta pelo Partido Economista e o Partido Democrático, este primeiro articulado pela Associação Comercial do Rio de Janeiro. Entre as realizações prometidas por estes estão os problemas de urbanismo, “*afastados há muito das cogitações do poder municipal, como sejam: o embelezamento contínuo da cidade, a sua viação e tráfego, a higiene pública.*” Ora, sabemos desde Oswaldo Cruz e Pereira Passos que embelezamento, melhoria do tráfego e higiene pública significam uma avalanche de violência para os grupos mais pobres, perfil do qual o prefeito se distanciava.

Sua política em relação ao carnaval é também ilustrativa do seu *modus operandi* e apelo popular. Acreditando no potencial turístico da festa¹⁴ (para o qual se investiu em propaganda), o prefeito procurou valorizá-la a partir da isenção de impostos, liberação de verbas e de uma maior participação da prefeitura em sua organização. Em 1932, já estava sendo homenageado pelos Tenentes do Diabo:

*Glória a Pedro Ernesto!
Haveis de propagar no mundo a fama
Da nossa pátria as glórias refulgentes
Na profunda unidade de quem ama
Fenianos, Democráticos, Tenentes.*¹⁵

Em janeiro de 1933, foi criada a União Geral das Escolas de Samba do Brasil, dirigida pela própria prefeitura, que passou a oficializar os desfiles. Naquele mesmo ano, Pedro Ernesto presidiu o julgamento de marchas e sambas realizado no teatro João Caetano¹⁶. Teve o apoio político direto de sambistas importantes da cidade: Flávio das Neves, Paulo da Portela e Saturnino Gonçalves foram colaboradores nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1933 e para o pleito municipal de 1934¹⁷, à medida em que o prefeito ia se tornando uma figura cada vez mais carismática e popular. No carnaval de 1935, a Portela teve um samba-enredo em sua homenagem que fora escrito por Paulo da Portela. O célebre sambista em uma entrevista anos mais tarde reafirmava sua admiração, afirmando ter sido o único político a ter feito de fato algo pelo carnaval e pelos pobres¹⁸. Entre documentos apreendidos pela polícia política varguista, encontra-se um cartaz com sua foto sorridente, debaixo do letrero “Um grande vulto” - homenagem do clube carnavalesco Mixto

¹³ “Manifesto da Frente Única” O Globo, 4 de outubro de 1934

¹⁴ Para tanto, outro alvo além do carnaval seria o jogo. Sobre este tema, ver “Relatório...” op. cit. p. 7-9; 22-25.

¹⁵ Apud. Fernandes, 2001. p.21

¹⁶ Correio da Manhã, 2 de março de 1932 Apud. Mourelle (2010)

¹⁷ **Lustosa, Isabel.** *As trapaças da sorte – pequeno relato das circunstâncias que resultaram na prisão do prefeito Pedro Ernesto à luz das experiências de Maquiavel e Tocqueville.* FCRB, Rio de Janeiro, 1994. p.21

¹⁸ Apud. **Sarmiento, Carlos Eduardo.** *O Rio de Janeiro de Pedro Ernesto.* FGV. Rio de Janeiro, 2001 p.243

Vassourinhas¹⁹. Em 1955, seria a vez do Salgueiro lhe dedicar um samba-enredo²⁰, que tem como tema a dedicação que o prefeito tivera aos sambistas.

Fernandes discute o significado da aproximação da municipalidade com as escolas de samba.²¹ Em meio às abordagens teóricas que enfatizam a questão da dominação e controle estatais, este autor procura se posicionar de forma a desvalorizar tais sentidos. Como resume:

“Se para ele [Pedro Ernesto] isto significava evidentemente um maior controle político sobre as escolas de samba, é inquestionável que para os sambistas tal processo avançava na consolidação das garantias políticas do exercício de seu direito de expressão, algo que nunca pode ser encarado como pouca coisa em termos jurídicos e políticos, sobretudo, para aqueles que fizeram a sua conquista.”²²

O “equilíbrio” da compreensão do autor se escora na carta de Flavio Costa, presidente da UES, de 30 de janeiro de 1935:

“A União das Escolas de Samba, organização nova, que vem norteando os núcleos onde se cultiva a verdadeira música nacional, imprimindo em suas diretrizes o cunho essencial de brasilidade, para que a nossa máxima festa possa parecer aos olhos dos que nos visitam em todo o esplendor de sua originalidade, amparando mesmo a iniciativa que partiu da Diretoria de Turismo, em tão boa hora criada por V. Excia., de fazer reviver o nosso carnaval externo, que traduz toda a alegria sã dessas aglomerações que atraem a admiração dos turistas, dentro do máximo espírito de ordem, uma vitória que engrandece o povo carioca (...).

Com os cortejos já em confecção e tendo sido solucionada a questão das pequenas sociedades, vimos patente a vontade dos poderes públicos de nos auxiliar, do que nos aproveitamos, dirigindo a V. Excia o presente memorial. Explicadas que estão as finalidades desta agremiação, sob vosso patrocínio, composta de 28 núcleos, num total aproximado de 12 mil componentes, tendo uma música própria, instrumentos próprios e seus cortejos baseados em motivos nacionais, fazendo ressurgir o carnaval de rua, base de toda a propaganda que se tem feito em trono de nossa festa máxima, V. Excia., antes de mais nada, é o nosso amigo de todas as horas.

Não faremos questão em torno do presente, porque, qualquer que seja a solução, estamos certos do espírito de equidade com que V. Excia sempre norteou

¹⁹ Fundo Polícias Políticas (1905-1983), do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

²⁰ Intitulado “Epopéia do Samba” : *“Exaltando/ A vitória do samba em nosso Brasil,/ Recordamos/ O passado de infortúnio, quando o qual surgiu/ Porque não queriam chegar à razão,/ Eliminar um produto genuíno de nossa nação. / Foi para a felicidade do sambista/ Que se interessou pelo nosso samba / O eminente Doutor Pedro Ernesto Batista, / Que hoje se encontra no reino da glória, /Mas deixou na terra / Portas abertas para o caminho da vitória. / Ô-ô-ô-ô-ô-ô-ô-ô-ô / A epopéia do samba chegou. / Foi em nossa antiga Praça Onze / Que os sambistas de fibras / Lutaram para vencer, / Uniram Salgueiro, Mangueira, / Portela, Favela, Estácio de Sá, / Resolveram resistir / Até a vitória chegar. / Hoje o nosso samba é feliz, / Em qualquer parte do mundo / Nós podemos cantar, / Lá-lá-ia, lá-ia, lá-ia, lá-ia, / Contra o samba ninguém lutará.* IN: <http://vagalume.uol.com.br/salgueiro/samba-enredo-1955.html>

²¹ Fernandes, *Escolas...* op. cit. p.87-90

²²Idem. p. 88

os seus atos. Subvenção só é por nós interpretada como incentivo e não para sustentar o carnaval, pois este é espontâneo.

Feitas estas considerações, embora os nossos conjuntos, quer em tamanho, quer em preço, se rivalizem com os ranchos, colocamos sob vosso arbítrio a subvenção de ajuda que, como conhecedor do meio, tomo a liberdade, mais para orientá-lo, deve estar liberada o mais breve possível.

Incentivando os trabalhadores que esta diretoria representa, V. Excia nada mais faz que continuar o programa de amparo social, cuja repercussão nós, que vivemos nas classes menos favorecidas, auscultando-lhe as opiniões dos que mais precisam, garantimos a V. Excia que lhe é de inteiro apoio.”²³

Sobre esse ponto, Carlos Sarmiento entende a União das Escolas de Samba como a criação de um canal não unidirecional, onde Pedro Ernesto tentava constituir “*uma identificação entre governante e governado a partir da comunhão em torno de valores comuns*”, o que faz parte do itinerário do prefeito de construção de uma “*perspectiva relacional*”, de um diálogo integrador²⁴.

A possibilidade de juízos sobre a questão do carnaval, que envolve também o controverso conceito de cultura, nos escapa pelas suas especificidades históricas e teóricas. Entretanto, é justamente o tema deste capítulo a explicação da natureza da relação do Estado (a prefeitura) com a classe trabalhadora. A posição sustentada aqui, crítica a dos autores supra citados será exposta no desenrolar do texto. Deixemo-nos guiar, por agora, pelo tom geral com que o prefeito é celebrado, marca incontornável imposta pelas fontes mais acessíveis.

No dia 25 de setembro de 1933, aniversário de Pedro Ernesto, lhe foram prestados vários tributos, alguns deles reunidos em um pequeno livro por um grupo de amigos que “*dada as proporções assumidas pelas homenagens que lhe prestaram no dia 25 de setembro de 1933 pela passagem de seu aniversário, resolveu reunir discursos pronunciados em diversas solenidades*”, a fim de “*deixar uma recordação menos efêmera do que o registro da imprensa diária e das notícias publicadas pelo Jornal do Brasil.*”. Entre elas, esteve a inauguração de um busto onde estavam inscritos os decretos que beneficiaram o funcionalismo municipal. O Dr. Rafael Pinheiro, de quem não temos maiores informações, o celebra como sendo não obra de chefes de repartição, mas de operários humildes. Insistindo no apreço popular que tinha o homenageado, e no seu caráter não político mas caridoso, o discursante lembra um dia em que um favelado negro foi até o prédio da Prefeitura confiante de ter sua mulher doente atendida pessoalmente pelo “*médico bondoso*”, o que foi realizado²⁵. E aqui também se lembre algo parecido, noticiado pelo oposicionista jornal O Globo: 3 garotos foram até à redação do jornal para que este divulgasse pedido ao prefeito de

²³ Apud. Idem. p. 87-8

²⁴ Sarmiento. op. cit. 241-2

²⁵ “Pedro Ernesto. 25 de setembro de 1933” PEB.

construção de uma escola em Ipanema²⁶. “Médico bondoso”, “amigo do povo”, conforme aparecerá em publicações da classe trabalhadora.

Nesta mesma solenidade de aniversário, discursou uma professora que lembrou a criação da Assistência Hospitalar e a lei de fevereiro de 1932 que protegeu o funcionalismo público. Antes, todas as suas colegas professoras deveriam trabalhar ainda que doentes, mas a situação mudara:

“Em casa continuarão com seu auxílio monetário e ela, no seu repouso, tendo os medicamentos e os cuidados médicos precisos -ambos gratuitos – poderá, mais tarde, voltar restabelecida, ao convívio dos seus e continuar no encantamento das vidas que desabrocham a seu cuidado”²⁷

A professora lembra também da saúde levada às escolas que beneficiou as crianças.

Em 19 de junho de 1935 foi divulgado o documento *“Manifesto das classes trabalhadoras ao povo carioca”*, assinado por mais de 20 sindicatos. Era uma resposta à campanha de alguns jornais, O Globo e o Diário da Noite, contra a prefeitura. O ponto sensível aqui seria justamente a “obra social”, que tinha como inimigos essas publicações, além de vários setores da sociedade. O documento fala do *“ódio dos exploradores de todos os matizes contra o programa de realizações humanitárias. Circulares combatem a todo transe a emancipação dos trabalhadores”* :

“Para, de uma vez por todas ficar definida a posição do proletariado desta capital em face dos descabidos, injuriosos e infames ataques, os trabalhadores organizados, signatários deste manifesto, vem a público declarar que repudiam energicamente a ação de tais jornais que, a soldo da plutocracia opressora, visam impedir o seguimento natural das iniciativas libertadoras do prefeito do Distrito Federal e, para tornar mais nítido este protesto, o proletariado sindicalizado da cidade vem por meio deste concitar o povo carioca, cuja maioria é composta de trabalhadores escorchados, a toda hora, pela opressão dos intermediários e agentes do capital financeiro internacional, ao Boicote sistemático e organizado de tais jornais [O Globo e o Diário da Noite], portavozes cínicos dos exploradores dos pobres [... que] não devem merecer a leitura e muito menos o apoio do proletariado consciente.

Por isso, as organizações sindicais abaixo nomeados prescrevem a todos os seus filiados, conclamam todos os trabalhadores em geral a terem o mesmo gesto de repulsa”²⁸

Os nomes dos sindicatos foram escritos à mão. À exceção dos que estão ilegíveis, são eles: União dos Operários Estivadores, União Beneficente dos Choffeurs, Motoristas da Marinha Mercante, Centro dos Operários e Empregados da Light, Sindicato dos Operários Força e Luz (Belém), Sindicato dos Empregados em Trações, Luz, Força (de Aracajú, SE; e de Campinas e São

²⁶ O Globo. 9 de novembro de 1934.

²⁷ “Pedro Ernesto. 25 de setembro de 1933”, op. cit.

²⁸ “Manifesto das classes trabalhadoras ao povo carioca”. PEB fot. 553-554

Paulo, SP), Sindicatos dos Operários da Fabricação de Gaz, Sindicato dos Empregados em Luz e Força (Belo Horizonte, Minas Gerais) Sindicato dos Operários de Empresa da Companhia de Força Elétrica (Vitória, ES). O próprio Pedro Ernesto localiza retoricamente a oposição que lhe é feita como o encurralamento das suas ações populares, de forma que os discursos caracterizam de um lado as forças reacionárias e elitistas, típicas do momento pré-1930 (que o prefeito nunca nomeia); e, de outro, sua obra social, aquela que teria nascido com a Revolução e seria sua marca profunda (esta oposição, como veremos, será comprada sem grandes problematizações por alguns historiadores):

“Nunca foi tão grave o momento brasileiro porque nunca estiveram, como estão hoje, em perigo as reivindicações populares mais singelas, aquelas todas que tivemos no próprio Império e que foram mantidas pela República.

É o próprio direito de fazer um governo popular, democrático e humano que está em risco de cair no Brasil”²⁹

Notemos então o apoio que lhe foi prestado em meio a uma esfera combativa de vários grupos políticos. A população carioca, organizada ou não, acompanhou em grande medida as ações movidas contra Pedro Ernesto, suas prisões e julgamentos. Tal como no samba da Unidos de Vila Kosmos, viam *“forças do mal”* se moverem contra o *“querido doutor”* e todo o bem que este encarnava.

Citemos aqui o episódio de 3 de julho de 1937, quando o Padre Olímpio de Melo, deixava a interventoria do Distrito Federal e a passava para Henrique Dodsworth, também nomeado por Vargas, que revogava a autonomia da cidade conquistada em 1934. O padre, antes um aliado, fazia parte da onda de denúncias contra o prefeito que o mantinha na prisão. Durante a solenidade, houve uma invasão à prefeitura em protesto ao clérigo, enquanto o novo interventor assumia em meio a vivas a Pedro Ernesto. Dodsworth, do Partido Economista e um dos principais adversários do então derrotado Pedro Ernesto durante toda a sua gestão, interrompeu o discurso do Padre para elogiar o preso, em uma tentativa de fazer cessarem as vaias. Nesse mesmo dia, funcionários municipais foram até o Hospital da Penitência, onde estava encarcerado, para lhe prestar homenagem.³⁰ Durante aquela semana, Henrique Dodsworth fazia uma visita à esposa de Pedro Ernesto, atestando a força política e popularidade do ex-prefeito que se encontrava fora da política desde o ano anterior.³¹ A pressão sobre Dodsworth foi tão grande que este declarou que entregaria o cargo de

²⁹ PEB fot. 879-80.

³⁰ Diário da Noite, 3 de julho de 1937. Apud. **Mourelle, Thiago**. *O Trabalhismo de Pedro Ernesto. Limites e possibilidades no Rio de Janeiro na década de 1930*. Florianópolis. Juruá Editora, 2010.

³¹ Diário da Noite, 7 de julho de 1937 Apud. Mourelle, p 116

prefeito oferecido por Vargas, caso Pedro Ernesto fosse inocentado das acusações³².

No dia 22 de julho, uma multidão calculada em 15 mil pessoas se encaminhou até o Ministério da Justiça para demandar a liberdade de Pedro Ernesto. Segundo o Diário da Noite, “*gente do morro está aí, gente dos subúrbios, da zona rural, de Copacabana, de todos os cantos da cidade*”. Para o Diário de Notícias, “*a massa popular se compunha de numerosas delegações de associações de classe e grande número de crianças de escolas públicas*”³³. Mourelle observa que nos dias seguintes vários jornais também se somavam ao povo pela intervenção à liberdade de Pedro Ernesto. Sua soltura se deu em 14 de setembro de 1937, sob a comemoração nas ruas de 200 mil pessoas, segundo os jornais, que fizeram com que o carro onde estava levasse 5 horas para cumprir o trajeto da Hospital da Penitência até o centro da cidade³⁴. Antes de seu discurso na Esplanada do Castelo, Paulo da Portela cantou o hino nacional. Típica de várias poesias publicadas na imprensa, a de João Nordeste nos forja cores do momento:

(...)
*Conquanto todo conforto
 Vos fosse proporcionado
 Estáveis encarcerado
 Ereis um prisioneiro
 E nestes 18 meses
 Que tortura, que revezes
 Para este povo altaneiro*
 (...)
*Graças ao céu, graças militantes
 Não somos tão infelizes,
 Pois vemos que ainda há juizes
 E justiça no Brasil.
 Chegou finalmente o dia
 Da grande e infinda alegria
 Da grande reparação*
 (...)
*Que o povo vem satisfeito
 Tributar a seu prefeito
 Em viva consagração
 Vêm dos longínquos subúrbios
 Modestos funcionários
 E os humildes operários
 Descem dos morros vizinhos
 Nas ladeiras, nos caminhos
 Vê-se esse povo modesto
 Grato, operoso e honesto
 Passo a passo caminhando*

³² Mourelle, op. cit. p.130

³³ Diário da Noite, 22 de julho de 1937. Diário de Notícias, 23 de Julho de 1937. Apud. Mourelle, p.118

³⁴ Fernandes, op. cit. 102

*Todos alegres cantando
Louvores a Pedro Ernesto*

*As ruas, as avenidas
Enfeitadas e floridas
Traduzem a alacridade
O entusiasmo reinante
O delírio fascinante
Que empolga toda a cidade*

*Ante o espetáculo que vejo
Vibrante, imponente e belo
Ao desfilar do cortejo
Na Esplanada do Castelo
Sob o céu denso e nublado
Para sondar emocionado
o prefeito Pedro Ernesto.*

*É assim que me associo
a esta manifestação
que vos presta todo Rio.³⁵*

A soltura a que se refere o poema acima se deu em 13 de setembro de 1937. Em discurso perante o povo que lhe estava recebendo, abandonou o tom prudente e nunca confrontador que dedicava a Vargas, e se opôs ao governo. Declarou adesão ao Partido Libertador Carioca e apoio à candidatura de Armando Sales de Oliveira. Em 12 de outubro foi preso novamente, no mesmo dia em que informava ao executor do estado de guerra, em São Paulo, sua intenção em exilar-se na Argentina.³⁶

Grupos politizados da classe trabalhadora iam além do entendimento do prefeito como um benemérito e o atribuíam mesmo uma força anti-burguesa e anti-imperialista. As forças do mal que se lhe opunham não seriam apenas os típicos politiquinhos. Em documento não assinado dirigido ao “povo da Leopoldina”, apreendido pela polícia política, acusa-se a Leopoldina Railway de ser uma das principais incitadoras do “estado de sítio” no país. Neste período, a empresa aumentou o preço das passagens e dos fretes (esses em 100%), encarecendo o custo de vida:

“...este aumento que ela não pode fazer durante anos porque o povo unido nunca o permitiu, o fez em menos de dez dias de aviso; graças ao apoio do governo de Getúlio que não vacilou em entulhar de Polícia Especial e tiros as suas estações, com os quais a Leopoldina gastou seis contos diários.

³⁵ Sem título, 13 de setembro de 1937. PEB fot. 106

³⁶ Brandi. *Dicionário...* op. cit.

Em verdade, o que fez a Leopoldina? Assentou uma pedra fundamental na estação de Petrópolis. Isto qualquer um pode fazer. Porém, quando inicia as obras? Isso ninguém sabe. Onde estão os 44 trens diários? Será que ainda estão sendo construídos na Inglaterra? Lançaram [ilegível] pedra fundamental da estação da Circular da Penha? Aumentaram o ordenado de seus empregados escravizados? Nada disso a Leopoldina fez. Mister [ilegível] continua com seus 60 contos mensais; e os seus altos funcionários, ganhando rios de dinheiro, vivem nababescamente como todo o conforto, sem nada lhes faltar. O governo e a imprensa estão ao nosso lado? Não, porque todos eles estão atados aos cofres da companhia. A Leopoldina é também culpada do encarecimento do custo de vida no Distrito Federal. É culpadíssima porque aumentou os fretes dos gêneros e estes subiram de preço.”

O obstáculo removido pelo estado de exceção getulista teria sido Pedro Ernesto:

Quem vinha defendendo os interesses do povo Leopoldinense e da população do Distrito Federal? O grande prefeito e benemérito homem público, como jamais teve o povo carioca, o Dr. Pedro Ernesto. Foi ele quem nos deu escola para os nossos filhos e hospitais para a pobreza do Distrito Federal. Foi ele quem vinha cuidando do calçamento e das ruas suburbanas, realizando verdadeiras melhorias. Por ele, a Leopoldina jamais ousaria fazer o assalto à bolsa do povo como estamos vendo. Dahi o grande ódio contra ele, por ser amigo e querido do povo, a quem fez tantas benfeitorias.”³⁷

A proposta encaminhada a “clubes carnavalescos, associações desportivas, religiosas e culturais” é a de envio maciço de telegramas e cartas (ao Ministro da Viação), ato proposto também em outros panfletos. Também, pede-se à comissão central do PADF que tome atitude valente para com Pedro Ernesto e cumpra o programa do prefeito que está preso.

O conflito que haveria entre o prefeito e empresas aparece também em documento endereçado “Ao povo carioca e em particular aos choffeurs”:

“Prendem Pedro Ernesto, o prefeito que construiu hospitais, escolas, para logo Após sua prisão, o padre conceder o extorsivo aumento pleiteado pelas gananciosas empresas de gasolina, o qual Pedro Ernesto sempre impediu.”³⁸

O citado “caso da gasolina” se deu em julho de 1935, quando um grupo de companhias estrangeiras pressionaram governo municipal e federal pelo aumento dos preços, ao que Pedro Ernesto, diferentemente de outros políticos, se posicionou firme e rapidamente contra. O aumento de 9% propostos pela Standard Oil, Caloric, Anglo Mexican, Atlantic e Texaco, era problemático em um momento em que o consumo de gasolina crescera 1000% (de 1932 a 1935) Para Mourelle e Conni-
ff³⁹,

³⁷ Fundo Polícias Políticas (1905-1983), do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

³⁸ Idem.

³⁹ op. cit. p. 192

“Como alguns dias antes, ele proibira a ANL de fazer sua assembleia em propriedades municipais – a melhor decisão no momento, mas que poderia afetar seu prestígio junto aos trabalhadores de esquerda -, era necessária uma ação que proporcionasse a Pedro Ernesto posar de nacionalista, defensor dos sindicatos e prefeito ativista.”⁴⁰

Foi então que empresas ofereceram como suborno um cheque em branco, rejeitado pelo prefeito. *“O desfecho da situação da gasolina foi emblemático: Pedro Ernesto definiu-se pela importação da gasolina russa, revelando isso durante um discurso no sindicato dos motoristas, organização liderada por comunistas”⁴¹* Isto é, rejeitou corporações inglesas e americanas já arraigadas no país, por um produto “comunista”

Não é ainda possível avaliar com propriedade a relação da prefeitura com grupos burgueses, tema inclusive ignorado pela historiografia. Entretanto, prossigamos apresentando a leitura de alguns setores da classe trabalhadora. Empregados da Light esboçaram uma *“Comissão pró-liberdade de Pedro Ernesto e presos políticos”*. Ao conclamar o povo carioca a estar *“de pé pela liberdade de Pedro Ernesto, o prefeito querido do povo, Luís Carlos Prestes e todos os presos políticos”*, denunciavam o estado de guerra de Getúlio e sua associação com interesses imperialistas da própria Light e da Leopoldina Railway, bem como o aniquilamento dos sindicatos, contrastando o presidente com o prefeito. Se as denúncias são fortes, a prática proposta em meio à esfera repressora, entretanto, é tímida: envio de telegramas ao Ministro da Justiça, ao Chefe de Polícia e ao Presidente.

Assinado por “um grupo de mulheres” de presos políticos (algumas elas próprias presas e torturadas), outro panfleto, depois de denunciar condições sub-humanas das prisões, também toma o prefeito como alguém que enfrentava poderosos para benefício popular:

“Nós afastadas por forças de circunstâncias excepcionais, daqueles que proviam a nossa alimentação diária, exploradas do modo mais miserável e brutal nos locais onde trabalhamos, muitas sem trabalho, com filhos a sustentar e com o encarecimento cada vez maior escorchante e trágico dos gêneros de primeira necessidade que o governo não faz parar (porque favorece e enriquece os grandes negociantes e atacadistas) e, inversamente, prende e exila todos aqueles que tentam governar pelo e para o povo, como Pedro Ernesto, cujo programa não era só no papel, “para inglês ver”, mas na prática, criando escolas, hospitais, regulando os lucros dos gananciosos, insaciáveis e vorazes polvos que se locupletam á custa do sangue e da miséria da população brasileira, lançamos um apelo caloroso, veemente, a todas às mulheres!

Companheiras de infortúnio, de opressão e de misérias: mães, esposas, filhas e irmãs: mulheres: Organizemo-nos nos bairros, nas fábricas, nos clubes, nas repartições nos sindicatos, nos campos, nos navios, nas escolas, em casa, em todos os lugares que estejamos e lutemos ombro a ombro pela baixa imediata dos gêne-

⁴⁰ Mourelle, p. 217

⁴¹ P. 219

ros de primeira necessidade; pela liberdade de Pedro Ernesto, o amigo do povo; pela liberdade de Luiz Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança; pela liberdade de todos os presos políticos, civis e militares.”⁴²

Sobre o encarecimento dos gêneros de primeira necessidade, contra o qual Pedro Ernesto teria sido um combatente, o Boletim da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ)⁴³ nos traz outras luzes, para as quais abrimos relevantes parênteses. A prefeitura vinha investindo em um tabelamento que controlasse o encarecimento e a ACRJ foi um ator engajado em revê-lo. A imprensa denunciava o não cumprimento da tabela por parte dos comerciantes, bem como criticava uma Comissão Mista, criada pela Prefeitura para estudar o problema: depois de se decidirem pelo aumento dos preços, foram acusados de gananciosos. A pressão dos jornais era forte a ponto de fazer com que as reuniões da Comissão se tornassem públicas. A Comissão então procura apresentar seus argumentos, principalmente sendo contra a “exploração” dos comerciantes, em especial os varejistas. A ACRJ, sempre muito dedicada aos interesses de sua classe, tem representação na Comissão e se vê contemplada pelo prefeito que é sempre referido (não só neste tema) como atencioso às suas pautas, além de outros elogios. Insistindo na ideia de que o tabelamento prejudica o “produtor” (que, melhor dizendo, é o capitalista), diz:

“Se não for mudada a orientação do tabelamento, desaparecerá a pequena lavoura do Distrito Federal. Não é demais repetir o que o prefeito do Distrito Federal declarou à Comissão: “não é possível pretender que o comerciante venda sem um justo lucro”⁴⁴

Não que seja propriamente ilusório o entendimento expresso no documento do “grupo de mulheres”, e em outros tantos, mas o exposto nesta nota é suficiente, ao menos, para relativizar a imagem de defensor absoluto da população contra os lucros dos ricos, como por tantas vezes aparece. Sobre essa mesma questão dos preços, é interessante observar o jogo de forças (sociais) que influíam sobre os rumos da prefeitura. O agrupamento burguês denuncia que

“Na semana seguinte, porém, reuniu-se a Comissão ilegalmente, com a ausência dos representantes da Associação Comercial e, a pedido do representante dos trabalhistas – o mesmo que havia votado as altas da sexta-feira anterior – resolve propor baixas apenas para agradar à massa popular, sobre a qual tem outras tendências e objetivos. Ora, não é dentro da Comissão Mista que cada um deve fazer pregações eleitorais; sua função não pode servir de veículos a pretensões e desejos pessoais.”⁴⁵

⁴² Fundo Polícias Políticas (1905-1983), do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

⁴³ *Boletim da Associação Comercial do Rio de Janeiro*. n. 20. 21 de fevereiro de 1936 ; e n. 21. 6 de março de 1936.

⁴⁴ *Idem*.

⁴⁵ *Idem*.

A Comissão era composta por 3 representantes da Associação do Comércio, 1 da Federação dos Sindicatos dos Empregadores, 1 de um órgão de Saúde Pública não especificado, 1 da Associação Brasileira de Imprensa, 1 da União dos Sindicatos de Empregados do Distrito Federal e dois funcionários municipais. A ACRJ acusa sua flagrante minoria e a decisão que foi tomada por leigos. Pedro Ernesto, como é clássico de perfis populistas, se equilibrava entre forças burguesas e operárias.

Voltando às expressões populares de apoio político ao prefeito, temos que um engajamento direto pela soltura está também em documentos que conclamarão greves e manifestações. Sem assinaturas pessoais, *“um grupo de autonomistas do segundo distrito”*, elenca questões relativas a concessionárias de serviços públicos como um dos principais motivos para a queda:

*“Pedro Ernesto foi preso porque não quis compactuar com os crimes, os abusos, as violências e as infâmias dessa camarilha de negociastas e traidores, que está acabando de vender o Brasil aos estrangeiros, caixeiros da Leopoldina e da Light, como denunciou um próprio da panela, o senador Macedo Soares, o salário diretor do “Diário Carioca”, em artigo de fundo desse jornal governista.
(...)”*

[Pedro Ernesto foi preso] *porque não quis assinar as demissões de honestos e capacitados funcionários.*

Não é de hoje que Armando Sales e Vicente Rao, com apoio ostensivo de Getúlio, vem manobrando no sentido de derrubar Pedro Ernesto. Só não o fizeram antes porque temiam como ainda temem o prestígio de nosso prefeito. E por isso só tiveram coragem de fazê-lo covardemente acobertados pelo “estado de guerra”

Que os operários e funcionários municipais façam greves de protesto contra a sua prisão

Que os moradores de todos os bairros, morros e subúrbios organizem manifestações públicas para exigir sua liberdade”⁴⁶

Assim como no samba da Vila Kosmos e em algumas fontes, a construção de escolas e hospitais, ou seja, a dedicação aos pobres (*“envez de proteger as roubalheiras dos ricos”*) é motivo do combate político que lhe derrotou.

A proposta de greve pela liberdade de Pedro Ernesto e outros presos políticos (Pedro da Cunha, Prestes, Eduardo Ribeiro) está também em documento assinado por *“Um grupo de operárias e operários têxteis autonomistas, aliancistas, socialistas e sem partido”*. Estes confrontavam seu apoio político ao prefeito (lembrando, como era recorrente, suas escolas e hospitais) com o quadro geral de suspensão de liberdades imposto por Vargas e o não aumento de seus salários. O grupo também pretendia uma ida ao parlamento *“ameaçado por Getúlio”* de forma a lhe fazer pressão. Mais contundentes também foram os *“trabalhadores do volante e anexos”*, que pensavam em greve

⁴⁶ “Exijamos a liberdade de Pedro Ernesto. O Nosso prefeito Pedro Ernesto foi preso pela polícia de Getúlio, Rao e Muller.” sem data. Fundo Polícias Políticas (1905-1983), do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

e em uma ida a Câmara no dia 3 de maio para arrancar, da prisão do “traidor” Getúlio, Pedro Ernesto, Prestes e outros.

Todos os temas acima são retomados em propaganda feita por “*um grupo de moradores de Bangú*”:

“Quem iniciou e fez os melhoramentos que hoje estão sendo inaugurados? Quem deu escola para nossos filhos? Quem promoveu o calçamento e o embelezamento de nossas ruas? Quem foi, enfim, o grande realizador?”

–PEDRO ERNESTO!

–Onde está hoje Pedro Ernesto?

–Na cadeia!

–Por quê?

–Porque era e é amigo do povo; porque governava para e pelo povo.

–No entanto, quem parou os processos de limpeza do açude, deixando que a população de Bangú se infeccione com sua água anti-higiênica? Quem tapeou os operários da Bangú, dando pela frente a tabela dos salários exigidas em 1932, e tirando por trás, ao concordas com os patrões na mudança de nome nos panos? Quem permitiu que a Companhia Progresso Industrial do Brasil explore os trabalhadores de Bangú, vendendo seus terrenos com juros extorsivos, elevando, portanto, os preços deles a tal ponto que chegam a ultrapassar os dos terrenos do centro da cidade? Quem favorece o aumento dos gêneros de primeira necessidade, enquanto os nossos salários ordenados e vencimentos permanecem os mesmos, levando-nos, por conseguinte, a uma miséria cada vez maior? A resposta a estas perguntas todos a conhecem, Getúlio, o homem que cada vez mais entrega nossa pátria à rapacidade dos [ilegível] estrangeiros.

–Afinal, quem organizou esta famosa manifestação força?

–Já desmascaramos acima: os sangue-suga da zona, representados otimamente por Guilherme da Silveira, que estupidamente decretou em uma carta ao Sr. Soares a “mobilização dos operários da fábrica, dos lavradores, dos comerciantes, e de todos os habitantes de Bangú” para lamberem os pés do carrasco Getúlio Vargas (...) Eis, pois, estes sangue-sugas que não querem ver que o povo não se intimida mais com ameaças e ordens néscias e que portanto não está disposto a mobilizar-se para fazer manifestações a Getúlio...”⁴⁷

Nos reclames populares contra a ampla repressão federal que levou multidões de trabalhadores brasileiros à prisão e à tortura, os principais nomes que encabeçavam as listas de vítimas eram os de Luís Carlos Prestes e Pedro Ernesto. Diante da insegurança, enquanto alguns panfletos sinalizavam para manifestações de possibilidades remotas, alguns simplesmente restringiam-se a denun-

⁴⁷ Fundo Polícias Políticas (1905-1983), do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

ciar e informar, como fez o Socorro Vermelho (seção da Prefeitura do Distrito Federal)⁴⁸, preocupado também com funcionários da prefeitura demitidos, perseguidos e presos.

Existe, portanto, três elementos constantes nos documentos: tirania e traição de Getúlio Vargas; prisão de Pedro Ernesto e Luís Carlos Prestes, e encarceramento da vida. Como último exemplo, temos o seguinte singelo panfleto:

*“Estamos diante de um dilema: com Getúlio e seu terror fascista, com o encarceramento diário da vida, ou contra Getúlio e por um governo democrático, que aumente os salários e rebaixe o custo de vida. Defendamos a democracia contra o fascismo de Getúlio. O povo brasileiro não permitirá o funcionamento do tribunal especial que procura condenar Pedro Ernesto, parlamentares, senador e milhares de brasileiros sem apresentar qualquer prova contra os mesmos. Abaixo o Tribunal Inquisitorial.”*⁴⁹

Sejamos conduzidos por essas vozes uma última vez através da poesia “Um Verdadeiro Brasileiro”, escrito por Leonel de Araújo, funcionário da prefeitura, categoria que, é importante lembrar, foi especialmente “beneficiada” na gestão. Ela expressa bem o conteúdo formado pelo arquivo pessoal do prefeito no CPDOC e a imagem e leitura que pululam na maioria dos lugares em que seu nome é lido:

*“Você conhece um brasileiro
Verdadeiro
Que está preso por ser bom?”*

*Somente havia por esmola
a escola
E também o hospital
O seu governo tudo deu
e resolveu
E ninguém mais vê o mal
O operário que vivia
na agonia
Sem trabalho e sem pão
Hoje em dia de contente
Reverente*

⁴⁸ “Companheiros da Prefeitura” Sem data. Documento assinado pelo Bureau do Socorro Vermelho do Brasil (Seção da Prefeitura do Distrito Federal). A mesma instituição, em período não informado, em documento que registra o nome de vários presos e mortos por Getúlio Vargas, coloca Pedro Ernesto, a exemplo de outros grupos de esquerda, como pertencente ao grupo reacionário: “Aqui no Brasil, João Alberto, José Américo, Getúlio Vargas, Waldomiro Lima, Pedro Ernesto, Miguel Costa e toda essa corja de bandidos dizem defender os interesses dos trabalhadores mas na verdade o que fazem é criar “polícias especiais” para massacrar os trabalhadores que lutam pelos seus direitos e deportam para as nojentas ilhas de Fernando Noronha, Porcos e Colônia de Dois Rios centenas de trabalhadores, inclusive mulheres com seus filhos de tenra idade.” Fundo Polícias Políticas (1905-1983), do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

⁴⁹ Fundo Polícias Políticas (1905-1983), do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Para o céu levanta a mão.

*E agora, meu patrício
está na hora
de mostrar a gratidão
Vamos levá-lo a candidato
Para ser de fato
o chefe desta nação.*

*Tem sofrido uma campanha
de artimanha
De certa gente sem merecer
Mas ele é forte, não recua
Continua
Para o Brasil então vencer”⁵⁰*

Apesar de Pedro Ernesto em vários de seus discursos investir contra uma “ideologia da outorga”, que seria largamente articulada por Vargas, as expressões de agradecimento entendiam as realizações sociais como dádivas. A letra, representativa de outras tantas, alude a um certo impacto material que a prefeitura causou sobre a classe trabalhadora. Uma outra, referindo-se à criação dos hospitais, fala de como estes desafogaram os gastos que antes se tinham com os boticários⁵¹, opção tradicional de atendimento da população. Certamente o operário não foi catapultado da miséria à felicidade como diz a música transcrita acima, mas temos mesmo um marco bastante sensível em políticas sociais no país. Vindo dos anos 20 onde uma postura reformista dos políticos ia tomando cada vez mais força, Pedro Ernesto marca um contraste notável no atendimento de demandas populares fundamentalmente na área de educação, saúde e direitos trabalhistas de funcionários da prefeitura, além do relativamente novo comportamento que empreendeu com setores populares. O volume dos investimentos na assistência hospitalar, obra até menor do que aquela dedicada à educação, foi expressivo e inédito: a prefeitura criou 13 estabelecimentos hospitalares em um intervalo de 5 anos quando, antes disso, possuía apenas dois tímidos postos de emergência.

Entretanto, não são essas características que, tomadas isoladamente, devem conformar a nossa leitura política sobre este governo.

1.2 “Tapeador”

Movimentos combativos organizados também deixaram ao historiador registros de sua oposição a Pedro Ernesto, ainda que em pouco volume pois o alvo prioritário de suas reflexões e

⁵⁰ Leonel Araújo. “Um verdadeiro brasileiro” PEB, fotograma 110.

⁵¹ Pedro Ernesto”, poesia escrita por Sebastião, em 1942. PEB, fotograma 107.

práticas políticas era o governo federal e o poder patronal. Se as referências diretas ao prefeito são poucas, havia uma consciência atenta à questão do colaboracionismo de classe e seus limites para a superação da opressão vivida. Caso encontrado em número do jornal *A Classe Operária*, do Partido Comunista, que refuta os tenentes, incluindo Pedro Ernesto, enquanto “*demagogos socialisteiros*”⁵² em busca de conciliação. Ou do número “*Boletim da União Operária*”, em sua crítica aos amarelos com sua crença de que “*os exploradores são humanitários*”⁵³.

Também, Pedro Ernesto não foi poupado de crítica por ser aliado de um governo que perpetrou repressão sobre mobilizações de subalternos, tanto pela simples brutalidade física quanto pela montagem de um aparato corporativista. Daí sua caracterização como “tapeador”, um falso amigo do proletariado, um falso socialista⁵⁴.

Em 27 de junho de 1932, o periódico 5 de julho, de origem tenentista e de “mobilidade e contato com o elemento popular”, já denunciava a traição das causas revolucionárias pelos homens que chegaram ao poder em 1930, observando a construção de uma ditadura semelhante a de Washington Luiz. Ainda não como um manipulador, conforme aparecerá mais frequentemente pelos seus críticos, Pedro Ernesto já vinha sendo lido como distante dos ideais que motivavam sua mobilização desde a década de 1920. Quem tocava a “flauta para adormecer os meninos do Clube 3 de outubro” era Getúlio, o qual

“tomou o pulso de todos os homens a quem as esquerdas revolucionárias delegaram postos de comando. Os Juarez Tavóra, os Parreiras, os Pedro Ernestos, os Miguel Costas, os Rabellos, todos os cabos da nobre corte de idealistas que tomou a revolução a sério, foram examinados, psicologicamente dissecados, analisados sob todas as faces e todos os reflexos pelo mestre-capela do Catete, que agora se acha em condição de reger a música que lhe toca aos nervos e os desarma.

Essa superioridade psicológica e mental, essa formidável ascendência tática é que está favorecendo a marcha encoberta dos políticos e lhes garantirá fatalmente a vitória se as reservas revolucionárias não surgirem em cena ao socorro de seus estonteados “leaders”.”⁵⁵

O Jornal do Povo é o periódico político da classe trabalhadora onde mais se encontram menções diretas ao prefeito e seu partido. Fundado em 1934, era de tendências revolucionárias e críticas da vigente democracia que não serviria à causa proletária. Por isso, sua crítica aos amarelos⁵⁶ e aos muitos políticos “*que se fingem socialistas*”, se aproximando do proletariado mas

⁵² *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, novembro de 1932.

⁵³ Sem data. Fundo Polícias Políticas (1905-1983), do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

⁵⁴ Discutiremos posteriormente sobre a visão de socialismo em Pedro Ernesto, que chegou a se entender como tal.

⁵⁵ “5 de julho”. 27 de junho de 1932. AMORJ

⁵⁶ Ver texto com título “Partido Socialista Brasileiro”, no qual Pedro Lafayette explica ter abandonado a organização por esta estar dominada por amarelos. *Jornal do Povo*, Rio de Janeiro. n.4, 11 de outubro de 1934

sem cumprir seu real projeto⁵⁷. Um texto do seu primeiro número - “*A demagogia de Pedro Ernesto e os bairros pobres- “cavando” votos à custa de promessas que não são e nem serão cumpridas*” – resume questões citadas acima:

“Com o intuito exclusivo de “cavar” votos e empoleirar-se por mais algum tempo no governo da cidade, o sr. Pedro Ernesto vem fazendo através das colunas de jornais a seu serviço a mais desenfreada demagogia. O sr. Pedro Ernesto procura fazer crer que é um amigo sincero dos trabalhadores e que tudo faz pela população necessitada. Seria interessante perguntar ao sr. Pedro Ernesto como é possível a um amigo dos trabalhadores fazer parte de um governo como o do Sr. Getúlio Vargas, que prende, espanca, deporta e fuzila esses mesmos trabalhadores. Protestou o sr. Pedro Ernesto contra os massacres de 22 de agosto e 23 de setembro? Protestou o sr. Pedro Ernesto contra as violências praticadas pelas polícias do comandante Ary Parreiras e do capitão Filinto Muller contra os operários em greve e seus sindicatos? Protestou o sr. Pedro Ernesto contra o brutal atentado ao Sindicato dos Padeiros, contra as perseguições do coronel Mendonça Lima ao Sindicato Unitivo da Central do Brasil, contra a dissolução do comício dos estudantes da Politécnica a cano de borracha e bombas de gases lacrimogenios pela Polícia Especial? Onde estava nesses momentos o Sr. Pedro Ernesto? Ao lado dos que [ilegível] com sua mentalidade de homem bem comido, bem vestido e bem dormido, chama com enfática e suficiente superioridade, de “humildes” e “pobres diabo”? Não. Estava ao lado de Getúlio, de Ary Parreiras, de Vicente Ráo, de Filinto Muller. Estava e está, porque é vinho da mesma pipa, porque faz parte do grupo que explora o poder em benefício de seus próprios interesses.

O Sr. Pedro Ernesto nada fez na Prefeitura, pela população necessitada, a não ser tapea-las com discursos e promessas que nunca serão cumpridas. Perguntamos para prova: o povo carioca continua ou não a ser torpemente explorado pela Light? Continua ou não a ser explorado pelos açambarcadores de generos de primeira necessidade, os Matarazzo, os Barbosa Albuquerque,, os Teixeira Borges, etc.? Continua ou não a morar nos bairros sem higiene, sem o menor conforto, sem o mais rudimentar melhoramento, continua ou não a morar nas favelas e nas pardieiras dos subúrbios? Em que se modificou sua vida?

O sr. Pedro Ernesto é o homem das tapeações. Vae aos morros, aos bairros pobres, em propaganda eleitoral, promete mil coisas aos moradores e não passa disso. Temos um exemplo dessa mistificação que se deu no bairro do Catumbi, também visitado pelo elegante prefeito. O sr. Pedro Ernesto foi lá, viu a imundície que há por lá e prometeu, entre outras coisas, mandar reparar o calçamento, e consertar os bueiros das ruas, para que evitar nos dias de chuva, como acontece, essas se transformem em verdadeiros oceanos, impossibilitando inclusive o tráfego de qualquer veículo. Pois bem. O leitor cumpriu essas promessas? Assim também o Sr. Pedro Ernesto...

Não é preciso mais nada: tome alguém um bonde, corra nossos subúrbios, e verá o que é miséria, falta de higiene, abandono.

Ninguém pois se iluda com a demagogia do Sr. Pedro Ernesto. Ele é tão bom quanto os economistas democráticos, os Dodsworth, Sampaio Correa e Bergamini, e como estes o que quer é simplesmente “cavar” votos.”⁵⁸

⁵⁷ Ver “Aos trabalhadores de Campos” Idem

⁵⁸ Jornal do Povo. Rio de Janeiro, n. 1. 7 de outubro de 1934

Essa acusação de não realizador é bastante excepcional em relação ao conjunto das fontes e, se tomarmos principalmente a construção da infra-estrutura para a educação e saúde, simplesmente falsa. Quanto ao seu caráter eleitoreiro, ele é menos evidente pela sua “pose” e demagogia do que pela própria forma de estruturação do seu partido, incrustado na organização e na relação com o eleitorado e se alimentando materialmente do “capital político” estatal - assunto de que nos ocuparemos com mais detalhe no capítulo seguinte.

Em relação às denúncias de participação em um governo repressor - e não devemos esquecer que Pedro Ernesto subiu ao poder como interventor nomeado por Vargas em 1931- elas obviamente só poderiam ser colocadas antes da querela que o levou à prisão. A imagem de repressor se repetirá em outros momentos, mas deve-se notar que ele é sempre abordado como uma figura lateral, nunca um agente principal, sendo mais algo como um cúmplice por passividade. É notável também que as acusações sobre violência policial que aparecem nesse jornal recaiam sobre a Polícia Especial mas nunca sobre a Guarda Municipal, corporação com mais de 1500 homens, cujo decreto de criação data de maio de 1934 - uma ausência que sentimos em texto que justamente trata da instrumentalização da violência policial para ganho político do PADF.:

“A polícia prepara a vitória eleitoral do Partido dos Ricaços....Os candidatos deles(...) os que mandam assaltar as sedes dos sindicatos. Os que mandam matar operários. Os que mandam comprar gás lacrimogêneo com dinheiro dos trabalhadores. É a vitória eleitoral desses partidos que a polícia pretende preparar com assaltos dessa espécie.”⁵⁹

O texto abaixo é bastante representativo do lugar do qual se fazia a crítica ao prefeito:

“Procuram impedir que a classe trabalhadora compareçam às eleições e votem nos seus candidatos próprios, fato esse, aliás, que deve servir de experiência para aqueles que, iludidos, porventura, ainda acreditam serem as eleições sob o atual regime um meio dos trabalhadores realizarem pelo menos algumas de suas conquistas mais elementares e que destrói completamente a errada teoria dos que procuram fazer crer a possibilidade de qualquer melhoria para os trabalhadores pelos meios chamados “pacíficos” e “legais”. Assim, enquanto os patrões, os ricos se reúnem livremente, escolhem seus candidatos, fazem em torno deles a mais ruidosa e carnavalesca propaganda, discutem seus interesses de classe publicamente sem que ninguém os incomode, os trabalhadores não tem sequer o direito de ir às urnas com uma chapa de sua classe, não tem sequer o direito de fazerem um comício de propaganda de seus candidatos, não tem sequer o direito de tratar de suas questões corporativas, como aconteceu ante-ontem com os textos e outros setores do proletariado. Mais ainda: pelo Código Eleitoral, os candidatos, uma vez registrados, gozam de imunidade. Pois bem. Enquanto os candi-

⁵⁹ Jornal do Povo , Rio de Janeiro, n. 4. 11 de outubro de 1934

dados dos milionários locomovem-se por onde bem querem e entendem, os candidatos da União Operária e Camponesa, como anteontem aconteceu a Severino Soares de Oliveira são atirados ao xadrez imundo da quarta auxiliar. Fica provado pois de que as leis burguesas para nada valem, não servem para nada, não representam para o trabalhador garantia nenhuma, e que ele portanto não se deve fiar nelas, nem pensar que é à custa delas que vai conseguir melhorias, mas pelo contrário, convencer-se cada vez mais de que só as greves e as demonstrações de massas nas ruas lhe assegurarão as conquistas mínimas pelas quais se batem atualmente. Estamos a três dias das eleições, por isso perguntamos aos trabalhadores: podereis votar nos Pedro Ernestos, nos Sampaio Correa, nos demagogos como Bergamini. Irineu, Azevedo lima, Maurício de Lacerda e Mauricio de Medeiros, nos banqueiros e latifundistas rotulados de socialistas, aqui e no estado do Rio, no tenente Rubens que organiza milicias para massacrar-vos, nos integristas que já assassinaram dezenas de vossos companheiros e que ameaçam derramar mais sangue ainda – isto é o sangue de vossos irmãos? Podereis votar nos que sustentam, como Pedro Ernesto, governo de Getúlio Vargas, que fecha vossos sindicatos, fuzila vossos companheiros, dissolve a bala vossos comícios e reuniões ou os que, como os demais, apoiam direta ou indiretamente este governo?”⁶⁰

A repressão, comandada sobretudo por Filinto Muller, era reconhecidamente excessiva, a ponto de gerar protestos também em políticos conservadores. Os editores deste “Jornal do povo” também seriam presos em 1934. Conforme conta um trabalhador em finais daquele ano:

“Estamos verdadeiramente num regime de terrorismo governamental; tiros, deportações, prisões, ataques a sindicatos e trabalhadores (...) os presos por conflitos de trabalho são submetidos à tortura física nos cárceres dessa república inquisitorial. Líderes militantes dos trabalhadores desaparecem.”⁶¹

Pedro Ernesto era entendido como parte desse esquema, mas, sublinhamos novamente, que a denúncia nunca é acompanhada de exemplos de ações concretas que o confirmariam como um agente principal.

Se antes vimos uma ênfase em uma postura de confrontação para com interesses burgueses⁶², o Jornal do Povo levanta uma concepção diametralmente oposta através da denúncia de uma associação espúria entre a Light e o “partido da Prefeitura”. A empresa vinha aumentando seus lucros graças a um homem que teria junto ao governo, além de ter um contrato corrupto com a Casa de Saúde Pedro Ernesto⁶³.

⁶⁰Jornal do Povo. Rio de Janeiro. n.5 12 de outubro de 1934. Nesse mesmo número, é criticado o Correio da Manhã, jornal que apoiava Pedro Ernesto, por sua cobertura “policial” ocultadora da violência policial.

⁶¹ Há um relato das medidas repressivas do governo federal em Conniff, op. cit. p. 185 e 187

⁶² Outras referências em jornais sobre a relação de Pedro Ernesto com grupos burgueses mostram que o tema, além de importante “em si”, o é pela repercussão. O jornal ABC (3 de março de 1934), por exemplo, elogia o prefeito pela sua busca de “diretrizes conciliatórias com as empresas”.

⁶³ Jornal do Povo. Rio de Janeiro. n.2, 9 de outubro de 1934.

Um panfleto sem data do Partido Comunista acusa também Pedro Ernesto, entre outros, como responsável pelo entreguismo e pelo imperialismo, atitudes que provocariam a luta armada.⁶⁴ Também do PC, Prestes entenderia como “demagogo” seu antigo companheiro de tenentismo. Em carta a Honório de Freitas Guimarães apreendida pela polícia política diz:

“As demonstrações populares ao prefeito, exigindo a liquidação de impostos ou sua diminuição, terão a grande virtude de poder obter sucesso e de servir para desmascarar a demagogia de Pedro Ernesto. A este absolutamente não devemos atacar de frente mas devemos utilizar todas as oportunidades para fazer com que o próprio povo o possa julgar”⁶⁵

A carta data de 13 de fevereiro de 1936, e foi utilizada como argumento de defesa de Pedro Ernesto junto ao Tribunal de Segurança Nacional, com o intuito de demonstrar que não havia ligações do prefeito com os comunistas insurretos de 1935, acusação pela qual fora preso. Ainda em torno dos eventos da “Intentona”, podemos extrair considerações importantes que apontam para a caracterização de “tapeador”. Devido à sua condenação pela Segurança Nacional, muitos pensam que o prefeito fazia parte da Aliança Nacional Libertadora, algo que também pode ser deduzido por conta de alguns gestos para com a entidade, como a polêmica cessão do Teatro João Caetano para uma reunião. A relação com a ANL e comunistas, entretanto, não era de grande proximidade e era bastante ambígua. Um personagem chave na história derradeira de Pedro Ernesto é Eliézer Magalhães, irmão do interventor da Bahia Juracy Magalhães, que foi um quadro do Partido Comunista e diretor do Hospital de Pronto-Socorro. Em depoimento à polícia falou de sua atuação na União Trabalhista, órgão criado pelo prefeito para aproximação política com a classe trabalhadora, sobre qual discorreremos melhor em outro momento desta dissertação. A intenção de Eliézer nesta entidade era divulgar as ideias comunistas que eram minoritárias:

“O Dr. Pedro Ernesto sempre e sempre se mostrou disposto a ficar dentro de seu partido[PADF], a que ele desejava imprimir os rumos de seu discurso-programa, fugindo sempre e declaradamente de qualquer participação na campanha da Aliança, cuja orientação muitas vezes mesmo criticou. Reputava-o e o reputo o cidadão com maior apoio de massas no Brasil e, por isto tinha por meu dever não recuar ante as suas contínuas negativas. Para a grande causa nacional, era mister continuar persistentemente insistindo por trazer para seu âmbito um governador querido do povo, apoiado pelo povo, e realizando para o povo um governo realmente democrático. Tive por deliberado trabalhar dentro de um dos vigamentos de seu partido, e por isto tomei a meu cargo a direção de um dos departamentos da União Trabalhista. Dei tudo quanto em mim estava para o

⁶⁴ “Operários, camponeses, soldados, marinheiros, alerta.” Fundo Polícias Políticas (1905-1983), do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

⁶⁵ **Bulhões Pedreira.** *Razões da defesa do Doutor Pedro Ernesto.* 1937. PEB

desenvolvimento desta instituição, no propósito de engrandecê-la para ter “base” para conseguir do Doutor Pedro Ernesto a sua colaboração com a Aliança Nacional Libertadora. Ele poderá dizer de sua constante resistência aos meus argumentos, de sua permanente obstrução aos meus propósitos de imprimir um sentido mais nítido à União, de sua ordem terminante para o encerramento dos cursos que tentamos dar aos trabalhadores. E talvez por isso mesmo, por não ter desejado que a União Trabalhista seguisse o seu caminho é que esta associação bem cedo veio a fenecer.”⁶⁶

Mais interessante para nós, entretanto, é o fato de Eliézer ter servido de contato entre Pedro Ernesto e Luís Carlos Prestes. Este enviou ao prefeito duas cartas datadas pelo CPDOC de 16 de novembro de 1935. (Segundo Eliézer, a segunda carta não teria chegado até seu destinatário – informação dada em depoimento ao Tribunal). O “Cavaleiro”, não obstante em momento tenha acusado demagogia, convidava o antigo companheiro tenentista a se somar ao esforço anti-fascista e anti-imperialista da Aliança Nacional Libertadora. Invocando a “obra humanitária” de construção de escolas e hospitais, além da velha amizade entre os dois, disse:

“Senti-me autorizado a escrever estas linhas e fazer tais comentários não só devido, além disso, às relações de coragem e amizade que mantivemos até 1930 e aos termos de seu discurso de posse no governo do Distrito Federal. O Sr. declarou e [incompreensível] a escrever-lhes estas linhas e a fazer comentários mais uma vez de que naquele discurso se batera pela democracia e que á frente do povo carioca defenderá os interesses da população trabalhadora. É por isso que lhe faço este caloroso apelo no sentido de que apóie a ANL vindo ocupar ao nosso lado o posto que lhe cabe como velho e provado combatente contra a reação e o fascismo”⁶⁷.

Ainda que não pudesse fazê-lo abertamente, que ao menos a antiga “mãe dos tenentes” mobilizasse seus correligionários para a luta que se avizinhava:

“Compreendo no entanto que a sua situação política não só no Distrito Federal, como mesmo frente ao governo federal poderá dificultar seu apoio aberto a ANL. Isso não impedirá no entanto que o Sr. lute conosco contra o governo reacionário de Vargas, e que participe na luta contra o fascismo, pelos direitos democráticos do povo, e apoiando, na prática com os meios que dispõe, devido ao cargo eletivo que exerce os combates a que lança o próprio povo que o elegeu, por um pouco mais de pão.”⁶⁸

Segue trechos da segunda carta que não chegou até o prefeito:

⁶⁶ Razões... op. cit. p. 81

⁶⁷ Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC. Classificação: GV c 1935.11.16

⁶⁸ Idem.

“Pelos informações que possuo esto convencido da sinceridade com que o sr. vem formar ao nosso lado (...) Tudo indica que já passou a hora dos programas e manifestos, que já basta de palavras e que o povo espera de nós atos revolucionários, orientação e direção pratica na grande luta pela emancipação nacional. Em todo o país o povo já vai quase que espontaneamente iniciando lutas de verdade contra a reação e o fascismo, por melhores condições de vida e contra o imperialismo. Nas forças armadas será difícil mesmo conter por grande tempo a enorme vontade de luta dos soldados ansiosos por um governo realmente do povo. (...) Os nossos adversários, conquanto ainda divididos e desorientados, compreendem a gravidade da situação e fazem grandes esforços para arrasar violentamente as posições que ainda ocupamos. Há poucos dias caiu ingloria e vergonhosamente o nosso velho camarada Ary Parreiras e já agora a mesma gente se volta para a Prefeitura do DF, da qual lhe querem expulsar. (...) Creio (...) que colocará a nossa disposição os recursos de que dispõe. Entenda-se francamente com o portador desta (...) Queime, portanto, estas linhas imediatamente.”⁶⁹

Tais cartas de Prestes foram utilizadas como evidências do Tribunal para enquadrar Pedro Ernesto como líder da revolução e, contraditoriamente, também como um coligado aos chefes, sendo-lhes fonte de dinheiro. A defesa então sustenta que o convite de Prestes não o incriminaria, uma vez que outros membros do governo também foram contactados. O que parece ser uma prova de defesa mais contundente é a relação de Pedro Ernesto com Vargas. Conforme afirmado em tribunal, o prefeito levou ao conhecimento do chefe do governo a carta de Prestes. No julgamento, Pedro Ernesto também retoma carta enviada a Getúlio onde rememorava o ocorrido daqueles dias, se demonstrando um espião a favor do presidente:

“...todos os meus atos com relação aos conspiradores de novembro eram de conhecimento de V. Excelência. Eu levava ao seu conhecimento o contato que mantinha, as pessoas que me procuravam, e dizia ser necessário entreter esta situação a fim de melhor observar. Tinha sempre uma frase para V. Excelência: “Eu não me entendo com pessoa alguma do governo a não ser diretamente com V. Excelência e no momento oportuno será V. Excelência avisada” No dia 26 de novembro, às cinco horas da tarde, dava eu o aviso à V. Excelência. Não referi à V. Excelência quem era o meu informante, nem referiria seu nome agora se o próprio, por sua livre e espontânea vontade, não se tivesse apresentado. Era o Dr. Eliéser Guimarães. Tinha de poupá-lo, ouvindo-o e observando, para a defesa da pessoa e do governo de V. Excelência.”

O advogado de Pedro Ernesto informa também que Vargas, ao receber esta carta, sugeriu

⁶⁹ Idem. No Fundo Polícias Políticas (1905-1983), do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, há outras evidências desta posição do PC para com Pedro Ernesto. Datado de 30 de abril de 1936, temos um panfleto positivando Pedro Ernesto em detrimento de Getúlio em termos semelhantes a de outros documentos que vimos acima: o gaúcho teria suspenso as boas obras do ex-prefeito, contra o que se convoca o povo carioca a greves, envio de cartas e telegramas e ao comparecimento na Câmara no dia 3 de maio. Outro do documento do PC, este sem data, intitulado “Ao povo carioca”, associa Getúlio ao imperialismo e suscetível à pressão da Câmara de Londres para que a Leopoldina Railway tenha mais lucros. O panfleto ainda acusa Getúlio de ter prendido Pedro Ernesto pois este queria a independência do Brasil.

seu encaminhamento ao Tribunal de Segurança Nacional para efeito de defesa.⁷⁰ Não obstante as ambiguidades das posições do prefeito, esses dados parecem evidenciar a qual lado era mais profundamente associado, reforçando a caracterização presente nos periódicos oposicionistas que vimos acima. Outros elementos desse episódio e os sentidos políticos das escolhas de Pedro Ernesto serão apreciados em outro momento deste texto⁷¹.

Em relação à política governamental em saúde, não encontrei nenhum comentário específico, mas há alguns textos sobre seu projeto educacional, que foi encabeçado por Anísio Teixeira, a Escola Nova. Um dos argumentos basilares da crítica é que esta inovadora concepção de escola parte de pressupostos igualitários que mascaram o conflito de classes⁷². E também:

“Porque afinal de contas a escola se propõe a educar para uma adaptação à sociedade que interessa sobretudo à ação educativa da burguesia continuar a formar escravos que mantenham sempre viva a fórmula em que se exprima a sua economia: a exploração do homem pelo homem.”⁷³

Em um terceiro texto, intitulado *“Escola Única, fábrica de escravos”*, a crítica à Escola Nova se dá contra a intenção de produzir o aluno de acordo com seu meio. Isto é, se o aluno morasse em uma zona de produção de café ou de ferro, aprenderia técnicas relacionadas com cada qual. Ou seja,

“a escola estaria vivendo os problemas típicos de cada região. Isso porém estaria certo se a escola não visasse, de acordo com os fundamentos da Ordem Social que lhe dá origem fornecer simplesmente braços para a exploração organizada, agrícola ou industrial, por parte da burguesia.”

Não é intenção aqui discutir o projeto de educação da Prefeitura⁷⁴, que até foi materialmente maior do que sua obra na saúde, e sim observar a crítica histórica que lhe foi apresentada a partir de um certo contexto político. As vozes que se opunham ao prefeito visavam menos a especificidade de sua pessoa e as insuficiências materiais ou quantitativas das suas realizações do que as limitações gerais de qualquer política que não tivesse o pressuposto do poder do proletariado e a consequente

⁷⁰ Razões...op.cit. p.9

⁷¹ Para não deixar o personagem de Eliéser Magalhães sem destino, registramos que sua prisão foi decretada pela Comissão de Repressão ao Comunismo em fevereiro de 1936. Eliéser, então, fugiu para Paris. Em 25 de abril de 1936, seu irmão Juracy escreveu uma carta a Pedro Ernesto comentando a ilusão do aliancista, que abraçara a causa por idealismo. *“Mas há um ponto que é preciso esclarecer; é que a tática que essas criaturas adotam é envolver nomes que possa produzir vantagens para a causa deles. Foi o que fizeram com o teu nome, como estou convencido, e espero que o Eliéser mande uma declaração nesse sentido para demonstrar a injustiça que estás sofrendo”* Fundo Polícias Políticas (1905-1983), do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

⁷² Jornal do povo, Rio de Janeiro, n. 3. 10 de outubro de 1934

⁷³ Jornal do povo, Rio de Janeiro, n. 5. 12 de outubro de 1934

⁷⁴ Retomamos o tema no capítulo *“Saúde e racionalidade burguesa nas primeiras décadas do século XX”*.

superação do capitalismo. Atentos ao movimento de restauração empreendido do alto do poder federal, procuraram enquadrar sua pessoa (conforme veremos, justamente) neste movimento geral de contenção de impulsos com possibilidades de abalo à ordem.

Isto é, não se acha na documentação, por exemplo, uma crítica específica ao seu programa de saúde, algo como “os hospitais não funcionam” ou “a política de saúde está coligada a objetivos patronais”. Entretanto, sua performance não poderia deixar de ser associada aos objetivos de pacificação, preponderantes em governos em nível mundial⁷⁵, e especialmente nesses momentos onde a revolução era uma pauta concreta⁷⁶ - daí talvez a acusação de cumplicidade na brutalidade reacionária. Considerando o binômio gramsciano, se não há grandes indícios de participação na coerção, sua política de benefícios está cumprindo objetivamente a função consensual (sempre envolta na complexidade de ela própria ser também demanda dos subalternos).

Se a hipótese com que trabalha esta dissertação assemelha-se àquela de revolucionários históricos, a argumentação tomará caminhos distintos tanto pelos diferentes dados factuais levantados quanto pela leitura sobre eles.

1.3 Populismo e Revisionismo

O quadro geral, então, fornecido pelas evidências documentais e pelas interpretações historiográficas, é mais expressivamente o de uma *satisfação* das classes subalternas da cidade, manifesta no voto, nos louvores e agradecimentos dos sambas e na entrega de “*mais de cem afilhados*” que Pedro Ernesto tomou entre a população favelada, além de um apoio político que se pretendia combativo. Um quadro forte de popularidade não raro carregado de muito afeto está fartamente documentado na história do Brasil, de Vargas até os políticos “trabalhistas” que o sucederam. Jorge Ferreira, que está fortemente preocupado com esta questão, em seu estudo sobre o quererismo, nos apresenta um sem-número de manifestações de amor, reconhecimento e agradecimento ao Pai dos Pobres.⁷⁷ A ênfase nesse tipo de consciência de classe favorável aos políticos das esferas estatais tem sido muito trabalhada por uma certa corrente revisionista⁷⁸ para declarar a falência do populismo enquanto conceito explicativo. Ao se orientar por este conceito,

⁷⁵ O Tratado de Versalhes, por exemplo, assinado a fim da primeira guerra, recomenda a ampliação de direitos sociais como forma de combater o comunismo.

⁷⁶ A opinião de que uma revolução nessa década de 1930 foi ingenuidade aventureira impossível por conta da indiferença popular é irrelevante, independentemente de sua validade. O que conta para o nosso argumento é a inquietude política que atravessou o conjunto da sociedade – a força da luta de classes como tema central é muito bem verificável empiricamente entre os diversos grupos políticos.

⁷⁷ **Ferreira, Jorge.** “Quando os trabalhadores querem: política e cidadania no Brasil” IN: *Trabalhadores do Brasil – o imaginário popular*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997.

⁷⁸ Tomaremos aqui como expoentes Jorge Ferreira, Daniel Aarão Reis e Ângela de Castro Gomes. Ainda que tenham formulações distintas, compartilham de referenciais fundamentais, conforme será demonstrado.

segundo os revisionistas, os estudiosos não encarariam como legítimo ou relevante esse tipo de expressão positiva da classe trabalhadora, principalmente porque suporiam Estado e governantes com poderes quase absolutos. Assim, para Daniel Aarão, o populismo é a teoria da explicação de um desvio de consciência. Para tais estudiosos, ainda segundo Aarão, a classe trabalhadora possuiria em sua essência um devir revolucionário que se não concretizado, o que constituiria uma anomalia, só poderia ser explicado por fatores externos a ela – tarefa da qual se ocupará o conceito rechaçado. Este expressaria uma interferência do cientista social sobre o seu objeto: dotado de vontades políticas, distorce o passado de forma que se encaixe nos seus modelos. O conceito, tal como lido pelo revisionismo, soa então como uma forma ilegítima de explicar, marcado que estaria pela tentativa de resolução da confusão em que o cenário da luta de classes se desenrolava, onde os papéis não estariam claros, onde os trabalhadores seriam partícipes de uma modernização burguesa estruturadora de sua própria exploração e em massa se aliariam àqueles que os dominavam; seria sobretudo uma expressão de recusa dessa realidade, que não se enquadrava em padrões pressupostos, onde classe dominante e classe subalterna, dois setores puros, deveriam jogar cada uma por si.

A chave desta distorção seria a ideia de “manipulação”: políticos demagogos ludibriam a classe trabalhadora comprando sua passividade política, obediência, etc, com benefícios materiais (leis sociais, de proteção trabalhista, etc.), além de utilizarem de carisma.

“Massas manipuladas, esse talvez seja o termo, por excelência, a chave mestra dos pensadores populistas. Os trabalhadores manipulados por elites superconscientes e, particularmente, por líderes carismáticos que se antecipam à História, que têm uma visão geral, uma visão de conjunto, e que são autênticos prestidigitadores, com aquela capacidade de hipnotizar as massas, porque, na tradição populista [isto é, na tradição dos estudos sobre populismo], é disso que se trata.

(...)

*“A idéia básica, realmente, é atribuir à liderança carismática as razões de todo o processo”.*⁷⁹

(...)

“É claro que uma pesquisa no campo intelectual do conceito de populismo poderá encontrar propostas muito diferenciadas. Como toda doutrina, quando ganha corpo e se desdobra ao longo do tempo, há pensadores mais sofisticados, divulgadores mais tacanhos, aqueles que sabem esgrimir melhor os argumentos, finos espadachins, e os que portam facas mais rombudas. O conceito, por ter um alto grau de compartilhamento, apresenta notável plasticidade. Porém, não creio

⁷⁹ **Reis, Daniel Aarão.** “Estado e Trabalhadores: o populismo em questão”. IN: *Locus. Revista de História*.v.13, n.12. Juiz de Fora, 2007. p. 96. “Pensadores populistas” é como Aarão se refere àqueles que fazem uso do conceito. A designação jocosa talvez tenha um segundo sentido: por entenderem a população como inconsciente de seus interesses e, portanto, com uma visão paternalista, esses próprios estudiosos seriam semelhantes aos políticos que acusam de demagogos. Aarão e Ferreira reiteradamente colocam que a teoria do populismo é anti-democrática.

ser injusto insistir que a metáfora da manipulação traduz bem a problemática do conceito, a problemática central, nuclear do conceito.”⁸⁰

“Manipulação”, que aparece em um sentido consciente, subjetivo, de políticos mal intencionados mesmo, seria quase um sinônimo do conceito. O populismo, como o quer ver o revisionismo, não se distancia muito das vistas acusações de “tapeador” recaídas sobre Pedro Ernesto – e é sobretudo um modelo fechado que enquadra a história a seu sabor.

Mas existe aí uma arbitrariedade na apresentação (ou construção) do objeto da crítica revisionista. Os autores “populistas”, muitos e variados que são, sem dúvida se filiam alguns à caracterização de Aarão. Mas um breve acesso a um dos principais referenciais dessa tradição no Brasil, e principais alvos dos revisionistas, Francisco Weffort, é suficiente para desautorizar o enquadramento proposto, tanto no que concerne à eleição da “manipulação” como categoria absoluta e chave no conceito, quanto pela sua generalização.

“Esta noção [a de uma “quase ilimitada capacidade de manipulação de massas” que teriam alguns políticos] – que nos parece traduzir o essencial do ponto de vista de alguns liberais de classe média, perplexos diante dos rumos assumidos pelo processo político depois de 1945 – terá talvez seu grão de verdade. Muitos homens de esquerda- diga-se de passagem, que também são homens de classe média- têm uma visão semelhante. Parece-nos, contudo, que embora a manipulação tenha sido uma das tônicas do populismo, seria demasiado sumário e abstrato caracterizar apenas como manipulação um estilo de liderança política – e, em certo sentido, um tipo de regime político – que de qualquer modo, se confunde em muitos aspectos com a história do País nos últimos decênios. O populismo foi, sem dúvida, manipulação de massas mas a manipulação nunca foi absoluta. Se o fosse, estaríamos obrigados a aceitar a visão liberal elitista que, em última instância, vê no populismo uma espécie de aberração da história alimentada pela emocionalidade das massas e pela falta de princípios dos líderes.”⁸¹

E ainda:

“A noção de manipulação, tanto quanto a de passividade popular, tem que ser relativizada, concretizada historicamente, para que possamos entender a significação real do populismo. A imagem, se não o conceito, mais adequado para entendermos as relações entre as massas urbanas e alguns grupos representados no Estado é a de uma aliança (tácita) entre setores de diferentes classes sociais. Aliança na qual evidentemente a hegemonia se encontra sempre com os interesses vinculados às classes dominantes, mas impossível de realizar-se sem o atendimento de algumas aspirações básicas das classes populares.”⁸²

⁸⁰ Idem. p. 99

⁸¹ Weffort, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1980. p. 62

⁸² Idem. p. 75-76.

Para Weffort, a noção de manipulação é central, e por vezes aparece de forma muito reducionista. Porém, é importante não esquecer que, para a sua caracterização política do populismo, há um cuidado com a complexidade das experiências históricas e com os seus múltiplos sentidos. Assim, o populismo também é um modo de expressão das insatisfações das classes populares, bem como um mecanismo através do qual a estrutura de poder entre Estado e classe trabalhadora é constantemente ameaçada⁸³. Sublinhar isso que é mais do que uma nuance do pensamento de Weffort, é necessário para não reduzir o autor a uma caricatura, posição a que não raro são submetidos pensadores que se tornam alvos prioritários, ou bodes expiatórios, de novas tendências. O problema aparece também em Jorge Ferreira, que observa a ambiguidade presente em Weffort⁸⁴ apenas para apresentá-la como uma esquizofrenia argumentativa.

Porém, o mais importante aqui é que sinalizemos que o populismo é uma categoria menos subjetivista do que se quer fazer parecer. Colapsá-lo nas intencionalidades (maquiavélicas) dos líderes é apenas uma reprodução de um entendimento mais ordinário do termo e uma construção que lhe permite um descarte rápido. Na realidade, como veremos, o subjetivismo é característica mais própria dos revisionistas, e o populismo, ainda que um conceito difícil pela sua elasticidade, guarda melhores possibilidades explicativas.

A principal preocupação da tradição revisionista quando de sua crítica à “manipulação”, como também podemos perceber pelos textos supracitados de Aarão, seria a redução da classe trabalhadora a uma tábula rasa, passiva e débil. Os que advogam o conceito colocariam que a classe trabalhadora estaria em sua relação com o Estado apenas enquanto objeto, se concentrando naquele toda ação (ação, já o vimos, de ludibriamento, manipulatória). Seria mister, então, abordá-la também como um sujeito, entendendo autonomia em sua ação política. Essa foi uma preocupação não só dos revisionistas de que nos ocupamos aqui mas também de uma série de estudos que a partir dos anos 1980 encarnaram uma evolução na abordagem da relação entre Estado e classe trabalhadora, buscando, como coloca Marcelo Badaró Mattos,

“superar as conclusões que diagnosticavam tanto um Estado meramente impositivo e repressivo, quanto a existência de uma troca simples na qual os trabalhadores abdicam da autonomia de suas entidades de classe pelos benefícios da legislação social”.⁸⁵.

Mattos apresenta sua crítica à noção de “sindicalismo populista”, tal como entendido por

⁸³ Idem p. 63

⁸⁴ **Ferreira, Jorge**. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira” IN: FERREIRA, Jorge (org.) O Populismo e sua História: debate e crítica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. p. 78-9

⁸⁵ **Mattos, Marcelo Badaró**. “Os historiadores e os operários: um balanço” IN Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003. p. 16

Weffort e outros, principalmente pela sua caracterização da classe trabalhadora no negativo. Dessa forma, por exemplo, *“indicadores claros de mobilização operária, como as greves, foram interpretados como manifestações conduzidas pelo alto, a partir das cúpulas do sindicalismo de Estado.”* Ou ainda:

“A organização sindical, marcada pelo modelo de sindicato único, criado no primeiro governo Vargas, foi tomada, por essa tradição analítica, como uma estrutura tão rígida que capaz de, por princípio, determinar a inviabilidade de rumos contestatórios pelo movimento operário. (...)

Da avaliação da estrutura sindical, como do diagnóstico dos movimentos grevistas, pelos estudos clássicos sobre o “sindicalismo populista”, fica a impressão de um afastamento irremediável entre lideranças e base, vanguardas e trabalhadores, quer se interpretasse essa afastamento como consequência da falta de consciência das massas operárias ou como fruto das opções conscientes das direções (que, se foram seguidas ou pouco questionadas, também indicariam uma consciência frágil das bases).”⁸⁶

Estudos, então, têm trazido dados que levam à superação da leitura clássica de sindicalismo populista, como por exemplo, a constatação de espaços sindicais que não aqueles dos sindicatos oficiais e a existência generalizada de organizações por locais de trabalho cuja dinâmica política não permite a ideia de movimentos sempre “puxados pelo alto”.

Mas quando os revisionistas levantam a problemática do estudo da classe trabalhadora em seu papel ativo o resultado é menos o de enxergar as possibilidades históricas de mobilização combativa do que entender um grande encontro de interesses que houve com o Estado⁸⁷, em especial no período de 1946-1964 (muito embora essa seja também a visão predominante no primeiro momento de Vargas (1930-1945)). Com isso, em sua análise histórica, a corrente revisionista, ao se opor ao “populismo”, faz uso de pressupostos políticos também mistificadores, conforme pretendo demonstrar ao longo do trabalho.

O sentido de domínio presente na relação entre Estado e trabalhadores é esvaziado em uma compreensão tal que, muito embora tenha havido a violência da repressão policial e da propaganda no Estado Novo, sempre reconhecidas⁸⁸, o que se concebe é uma grande comunhão entre as duas partes. Lembrando que a classe trabalhadora era um ator subordinado do pacto social, como Gomes, ou a inflando de poder, como Ferreira, os revisionistas promovem a leitura de que esta imprimiu no Estado as suas aspirações. Em Aarão, a ideia é muito fortemente colocada: o que tivemos no

⁸⁶ Idem. p. 21

⁸⁷ É errado, portanto, o entendimento de Mourele (op. cit. p. 74) de que Gomes e Ferreira teriam levantado a questão da resistência trabalhadora ao Estado, tendo inclusive a superdimensionado. Discorrerei sobre a concepção de Mourelle mais abaixo.

⁸⁸ São reconhecidas apenas enquanto existentes, mas não incorporadas na compreensão histórica.

período que se interrompe com o golpe de 64 é força de um projeto “nacional-estatista” que contou com a participação ativa e consciente da maior parte dos trabalhadores. Estes seriam os “amarelos”, denominados pejorativamente assim pelos setores mais radicais da classe. Os “amarelos” seriam também ignorados pelos estudiosos “populistas” que os viam apenas como “pelegos”, “traidores”, não compreendendo, segundo Aarão, que expressavam a consciência de classe predominante naquele momento, e que por preconceitos teriam ficado à margem da produção historiográfica⁸⁹ Como já apontou Demian Melo, o tempo do “nacional-estatismo” é exatamente como Aarão denomina o período classicamente conhecido como “populista”, o que deixa mais evidente a idéia do autor de que a classe trabalhadora portadora deste projeto se afirmou durante este período sobre o Estado.

Esta é toda a tônica também do prefácio escrito por Jorge Ferreira na Revista Tempo, no número que tem dossiê com o título “1946-1964: a experiência democrática no Brasil”. Aqui Ferreira tem o objetivo explícito de valorizar o período contra leituras que querem “*desqualificar o regime de 1946-1964 como uma experiência de democracia representativa*”⁹⁰. Essa leitura, é claro, é a do populismo, uma “*imagem que desqualifica a sociedade brasileira para o exercício da democracia*”. Democracia essa que teria sido vivenciada abundantemente no período a partir dos direitos civis e políticos. Os direitos sociais, para Ferreira, foram “*um importante aprendizado*” pelo qual a sociedade brasileira passou e que se consolidou em fins de 1945 (isto é, durante uma ditadura). Com a Constituição de 1946, os brasileiros tiveram acesso aos direitos políticos, o que criou um quadro no qual “*surgiram e se fortaleceram no país partidos políticos nacionais com programas ideológicos definidos e identificados com o eleitorado*”. Esses vínculos entre partidos e eleitorado foram apenas se fortalecendo, gerando na sociedade brasileira “*uma experiência privilegiada*”, em um quadro que “*emancipou politicamente amplos contingentes da população*”. Ferreira lembra que o PCB foi cassado pelo Supremo Tribunal Eleitoral mas isso não se constitui para o autor em um grande problema uma vez que, e este é um argumento tortuoso, nos EUA, “*a maior democracia ocidental*”, os comunistas também foram perseguidos. O mesmo se deu na Alemanha e como “*nem por isso tais países foram considerados como não democráticos*”, o Brasil também deve estar ausente de uma caracterização negativa. A imprensa também era pulsante e plural e os “*cidadãos buscavam informações e formavam sua própria opinião*”. O campo das artes não foi esquecido pelo autor, que o elevou ao mesmo nível de excelência das outras experiências que os brasileiros viveram. Elementos como estrutura sindical corporativista e polícia política, criados na ditadura e mantidas nesse período, não parecem ser relevantes para o autor.

⁸⁹ Aarão, op. cit., p.92

⁹⁰ **Ferreira, Jorge.** “Apresentação” IN: *Revista Tempo*. Vol. 14. Número 28. Niterói: EdUFF, 2010 p. 17

Aarão também comunga da apologia ao período, marcado que estava pela democracia representativa, expressa no já citado sucesso da classe trabalhadora “amarela” que teve aspirações realizadas no Estado. Sendo o Estado expressão da classe trabalhadora, a democracia se realiza de forma muito tranquila, muito ideal: uma bandeira levantada⁹¹ por aqueles que são maioria na sociedade é concretizada na esfera superior do Estado, através do voto. Trata-se de um canal de comunicação sem grandes percalços, bastante harmônico e que existe também nos dias de hoje:

*“Há sempre uma tendência a considerar que o congresso brasileiro e os partidos políticos brasileiros são abomináveis. Nosso povo seria muito ótimo, mas os políticos brasileiros, muito péssimos. Segundo as pesquisas, os partidos políticos em nosso país têm um prestígio inferior ao das prostitutas. Assim, há uma certa resistência em ver os partidos como uma expressão da sociedade brasileira. A meu ver, eles não deixam, em grande medida, de espelhar a sociedade brasileira. Agora, se as pessoas não quiserem se ver no espelho, ninguém é obrigado a olhar para o espelho, mas se olharem para o Congresso vão ver a sociedade brasileira muito bem representada. Pode haver, aqui e ali, alguma distorção, mas, de modo geral, o Congresso Nacional é a cara do Brasil.”*⁹²

Antes de avançar no argumento, é importante sublinhar que um dos pontos de crítica de Aarão aos autores que fazem uso da categoria de populismo é que estes estariam desvalorizando as massas quando as olham como incapazes de saber quais seriam seus melhores interesses. Os autores “populistas” também não teriam percebido que elas foram responsáveis conscientes pela construção do país no momento em que se realizavam plenamente, conforme vimos, no período democrático de 1946 a 1964. A negativização que Aarão empreende no parágrafo supracitado parece, portanto, contraditória com o que apresentou antes e muito similar ao que teriam feito certos autores, segundo sua crítica.

⁹¹ Um projeto concorrente ao dos amarelos, que junto formariam as duas grandes tendências da classe trabalhadora, seria o dos comunistas, muito menor em força. **Aarão, Daniel.** “O colapso do colapso do populismo”. IN: **Ferreira, Jorge** (org.) *O Populismo e sua História: debate e crítica*. op. cit.

⁹² Aarão, 2007, p.97. A idéia seria válida também quando “os trabalhadores votam nos ditadores” (**Aarão, Daniel.** “Turbulência ao sul do Rio Grande” IN: *Jornal de Resenhas*. Folha de São Paulo. São Paulo, 1997. p.2 Apud. Ferreira. *O Imaginário... op. cit.* p. 62); quando “os trabalhadores formulavam discursos autoritários e antidemocráticos” (Ferreira. *O Imaginário... op. cit.* p. 62); - “tema delicado, doloroso para a memória da esquerda e para a reconstituição da trajetória das classes trabalhadoras”(Aarão. “Turbulência...” op. cit p. 62) Talvez a população votante brasileira discorde de Aarão neste paragrafo citado pois, acredito eu, não acha que um dos seus reflexos ou uma de suas caras valha menos que uma prostituta, moralista que esse país ainda é. Mas ainda que o nosso povo tenha a profissão tão pouco valorizada, mantenha sua discordância por não achar que esteja projetado ali através de indivíduos mais ou menos semelhantes, algo que não é muito difícil enxergar: muito embora o processo de abertura do jogo eleitoral tenha permitido a chegada ao poder estatal de indivíduos dos baixos estratos da sociedade, cujo caso mais emblemático é Lula, vale lembrar o montante de ruralistas, empresários de variados ramos e profissionais liberais de formação cuja trajetória e origem são radicalmente distintas em vários níveis do restante da população. Ora, dos 513 parlamentares eleitos em 2010, 194, ou seja, aproximadamente um terço, são milionários. A média do patrimônio de todos é de R\$2,4 milhões e 401 deles (algo próximo de 80%) tem curso superior. Ver <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/cresce-o-numero-de-milionarios-na-camara-dos-deputados.html> Acessado em 5 de outubro de 2010.

É essencial notar o tipo de reflexo que Aarão e Ferreira querem estabelecer como existente entre povo e partido e povo e Congresso, que seriam muito comuns em seus projetos e mentalidades. O que está por trás das formulações dos revisionistas é uma *“concepção marcadamente institucional da democracia; a democracia não é o “poder do povo”, mas as instituições ou o Estado de Direito”*⁹³. Melhor colocando, a democracia institucional, para os revisionistas, permite adequadamente o “poder do povo”.

Com a postulada identidade entre povo e partidos, e povo e Estado, o voto é o meio por excelência e suficiente de manifestação política. Se as regras do jogo eleitoral estão funcionando, então nenhuma leitura que enxergue subordinação ou dominação está autorizada, pois são os votantes, ou a classe trabalhadora de uma forma geral, os efetivos agentes da política – ou seja, são tomados não apenas como indivíduos conscientes de seus projetos, mas como criadores da situação política. Diante deste esquema ideal, se nele a população se expressa confirmando algum político, a leitura que a critique corre o risco de ser autoritária ou paternalista (como seria uma leitura marxista). O movimento teórico é o de, no afã de combater uma visão negativa do Estado e de seus líderes, promover uma anulação, em praticamente todas as vezes, total, do sentido de subordinação em que se encontra a classe trabalhadora na estrutura social, a partir do entendimento do voto como uma linha reta entre Estado e sociedade, duas esferas que se encontram através de um determinismo muito mecânico.

A argumentação é baseada também em uma abstração do processo eleitoral, onde toda a dinâmica que a rege e toda a sua inserção na forma de estruturação da sociedade, com suas desigualdades de várias expressões, são, ainda que sem dúvida reconhecidas, negligenciadas na análise. Sua concepção de história é, assim, essencialmente idealista. A própria experiência eleitoral acerca de Pedro Ernesto, estudada em capítulo posterior, pode nos servir para recusar esse idealismo “democrático” propagado pelos revisionistas, ainda que tenha ocorrido em 1934, portanto antes do momento mais exaltado e referido pelos autores. Ali entenderemos as necessárias bases materiais que consagraram o prefeito: a estrutura de poder que condicionava a dinâmica eleitoral e como ela era alimentada pelas políticas sociais aparelhadas pelo partido para sua construção, manutenção e interação com os votantes – ou seja, um exercício de contextualização para demonstrar que o voto não é ato absoluto, nem a agência política pautada por algo como “escolhas racionais”.

1.4 Estado e classe

Se uma tradição marxista a que os revisionistas se opõem pensou o Estado como um simples instrumento da burguesia, o que estes apresentam se aproxima de uma simples inversão da fórmula

⁹³ **Melo, Demian.** “A miséria da historiografia” IN *Outubro*. Número 14. Editora Alameda. São Paulo: 2006. p. 127.

onde a diferença reside no novo setor que se promove no aparelho estatal, a classe trabalhadora, entendida como expressão da sociedade em geral. Essa concepção é confundida e indiferenciada com a noção de contrato, sustentáculo de leituras liberais. É a essa idéia que nos parece conduzir Ângela de Castro Gomes em seu *A Invenção do Trabalhismo*⁹⁴, muito embora nos ofereça nuances de uma relação conflitiva. O caráter subordinado da classe trabalhadora na relação com o Estado⁹⁵, bem como intenções de controle existentes neste, foram pontuados na obra da autora, que também entende como uma operação de poder a tomada da palavra operária e sua re-significação pelo Estado Novo na construção de uma ordem simbólica. No entanto, o que prevalece é a idéia de “pacto trabalhista”, sustentada através da valorização na análise da participação operária no processo como sujeito construtor da relação, traço pelo qual sua obra se tornou um marco importante. Assim, partindo da concepção de que ambos são sujeitos e partícipes da construção da ordem, através de um processo de negociação, e também com a intenção da superação da lógica da manipulação, acabamos novamente entendendo o Estado brasileiro como ponto de encontro e conciliação entre os diferentes grupos sociais (além de sujeito com lógica própria, não condicionado por interesses sociais).

*“A classe trabalhadora só “obedecia” se por obediência política ficar entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição. Não havia neste sentido mera submissão ou perda de identidade. Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto.”*⁹⁶

Muito embora a “Invenção do Trabalhismo” seja um estudo que observa de forma mais problematizada a interação dos agentes, ele nos guia ao mesmo ponto de chegada (que, para o historiador, que não chega vazio de concepções ao seu objeto, é também o ponto de partida, muito embora hipóteses possam se modificar ao longo da pesquisa). Esse problema foi pensado por Alexandre Fortes quando o autor se questiona se, em “A Invenção do Trabalhismo”, não “seria esse processo de “produção de um público” para o discurso emanado do Estado, o equivalente à “constituição da classe” . Esta não parece ter sido a intenção original da autora, porém “o fato é que, por sua ênfase na disputa entre discursos e no papel do Estado como “enunciador” do lugar da classe trabalhadora no pós-30”, o Estado não figura ali como uma estrutura político-institucional que serve de cenário a uma forma particular de exercício de hegemonia de classe, mas,

⁹⁴ **Gomes, Ângela de Castro.** *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro. FGV 2005

⁹⁵ Ainda que tributário da obra de Gomes, Ferreira abole essa dimensão de sua análise.

⁹⁶Idem.

principalmente a partir do Estado Novo, como

“um ator unívoco, capaz de estabelecer, em nome próprio, pactos com uma classe operária cujos contornos teriam sido por ele mesmo definidos. O ângulo a partir do qual o trabalho enfoca a história operária certamente contribui para a conclusão de que o fazer-se da classe teria sido deslocado definitivamente do espaço da sua experiência para as mãos do aparato estatal. É importante destacar porém que, embora considerando esse desfecho uma "incorporação real - embora controlada - dos trabalhadores à vida política nacional", Gomes lamentava as suas deficiências.”⁹⁷

Todo o discurso que acompanha as teorias de contrato social pressupõe o indivíduo (ou uma porção deles) como instância política básica, deixando à margem da análise as estruturas econômicas configuradoras do corpo social que dividem estes indivíduos em classes que são, por definição, antagônicas. Esta ideologia, tão falsa quanto efetivamente conformadora da realidade social, legitima o Estado sustentada na ideia de um pacto exercido entre essa instância e a sociedade civil. A atomização pressuposta por esta análise, que é o mesmo individualismo metodológico que sustenta sua concepção de voto e democracia, é articulada pela ideologia burguesa e engendrada pelo próprio Estado como estratégia fundamental de sua dominação, que tem no individual-privado, antes de um limite de exercício de seu poder, um canal para este. Tal leitura, resumida por Poulantzas no trecho abaixo, é assimilada pelos revisionistas acriticamente:

“Essa ideologia estabelece os agentes como indivíduos-sujeitos, livres e iguais, que de certa forma ela imagina em estado pré-social, assim determinando o isolamento específico sobre as relações sociais. Esse aspecto designado por “individualismo burguês” é suficientemente conhecido. Esses indivíduos-pessoas, assim individualizados, num mesmo movimento teórico, parece só poder unificarem-se e alcançar existência social na interpretação de sua existência política no Estado. O resultado é que a liberdade do indivíduo parece logo evaporar-se diante da autoridade do Estado, que encarna a vontade de todos. Pode-se dizer que para a ideologia política burguesa não pode haver nenhum limite de direito e de princípio à atividade e à usurpação do Estado na assim chamada esfera do individual-privado”⁹⁸

⁹⁷ Fortes, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: A construção de um corporativismo latino-americano. IN: *Locus* (Juiz de Fora), v. 13, p. 61-86, 2007. p. 78

⁹⁸ Poulantzas, Nicos. *O Estado, O Poder e Socialismo*. São Paulo. Paz e Terra, 2000. p. 80. Esta exposição de Poulantzas está inserida em momento de sua obra onde sustenta a tese de que os pressupostos do Estado fascista estão contidos no ideário liberal, contradição conduzida pela “função particular de isolamento e coesão da ideologia política burguesa”. Para o autor, “a individualização e a privatização do corpo social residem nas práticas e técnicas de exercício do poder de um Estado, que num mesmo movimento totaliza essas mônadas divididas e incorpora em sua ossatura institucional a unidade. O privado é apenas a réplica do público, pois se há desdobramento, inscrito no Estado e já presente nas relações de produção e na divisão social do trabalho, é porque o Estado traça os contornos. O individual privado não é um obstáculo intrínseco à ação do Estado, mas um espaço que o Estado moderno constrói ao percorrê-lo; é o que se transforma em horizonte infinitamente retrátil, e passo a passo, ao longo da caminhada estatal. (...) O Estado não comporta nenhum limite de princípio e de direito a suas usurpações no privado: por mais

Em oposição à caracterização idealista dos revisionistas, nos apoiamos em Gramsci, onde o Estado aparece como espaço contraditório, um palco onde se dá também a luta de classes.

“O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem mas até determinado ponto.”⁹⁹

Viciada na rigidez extraída da metáfora base-superestrutura, uma certa produção marxista só pôde conceber a esfera estatal como expressão exclusiva da burguesia. Gramsci, entretanto, nos oferece um quadro mais parecido com uma arena. Nicos Poulantzas, que segue bastante na esteira do intelectual italiano, empreende um ataque contra o “dogma” de que “todo Estado capitalista é um Estado da burguesia” ao notar a dominação política no arcabouço material do Estado enquanto condensação de uma relação de força.¹⁰⁰ Ainda que este autor construa sua teoria do Estado com base nas relações de produção ao levantar o desempenho que este tem na organização intelectual do trabalho¹⁰¹, ele toma a luta de classes não apenas como um fator de variação ou concretização do aparelho estatal. Antes, Poulantzas toma os embates políticos verticais como algo fundamental para explicar as diferentes reproduções históricas do Estado, não como algo posterior ou externo, mas estruturante. As diferentes formações históricas estatais são consoantes não só ao esquema presente na “base” mas também uma configuração promovida pela luta política. A compreensão de Poulantzas se esquia assim de encarar o que chama de Estado-Sujeito, que é aquele que, derivado de Hegel e da tradição jusnaturalista, teria sua vontade como instância racionalizadora da sociedade. Esse Estado não possuiria um conteúdo classista – como não o têm o dos revisionistas, diga-se de passagem – que orientasse sua atuação organizativa. A outra modalidade a que Poulantzas se opõe é o Estado-Coisa, visão meramente instrumentalista, onde todo o aparelho é reduzido a uma classe ou

paradoxal que pareça, é a separação público-privado, por ele instituída, que lhe abre perspectivas ilimitadas de poder” p. 78-82

⁹⁹ Gramsci, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2000. p.42-3

¹⁰⁰ Poulantzas. p.182

¹⁰¹ “O Estado encarna no conjunto de seus aparelhos, isto é, não apenas em seus aparelhos ideológicos mas igualmente em seus aparelhos repressivos ou econômicos, o trabalho intelectual enquanto afastado do trabalho manual. E é no Estado capitalista que a relação orgânica entre trabalho intelectual e dominação política, entre saber e poder, se efetua de maneira mais acabada. Esse Estado, afastado das relações de produção, situa-se precisamente ao lado do trabalho intelectual.” p.62

grupo. Em ambos os casos, há uma exterioridade entre Estado e sociedade civil e, também em ambas, entende-se o Estado como bloco monolítico onde não há permissão para grandes fissuras.

A análise dos revisionistas combina erros presentes nesses dois “Estados”. Um deles é a exterioridade entre Estado e sociedade civil, revelada pelo determinismo idealista da democracia liberal (mas que também inclui outras formas de participação política) que supostamente uniria esses campos estanques. Um outro é o caráter não classista do Estado, favorável à classe trabalhadora tomada não como classe social¹⁰², mas como expressão geral da sociedade. Aarão e Ferreira incorporam em sua leitura conflitos entre forças sociais conservadoras e progressistas, mas o Estado não é perpassado estruturalmente por essa contradição (contradição que também não tem raiz estrutural). Afinal, como o vimos, os autores já resolveram essa questão pela via eleitoral.

Se a contradição classista é aspecto fundamental na caracterização estatal, não o é menos a hegemonia burguesa, tal como Gramsci resume:

“O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isso é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar também de ser econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.”¹⁰³

Atividade econômica que é estruturadora, dialeticamente, do conjunto da vida social.

Com o exposto, nossa leitura se diferencia daquela onde a classe trabalhadora não tem existência política, e cujos rumos dependem de poderosos instalados no Estado. Se diferencia também da leitura que se lhe opõe, se pretendendo equilibrada mas não lhe sendo muito mais que um espelho inverso – a revisionista. Se a classe trabalhadora se materializa no seio do Estado, não faz dele seu instrumento – sua inserção é de caráter bem específico: se dá, no essencial, sob a forma de focos de oposição ao poder das classes dominantes, que é construído fundamentalmente na organização da esfera produtiva mas que envolve necessariamente múltiplos elementos do conjunto da vida social. Não há, portanto, duplo poder.¹⁰⁴ Conforme entende Poulantzas, a autonomia relativa do Estado está

“em relação a tal ou qual fração e componente desse bloco [o bloco no

¹⁰² Ou seja, a estrutura que comporta sua inserção na vida social flagrantemente contraditória com os interesses do capital não parece ser de forma alguma subvertida pela sua suposta realização e satisfação junto à esfera estatal.

¹⁰³ Idem. p.48.

¹⁰⁴ Poulantzas, p. 164

poder], em relação a tais ou quais interesses particulares, A autonomia constitutiva do Estado capitalista remete à materialidade desse Estado em sua separação relativa das relações de produção, e à especificidade das classes e da luta de classes sob o capitalismo que essa separação implica.”¹⁰⁵

O que permite a leitura positivada do Estado pelos revisionistas é não uma renovada incursão empírica, mas o empiricismo enquanto orientação teórico-metodológica. Não por acaso, os revisionistas valorizam a análise de discursos, guiados pelas concepções da “cultura política”. Um de seus suportes seria E. P. Thompson. Como coloca Aarão,

*Embora não abandonando o marxismo (círculos mais ortodoxos o acusam de desvio), Thompson procurou compreender os rumos escolhidos pela classe trabalhadora inglesa a partir das suas opções conscientes, mesmo quando essas opções não se sintonizavam com as expectativas e orientações dos revolucionários a respeito das classes trabalhadoras. Apoiando-se em Thompson, muitos vão constatar que, a partir de 1945, a grande maioria das classes trabalhadoras participam, ativa e conscientemente, da construção do projeto nacional-estatista. Para retomar a metáfora rodo-ferroviária, mas de um outro ângulo, poder-se-ia dizer que a construção do projeto nacional-estatista é a estrada principal, não o desvio, das escolhas dos trabalhadores. Quem esteve no desvio, se desvio houve (particularmente, abomino estas metáforas rodo-ferroviárias), foram as teses radicais e revolucionárias que nele estiveram, porque sempre se encontraram em minoria nos embates que travaram no contexto das classes trabalhadoras.*¹⁰⁶

Entretanto, o pensamento do inglês não só não é útil para os fins dos revisionistas, como pode ser uma profícua base para sua crítica¹⁰⁷.

A concepção de Thompson é a de que uma classe “acontece” a partir de experiências comuns compartilhadas por um grupo de homens e que, ao se expressar em termos políticos e culturais, forja uma identidade. A expressão dessa identidade é histórica e portanto não derivada

¹⁰⁵ p.146

¹⁰⁶ Aarão, 2007, p.96

¹⁰⁷Sobre como Thompson é abordado erroneamente como um culturalista e sua domesticação, ver **MATTOS, Marcelo Badaró**. “E. P. Thompson no Brasil.” IN *Outubro*. Numero 14. São Paulo. Alameda, 2006. Do mesmo autor, “Domesticação e estigmatização...” op. cit. Aqui Mattos observa a incoerência da oposição Thompson x Gramsci feita por revisionistas. Muito resumidamente: “Do ponto de vista aqui assumido, a dificuldade está não no uso de Thompson ou de Gramsci pelos estudos recentes, mas justamente na tentativa de domesticar ou estigmatizar autores que compartilham um referencial marxista assumido, que os leva a formular propostas interpretativas voltadas para a explicação de modos de dominação social em meio à dinâmica do conflito, da luta de classes. Pensar a classe através de Thompson, substituindo a luta de classes por “uma relação” entre atores - Estado e classe trabalhadora – que identificam interesses comuns é, para dizer pouco, uma contradição. Da mesma forma, reduzir Gramsci e o debate sobre as categorias que formulou e/ou empregou a uma proposta centrada na interpretação da dominação como repressão/manipulação é um procedimento pouco apropriado para a realização de uma crítica razoável.”

Em Ellen Wodd, temos também uma exposição que mostra como a concepção de classe do autor não está dissociada da luta de classes como querem os revisionistas: **Wood, Ellen**. “Classe como relação e como processo” IN: *Democracia contra Capitalismo. A renovação do materialismo histórico*. São Paulo. Boitempo, 2003.

mecanicamente de uma posição nas relações de produção que deveriam apontar, como quiseram estudiosos, para uma consciência revolucionária. Como coloca,

“Classe na tradição marxista é (ou deve ser) uma categoria histórica descritiva de pessoas numa relação no decurso do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes de suas relações, como se separam, unem, entram em conflito, formam instituições e transmitem valores de modo classista. Nesse sentido, classe é uma formação tão “econômica” quanto “cultural”; é impossível favorecer um aspecto em detrimento do outro, atribuindo-se uma prioridade teórica.”¹⁰⁸

Seu pensamento, entretanto, abriu margem para seu encaixe pelos revisionistas em um papel de legitimador teórico de uma coletânea de expressões de satisfação e apoio, tal como aquelas que sustentam a concepção de “ditador da bondade” que teve Pedro Ernesto. Assim, Thompson seria aquele que investigou empiricamente a consciência e a motivação das classes populares sem preconceitos teóricos sobre o que definia essas classes historicamente, tanto a nível estrutural quanto cultural. Seria aquele que chega até à história, ou até as fontes, livre de toda “metafísica”, isto é, livre de qualquer ontologia que só pode significar uma construção autoral, artificial. Ou colocando de outra forma, Thompson teria incentivado uma abordagem teórico-metodológica isenta de pré-concepções sobre o mundo (indo assim na contramão do que fazem os marxistas) deixando dessa forma que a própria história se revelasse.

Quando o autor inglês põe em cheque o reflexo que a condição social na base deveria promover ao nível da consciência, ele pretende, antes de anular o sentido de determinação existente entre estes elementos, promover uma necessária abertura ao exame empírico contra o “platonismo” (revolucionário!) do pesquisador. Porém, o que a leitura de Daniel Aarão, Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes ignora é que Thompson aqui tem objetivo maior do que libertar a classe trabalhadora do idealismo das imposições sociológicas ao lhe conferir voz: visa agregar como estruturantes aspectos externos à estrita área do “econômico”, uma operação dialética que reafirma a abordagem totalizante – ao contrário dos revisionistas, que são reducionistas político-culturais – retomando o conceito de modo de produção desenvolvido por Marx. Como coloca Ellen Wood, “é possível que o materialismo de Thompson atinja o seu ápice no exato momento em que ele se recusa a privilegiar a “economia “ em relação à “cultura”¹⁰⁹. Dessa forma, se a classe trabalhadora formula seus próprios valores e cria sua cultura própria, não é efeito de uma autonomia calcada em uma abstração geral de toda estrutura material (lembramos de Jorge Ferreira- “Nos jornais e revistas, os cidadãos buscavam informações e formavam sua própria opinião”) - isto se dá no

¹⁰⁸ Thompson “As peculiaridades...” op. cit. p. 274

¹⁰⁹ p. 62 Op. cit.

quadro da luta de classes que está inscrito no modo de produção, onde esta ocupa papel subordinado. A inspiração gramsciana de Thompson¹¹⁰ é explícita aqui:

*“Em qualquer sociedade cujas relações sociais foram delineadas em termos classistas, há uma organização cognitiva da vida correspondente ao modo de produção e às formações de classe historicamente transcorridas. Esse é o “senso comum” do poder, saturando a vida cotidiana e se expressando – mais ou menos conscientemente – na abrangente cúpula de hegemonia da classe dominante e nas suas formas de dominação ideológica. O teatro do poder é apenas uma forma dessa dominação.”*¹¹¹

Thompson, não é, portanto, aquele que diz, ou que permite dizer, que “a classe é o que a classe é”, isto é, que ela é o que se pode verificar a um certo nível empírico – afinal, não é a mera constatação de que ali jaz um sujeito irreduzível a uma estrutura econômica (que seria sua total produtora) aquilo que levará nossa análise muito longe. Toda a compreensão thompsoniana leva em consideração o antagonismo social básico resultante da organização social do trabalho e sua contribuição é uma aprimoramento do entendimento de como essa estrutura é mantida, pela valorização conceitual da cultura¹¹², e também (mantendo como central referências estruturais¹¹³ promovedoras do esquema de dominação social) da própria história¹¹⁴.

Mas, como consequência das formulações revisionistas, parece que temos em um nível fundamental uma interdição do historiador para que a única voz autorizada seja a de uma histórica classe trabalhadora (questionavelmente selecionada). É interessante notar como esta postura teórica e metodológica tem intenções de objetividade. Existe mesmo uma pretensão de “objetividade” que

¹¹⁰ Sobre o tributo de Thompson a Gramsci, ver Mattos, “Domesticação e estigmatização...” op. cit. Neste texto, nota-se que o historiador inglês se apoia no intelectual italiano para esquivar-se da maneira esquemática de encarar a relação entre poder de classe e poder de Estado. Mattos enfatiza também a complexidade que envolve o conceito de hegemonia, que é reafirmado por Thompson, e que não deve ser entendido, como o faz Ferreira, por algo como “imposição de dominação”

¹¹¹ Thompson. *As peculiaridades...op cit.* p. 260.

¹¹² “Sem cultura não há produção. Dois erros arraigados na tradição marxista foram confundir tão importante conceito de modo de produção (no qual as relações de produção e seus correspondentes conceitos, normas e formas de poder devem ser tomados como um todo) com uma acepção estreita de “econômico” e o de, identicamente, confundir as instituições, a ideologia e a cultura faccionária de uma classe dominante com toda cultura e “moralidade”. Há modos pelos quais sua cultura e instituições podem ser proveitosamente examinadas como “superestruturais”, mas esse método de análise se torna muito menos atrativo quando nos voltamos para a cultura, as normas e os rituais do povo sobre quem aquelas classes exerciam seu domínio, pois são comumente tidos como intrínsecos ao modo de produção em si, à reprodução tanto da vida mesma quanto dos meios materiais da vida.” Thompson. *As Peculiaridades...op. cit.* p.259.

¹¹³ Ainda que Thompson tenha negatizado o termo “estruturalista” em sua polêmica contra Althusser, sua obra comporta a idéia de determinações estruturais, como pode ser visto em **Thompson, E. P.** *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros*. Edição de Capitão Swing e os Luddistas Sensuais.

¹¹⁴ “A transformação da vida material determina as condições dessa luta e parte de seu caráter; mas o resultado específico é determinado apenas pela luta em si mesma. Isso significa que a transformação histórica acontece não por uma dada base ter dado vida a uma “superestrutura” correspondente, mas pelo fato de as alterações nas relações produtivas serem vivenciadas na vida social e cultural, de repercutirem nas idéias e valores humanos e de serem questionadas nas ações, escolhas e crenças humanas” Thompson “As peculiaridades...” op. cit.

se efetuaria pelo esvaziamento do “sujeito cognoscente”¹¹⁵. Por exemplo, Jorge Ferreira, para abrigo teórico, invoca Geertz, afirmando que são as próprias sociedades que devem fornecer os termos de sua explicação¹¹⁶. Com isso, todo o mundo (passado) que o historiador pretende conhecer é filtrado pela dimensão de expressões das representações de personagens históricos. O mundo tal como ele se estrutura objetivamente fica, então, eclipsado pelo mundo tal como percebido pelos sujeitos estudados. Diante disto, é muito sintomático que se acabe

*“por enredar-se na mesma polarização política da época, embora no polo oposto, ao defender abertamente os argumentos usados pelos “acusados” de populistas, ou seja, de que na verdade eram legítimas lideranças populares e progressistas, acusados por uma elite conservadora que não se conformava com a entrada dos trabalhadores na cena política”*¹¹⁷

Baseada em entendimentos e performances individuais amontoadas, a compreensão das dinâmicas sociais encontra profundo limite. Se a partir de certos registros conclui-se que uma classe se expressa positivamente diante de um estado de coisas, e essa é a dimensão principal que os revisionistas querem trazer, as referências à exploração e domínio, por exemplo, são neutralizadas. Chega-se assim a um contorcionismo positivista: o historiador se esconde atrás da classe trabalhadora como se ele próprio não fosse sujeito do conhecimento¹¹⁸, e apenas dali,

¹¹⁵ Nesse sentido, é importante registrar que Melo observou em Congresso realizado em 2004 que os revisionistas buscaram “apresentar-se como pesquisadores “distanciados”, não envolvidos nas paixões políticas que supostamente impediriam uma maior objetividade na análise”. É da mesma forma que Ferreira justifica sua recente biografia de João Goulart.

¹¹⁶ Quando os trabalhadores querem. Op cit. p. 26

Sobre o tipo de questão levantada por Ferreira, diz Ciro Cardoso: “O caráter renitente do empirismo no ambiente dos historiadores, incluindo os aprendizes de historiador, faz-se presente, nas salas de aula, com tremenda frequência. Cada vez que um professor fala de teorias e hipóteses usadas na construção do saber em História, é difícil que não apareça algum aluno para perguntar se, ao apelar para teorias e hipóteses elaboradas posteriormente à época em estudo, não estaria o pesquisador impondo anacronicamente ao conhecimento derivado das fontes algo externo e que necessariamente o deformaria. Como se os conhecimentos históricos – ou, pelo menos, os dados ou os fatos com que são construídos – dormissem, prontos e acabados, nos documentos, à espera de um historiador que respeitosa e os “despertasse” e recolhesse!” **Cardoso, Ciro.** *As três modalidades básicas de epistemologia da História.* Não publicado. p. 4

¹¹⁷ Mattos. “Os historiadores...” op. cit. p. 28-9

¹¹⁸ Ciro Cardoso procura desenvolver suas reflexões acerca das posturas epistemológicas do historiador, dividindo-as em três (muito embora, naturalmente, há variáveis que fazem com que esse número seja bem maior-p.1). Uma delas seria a “reconstrucionista”, que o revisionismo, guardadas as diferenças, repete. Baseada, entre outras coisas, em uma acumulação indutiva de dados, a postura foi sendo revista durante o século XX, que substituiu esse “processo de conhecimento em que um sujeito cognoscente “objetivo e imparcial” se colocasse diante de um objeto que tratava de conhecer e do qual fosse perfeitamente distinto, em favor da cognoscibilidade limitada e da consciência de que o sujeito cognoscente, ativo e não meramente contemplativo, interfere no objeto que vem a conhecer e, mais em geral, no processo em que o conhecimento se gera. Mesmo assim, se bem que forçados a fazer diversas concessões (variáveis de um autor a outro) aos novos modos de encarar o conhecimento científico, continuaram a existir os reconstrucionistas em História.”

O grupo a que pertence os marxistas, assim como os weberianos e outros, é o dos “construcionistas”, que compartilham os seguintes princípios: (1) a consciência de que o sujeito cognoscente intervém no ativamente no processo de conhecimento (...); (2) a convicção de que o ponto precedente não anula necessariamente a reivindicação de objetividade quanto ao processo de conhecimento, mas subordina tal reivindicação a que se leve em conta, seja como

disfarçadamente, fornece os sentidos e valores que atribui à própria história. Tal movimento encontra em Jorge Ferreira uma formulação precisa:

“Compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais, o trabalhismo expressou uma consciência de classe, legítima porque histórica.”¹¹⁹

Ainda que aceitássemos que as sociedades históricas devam ser entendidas por suas próprias formulações, haveria uma série de objeções sobre quais seriam essas formulações, ou seja, a realização de uma crítica empírica a respeito da constituição histórica dessa classe trabalhadora em suas subjetividades, etc. De qualquer forma, ainda vale a leitura de Marx e Engels, em momento que valorizavam uma concepção anti-idealista da história:

“Na vida corrente, qualquer shopkeeper [lojista] sabe muito bem fazer a distinção entre o que cada um pretende ser e o que é realmente; mas a nossa história ainda não conseguiu chegar a esse conhecimento vulgar. Para cada época, ela acredita piamente no que essa época diz de si mesma e nas ilusões que ela tem a respeito de si mesma.”¹²⁰

Como conclusão desta etapa da discussão, devemos levantar que podemos - além de trazer ao primeiro plano os espaços onde essa classe se mostrou oprimida e insubmissa e analisar os recursos repressivos formadores de consenso engendrados para a sua pacificação - revelar, ao largo da própria forma como os trabalhadores pensaram diversas questões referentes ao Estado e seus líderes, como estas se encaixam e perpetuam, de forma contraditória e complexa, esquemas de exploração econômica e controle político que são objetivos.

1.5 O populismo na historiografia sobre Pedro Ernesto

A diferença entre os revisionistas e uma leitura mais clássica de populismo, em especial as ancoradas em Gramsci, não são, portanto, uma questão de ênfase neste ou naquele aspecto. Thiago Mourelle, em sua recente dissertação sobre Pedro Ernesto em que se debruça justamente sobre esse debate, acredita ter encontrado um meio-termo equilibrado entre as duas tendências. Como coloca, a

for, o caráter ativo do sujeito epistêmico; (3) o modelo básico para o processo metodológico conducente ao conhecimento científico é, neste caso, hipotético-dedutivo (e não, indutivo), o que, no entanto, se cumpre segundo modalidades bastante variáveis.” (p.6)

¹¹⁹ **Ferreira, Jorge.** “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In *O populismo e sua história, op. cit.*, p. 103. Podemos tirar uma válida conclusão lógica aqui, e, dado o conjunto da base teórica exposta pelo autor, sem risco nenhum de sermos sofistas: se histórico também foi o nazismo, e também como “um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais”, ele expressaria, portanto, uma consciência de classe “legítima”.

¹²⁰ **Marx, Karl & Engels, Friederich.** *A Ideologia Alemã.* São Paulo, Martins Fontes, 2007. p. 53

distância de Weffort em relação a Ângela de Castro Gomes estaria na “dose de resistência” da classe trabalhadora, que seria maior na obra da historiadora. Ora, como demonstrei acima, a proposta de Gomes não é apresentar possibilidades históricas de contestação do que vinha de cima, mas justamente revelar uma participação cúmplice.

Ainda segundo Mourelle, a oposição a Weffort empreendida por Gomes seria apenas uma questão de “vocabulário”¹²¹. A autora, então, teria aperfeiçoado o conceito de aliança sugerido pelo sociólogo¹²². A grande concordância entre os dois clássicos estudiosos estaria oculta apenas pelo engano de Gomes que não teria percebido na análise de Weffort que este levava em conta, de fato, que haviam benefícios aos de baixo¹²³. Desfeito o engano, Mourelle caminha no sentido de mostrar uma grande continuidade entre os trabalhos apesar de certas diferenças.

É relevante sublinhar também que o autor conceitua Pedro Ernesto enquanto um populista, que apontava tanto para um controle antirrevolucionário das massas quanto para sua instrumentalização como “um trampolim político”¹²⁴, que o permitiria projeção na carreira política. Mas no título de seu trabalho o coloca como o precursor do trabalhismo, ou seja, o primeiro agente daquilo que Gomes teria atribuído somente ao Estado Novo. Essa concepção “mista” de Mourelle é ainda marcada por outras leituras. Uma delas é a de que a “manipulação” não pode ser possível, uma vez que houve benefícios concretos aos trabalhadores, ignorando o autor que mesmo nos momentos mais acentuados de Weffort esses benefícios são as condições possibilitadoras do carisma pessoal do líder. Mourelle reproduz assim uma crítica de Ferreira onde este se apega às melhorias no padrão de vida da população para combater a idéia de subordinação e justificar a interlocução e cumplicidade entre Estado e classe trabalhadora, impossíveis de terem se realizado apenas à esteira de ideologia¹²⁵. Outro ponto que consideramos crítico estaria na sua opinião de que Weffort entendia a legislação social de Vargas como uma “doação”, estando assim mais uma vez marcado no autor paulistano sua idéia de passividade das massas, e mais uma vez apresentado o trunfo trazido por Gomes de que seria “mais adequado falar em negociação”¹²⁶.

Acredito que a questão mais fundamental da exposição de Mourelle, entretanto, seja a de reduzir toda a distância dos autores à questão de uma classe trabalhadora mais ou menos participativa. Isso é o que o permite entender a crítica de Gomes e Ferreira ao conceito apenas como “exagerada” e o “trabalhismo” desenvolvido pelos autores não como um novo viés, podendo “populismo” e “trabalhismo”, conceitos originalmente construídos por oposição, terem significados

¹²¹ op. cit. p.43

¹²² op. cit. p.52

¹²³ op. cit. p.32

¹²⁴ op. cit. p.92

¹²⁵ “Populismo: o nome e a coisa” p. 88 e 95

¹²⁶ Mourelle, p. 40

semelhantes¹²⁷. Na realidade, como demonstrei acima, a incongruência das diferentes vertentes é antes de tudo ontológica. Na perspectiva dita “trabalhista”, a visão de mundo se resguarda de ver interesses objetivamente contraditórios sobretudo na organização produtiva capitalista, o que tem como desdobramento lógico um Estado sem conteúdo de classe. Mais do que isso, classes sem conteúdo de classe - porque a oposição estrutural capital x trabalhador é desvalorizada, pode se entender os dois grupos como passíveis de realizarem um encontro harmonioso no e com o próprio Estado. Opõem-se assim a uma leitura política da realidade como marcada por oposição e contradição, de onde historicamente surge um novo quadro de subordinação onde adentra a classe trabalhadora ainda dentro dos marcos da exploração pelo trabalho, ou a “inclusão controlada”, expressão usada pelos autores “populistas”, tal como Weffort.

Alexandre Elias da Silva, cuja também recente dissertação desenvolve o mesmo tema, caracteriza o governo como uma política inovadora de inclusão controlada de setores da classe trabalhadora. De ideologia reformista e espírito colaboracionista, acentuava o processo começado na década de 1920 no qual demandas dos “de baixo” iam sendo incorporadas crescentemente pelo Estado¹²⁸. Por sua vez, Michael Conniff, estudioso pioneiro de Pedro Ernesto e que atribui a este o pioneirismo da política populista no Brasil, também traz esses elementos clássicos à sua análise somando-os, entretanto, a uma tradição colonial carioca de autonomia municipal, liberdade historicamente usufruída debaixo da autoridade imperial e do vice-reinado¹²⁹.

“O populismo foi um movimento político que surgiu em resposta à revolução metropolitana e contra as políticas urbanas elitistas que a acompanharam. Prometendo restaurar a sociedade holística e a autogestão abandonadas no final do século XIX, o populismo defendia uma sociedade em que todas as pessoas tivessem um lugar, e na qual as classes fossem indistintas. Em vez de um competitivo sistema laissez-faire que podia ser explorado pelos ricos, o populismo pedia um Estado intervencionista (ou governo cidadão) que tomasse conta de todas as pessoas, regulasse as relações econômicas, promovesse o bem-estar dos oprimidos e trouxesse justiça social para todos. A força do populismo vinha do fato de reviver uma tradição ainda não esquecida no folclore e na memória popular.”¹³⁰

A busca por uma origem colonial de administração da cidade seria fomentada pelo engajamento de Pedro Ernesto pela liberação do município do domínio federal. O posterior embate que Pedro Ernesto travou com Vargas, que encaminhava seu governo à ditadura, deu a Conniff a possibilidade de associar o populismo à luta pela autonomia, vinculando-o à democracia. O autor

¹²⁷ Idem. p. 52-4

¹²⁸ **Silva, Alexandre Elias da.** *Política e Populismo no Rio de Janeiro (1931-1936)*. Dissertação de Mestrado. UFF, 2004

¹²⁹ p.19

¹³⁰ p.27

promove uma análise em que, sem muitos argumentos, dissocia populismo de autoritarismo (expresso por Vargas e de raiz imperial), entendendo-os, na realidade, como formas de governo que no Brasil estariam em constante disputa. A política empreendida junto à classe trabalhadora e as intrigas palacianas contra o Catete são, entretanto, dinâmicas políticas paralelas unidas apenas arbitrariamente pelo autor. Muito embora se condicionem e, de acordo com tese que desenvolvemos aqui, ambas sejam explicativas das políticas sociais do prefeito, tratam-se de domínios diferentes. Como Gramsci coloca, são, respectivamente, grande e pequena política¹³¹.

Também de origem colonial seriam as facetas eleitoral, intervencionista e socialista¹³² (!) que vão surgindo a partir da década de 1920. O populismo seria uma recriação adaptada da cidade colonial no século XX¹³³ Como resume,

“Em suma a tradição urbana brasileira era eleitoral e intervencionista, gozava de uma considerável independência em relação à autoridade superior; buscava uma sociedade orgânica e era holística na medida em que assumia responsabilidades pelo bem-estar e a prosperidade de toda a população. Era uma moldura altamente adaptável, baseada em parte na experiência administrativa do vasto império de Portugal, mas que também se desenvolvera junto com a sociedade brasileira por mais de três séculos de domínio colonial. Assim, quando no final do século XIX líderes brasileiros tentaram mudar o caráter da estrutura e da lei urbanas, as tradições mais antigas não puderam ser erradicadas. Da desconexão dos dois sistemas surgiu o populismo do século XX”¹³⁴

O caráter eleitoral no Brasil colônia, é escusado dizer, era fortemente restrito e muito diferenciado do que veio à tona à medida que a sociedade civil ia se desenvolvendo e se complexificando. O elitismo do sistema representativo do Rio de Janeiro colonial, não poderia, de forma alguma, inspirar a demanda eleitoral no século XX. A dedicação ao bem-estar dos pobres, outra característica trazida pelo autor, acontecia por uma questão de filantropia, liderada principalmente pela Igreja, e também distante de uma noção de responsabilidade pública do Estado que toma corpo no século XX, no bojo das lutas sociais. Conniff justifica a existência de raízes coloniais baseado em uma mentalidade que teria persistido por três séculos. Nos discursos de Pedro Ernesto não há quaisquer indícios dessa tentativa de “recriação da sociedade colonial”, aspecto tão central na categorização de Conniff. E ainda que houvesse por parte dos populistas cariocas um discurso de associação ao passado colonial, uma simples referência não seria proveitosa para entender nem o populismo na sua especificidade local, nem enquanto categoria de explicação mais

¹³¹ “Cadernos...” op. cit. p. 21-2

¹³² p. 22

¹³³ p. 27

¹³⁴ p. 22

ampla.

Descontado esta suposta tradição repetidora de uma liberdade que exerciam as câmaras municipais coloniais, o que subsiste no populismo de Conniff, e este é também o aspecto mais central para Silva, é a questão reformista levada à cabo por demandas que se avolumavam na sociedade à época do *laissez-faire*, o que inclui atendimento em saúde, educação e também maior participação eleitoral. A construção de uma harmonia inter-classes é um dos objetivos centrais dessa política (de origens também antigas: uma hierarquia orgânica da sociedade colonial!). Um problema da conceituação de Conniff é de que esta se trata mais de um amontoado de características empíricas (carisma, política voltada para a classe trabalhadora, etc.) do que o produto de uma análise política de desenvolvimento lógico, ao modo dos clássicos Weffort e Ianni. Tal como nos demais autores citados, a atribuição do populismo enquanto política reformista e de inclusão de cidadania (com seu tríplice aspecto, de acordo com a clássica formulação de Marshall¹³⁵, que deixa de lado a questão do trabalho sob o capital¹³⁶) não avança no sentido de fornecer o real conteúdo (contraditoriamente) reacionário empreendido pelo Estado (hipótese com que trabalhamos). Antes disso, Conniff entende explicitamente a política de Pedro Ernesto como progressista e não reacionária¹³⁷ - mas não vale muito a noção de “reacionário” quando enunciada por um autor que acredita que o viés autoritário não era injustificável na década de 1930”, já que “*as massas não estavam preparadas para a democracia*”¹³⁸.

Gawryszewski, que não utilizou o conceito de populismo nem discute aprofundadamente sua utilização, tem a mesma interpretação: o significado do governo de Pedro Ernesto é a ampliação da cidadania, seguindo o rumo de construção de uma sociedade mais igualitária. Na medida em que defende a democracia eleitoral¹³⁹ e por ter aproximação com os setores populares, trata-se de um governo de esquerda com saldos positivos. Conforme arremata no último parágrafo de sua dissertação,

“Dentro de nossa perspectiva teórica, a proposta administrativa-política de Pedro Ernesto, embora com o conteúdo liberal-tecnocrático, favoreceu o reconhecimento da cidadania, pois possibilitou à população dois direitos básicos para a sua realização, educação e saúde. A proposta liberal, a proposta de arregimentação popular, mesmo que com aspectos elitistas e tecnocráticos, não tinham vez neste momento da história do Brasil. A hora era a da reação, baseada

¹³⁵ Marshall, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Zahar

¹³⁶ Sobre como a sujeição do homem ao trabalho debaixo do capital é, ou melhor, deveria ser uma questão central para a discussão da cidadania, ver Wood, Ellen. “O trabalho e a democracia antiga e moderna” IN: *Democracia contra o capitalismo. A Renovação do Materialismo Histórico*. São Paulo. Boitempo, 2003.

¹³⁷ p.33

¹³⁸ p.32

¹³⁹ Segundo o autor, Pedro Ernesto teria sido inclusive o primeiro a defender a democracia quando da escalada autoritária de alguns grupos. p.39

principalmente nas forças do Exército e da Marinha.”¹⁴⁰

Gawryeswski retoma com isso, assim como Conniff, a própria visão do prefeito e de seus aliados, a mesma que será engendrada em outros momentos da história do país até 1964: lideranças progressistas assoladas por grupos conservadores antipopulares, entre os quais se destacam os militares. Em outros momentos, Getúlio Vargas, aqui vilão, também se articulava discursivamente dessa forma em seu apelo à base popular. Se ela não é propriamente incorreta, acaba mascarando aspectos fundamentais para a explicação histórica. No caso de Pedro Ernesto, é o seu próprio caráter anticonservador que deve ser posto em cheque, conforme veremos.

O trabalho de Carlos Eduardo Sarmiento, apesar de priorizar em sua análise a política partidária, tece várias considerações sobre a relação do prefeito com a classe trabalhadora, e faz alguns juízos sobre o conceito de populismo. O autor considera as formulações de Ianni e Weffort como insuficientes, já que assumem apenas um das vias da relação sem considerar reações e formulações das massas. A solução para o autor é recorrer ao “vetor amplo definidor da operacionalidade deste conceito analítico”, que seria “a constante e necessária referência à noção de povo”. A leitura está assim resumida:

*“Toda doutrina política que valoriza a virtude e a autenticidade do denominado povo, tomado muito mais como mito no nível lírico e emotivo do que como conceito rigorosamente construído, como embasamento para a condução de uma plataforma política que se legitima exatamente por este viés, pode ser entendida como populismo em sentido lato.”*¹⁴¹

O autor se escora no cientista político italiano Ludovico Incisa, cujo parágrafo cita:

*“Podemos definir como populistas as fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerando como agregador social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes (...) O populismo não conta efetivamente com uma elaboração teórica orgânica e sistemática. Muitas vezes ele está mais latente do que teoricamente explícito. Como denominação se amolda facilmente, de resto, a doutrinas e fórmulas diversamente articuladas e aparentemente divergentes, mas unidas no mesmo núcleo essencial.”*¹⁴²

Considero que, abrangendo a este ponto um conceito, acaba-se por fazê-lo cair em um óbvio

¹⁴⁰ p.216

¹⁴¹ Sarmiento, p. 161-2

¹⁴² Sarmiento, p.162 Ernesto Laclau também entende como central a construção discursiva do povo. Entretanto, a leitura que Sarmiento advoga é diferente. No autor argentino, a análise envolve necessariamente uma dimensão conflitiva e a construção de uma hegemonia de um grupo sobre outro. Ver **Laclau, Ernesto**. *On Populist Reason*. Nova Iorque/Londres. Verso Books, 2005.

reducionismo discursivo. Esticado e circunscrito à esfera da linguagem, o conceito tem validade quase nula para o conhecimento dos efetivos processos políticos, uma vez que os discursos, não custa dizer, não encerram a realidade social. E é curioso que tal formulação tenha sido elencada para combater a estreiteza dos modelos clássicos (Weffort, Ianni). Sarmiento rejeita o populismo clássico alegando ser este um modelo único e homogêneo que tudo explica e a todas as situações se ajusta, mas o troca por um que notavelmente nada diz, e que acaba sendo um passaporte para se chegar diretamente às palavras de Pedro Ernesto, isto é, sem toda a rigidez e pressupostos que os modelos carregariam. Não é de se surpreender que este tipo de postura teórica recaia em uma revalidação dos discursos dos atores estudados, do qual os autores pouco se distanciam. Isto é exatamente o que acontece com Sarmiento, cujas considerações sobre o projeto de Pedro Ernesto se confunde com as do próprio prefeito, como ele deixa claro neste momento do seu texto. É sintomático também que este mesmo autor, páginas à frente, prosseguindo sua discussão conceitual e teórica, valorize a escolha e o projeto individuais, ponto a partir do qual o projeto de Pedro Ernesto deveria ser compreendido. Contrapõe-se assim ao “habitus” de Bourdieu:

“A ação individual, a possibilidade do próprio projeto individual, está situada justamente neste vetor definido enquanto “escolha”, a capacidade consciente do indivíduo de estabelecer o diálogo com as estruturas estruturantes, formular uma linha de conduta que pode, em muitos aspectos, transcender os limites de sua condição social e de seu tempo.”¹⁴³

1.6 “Melhorar a ordem”

Acredito que trabalharemos sentido essencial do governo de Pedro Ernesto, abordado principalmente a partir do conjunto de sua política social, que é o de controle da classe trabalhadora, projetada para atuar apenas nos marcos de sua reprodução como força de trabalho. Tal consideração não deriva de juízo sobre a pessoa do prefeito, e já notei a problemática de se olhar para a questão por um viés subjetivista. Muito embora a intencionalidade dos sujeitos seja dado importante para que efetivemos a análise histórica, esta deve se sustentar fundamentalmente na “síntese de múltiplas determinações” sociais. A municipalidade não se encerra com seus funcionários, seus hospitais, escolas e os “cidadãos” que os utilizavam, mas se inscreve no conflito classista e no conjunto de atores políticos atuantes naquela primeira metade da década de 30, a nível nacional. O entendimento da administração de Pedro Ernesto deve portanto ser atravessado pelos movimentos políticos de seu tempo. Esta leitura não ocorre em prejuízo do seu perfil político de esforçado e democrático (no

¹⁴³ Sarmiento, p.165

sentido liberal) atendedor das questões sociais, como tantos trabalhos procuram enquadrá-lo. Entretanto, a redução da compreensão de sua performance a este mesmo perfil nos apaga a complexidade das dinâmicas políticas, conforme aponto abaixo.

A legislação social instaurada pelo governo Vargas, sem constituir ineditismo absoluto, objetivava benefícios previdenciários e ligados ao regime de trabalho (jornada, férias) explicitamente articulados para uma pacificação social, para transformar a “*hostilidade em proveitosa cooperação*”. A criação do Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria (MTIC) foi também pensada para ser grande instrumento tutelador, que ao estabelecer interlocução com a classe trabalhadora procurava formar “*para-choques de tendências antagônicas*”. Ao vincular a concessão de benefícios à representação de classe oficial, o corporativismo produziu uma subordinação de sindicatos às diretrizes do governo. Do ano de 1931 ao de 1936, o número de sindicatos reconhecidos seria de 682. Este processo progressivo ganhou maior dimensão após a vaga repressiva de 1935.¹⁴⁴ O período entre 1934 e 1935 conheceu as maiores mobilizações sindicais da década, cujas bandeiras não eram apenas “econômicas” - um dos principais temas era a luta antifascista contra Getúlio Vargas e os Integralistas. O número de greves, comícios, etc., se avolumou, gerando também marcos organizativos importantes como a Frente Única Sindical e a Confederação Sindical Unitária do Brasil. O patronato reagiu pressionando e apoiando uma maior controle do MTIC, dessa vez com especial violência:

*“Sob o pretexto de reprimir o levante da ANL, conhecido como “Intentona Comunista”, o governo decretou uma Lei de Segurança Nacional, que instalou o Estado de exceção, ao criar mecanismos e tribunais especiais para os presos políticos. As lideranças mais combativas estavam entre os principais alvos dessa legislação e seu afastamento dos sindicatos, pela cassação de direitos, prisão, ou eliminação física, foi a principal garantia da desmobilização subsequente do movimento.”*¹⁴⁵

A repressão é forte a ponto de produzir, até 1942, o que parece ser uma desmobilização completa. E o quadro pacificado permitiu uma operação estatal sobre a memória colocando que a legislação social foi uma concessão que se antecipou às pressões sociais. Ora, a legislação social já estava em sua maior parte elaborada entre 1930 e 1935, período que nos interessa mais de perto, quando os trabalhadores resistiam às investidas corporativistas estatais, e pautavam em meio à repressão suas questões, continuando o histórico de lutas da Primeira República. Os benefícios materiais instituídos pelo Estado, sejam os concretizados, sejam os que apenas figuravam no papel, devem ser lidos no contexto da luta classista, o que inclui fundamentalmente o esforço dos setores

¹⁴⁴ **Mattos, Marcelo Badaró.** *Trabalhadores e sindicatos no Brasil.* São Paulo. Expressão Popular, 2009. p. 65

¹⁴⁵ *Idem.* p. 69

governantes para a manutenção da ordem social, pela instrumentalização desses benefícios e pelo acionamento da violência física (prisão, assassinato, tortura).

Assim, é o conceito gramsciano de revolução passiva (ou “revolução sem revolução”, “revolução/restauração”) que melhor caracteriza os significados políticos de políticas sociais, bem como o conjunto do governo de Pedro Ernesto, além de fornecer um sentido um pouco mais preciso de populismo na sua especificidade histórica tratada aqui. Partindo da experiência italiana, onde se questiona por que se deu a formação do Estado sem uma revolução política jacobina, Gramsci percebe a revolução passiva como possibilidade explicativa da modernização capitalista em vários países. Tal método histórico analógico não se trata de

“vulgar comparação empirista, que, encontrando umas poucas semelhanças entre os acontecimentos históricos distintos, pretende, indutivamente, formular uma “lei histórica”. O método analógico gramsciano tinha por finalidade não a afirmação de tais “leis”, e sim a construção de conceitos capazes de apreender a complexidade do movimento histórico.”¹⁴⁶

E a metodologia de Gramsci jamais bloqueia seus conceitos à realidade histórica, sendo suas leituras apenas “*critérios práticos de interpretação*”, uma vez que “*nas análises concretas de eventos reais, as formas históricas são determinadas e quase únicas.*”¹⁴⁷

A incorporação das classes subalternas à esfera estatal faz parte do processo de afirmação de hegemonia burguesa, que incorpora e articula demandas surgidas no processo de desenvolvimento e complexificação da sociedade civil. Esse movimento faz parte da contenção de impulsos que apontariam para fora dos limites da ordem e se constitui enquanto antecipação de um agente do Estado que os resolve dentro de marcos restauradores, realizando o jargão *gattopardiano*. Ele realiza materialmente algumas aspirações, mas sobretudo mantém a esfera dos direitos em um plano abstrato e ideal. As palavras de Alberto Aggio exprimem o essencial recurso que é o aparato conceitual gramsciano para a compreensão do Brasil naquele período:

“...trata-se de compreender que a ultrapassagem da forma política de dominação oligárquica na América Latina não se processou por meio de revoluções, sendo marcada essencialmente pela dinâmica conservação-mudança. Assim, antes que revoluções, a “via do transformismo” - um dos aspectos essenciais do que se define como revolução-passiva - parece ter sido a via de passagem para a modernização transitada pelas sociedades latino-americanas. Exemplar no caso brasileiro, ela pôde se impor em toda sua plenitude - mesmo com suas contradições mais flagrantes -, cristalizando no conjunto da sociedade a validade e a positividade de um programa que devia conduzir a sociedade

¹⁴⁶ **Bianchi, Álvaro.** *O Laboratório de Gramsci.* São Paulo. Alameda, 2008. p.257

¹⁴⁷ Gramsci. “Cadernos...” op. cit. p. 67

brasileira a “um capitalismo de Estado à base de uma coalizão nacional-popular, sob a crença de que o atraso e o subdesenvolvimento poderiam ser vencidos a partir de avanços moleculares derivados da expansão do moderno.”

(...)

o fenômeno e as práticas do que até então vem sendo compreendido como populismo poderiam ser vistos, de acordo com o nosso entendimento, como dimensões constitutivas das diversas modalidades de ‘revolução passiva’ que, de alguma forma e apesar de muitos de seus aspectos negativos, promoveram avanços econômicos, fundamentados na industrialização, bem como uma determinada modernização política que, de nenhuma maneira, podem ser desprezadas.”¹⁴⁸

Não se trata, como no Risorgimento italiano, de uma superação de resquícios feudais (muito embora a modernidade capitalista seja uma pauta para os diferentes movimentos brasileiros daquela época). Mas as formas de dominação engendradas por tradicionais oligarquias caducavam em seu liberalismo, muito particularmente nas questões referentes ao trabalho e ao mercado de força de trabalho¹⁴⁹, mas que também extrapolavam essa esfera e eram presentes em referência à urbanização, saúde e educação¹⁵⁰, que se avolumavam enquanto pauta nas campanhas eleitorais desde 1917¹⁵¹, na tradicional imprensa e em demais setores populares (como as associações de bairro com que Pedro Ernesto teve contato). Assim como Vianna, pensamos que:

“A conformação do Estado liberal traduz clássica e rigorosamente a dominação burguesa e, sua modalidade plenamente hegemônica. O isolamento da sociedade política da sociedade civil – em cumprimento de seu papel arbitral – cria significados específicos para o “privado” e para o “público”, conforme anteriormente frisamos. O Estado não se vê obrigado a recriar demiurgicamente o privado no público. O mundo do interesse “nu” pode se afirmar sem peias e legitimamente. A sociedade civil conhece apenas a legalidade por ela criada, que visa facultar a satisfação para o indivíduo apetitivo.”¹⁵²

¹⁴⁸ **Aggio, Alberto.** “A emergência das massas na política latino-americana e a teoria do populismo.” IN: **Aggio, Alberto & Lahuerta, Milton.** *Pensar o Século XX.* Editora Unesp. São Paulo, 2003. p. 164.

¹⁴⁹ **Vianna, Luís Werneck.** *Liberalismo e sindicato no Brasil.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978

¹⁵⁰ Ver Conniff, op. cit

¹⁵¹ **Gomes, Ângela de Castro.** *Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937.* Rio de Janeiro: Campus, 1979 p.66

¹⁵² Vianna, op. cit. p. 74. Um certo contraponto, entretanto, é muito essencial: “... é preciso ressaltar que o empresariado no Brasil ao mesmo tempo que desenvolve uma linha de argumentação limitadora da ação do Estado, porque centrada nas potencialidades da fábrica, defende e busca esta intervenção face às condições de atraso do nosso desenvolvimento industrial. Portanto, ele é perfeitamente capaz de combinar postulados do mais puro liberalismo com a proposta de intervenção em campos de seu interesse. Esse tipo complexo de práxis liberal desta fração de classe talvez explique por que, no pós-trinta, o crescente intervencionismo do Estado na economia pudesse-se combinar, durante certo tempo, em seu discurso com a manutenção de muitos dos princípios liberais. Além disso, não se pode também deixar de registrar, ao longo dos anos vinte, uma profunda transformação que vem ocorrendo no debate político-ideológico da questão da legislação social. Ou seja, este tipo de legislação cada vez mais passa a ganhar os contornos de uma intervenção conciliadora entre capital e trabalho, promovendo e não punindo os interesses daquele fator de produção. Tal orientação, que se origina e começa a articular-se ainda nesta década, iria explicitar-se clara e completamente nos anos trinta.” Gomes. *Burguesia...* op.cit p.195

“Tem-se que a pressão organizada da classe operária, ao contestar a forma mercantil, impõe a “publicização” do privado, provocando a intervenção do Estado sobre a s condições de compra e venda da força de trabalho. Nessas condições, a sociedade se converte em palco de contenda entre grupos sociais, e não mais entre simples indivíduos. O Estado de Paz não pode assim, ser construído segundo o modelo do liberalismo clássico, uma vez que a desmistificação da forma mercantil acarreta a inviabilidade de uma obrigação política baseada na igualdade legal”¹⁵³

É essencial notar que a assistência hospitalar pública se afirmará no Brasil como previdenciária, de acesso exclusivo aos trabalhadores formais inscritos junto ao MTIC – dessa forma, ela também diz respeito às “condições de compra e venda de força de trabalho” na qual o Estado intervém. Os hospitais municipais criados sob Pedro Ernesto não são previdenciários, mas, por assim dizer, “universalistas”. Muito embora sejam teoricamente não-gratuitos, podemos lê-los também como uma forma dessa “publicização” do privado, principalmente quando temos em mente que a assistência médica não chegou à década de 1930 como responsabilidade estatal, a nível federal ou municipal (o Estado intervinha sobretudo como filantropo, principalmente através de subvenções dirigidas em sua maioria à Santa Casa.)

Por isso, é necessário uma politização classista de todo engajamento estatal na construção da “cidadania”. Se Aarão entende as políticas sociais como uma “cornucópia”¹⁵⁴, setores próximos ao prefeito tinham de forma muito consciente o caráter reacionário de toda sua diferenciada política promotora de um volume inédito de provisões sociais.

É bem verdade que, nas fontes que analisaremos a seguir, devemos situar tal consideração como resposta a setores conservadores da sociedade que, ainda referenciados no Estado liberal, olhavam com estranheza, como é típico das classes superiores, o populismo de Pedro Ernesto. Procura-se nestas fontes, por isto, justificar a aproximação das demandas populares como uma forma de contenção de distúrbios políticos. Mas tal revela também qual era a questão social e política preponderante na cidade. Assim, Arbahlão Benjamim (de quem não temos outras informações), por exemplo, caracteriza o prefeito (assim como Vargas) como um político “verdadeiramente liberal”. Colocando que a política serve para fazer justiça e não para “atender o apetite do mando e dos gozos materiais”, Benjamim procura promover uma superação de uma idéia de Estado como tendo apenas uma função coercitiva para outro em que o atendimento de demandas

¹⁵³ Idem p. 23

¹⁵⁴ **Reis, Daniel Aarão.** “O colapso do colapso do populismo”. IN: Ferreira, Jorge (org.) *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. p.345. A ideia deste autor deve ser muito relativizada: “É possível apontar para alguns dos problemas dessa visão positivada do trabalhismo tomando por base sua fragilidade empírica. A legislação social, por exemplo, base da idéia de uma “cornucópia” de direitos de que trata Aarão Reis ou da associação entre as políticas públicas brasileiras e o Welfare State europeu feita por Jorge Ferreira, só poderia ser assim entendida se tomássemos como prática efetivada o que estava na registrado na “letra da lei”, algo impossível de ser aceito por quem minimamente se detém sobre o período.” Mattos. “Os historiadores...” op. cit. p. 29-30

econômicas e políticas fazem parte do seu novo *modus operandi*.

*“Estará assim implantada a Ordem Liberal, que não é a ordem obtida por coação; que não é a paz imposta pela disciplina das legiões de Roma Antiga aos povos vencidos. Estará implantada a Ordem cuja visão a todos seduz; a Ordem obtida com a harmonia das vontades educadas no Amor da Paz que se fundamenta na existência da perfeita Justiça. Penso que é por meio da Justiça que se chega à Ordem.”*¹⁵⁵

Para Benjamim, Pedro Ernesto seria o empreendedor de uma “revolução pacífica”, semelhante a que Roosevelt estaria empregando pioneiramente nos Estados Unidos. O modo de governar do prefeito teria o mesmo objetivo dos anteriores, a ordem, tendo como diferença os meios empregados, que no caso seria a justiça social. O liberalismo de Pedro Ernesto, ainda segundo Benjamim, se contrapõe ao que considera um pseudo-liberalismo que só favorece os privilegiados. Esse pseudo-liberalismo é incapaz de instituir a Fraternidade, isto é, a harmonia social na sociedade. O termo “liberal”, conforme menciona o próprio prefeito, ficou profundamente associado no pós-1930 ao governo de oligarquias, tendo sido “ferido de morte” pelo “confusionismo” brasileiro. O seu engajamento discursivo, então, se articulará em torno da “democracia” - que seria oposta ao período “pré-revolucionário” de atendimento privilegiado de grupos sociais e econômicos. A democracia “é um regime para o benefício de todos e não de alguns”¹⁵⁶.

Por outro lado, é notável que o jornal O Autonomista celebre Pedro Ernesto como aquele que introduzira no país “a mais elevada forma de socialismo”¹⁵⁷, significando “socialismo” o mesmo que a ordem Liberal de Benjamim, isto é, uma série de políticas destinadas a manutenção da ordem vigente. O próprio prefeito pensava-se como tal: antes de montar o PADF, foi um dos nomes do Partido Socialista Brasileiro, e era sob a alcunha de socialista que se apresentava, até que o aumento das tensões políticas na sociedade tornaram a palavra por demais maldita. Ainda assim, no calor do ano de 1935, o jornal aliancista A Terceira República trazia em sua primeira página, dividida com uma entrevista com Prestes, a manchete: “Socialismo...Pedro Ernesto agora se define”:

Depois desse discurso [discurso de posse como prefeito eleito], os adversários de Pedro Ernesto procuram apresentá-lo como não somente socialista, mas até como comunista. Os que se dizem comunistas juram que Pedro Ernesto está mistificando as massas para obter votos e conservar-se no poder. Resolvemos, logo no nosso primeiro número, esclarecer esse caso. Decidimos que

¹⁵⁵ Arbahlão Benjamim. Sem título. Em 21 de agosto de 1933. Arquivo PEB fot 08-12

¹⁵⁶ PEB Entrevista ao Correio da Manhã 15 de maio de 1935 fot. 900

¹⁵⁷ O Autonomista, n.5, 29 de dezembro de 1934.

háviamos de arrancar dele uma declaração “sim” ou “não”. Nada de “talvez”. Ou ele é a favor do proletário e está disposto a enfrentar a burguesia, ou é mesmo da burguesia e está mistificando o proletário.”

Ao invés de esclarecer, o didatismo proposto pelo jornal confunde. As contradições são flagrantes:

“Para desfazer dúvidas quanto à sinceridade de suas intenções, quando o Dr. Pedro Ernesto terminou o seu revolucionário discurso, no dia da posse, dirigiu-se ao povo da seguinte forma:

“Povo! Se as forças contrárias com que terei de lutar forem de tal forma poderosas que me impossibilitem de realizar este programma, convocarei a todos vós a que interessa esta realização E EM PRAÇA PÚBLICA ENTREGAREI O CARGO PARA QUE TOMEIS A RESOLUÇÃO QUE VOSSAS CONSCIÊNCIAS DITAREM”

Ora, quando o povo tomar essa resolução elle, o povo, nada mais estará fazendo que a revolução social.” (grifo no original)

Mas as palavras do próprio prefeito na entrevista que concedeu à Terceira República não abrem margem para se ter o povo como ator político:

“Os povos mais socializados são precisamente aqueles considerados pelo mundo inteiro como mais civilizados. Socialismo significa um regime no qual se processa o aperfeiçoamento do homem pelo homem; é a ditadura da razão. No capitalismo, existe a exploração do homem pelo homem; é o império dos instintos. Nós temos, naturalmente, de resolver todos os nossos problemas dentro da ordem. Sem ordem, nada se faz, nem mesmo na guerra. Não podemos fechar os olhos às realidades sociais para caminhar como sonâmbulos. Quem fizer isso se arrependerá. O nosso povo está sofrendo. De nada vale enganá-lo, nem a nós nem a ele. A única solução que há é a cura do mal e essa cura, por mais que queiram negar ou esconder, é o socialismo. Não há razão para temer o socialismo. Nós já temos o socialismo nas ruas, que são públicas; temos as estradas e os jardins socializados; os hospitais e clínicas socializados. Temos o policiamento das cidades corpos de bombeiros, os serviços de águas e esgotos, tudo socializado e todos aprovam isso. Seria absurdo cada um de nós pretender ter o seu corpo de bombeiros e somente seu, a sua rua e somente sua, etc. Tudo é uma questão de compreensão, organização e sistema. Nós, de hoje em diante, temos de produzir para consumir, e, não, especular com os produtos, como se vinha fazendo até aqui.”

(...)

- E a Constituição? Permitirá ela o socialismo progressivo na sua administração?

- Permite, sim. O meu programa é todo ele, fundamentalmente, constitucional e democrático. Nós, para a reforma social, não precisamos transgredir a Constituição de Julho.”¹⁵⁸

¹⁵⁸ A Terceira República, Rio de Janeiro, 5 de julho de 1935

Curiosamente, em entrevista concedida ao Correio da Manhã em 15 de maio daquele mesmo ano, o prefeito, fazendo referência aos “únicos documentos existentes” sobre o novo programa de seu governo e do PADF, disse que nenhum deles trata de socialismo enquanto “regime político-social”¹⁵⁹. Não há, necessariamente, contradição com a entrevista dada à Terceira República. De qualquer forma, o interessante aqui é sublinhar que a fala do prefeito e as questões dos jornais revelam o peso que tinha àquele momento o clássico debate da esquerda sobre reforma e revolução, relevante pela força da mobilização dos subalternos.

Ora, como colocou Poulantzas, o “pessoal do Estado” que se inclina para as massas populares tem como condição para tal uma continuidade que sustente este Estado que por vezes deve enfrentar interesses “mais à direita” ligados ou à burocracia ou às “feudalidades econômicas.” A história do Brasil é marcada por essa tensão, cuja solução, sempre com tons golpistas, foi esboçada em diversos momentos e concretizada em 1964. Este tipo de movimento ideológico que se aproxima das camadas populares em contraponto a elites mais conservadoras, mas que de forma alguma contesta o comprometimento com a democracia burguesa, foi apreciado pelo autor:

“Os agentes populares do pessoal de Estado que pendem para as massas populares vivem comumente suas revoltas nos termos da ideologia dominante, tal como ela se corporifica na ossatura do Estado. O que quase sempre coloca-os contra as classes dominantes e as esferas superiores do Estado, é que a dominação de grandes interesses econômicos sobre o Estado põe em questão seu papel de garantia da “ordem” e da “eficácia” sócio-econômica, destrói a “autoridade” estatal e o sentido das tradicionais “hierarquias” no seio do Estado. Eles interpretam o aspecto, por exemplo, de uma democratização do Estado não como uma intervenção popular nos negócios públicos, mas como uma restauração de seu próprio papel de árbitros acima das classes sociais. Eles reivindicam uma “descolonização” do Estado em relação aos grandes interesses econômicos, o que, a seu ver, significa o retorno a uma virgindade, supostamente possível, do Estado que lhe permita assumir seu próprio papel de direção política. Assim, mesmo os grupos do pessoal de Estado que se inclinam para as massas populares não apenas não colocam em questão a reprodução da divisão social do trabalho no seio do aparelho estatal – a burocratização hierárquica – mas além disso, não dão importância à divisão política dirigentes-dirigidos enraizada no Estado”¹⁶⁰

A presença de uma mentalidade mais condizente com a classe trabalhadora, ainda que atenda pelo nome de socialismo, de forma alguma significa, portanto, uma transformação nas relações do Estado. Segue sua lógica de propiciador da ordem capitalista, como já o colocou Gramsci, revelada

¹⁵⁹ Discurso Programa. p. 30

¹⁶⁰ Poulantzas, op. cit.

em limites impostos à movimentação dos de baixo.

A afirmação de intenções conservadoras, dirigidas sobretudo para setores inquietos com a crescente participação popular na política e como alvo dos recursos estatais, também está presente nos argumentos de Bulhões Pereira, advogado de Pedro Ernesto de quando este foi preso enquanto acusado de ser um dos cabeças do levante comunista de 1935. Bulhões organizou em 1937 seus argumentos em um livro de 259 páginas intitulado “*Razões da defesa do Dr. Pedro Ernesto*”¹⁶¹. Nele, prevalece o intento de colocar o prefeito não apenas inocente de qualquer conspiração mas também como um contra-revolucionário convicto. Ali há uma referência à Guarda Municipal criada pelo prefeito em 25 de maio de 1934, através do Decreto Municipal 4.790. Sublinha o advogado que a corporação, que seria composta por 1900 homens, foi criada para combate de rua contra agitações populares. Sendo assim, os carros Chevrolet foram equipados com chapas de aço de forma a se tornarem carros blindados para proteger os policiais em confrontos contra manifestações de rua. De fato, era reconhecido o caráter de milícia da Guarda¹⁶². Bulhões segue dizendo da participação do Tenente Coronel Zenóbio da Costa, reconhecido integralista, no comando da Guarda; e Góis Monteiro, então Ministro da Guerra, que orientou o aparelhamento da força. A participação dessas duas figuras, “incontestavelmente antissubversivas”, seria prova cabal contra as acusações de que a Guarda Municipal estaria articulada com o levante, e, mais do que isso, da inocência de Pedro Ernesto, que teria historicamente se posicionado ao lado do Catete.

Não temos informações sobre a atuação concreta da Guarda Municipal. Conniff considerou que ela foi usada como instrumento de proteção a reuniões de sindicatos, sem fazer qualquer referência à sua instrumentalização para repressão de movimentações operárias. O relacionamento colaboracionista que Pedro Ernesto empreendeu com estas entidades incluiu apoio e intercessões em greves: Conniff fala de participação em duas greves de 1935¹⁶³; o relato de Odilon Batista, filho do prefeito e à época membro da ANL, diz que o pai tinha ligações próxima com dois líderes dos marítimos, Pergentino e Eduardo Ribeiro, e teria apoiado a greve desta categoria¹⁶⁴. Isso pode nos fazer pensar que a Guarda se absteve da grande onda de repressão encabeçada pelo governo federal nesse momento da história brasileira – o que parece confirmado pela ausência, nos documentos políticos da classe trabalhadora pesquisados, de menção a esta polícia na repressão política. Entretanto, a questão não é simples, há que se considerar outros elementos. Primeiramente, devemos saber que no período da história brasileira que vigorou até 1964, a relação populista com sindicatos nunca excluiu a contenção violenta de impulsos que contestavam esse arranjo. Em um

¹⁶¹ **Bulhões Pedreira.** *Razões da Defesa do Doutor Pedro Ernesto.* (1937). PEB

¹⁶² Anais do Conselho Consultivo, 1934.

¹⁶³ Capítulo 8

¹⁶⁴ **Baptista, Odilon.** *Memória da Assistência Médica da Previdência Social no Brasil: Odilon Baptista* (1a entrevista, fita 1, 1986). Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2004.

momento de efervescência política na sociedade onde Vargas fez largo uso da repressão física para a implementação do seu projeto, não podemos deixar de considerar a instrumentalização da polícia municipal como braço coercitivo. Os anos de 1934 (ano de criação da corporação) e 1935 registram respectivamente 35 e 20 greves, uma escalada que começou principalmente em 1928, que teve 24 greves, em contraste com a maior parte da década de 1920, cuja maioria dos anos registrou 3 paralisações operárias¹⁶⁵. Uma polícia que não tenha tido ingerência nessas questões, e principalmente uma de tamanho expressivo como esta da Guarda Municipal, me parece algo pouco possível (apesar desta poder também ter atuado ajudando organizações trabalhistas, como o quer Conniff). Esta hipótese é reforçada pela presença dos já mencionados Tenente-Coronel Zenóbio da Costa e Góis Monteiro¹⁶⁶. Mas principalmente porque parece bastante improvável que a defesa tenha levantado um argumento que poderia ser desmentido tão rapidamente por um tribunal claramente comprometido com a perseguição política do prefeito, além de antenado com a repressão ao comunismo (leia-se mobilização operária). Ora, Pedro Ernesto, ao saber da movimentação revolucionária (da “Intentona”) no Rio de Janeiro rapidamente orientou ao integralista Zenóbio da Costa que preparasse a Guarda para a defesa do governo, frustrando expectativas de militantes comunistas que chegaram a acreditar que a corporação seria instrumentalizada em pró do levante:

*“Na tarde de 26 de novembro de 1935, recebeu o Tte. Cel. Zenóbio da Costa ordens peremptórias do Prefeito para que colocasse a Polícia Municipal à disposição do Ministro da Guerra, em face de um movimento revolucionário eminente, de ordem militar. Não sendo possível, como ponderou esse oficial, dar-lhe imediatamente cumprimento pelo avançado da hora, prontificou-se a fazê-lo no dia imediato”*¹⁶⁷

Em depoimento ao Tribunal de Segurança Nacional, disse Zenóbio :

¹⁶⁵ Sobre esta questão ver **Costa, Branno Hocherman & Freitas Josué Medeiros de**. “Greves e polícia política nas décadas de 1920 e 1930” IN: **Mattos, Marcelo Badaró**. *Trabalhadores em Greve, polícia em guarda. Greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro. Bom Texto, Faperj, 2004.

¹⁶⁶ A presença destas duas figuras, muito embora atestem, como o quer Bulhões, que a Guarda Municipal tenha atuado nas funções típicas de uma força policial, a subordinação política dos trabalhadores, nos engana enquanto ao relacionamento que Pedro Ernesto tinha com ambos. A presença destes dois antes de revelar um alinhamento completo com a repressão varguista, é um indicativo da queda-de-braço que Pedro Ernesto travava com o governo federal. A criação de uma polícia, idéia que o acompanhava desde 1932 (como revela Amaral Peixoto em *A arte da política*. Aspásia Camargo et al. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1986), significava uma maior independência política em relação a Filinto Muller e ao próprio Góis Monteiro (Conniff, op. cit. p. 186), este antigo companheiro do Clube 3 de Outubro e membro fundador do Partido Autonomista do Distrito Federal contra quem Pedro Ernesto tinha uma conhecida animosidade. A presença destes dois deve ser lida, assim, como uma influência do poder federal controlador de uma maior liberdade política do prefeito que vinha em ascensão. Nesse sentido, lembremos que o Código dos Interventores promulgado por Vargas em agosto 1931 proibia aos interventores o gasto de mais de 10% de suas despesas ordinárias com as polícias militares e um arsenal de artilharia e aviação proporcionalmente superior àquele do Exército.

¹⁶⁷ Razões..op.cit. p. 54.

“O Exército, a que tenho a honra de pertencer, é a única sadia e incontestável garantia que a Nação possui para assegurar a liberdade, a ordem e o progresso. Como seu representante e, no momento, diretor em comissão da única força armada da municipalidade, corro a depor, afirmando sob minha palavra de honra que jamais recebi outra Ordem do Chefe do Executivo Municipal que não fosse a de defesa do governo legal, sem medir quaisquer sacrifícios.”¹⁶⁸

Em carta dirigida a Filinto Muller, o mesmo militar coloca, depois de atestar apreço pessoal por Pedro Ernesto, que não recebeu deste ordem nenhuma que não fosse colocar a Polícia Municipal ao lado do governo instituído, o que foi reiterado quando do levante do Terceiro RI da escola de Aviação¹⁶⁹.

Não obstante os deslizos a que nos pode conduzir o advogado, seja sobre o sentido da Guarda Municipal para setores do poder federal, ou ainda sobre o tipo de relacionamento que Pedro Ernesto travava com membros da Aliança Nacional Libertadora, as considerações ali expressas nos constatarem o pensamento conservador com que a própria classe governante entendia sua aproximação com setores populares. Não só a já referida Guarda Municipal fazia parte do plano de controle político, mas também os investimentos em saúde e educação. Assim, o investimento estatal em políticas sociais eram, para o Bulhões, meros instrumentos de uma estratégia política, como aparece no texto a seguir:

“A obra que já realizara na administração pública, como parte de um programa gigantesco de assistência social, orientado pelo alto desígnio de auscultar e satisfazer os anseios, às aspirações, aos direitos da grande massa humana – esquecida e menosprezada – participava de uma política clarividente e verdadeiramente conservadora, capaz de opor diques de proteção ao regime contra a maré montante das reivindicações as mais justas, que desatendidas e represadas, avultam, entumecem e se precipitam na fatalidade dos movimentos incoercíveis, levando de roldão toda uma velha arquitetura de desigualdades, egoísmos e prepotências. Daí a necessidade de combatê-lo, de inutilizá-lo, porque dar à massa hospitais, escolas, trabalho, em uma projeção crescente do Amparo do Estado aos que laboram e sofrem, aos que produzem e nada tem, era canalizar a corrente do descontentamento e da revolta, desviando-a do sentido subversivo para o largo estuário da operosidade construtora, onde todas as forças comungam no mesmo ideal de servir à Pátria.”¹⁷⁰

Ainda que expostos diretamente seja por conta de interesses políticos (não dissociar-se de uma elite política e da sociedade civil), como é o do texto de Arbahlão Benjamim, seja para a libertação física de Pedro Ernesto (a intenção de todo o livro de Bulhões Pedreira), tais textos

¹⁶⁸ Idem. p. 53

¹⁶⁹ Fundo Polícias Políticas (1905-1983), do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

¹⁷⁰ Pedreira, Bulhões. Razões da defesa do Dr. Pedro Ernesto. 1937. p.17 e 18. PEB

expressam uma consciência política de grupos próximos ao prefeito.

Pedro Ernesto coloca a mesma idéia em uma associação de trabalhadores que criou em 1935, a União Trabalhista. Trata-se, nas palavras do próprio prefeito de “*O primeiro núcleo de mobilização das forças trabalhadoras do Rio de Janeiro para colaboração e aproximação mais estreita com o governo*”, voltada para “*resolver a questão social*”. Foi erguida com a forte necessidade de veicular sua ideologia legitimadora de políticas sociais, ou seja, uma base para a articulação de uma opinião pública mais favorável, necessária para a realização do seu inovador projeto. Como disse em entrevista ao Correio da Manhã, em 1935:

*“Como sabe, não é possível governar e muito menos governar renovando sem cuidar de organizar núcleos de opinião sólida e esclarecida para o apoio de medidas novas que devem ser levadas a efeito.”*¹⁷¹.

Ainda sobre A União, coloca:

“Não se trata de um partido político, como se deixa fazer crer certos adversários disfarçados da aproximação entre o poder e as classes populares. Trata-se de uma associação livre e independente de trabalhadores e intelectuais que se dispõem a organizar-se para mútuo esclarecimento e mútuo benefício, como ainda para a defesa eficaz de seus interesses legítimos. (...)

*A aproximação que hoje se inicia entre o governo e as camadas verdadeiramente populares virá dar fontes de inspiração e de apoio às iniciativas do governo, rasgando novos rumos para maior justiça econômica e maior justiça social”*¹⁷²

Durou apenas 7 meses mas reuniu em torno de si 70 sindicatos, contando com milhares de associados¹⁷³. A entidade, apesar de hegemônica por forças alinhadas com Pedro Ernesto, tinha em seu interior comunistas que pretendiam subverter o espírito colaboracionista com que foi criada¹⁷⁴. Sua criação gerou polêmica em relação ao próprio Partido Autonomista, que temia ter na União Trabalhista um opositor de corte socialista que abarcaria o prefeito com toda a sua popularidade, tal como expresso na carta de Augusto Amaral Peixoto a Odilon Baptista¹⁷⁵. O debate na imprensa seguia com a tônica de que haveria um racha dentro do PADF, às vezes insistindo que a

¹⁷¹ PEB 903

¹⁷² PEB fot. 894

¹⁷³ Provavelmente, parte destes sindicatos não pertencia à cidade. Pedro Ernesto teve, em outras ocasiões, solidariedade de sindicatos espalhados em todo o Brasil.

¹⁷⁴ Duvidamos assim da colocação de Gawryszewski de que a União Trabalhista era hegemônica pelo PCB (p. 42).

¹⁷⁵ PEB fot.526, citada por Sarmento, p. 187: “*Compreendi que a União [Trabalhista] era a célula da futura organização que deveria substituir o autonomista. Combati essa maneira de explorar a credulidade dos nossos operários. Na Constituinte defendi com ardor e intransigência as reivindicações justas dos trabalhadores. Tenho como melhor testemunho a própria bancada trabalhista, inclusive os elementos do operariado como Vasco de Toledo e o Acir Medeiros. Revolta-me agora assistir pseudossocialistas, indivíduos que não conhecem sequer as necessidades dos trabalhadores, arremetendo as massas para conduzi-las por maus caminhos*”.

nova agremiação seria um partido político radical. Perguntado pelo Correio da Manhã sobre se era real “a expectativa de fusão dos atuais quadros políticos que seguem sua orientação com o da nova corrente que se levantou sob a bandeira social-humanitária”¹⁷⁶, Pedro Ernesto negou que houvesse conflito, já que a União não era um partido mas apenas um canal de diálogo. Sobre o significado da criação da União para os setores internos do Partido Autonomista, Sarmiento diz:

“Se a definição inicial de uma frente pró-outubrismo havia se decomposto, a consolidação de um perfil marcadamente local, voltado para a lógica imanente ao campo, se cristalizava a partir do próprio alargamento do leque de lideranças que passaram a apoiar e a usufruir das estruturas do partido e das facilidades de acesso aos bens e serviços públicos facultados pelo Executivo Municipal. Porém, a gradativa aproximação de Pedro Ernesto com os movimentos operários e populares impeliria a estrutura partidária em novas direções, forçando-a a acomodar um novo contingente político, o que representaria uma drástica reconfiguração de suas estruturas internas de coesão”¹⁷⁷

Isto é, a lógica do PADF, nos seus primórdios, respondia ao programa tenentista. Entretanto, o partido passou a ser definido mais propriamente a partir da própria disputa partidária carioca, se tornando um alicerce em busca de autonomia, o que significava um eixo estruturador do “capital político” a vários grupos políticos do Rio de Janeiro. Ou seja, passou a se caracterizar mais como um partido de feições locais que espelhava a lógica organizacional do clientelismo, sustentadora da estrutura partidária e do próprio Pedro Ernesto. Um partido fisiológico, diria algum jornalista atual. Para Sarmiento, essa estrutura não comportava a aproximação de Pedro Ernesto com os operários, que marcaria a intenção deste de passar de um “partido de quadros” a um “partido de massas”¹⁷⁸: isto exigiria uma reconfiguração das redes de clientela e do “capital político” que aí transitava. A solução encontrada pelo prefeito foi a criação de uma segunda organização¹⁷⁹:

“O possível ingresso de lideranças trabalhistas na composição de forças que conformavam a estrutura do partido implicava uma redefinição de seu pacto interno de relações estabelecidas, demandando uma recomposição dos padrões relacionais, alterando assim o seu mapa de forças e a estrutura de coesão destas em seu interior. A dificuldade de negociar esta transformação do partido com as lideranças políticas agregadas conduziu à opção alternativa de criação de uma organização paralela, que pudesse gradativamente suplantar a estrutura anterior e possivelmente assimilá-la ao novo modelo de partido, conforme temia Augusto

¹⁷⁶ Discurso Programa p. 38-9

¹⁷⁷ Sarmiento, p.189

¹⁷⁸ Sarmiento, p.192

¹⁷⁹ Vargas, em seu diário: “No domingo estive aqui o interventor do Distrito. O pleito eleitoral considerado líquido. Leu-me um programa político de natureza técnica que pretende lançar como base de um novo partido, ou antes, de transformação do Partido Autonomista.” Apud. Sarmiento, p.190

Amaral Peixoto.”¹⁸⁰

Não obstante, o problema persistia. À crítica dos autonomistas somava-se um anticomunismo, que a tradicional oposição e a imprensa também exploravam: O Diário da Noite, chafurdando-se no sensacionalismo e na hostilidade, chegou a declarar que o prefeito assumira a presidência da Aliança Nacional Libertadora¹⁸¹.

Para Sarmiento, um dilema central vivido pelo prefeito estava entre atender às demandas clientelísticas tão tradicionais dos políticos do partido e cumprir as benéficas intenções da sua política e programa sociais (o que incluiria a aproximação com os trabalhadores):

“As críticas oposicionistas dão a justa noção do ambiente que circundava a administração municipal, onde o interventor tinha clareza de que o apoio a seu governo e a seu projeto político estaria na dependência direta do atendimento das demandas básicas de caráter clientelístico oriundas das diferentes lideranças agregadas ao partido. Dentro deste raciocínio perde-se um pouco o referencial da política social de Pedro Ernesto, que no entendimento de seus opositores nada mais seria do que o pretexto para a abertura de novas ofertas de empregos públicos, capazes de saciar o apetite voraz do empreguismo clientelista. Podemos perceber a tensão sobre a qual se situava o prefeito carioca, procurando conduzir por um lado uma política social pautada por um rigoroso programa sociopolítico e tendo que atender por outro lado às demandas clientelísticas dos grupos que o apoiavam.”¹⁸² (grifo meu)

Para o autor, o Partido Autonomista “foi uma obra de arquitetura política que tinha por objetivo principal sustentar o grande projeto político-social de Pedro Ernesto”¹⁸³. Este projeto significa a resolução da “questão social” de forma a se atingir “a plena coesão do “corpo social””, e também significa a entrada do Brasil na ordem industrial.¹⁸⁴ O livro de Sarmiento observa, então, como se equilibravam o projeto idealizado (que é positivado pelo próprio autor) e a, digamos, *realpolitik*. O primeiro seria o fim e a segunda, o meio ao mesmo tempo que o obstáculo¹⁸⁵. Algo que Sarmiento escolhe para validar o argumento que vem tecendo é, curiosamente, o depoimento do filho de Pedro Ernesto, Odilon Baptista, “que vivenciou todos os impasses da carreira política de seu pai” e teria guardado deste período “a nítida impressão de que Pedro Ernesto lutava para se

¹⁸⁰ Sarmiento, p.193

¹⁸¹ Sobre a polêmica da União Trabalhista na imprensa, ver Mourelle, p. 179-84.

¹⁸² p.173

¹⁸³ p.165

¹⁸⁴ p.131.

¹⁸⁵ O entendimento de Sarmiento lembra as palavras de Austregésilo de Athayde: “A vida pública encheu-o de decepções e sofrimentos, porque lhe faltavam horizontes para integrar-se num sistema e agir em função de uma determinada ideologia. Não pertencia à família múltipla e variada do “anthropos políticos” (...) Possuía, no entanto, comunicações secretas com as massas, esse sentido que faz as vezes os poetas, os santos, os heróis, e que consiste em sobrepor a caridade a toda outra forma de ação social” “Exegese de Pedro Ernesto” (PEB) Publicado originalmente no Diário da Noite, 15/10/1942. Apud. Vieira, p. 469.

equilibrar entre seu projeto social e as reivindicações dos diferentes grupos que o apoiavam”:

“Meu pai deu um apoio muito grande às decisões de Anísio (Teixeira), mas foi muito combatido por esse grupo de políticos que queriam transformar a secretaria, uma secretaria que dá muito emprego, num foco de política. Enquanto papai ficou na prefeitura, resistiu a isso.”¹⁸⁶

A União Trabalhista, enfatiza o autor, faz parte da construção da “utopia renovadora” em que estava engajado o prefeito, que àquela altura lidava com todo o ranço elitista dos seus opositores por conta de sua aproximação organizativa com os trabalhadores. As “*poucas linhas [onde] podemos detectar de forma bastante nítida os eixos principais de articulação da utopia renovadora*”¹⁸⁷ são, para Sarmiento, as que seguem:

“As atribuições que o poder confere justificam-se porque delas precisa o Estado para servir o bem coletivo (...) Para isso, é mister que a política a que o poder serve se apoie em bases incontestavelmente populares, de modo que o público veja e sinta pela ideologia e pelos atos que os seus interesses e as suas aspirações estão sendo promovidos e defendidos.

Apesar da relativa dificuldade de extrair das doutrinas político-sociais contemporâneas o que seja realmente incontrovertido, duas observações, pelo menos escapam a quaisquer dúvidas. A primeira é que o aperfeiçoamento dos meios de produção tornou possível, pelo aumento da riqueza social, uma redistribuição de bens e comodidades, mais equitativa e mais compatível com as necessidades do trabalhador moderno. A segunda é a de que o Estado não se pode conservar na atitude de simples espectador ou policiador do progresso humano, mas deve ser nessa fase de sua evolução histórica, o regulador da vida da comunidade.

Hoje, tudo mudou. Grande já vai se tornando o nosso poder de construir a sociedade pela ciência e pela técnica e, por conseguinte, de eliminar do seu seio a miséria, a pobreza, os aspectos degradantes da inferioridade. Nada disso pode ser mais recebido e aceito como imposições do destino”¹⁸⁸

Entretanto, cabe-nos acrescentar um elemento a essa discussão que é mais revelador do sentido geral da administração de Pedro Ernesto. No discurso de inauguração da União Trabalhista, o prefeito diz:

“É indiscutível, com efeito, meus senhores, o alargamento de funções do governo, no momento presente. É indiscutível que o mesmo não pode se restringir à sua primeira função de mantenedor da ordem. É indiscutível que deve ir mais longe. Deve manter a ordem mas sobretudo melhorá-la porque melhorá-la é o

¹⁸⁶ p.173. O secretário de educação Anísio Teixeira vinha sendo combatido como ateu e comunista, principalmente pelo seu curriculum que se chocava com as doutrinas da Igreja.

¹⁸⁷ p.135

¹⁸⁸ PEB fot. 3-7. Apud. Sarmiento p. 135

único meio de mantê-la. E como querem que façamos isso? Conservando os mesmos órgãos, as mesmas atividades e as mesmas funções anteriores? Ou, pelo contrário, abrindo ao governo novas possibilidades de contato com o povo, com a maioria do povo, cujos interesses, acima de tudo, deve defender, sentindo-lhe as necessidades e as aspirações para que as mesmas possam influir e atuar sobre os rumos e as diretrizes que ao governo compete seguir em face de suas novas responsabilidades e novos deveres? (...)

Romper com esse espírito de oligarquia e ir ao encontro dos problemas econômicos e políticos da massa não é fazer extremismos, não é ameaçar instituições. (...) É realizar a verdadeira obra construtora de fazer viver as instituições para que elas possam ser mantidas”¹⁸⁹

Se o quadro não é exatamente o dos políticos manipuladores que enganam a classe trabalhadora oferecendo benefícios materiais em troca de obediência política, imagem essa execrada na historiografia mais recente por quase todos os lados, o que temos são as políticas sociais explicitamente envolvidas em uma estratégia de manutenção da submissão política dos subalternos. A importância da União dos Trabalhadores do Distrito Federal não pode se reter no fato de ser para o prefeito mais um ponto de apoio, um *“parceiro político, um interlocutor”¹⁹⁰* ou simplesmente uma *“solução encontrada para agregar em sua política partidária grupos que estavam encontrando resistência na entrada para o Partido Automomista”¹⁹¹*. Ela encarna, com toda a literalidade com que foi apresentada acima, mas não só por isso, arranjos políticos conservadores em meio ao horizonte de conflitos classistas que se gestavam no país naquele momento: sua criação é um episódio do transformismo que é uma das lógicas políticas fundamentais da administração da prefeitura. Seu significado é o da cooptação¹⁹², não necessariamente por conta de uma traição de subjetividades, como o termo é muitas vezes entendido. Mas como uma *“reacomodação”* da classe trabalhadora e de algumas mudanças no perfil do Estado dentro da organização social fundamentada no esquema produtivo explorador do capital. Deve ser entendido como algo maior do que a gerência partidária das forças trabalhistas¹⁹³, que

¹⁸⁹ O discurso realizado na inauguração da União Trabalhista foi também publicado em um pequeno livro para divulgação em 1935 intitulado “Discurso Programa”. Pode ser consultado também no acervo sobre Augusto Amaral Peixoto em construção no Museu do Ingá.

¹⁹⁰ Sarmiento, p. 152

¹⁹¹ Mourelle, p.180 e Sarmiento, p. 186

¹⁹² Não como a efetuada pelo governo federal em seu relacionamento com os sindicatos. Ali, havia uma institucionalização e burocratização formadores de um corporativismo não engendrado pela municipalidade.

¹⁹³ Sarmiento faz referência a esse controle partidário, mas sua tônica preponderante é mesmo a de que Pedro Ernesto estava constituindo *“verdadeiros e participantes cidadãos”*: *“A atuação de Pedro Ernesto à frente do Executivo municipal do Distrito Federal, desde sua nomeação em 1931, se caracterizou por um respeito a tais princípios, os quais foram aprofundados ao longo dos anos de sua administração. Já que não podia agir diretamente na adequação da economia brasileira à ordem industrial, utilizou-se das estruturas do Estado para promover a elevação da população e a formação dos novos cidadãos. Consideramos que o principal instrumento utilizado pelo prefeito neste propósito foi a sua política educacional e de saúde, entendendo-se este binômio como as principais alavancas para o impulso do desenvolvimento social da população, no caso, da cidade do Rio de Janeiro. Além destas ofertas de bens e de serviços públicos, a aproximação do prefeito com as camadas populares e com as organizações trabalhistas revestiu-se de um aspecto de inovação da práxis política no Brasil, na medida em que*

seria capitaneada por um indivíduo em especial para um projeto político pessoal. Muito embora isto seja plenamente verdadeiro, o pano de fundo da história que lhe confere seu sentido mais fundamental é a luta classista.

É essencial sublinhar, portanto, que Sarmiento não leva em conta esse movimento de Pedro Ernesto quando pensa nos significados da “utopia renovadora”, que para ele se encerra nas selecionadas palavras do prefeito dirigidas ao seu ideal de justiça e paz. É curioso também que, ao citar este mesmo trecho do discurso de inauguração da União Trabalhista, o autor o traduza como indício da modernização que Pedro Ernesto almejava para o país, que seria a superação de uma economia agrário-exportadora rumo a uma sociedade urbanizada com forte mercado interno. Repete, como análise histórica, a formulação do próprio Pedro Ernesto, que falava em adequar a sociedade às demandas do moderno capitalismo. Sarmiento, então, lê como transformador um discurso cujo o tom primordial é retrógrado, notavelmente, ainda que descontemos o sentido pejorativo dessa palavra. Daí, o autor segue o texto comparando o programa estatal de Pedro Ernesto com o New Deal, de Roosevelt, deixando o óbvio apelo reacionário de Pedro Ernesto sem comentários.¹⁹⁴

Retomo aqui a consideração de que o movimento de revolução passiva não é hipótese válida porque explícita por parte do prefeito. Não se trata de uma dinâmica política que se encerra em intenções ou opiniões de indivíduos, muito embora essas tantas referências sejam reflexo e também partes constituintes da luta de classes na cidade. A revolução passiva é um processo objetivo, estruturador das relações sociais de subordinação e é apreendida por uma abordagem ampla do conjunto da sociedade, sendo uma síntese. Tal ultrapassa em muito o tempo em que Pedro Ernesto esteve à frente da municipalidade, bem como engloba muitos outros atores (entre os quais, os mais preponderantes são os da esfera federal).

Por fim, quero destacar um discurso de Pedro Ernesto, dirigido a uma manifestação favorável. Não há informações sobre a data deste discurso, mas ele deve ter ocorrido nos momentos mais tensos de 1935 ou 1936:

“Nunca foi tão grave o momento brasileiro porque nunca estiveram, como estão hoje, em perigo as reivindicações populares mais singelas, aquelas todas que tiveram no próprio Império e que foram mantidas pela República. É o

procurava criar canais de comunicabilidade entre o Estado e a população. Dava-se prioridade às entidades que representavam efetivamente a força de trabalho, visando a compartilhar um projeto que objetivava a inserção destas massas na vida civil, constituindo-os verdadeiros e participantes cidadãos. Estes três aspectos da administração Pedro Ernesto, o próprio tripé sobre o qual se sustentava a “utopia”, foram portanto priorizados nesta análise, em que pretendemos observar como a prática administrativa agia em concordância com um projeto político-social maior.” (p. 133)

¹⁹⁴ Sarmiento os considera diferentes pois Roosevelt projetava desenvolvimento econômico, enquanto Pedro Ernesto, a adequação da sociedade à uma economia moderna. p. 153-156

próprio direito de fazer um governo popular, democrático e humano que está em risco de cair no Brasil.

(...)

Reafirmo meu programa de ação: (...) serei no governo uma garantia à democracia...uma consciência vigilante pelas reivindicações populares.

Darei, como tenho dado até hoje a este governo, o sentido popular que o caracteriza, pondo as forças e poder que mo confiaste a serviço dos vossos interesses, da vossa educação, da vossa saúde e dos vossos direitos à vida e à tranquilidade do homem.”

Ele se posicionava em meio à polarização encarnada sobretudo por integralistas e comunistas. O alvo mais forte é o primeiro grupo. Como notam muitos autores, diante dos integralistas e diante de Vargas que radicalizava seu centralismo ditatorial, Pedro Ernesto aparecia como contraponto democrático, que valorizava as eleições e os direitos de cidadania em meio à toda a tensão política da situação – e isto em um momento em que vários grupos sociais (burguesia industrial, Igreja, etc.) criavam um consenso corporativista autoritário. Mas novamente aparece o significado desse bastião contra os partidos que pretendiam instalar uma ditadura a serviço das oligarquias: *“O regime democrático é uma válvula contra as revoluções, exatamente porque permite o progresso indefinido do espírito de justiça social.”*

Quando de sua posse em 1935, Pedro Ernesto colocou que já passara o tempo em que os males da ordem social deveriam ser considerados “contingências fatais da condição humana”, pois a ciência e a técnica seriam capazes de eliminar a pobreza e a miséria da sociedade¹⁹⁵. O discurso que destacamos, entretanto, relativiza essa ideia:

“As limitações do regime democrático, a profunda desigualdade social em que vivem os brasileiros, nós a toleramos como contingências inevitáveis da nossa situação econômica e material, mas não as suportamos consagradas em leis e regimes que as tornem como base de sua própria estrutura.”¹⁹⁶

Está na ordem do dia um tema proposto pela ideologia dominante, resumido muito bem por Slavoj Žižek em sua paródia ao humanismo socialista do século XX: a construção de um *“capitalismo com face humana”*. Com suas intenções harmônicas em unir alta especulação financeira com filantropia, consumismo e ecologismo, produz uma das principais utopias do nosso tempo - e não há melhor palavra para caracterizar a fé na tarefa da política de conter a fome do capital, expressa também ali naquela não tão longínqua década de 30. Mas tal só pode vir acompanhado de uma mistificação, de um entendimento da “profunda desigualdade” como “contingência inevitável”. (E no caso do discurso de Pedro Ernesto, “As limitações do regime

¹⁹⁵ “Discurso Programa” p. 7

¹⁹⁶ PEB fot. 879-880

democrático” é um triste eufemismo¹⁹⁷) O quadro fica como dado inalterável e a democracia, com suas pretensões legais de igualdade, é seu bastião. Cabe, então, como que em uma repetição do próprio pensamento de Pedro Ernesto, um velho questionamento de inspiração marxista:

“E se a democracia for em última análise uma defesa contra si mesma, contra a democracia no sentido de intrusão violenta da lógica igualitária que perturba o funcionamento hierárquico do edifício social, a tentativa de tornar esse excesso novamente funcional?”¹⁹⁸

¹⁹⁷ *“Liberdade de associação? As reuniões públicas são interrompidas com balas, gás lacrimogêneo e granadas de mão. Recentemente a cidade testemunhou um bárbaro ataque de bandidos da polícia a uma reunião de estudantes universitários. Direito de associação? Os sindicatos são atacados diariamente. A Confederação Unitária Nacional de Trabalhadores, legalmente fundada por um congresso de trabalhadores às vistas da imprensa (e certamente da polícia), viu seus líderes presos e sua assembléia geral violentamente encerrada durante debates sobre salários. Liberdade de imprensa? Em toda parte os tablóides populares são confiscados e seus editores trancafiados e perseguidos. Liberdade de organização? Sociedades políticas, beneficentes e culturais são abortadas, com a simples alegação por parte da polícia de que não se ajustam a algum modelo da polícia, com o qual não se identificarão. Direitos individuais? É preciso apenas observar os casos surgindo diariamente nos tribunais, especialmente o de oficiais militares.”* Discurso do deputado tenentista Velasco. Apud. Conniff, p. 188. A situação, como vimos anteriormente, não é exclusiva do turbulento ano de 1935

¹⁹⁸ **Zizek, Slavoj.** *Em Defesa das Causas Perdidas.* Boitempo. São Paulo, 2011.

Capítulo 2 – A “pequena política” e o Partido Autonomista do Distrito Federal

“A política no Distrito Federal é certamente a mais difícil do país. Infinitamente fragmentada, sem um líder que tenha apoio suficiente para ser eleito por seus próprios méritos, a política local vive de acordos, compensações e combinações instáveis que, como bolhas, aparecem e desaparecem com facilidade.” Jornal do Brasil, 25 de novembro de 1926¹⁹⁹

2.1 Eleição

É necessário trazer um olhar sobre a dinâmica eleitoral e a composição e atuação do PADF, com todo o já há muito trivial esquema que comporta esse jogo, de forma a compreender, para além das virtudes pessoais e da “espetacular” administração do prefeito, o seu sucesso nas urnas e nos corações da população.

É importante saber, portanto, que àquele tempo os próprios partidos eram responsáveis pelo cadastramento dos eleitores, o que significava um trabalho ativo de busca e esforço para conquista de cada vez mais votantes. O “brazilinista” Michael Conniff a partir de entrevistas realizadas na década de 1970 com políticos cariocas nos fornece um quadro do que era uma eleição no Rio de Janeiro do período que estudamos. Os políticos eram encarregados do processo de registro, fornecendo certificados de nascimento, fotos, formulários preenchidos, transporte para e do local de registro, e às vezes até aulas de “alfabetização” para os que não sabiam assinar os nomes.²⁰⁰ O cadastramento pelo partido praticamente garantia o voto no mesmo, uma vez que era entregue ao eleitor uma cédula já contendo o nome do candidato impresso²⁰¹. Segundo o Jornal do Povo, não seriam aceitas cédulas com o nome do candidato manuscrito²⁰², o que pressupõe contato prévio com a estrutura do partido que fornecia a cédula com nome impresso ou datilografado. O sucesso do partido, em um momento onde o alcance dos meios de comunicação muito embora forte, era insuficiente²⁰³, dependia muito de uma mobilização de pessoal e de um contato direto que incorporava a clássica relação entre votos e favores.

Esse sistema guarda muitas semelhanças com o que se convencionou chamar de “coronelismo”. Com auge no meio rural da Primeira República, ali também havia, como elemento básico para o funcionamento da representatividade, essa “preparação” e “custeio” do eleitor por grupos privados associados aos partidos, o que incluía transporte e até dia de trabalho perdido por conta de viagem. Outra semelhança entre o coronelismo e o processo urbano que exponho aqui, esta

¹⁹⁹ Apud. Conniff, p. 98

²⁰⁰ Conniff, p. 146

²⁰¹ Idem, p.97. No Fundo Polícias Políticas, do APERJ, encontramos cédulas do PADF.

²⁰² 14 de outubro de 1934.

²⁰³ Pedro Ernesto fez significativo uso do rádio.

de caráter “estrutural” e mais fundamental, é o clientelismo. O que Nunes Victor Leal conceitua em seu clássico estudo, entretanto, tem características próprias: trata-se de um sistema peculiar onde o controle de um cargo público pesava muito no cálculo como instrumento de dominação pessoal, não tão simplesmente como empreguismo. O “mandonismo”, esse arbítrio de nível pessoal, é dos traços mais fortes no campo e não se encontra no mesmo nível no meio urbano do Rio de Janeiro nesse começo dos anos 1930²⁰⁴.

Uma figura essencial nesse esquema era o “cabo eleitoral”, que vinha a ser o ponto de contato entre a população e os candidatos ao cargo (estes usualmente chamados de “chefes políticos” ou “figurões”). Um cabo eleitoral também poderia concorrer à Câmara de Vereadores, o que o tornaria, segundo a nomenclatura que Conniff extraiu dos seus entrevistados, um “chefe político”²⁰⁵. Havia assim uma certa estrutura de relações onde se tinha uma concessão de favores para baixo e de votos para cima.

“O cabo lidava com favores pequenos – uma rua pavimentada, uma calçada, um emprego na construção de uma estrada ou proteção contra o vandalismo – mas a importância dele era realçada por sua constante disponibilidade para com a população local. Era em geral um morador a longo prazo no local e um líder comunitário, conhecendo todos pelo primeiro nome.”²⁰⁶

Assim o cabo eleitoral, à medida em que as eleições se aproximavam, ia conferindo os documentos dos eleitores que cadastrou, promovendo comícios, distribuindo panfletos e, o mais importante, entregando a cédula com o nome do candidato. Costumava ser pago em dinheiro ou com algum cargo no governo.

Esse laço mais direto com a população poderia ser realizado por alguém com mais cabedal do que um simples cabo, isto é, o já referido “chefe político”. Esse é o caso de Júlio Cesário de Melo, dono de uma clínica médica e de um abatedouro que era o centro de processamento de toda carne fresca para o Rio de Janeiro, e que veio a ser um dos principais aliados de Pedro Ernesto²⁰⁷. O chamado “rei do triângulo”, atuante nas áreas de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, fazia uso do seus recursos privados, tornando-se com isso um dos mais tradicionais políticos paternalistas na

²⁰⁴ **Leal, Victor Nunes.** *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil.* Rio de Janeiro. Nova Fronteira: 1997.

²⁰⁵ “Chefe político” é termo usado na literatura que estuda o coronelismo. É usado como sinônimo mesmo de coronel ou então como aquele que, sem o cabedal típico de um coronel, organiza o eleitorado. Conniff, a partir de suas entrevistas, tenta lhe dar uma definição mais precisa, exposta no texto.

²⁰⁶ Idem, p.98

²⁰⁷ Quando da prisão de Pedro Ernesto, Cesário em carta a Vargas declara que o prefeito foi preso “por culpa própria” Ver “Carta de Cesário de Melo a Getúlio Vargas sobre a substituição de Pedro Ernesto na Prefeitura do Distrito Federal. Rio de Janeiro (Vol. XXII/10) Classistas GV c 1936.04.08/5 Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC. Segundo Sarmento, entretanto, Cesário teria feito parte do grupo conhecido como “sebastianistas” que apostavam na reabilitação triunfal do prefeito à vida política da cidade e do país.

década de 1920. Nas eleições de 1930, recebera 16.600 votos como senador.²⁰⁸ É importante lembrar que o próprio Pedro Ernesto era dono de uma clínica médica no bairro de Botafogo, onde, como era bastante reconhecido, ele oferecia serviços gratuitos à população, principalmente à mais pobre dos arredores. Segundo Leal, muitos coronéis eram médicos e suas consultas, moedas de troca. Conniff também sublinha como os chefes políticos eram sobretudo médicos e advogados²⁰⁹. Ainda que não queiramos investir na hipótese de um grosseiro esquema de troca de favores por votos, devemos ter em mente o incontornável sentido eleitoreiro que uma clínica poderia engendrar. Esta é opinião de Aloysio Salles de Oliveira, médico previdenciário, em comentário sobre o prefeito que fora sócio de seu pai:

[Aloysio Salles] -...*E ele como era um médico, que tinha uma grande clientela, e como ele era por sua formação era muito caridoso, ele cobrava muito pouco ele cobrava do doente. E tinha testemunha na farmácia do meu pai. E tinha uma enorme clientela, tinha na saúde. Então ele de pronto ele tinha um eleitorado, que votava nele por gratidão, por veneração e por crença no seu comportamento.*
 NV [entrevistadora] - *E isso era comum em outros médicos também?*
 [Aloysio Salles] - *Não, não era não, absolutamente.*²¹⁰

Outros destacados chefes políticos foram Edgar Romero (Madureira, Irajá) e Ernani Cardoso (Campinho, Jacarepaguá, Cascadura).

O crescimento político de Pedro Ernesto, também no tocante à sua popularidade, deve-se muito fundamentalmente à associação que fez com essa estrutura. O partido que fundara, o Partido Autonomista do Distrito Federal, se formou a partir da aglutinação de uma série de “chefes políticos” e “cabos eleitorais” de diversos pontos da cidade. Tendo surgido no bojo da luta pela autonomia do Distrito Federal, o partido reuniu em torno de si lideranças políticas que estavam impossibilitadas do acesso à máquina do executivo municipal, seja por não terem ligação com pessoal ocupante do governo federal, que era a instância que decidia, por nomeação, quem governaria a cidade, (e geralmente eram nomeados pessoas do estado natal do presidente); seja porque a associação com o partido aumentaria a possibilidade de vitória eleitoral para a Câmara de Vereadores. É importante destacar que a demanda por autonomia política aparecera em 1930, quando o então candidato à presidência Getúlio Vargas fez “promessas” no Rio de Janeiro, em 2 de janeiro:

²⁰⁸ Conniff p. 117

²⁰⁹ Idem. p.97

²¹⁰ **Fonseca, Aloysio de Salles.** *Memória da Assistência Médica da Previdência Social no Brasil: Aloysio de Salles Fonseca* (1ª entrevista, fita 1, 1987). Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2004, 20 p.

“...seria apropriado agora reconhecer a maturidade política e administrativa da cidade (...) escolhendo seu próprio prefeito, os cariocas podem manter uma vigilância estreita sobre assuntos locais e responsabilizá-lo diretamente, o que é a essência das instituições republicanas. Finalmente, não é justo nem racional que não reconheçamos a capacidade administrativa local da maior e mais avançada cidade do Brasil, uma capacidade que é atribuída a todos os outros estados, mesmo aos mais atrasados e subdesenvolvidos.”²¹¹

A capacidade de atração de Pedro Ernesto aos grupos insatisfeitos se dava pela sua própria posição de Prefeito (conquistada em 1931 por nomeação do Governo Provisório), onde dispunha de “capital político” (cargos administrativos, empregos e toda sorte de benefícios que os detentores do poder estatal podem prover) com o qual fomentava essa base de alianças, se tornando assim o principal patrono de uma rede clientelística. Como resume Conniff,

“Os chefes aceitavam as regras do PADF por duas razões. Primeira, em 1934 o número de votos exigido para ser eleito mesmo para a Câmara dos Vereadores ultrapassava a capacidade da maioria dos chefes individualmente. A publicidade de rádio e jornal e a organização do partido tinham se tornado essenciais para as carreiras políticas urbanas. Nessa situação, o chefe voltava-se para um líder popular para arrastar a chapa, isto é, dar um poder de atratividade mais amplo do que era possível operando apenas numa base face a face com os eleitores. Segundo, Pedro Ernesto, dirigia o PADF equanimemente quanto ao clientelismo, recompensando políticos merecedores com empregos no funcionalismo municipal, obras públicas ou postos eletivos segundo a contribuição desses políticos para o partido. Se um chefe decidia não aceitar as regras do PADF, a pouco atraente alternativa era concorrer independentemente ou com a oposição; neste caso, mesmo a conquista de um cargo eletivo poderia ou não cobrir os custos da campanha. Por isso, a maioria dos chefes trazia seus cabos para o PADF e concordava em reforçar a disciplina visando construir a legenda do partido e a imagem de Pedro Ernesto.”²¹²

Por mais que a expansão dos serviços públicos atingisse grandes contingentes e tivesse um impacto eleitoral forte, não se podia abrir mão desses grupos políticos porque, mais do que influentes, eles eram o alicerce, os construtores de qualquer partido carioca. Mesmo a forte propaganda que Pedro Ernesto construiu em torno de sua pessoa através de rádio e jornais, não o tornava independente desses homens. A ação deles, ou seja, esta política tradicional, era muito mais eficaz para mobilizar o eleitorado. Ainda que se entenda, como Sarmento, que as mudanças na lei eleitoral inseridas em 1932, como o voto secreto e a permissão para associações classistas e órgãos públicos promoverem registros, tenham sido um abalo para as tradicionais formas de controle do

²¹¹ Vargas, Getúlio. *A Nova Política Nacional*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Apud. Conniff, p. 113

²¹² Conniff, p. 146. Em relação à consideração de Conniff de que Pedro Ernesto dirigia o PADF equanimemente quanto ao clientelismo, é importante lembrar, conforme visto em capítulo anterior, que o prefeito teve um problema neste equilíbrio quando de sua aproximação com lideranças “trabalhistas”.

eleitorado, a atuação dos “cabos eleitorais” e “chefes políticos” e a rede que desenvolviam eram de necessária absorção para o prefeito²¹³. Ora, o registro em órgãos “classistas” e públicos é facilmente inserível no esquema tradicional de manejo do voto, como bem fez o Partido Autonomista. O autor adiante coloca que esse sistema de patronagem apresenta no começo da década de 1930 sinais de obsolescência. Conniff parece seguir esta interpretação quando diz que um novo tipo de política emerge no final dos anos 1920, que não é mais aquela dos vínculos clientelísticos, mas uma voltada para “grupos de interesse”, como o dos sindicatos²¹⁴. Essa mudança dependeria, como dito acima, da perda de capacidade de controle do voto, diminuindo nesse ponto a necessidade de intermediação entre o político e a população. Como coloca José Murilo de Carvalho, o populista, entendido como uma das “metamorfoses” do coronel, é aquele que não tem necessidade de intermediários (tais seriam o coronel, o chefe político, etc) para chegar até o povo, fazendo-se ele próprio o agente das benesses²¹⁵. Entretanto, permanece tese básica dos historiadores do PADF que a estrutura clientelística e o manejo dos eleitores por parte dos políticos de bairro seriam necessários às vitórias eleitorais e à forja do nome do populista Pedro Ernesto. Assim, o arranjo partidário e seu clientelismo não me parecem opostos ao modo “populista”, mas complementares e até necessários.

Nas eleições de 1934, em que o PADF novamente teve uma grande vitória, o tenente Abelardo Marinho, que se opunha a Pedro Ernesto, atribui a derrota do Partido Economista justamente à falta de apoio dos chefes, sem o qual elaboradas campanhas de publicidade como a que fizeram seriam inúteis.²¹⁶ Dessa forma, se fazia necessário uma organização de diversas bases locais, como coloca Augusto do Amaral Peixoto Júnior:

“Bem, a organização do Partido Autonomista foi feita na seguinte base. Foram criadas chefias de zonas eleitorais, e, então, de acordo com a atuação e possibilidades eleitorais, cada um ficava como chefe de uma zona. Eu fiquei, por exemplo, como chefe da zona de Copacabana, Botafogo, Gávea e de uma parte da zona da Leopoldina, onde eu tinha muitos amigos que podiam organizar o eleitorado.”²¹⁷

Em uma certa reunião interna de um diretório da zona sul, diz o partidário Luiz Aranha que aquele núcleo precisava se fortalecer enquanto *“real associação beneficente e social dos bairros de Copacabana e Botafogo.”²¹⁸* Sobre este ponto, temos também na dissertação de Gawryszewski:

²¹³ Sarmiento. p. 104.

²¹⁴ Conniff, p. 102-3

²¹⁵ **Carvalho, José Murilo.** “As metamorfoses do Coronel” IN: Jornal do Brasil, 06/05/2001

²¹⁶ Conniff, p.155.

²¹⁷ **Camargo, Aspásia et al.** *A arte da política.* Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1986

²¹⁸ De relatoria de uma reunião realizada em 5 de setembro de 1933. Classificação AAP const34 1933.09.05Arquivo Augusto do Amaral Peixoto, CPDOC

“Nessas zonas eleitorais foram criados os postos de propaganda eleitoral e uma das formas usadas foi a criação de clínicas (policlínicas) e escolas noturnas nestes postos, conseguindo assim a arregimentação eleitoral e a conquista de votos. Muitos médicos da Prefeitura que apoiavam as candidaturas do Partido Autonomista foram trabalhar nestas policlínicas improvisadas.”²¹⁹

O partido se apresentava como uma grande colcha de retalhos, reunindo políticos com o objetivo restrito de possibilidades de vitórias eleitorais. Para Bertha Lutz²²⁰, feminista e filha do importante cientista Adolpho Lutz, que integrou os quadros do partido, o PADF era mais uma congregação de forças do que propriamente um partido.²²¹ Tito Lívio, político que também fez parte desse movimento, coloca essa característica do partido em entrevista a Alberto Gawryszewski, ao dizer que o PADF estava *“aberto para quem quisesse aderir à sua plataforma”*²²². Ele próprio havia sido convidado a participar do partido por sua força eleitoral nas paróquias de Saúde e São Domingos. O partido tinha também membros da burguesia carioca, como Pereira Carneiro, dono do Jornal do Brasil (segunda maior tiragem do país), empresário naval e membro da Associação Comercial do Rio de Janeiro.²²³

Isso pode nos conduzir à concepção de um partido sem uma base programática e ideológica, regido apenas por uma sede por alianças, conforme a opinião do tenente Hercolino Cascardo²²⁴. Este, que formara o Partido Socialista Brasileiro (PSB), junto com Pedro Ernesto, dá uma declaração sobre a troca de partido do prefeito, em 1933:

“(...) E sou tanto mais insuspeito para depor nesta questão [a prisão e acusação de Pedro Ernesto] porquanto estou afastado politicamente do Governador desde o início do ano de 1933, ano em que S. Ex. Abandonou o Partido Socialista Brasileiro para fundar, juntamente com outros próceres locais, o Partido Autonomista, permitindo assim a volta à superfície de antigos elementos do bas-fond da politicagem citadina, cuja presença só poderia ser nociva à administração da nossa capital. Não o acompanhei nessa atitude, permanecendo dentro dos quadros do Partido Socialista, aos quais pertenço até agora.”²²⁵

²¹⁹ Gawryszewski op. cit p.31

²²⁰ O feminismo, plataforma de Bertha Lutz foi criticado pelo Jornal do Povo em duas ocasiões. *“O feminismo caçando votos – A pioneira explora sentimentalismo em favor do partido da prefeitura...A mulher operária já está farta dessas cantilenas que não resolvem questões suas e já tem consciência que o problema da mulher, isoladamente, não pode ter solução.”* A mulher estaria então aderindo a um partido contrário à sua emancipação. *“Esta senhora, porém, apoia um programa de organização econômica que aceita e aplaude a queima do café quando milhares de trabalhadores estão morrendo à mingua de recursos.”* Jornal do Povo. Rio de Janeiro. n.3, 10 de outubro de 1934.

²²¹ Jornal do Brasil, 30 de abril de 1933. Citado por Sarmento, p. 106.

²²² Gawryszewski. p. 29

²²³ Conniff. p. 63

²²⁴ Tornou-se, posteriormente, membro da Aliança Nacional Libertadora. Ver *“A Terceira República”* 5 de julho de 1935 (AMORJ)

²²⁵ Apud. Gawryszewski, op. cit. p. 28

O partido em seus primórdios (foi fundado em 4 de março de 1933) tinha uma clara orientação tenentista (viés autoritário, elitista, por exemplo), sendo o braço político do Clube 3 de Outubro. Para Sarmiento, como vimos, esse “outubrismo” perde consistência à medida em que o PADF se torna um “partido de quadros” (apesar de uma das finalidades primeiras do partido criado pelos tenentes ter sido justamente o contato com bases políticas, o que foi possível pela bandeira da autonomia²²⁶.) Mas de forma alguma ocorre um esvaziamento programático - outras pautas vão sendo assumidas e se tornando características centrais, como a conciliação classista, a democracia e o reformismo. Na realidade, devemos ser cautelosos para não restringir os motivos políticos primeiros do tenentismo e do PADF às alianças partidárias e estatais: no programa lançado em março de 33 pelo partido, o tema que mais aparece é justamente a colaboração classista. De qualquer forma, pode-se sublinhar que, por ser o principal patrono do partido na qualidade de prefeito interventor, isto é, a principal fonte do “capital político” a que seus aliados queriam ter acesso, o prefeito pôde imprimir ao Partido Autonomista seu pensado programa de governo e orientações ideológicas, que ficaram tanto mais característicos do PADF quanto mais este investia, como estratégia eleitoral, na propagação da imagem do prefeito junto à classe trabalhadora.

Houve um grande sucesso nas eleições de 1933 (70.000 eleitores²²⁷) para a Assembléia Nacional Constituinte, onde, de dez delegados a que o Rio de Janeiro deveria enviar, seis foram do Partido Autonomista- todos novatos na política. Para Conniff, apesar do sucesso, esta eleição revelou uma fraqueza da estratégia inicial:

“Apenas 11 mil (27%) dos votos dados aos candidatos do PADF levavam o nome do partido; o resto estava em branco ou levava os nomes dos chefes que distribuíam as cédulas. Isso indicava que a lealdade do eleitor, na medida em que existia, permanecia mais com os chefes do que com o partido. Essa situação determinou uma nova estratégia para o PADF nos dezoito meses seguintes: a de usar Pedro Ernesto como um símbolo populista.”²²⁸

A partir daí, Pedro Ernesto passou a desenvolver uma campanha mais ampla. Com a existência de um quociente partidário implantado com a legislação eleitoral de 1932, o Partido passou a cada vez mais promover a imagem do Pedro Ernesto²²⁹, como um investimento estratégico para alavancar toda a chapa.

²²⁶ Sarmiento, op. cit. p. 88

²²⁷ Conniff. p. 142

²²⁸ Conniff. op. cit. p.142

²²⁹Esse é o caso de O Autonomista, jornal do Cesário de Melo que circulava na Zona Oeste carioca, criado para exaltar Pedro Ernesto.

Nas eleições de 1934 (110.000 eleitores²³⁰) para a Câmara de Federal e para a Câmara de Vereadores, depois de a nova Constituição brasileira já ter consagrado a autonomia política do Distrito Federal, o Partido Autonomista teve outra vitória retumbante: elegeu 20 de 22 vereadores e 8 de 10 deputados. Este resultado possibilitou a eleição indireta de 2 senadores (Cesário de Melo e Jones Rocha) e de Pedro Ernesto enquanto prefeito, o primeiro eleito (indiretamente) do Rio de Janeiro, agora já sem o cabresto do Catete. O Partido obteve 41.328 votos dos 105.493 que estavam em disputa. Desses votos recebidos pelo PADF, 39.563 foram direcionados a Pedro Ernesto.

Azevedo Lima²³¹, explicando a derrota da sua coligação de oposição formada pelo Partido Economista²³² e o Partido Democrático, a Frente Única, fala da falta de “*eleitorado próprio*” e atesta a força do empreendimento político do PADF, que não deixava restar muito espaço para quem não estivesse alinhado ao aparato governista:

“Muitos que concorreram na Frente Única eram generais sem soldados, políticos sem eleitores, chefes sem prestígio, alguns desertores do partidarismo oficial, muitos antigos comensais do governismo revolucionário, em poucas palavras: arrependidos da política do poder, salvados do incêndio insurrecional, como se não lhes dessem guarida na chapa do Autonomista, disputaram asilo à sombra do Economista. De que servem às oposições, na hora do combate, os egressos do governo? (...)”

É incontestável que o PADF alistou milhares e milhares de eleitores novos. Todos os que assistiram às operações de alistamento nos cartórios eleitorais conhecem bem os meios porque chegou ele a acumular tão extraordinárias massas de votantes. O funcionalismo municipal subalterno foi posto em guerra para auxiliar serviços de inscrição de eleitores do governo. Multiplicaram-se os obséquios oficiais. A fraude campeou em proporções assustadoras.”²³³

O primeiro ponto que queremos destacar aqui nesta breve incursão pelas eleições cariocas é o de que a ascensão de Pedro Ernesto como um dos principais políticos brasileiros do período, nome cotado para ocupar a presidência, alvo de amor popular, etc., esteve intimamente ligada ao aparelhamento que empreendeu sobre a Prefeitura que já ocupava, utilizando a infra-estrutura municipal para penetrar nos esquemas tradicionais de política no Rio de Janeiro, se tornando com isso um grande centro agregador, de onde uma grande rede de patronagem e clientela, dinâmica básica da política carioca, deveria emanar. Se as eleições de 1934 tiveram o dobro de eleitores em relação às de 1930²³⁴, o dado, antes de ser celebrado como um simples alargamento democrático²³⁵,

²³⁰ Conniff, op. cit. p. 142

²³¹ Ex-parlamentar e chefe político de São Cristóvão

²³² O Partido Economista foi formado por grupos burgueses do Rio de Janeiro. A Associação Comercial do Rio de Janeiro lhe tinha como um de seus braços. Ver “Burguesia e Trabalho...” Op. cit.

²³³ O Globo. Rio de Janeiro. 31 de dezembro de 1934.

²³⁴ Conniff, p. 154

²³⁵ Apesar de a apuração fugir à capacidade do historiador, é importante também estar atento às muitas denúncias de

deve ser compreendido dentro do sistema de poder que sustentava desigualmente os atores, entre os quais partidos representativos da classe trabalhadora, como a a União de Operários e Camponeses (1000 votos nas eleições de maio de 1933, terceiro lugar) e a Convenção Proletária Carioca, da qual faziam parte 35 sindicatos (880 votos, quarto lugar)²³⁶. Portanto, antes de quisermos observar um “*self-made politician*” ou as “escolhas racionais” da população carioca, faz-se necessário traçar o quadro das estruturas materiais que conformavam a política.

2.2 Empreguismo

Publicamente, o empreguismo era uma das questões políticas mais fortes, figurando como tema negativo nos “jornalões”, nos palanques, nas denúncias da esquerda, etc²³⁷. Esperava-se da índole de um governante não fazer “política pessoal” ou “politicagem”. Isto é, basicamente, lotar cargos estatais sem seguir ditames de uma ética republicana. Nesse sentido, Adolpho Bergamini, prefeito-interventor do DF nomeado em 1930 pelo Governo Provisório, recebeu muitas críticas até que sua situação se tornou insuportável. Em setembro de 1931, quando seria destituído do cargo em benefício de Pedro Ernesto, foi acusado por Candido Pessoa, irmão de João Pessoa, através de um panfleto²³⁸. Depois de sublinhar alguns fatos comprometedores, como classificar como “obra imprescindível” o calçamento na rua onde tinha um palacete, Pessoa enumera algumas nomeações condenáveis do prefeito: a primeira delas é de Alfredo Muniz Peixoto, feito Diretor da Assistência por decreto de 24 de outubro de 1930. Peixoto seria um profissional obscuro, não reconhecido, ali posto como afilhado político garantidor de um “punhado de votos” na paróquia de Campo Grande. O filho de Peixoto, menor de dezessete anos, ganhara emprego de escrevente na Diretoria de Assistência Pública. O filho do prefeito também seria contemplado, mas como oficial de gabinete. Pessoa ainda aponta um emprego bem remunerado de redatora de debates do Conselho Municipal, órgão que não existia.

Esta prática política é central para nosso tema, conforme estamos desenvolvendo aqui. A reforma hospitalar que estudamos acontece e é explicada pelo contexto de aglutinação de forças políticas em torno do Partido Autonomista do Distrito Federal. Tal processo se dá no bojo da luta

fraudes eleitorais. Azevedo Lima, candidato pela Frente Única, diz que nos Tribunais Regionais e no Tribunal Superior não haviam arquivos para a classificação dos indivíduos identificados pelo método datiloscópico. “Logo, as exigências de identificação, destinadas a evitar que se alistem em duplicata e triplicata os mesmos eleitores não passam de formalidades dispendiosas, inúteis, ilusórias. Não há um aí um técnico capaz de afirmar que valha um caracol o trabalho de identificação até agora realizado.” O Globo, 31 de dezembro de 1934. Neste ano, o jornal O Globo faria várias denúncias de fraude eleitoral que não pareceram encontrar maiores consequências políticas

²³⁶ Conniff, p. 150-1

²³⁷ Entretanto, havia aqueles que apostavam em um benéfico “empreguismo revolucionário”.

²³⁸ “Por que o Sr. Adolpho Bergamini não respondeu à segunda carta do Sr. Cândido Pessoa?!” Fundo Polícias Políticas (1905-1983), do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

pela autonomia da cidade (sensível pelo menos desde a primeira década do século XX) sendo a ampliação da máquina pública que a Diretoria de Assistência Pública empreende um instrumento de poder que, entre outros, permitiu a Pedro Ernesto ascender politicamente à medida em que pôde também com ela sustentar sua base de alianças, debaixo da lógica de patronagem e clientela. Os fundamentos para esta hipótese foram sugeridos primeiramente por Conniff²³⁹, mas encontram melhor expressão nas formulações desenvolvidas por Sarmiento²⁴⁰.

“Tendo constado da plataforma da Aliança Liberal, que conduziria a candidatura presidencial de Vargas em 1930, a proposta de concessão de autonomia política e administrativa para a capital do país significava para as forças políticas cariocas uma completa redefinição do seu campo de atuação. (...) Desde a indicação de Pedro Ernesto para a interventoria federal no Distrito, o Governo Provisório havia aberto uma via de diálogo com os principais líderes políticos da cidade, para consolidar um eixo agregador em torno de um projeto de coesão que pudesse servir como sustentáculo para o governo Vargas. O padrão interventivo do governo federal em relação à capital, característico do período da Primeira República, havia estabelecido os limites de atuação dos diferentes grupos e demarcado as forças hegemônicas e marginais em relação à possibilidade de estreitar negociações com as instâncias externas ao Distrito, mas nele atuantes, como o Senado e o Executivo federais. Tendo por base o sistema de manutenção das redes de clientela, a vida política da cidade dependia diretamente da possibilidade de acesso a cargos e serviços públicos, elementos básicos das negociações políticas no interior desse campo. A autonomia significava, desta maneira, não apenas a garantia da própria existência do campo político carioca, livre de ingerência federal, mas sua ampliação efetiva, com a livre concorrência das forças políticas em atuação no sentido de um maior acesso a estas vias de negociação, à possibilidade de obter e manipular uma maior gama de bens e serviços públicos, que consolidavam as redes de patronagem e clientela sobre as quais embasavam sua liderança na vida política da cidade.”²⁴¹

Primeiramente, Pedro Ernesto encarnava então uma ponte para que o governo federal se alinhasse com setores políticos da cidade, papel importante porque a Aliança Liberal encontrara resistência dos cariocas no pleito de 1930. Entretanto, ao mesmo tempo havia um vetor em sentido contrário, de forma que grupos da capital também penetrassem na máquina federal, entre elas, a prefeitura ainda não emancipada. A autonomia era bandeira agregadora na medida em que deslocava o centro de poder do Senado e Executivo federais para o Legislativo e Executivo municipais, um movimento que implicaria a independência das forças políticas cariocas em relação a qualquer instância que se situasse para além do seu domínio específico, o espaço municipal.²⁴² A

²³⁹ p. 138-9

²⁴⁰ op. cit.

²⁴¹ Idem p. 94

²⁴² Idem. p.99

situação redefiniria a correlação de forças, uma vez que bases eleitorais e alianças antigas foram sendo desarticuladas e rearticuladas dentro do PADF. Pedro Ernesto, como o principal cabeça do esquema, também detinha a tarefa de acomodar as múltiplas lideranças e grupos dentro da estrutura do partido.

A estrutura de patronato e clientela tão maior seria quanto mais fossem as “moedas” que a alimentassem. Assim, o aumento da infra-estrutura municipal, engendrado sobretudo pelas diretorias de assistência e saúde, seria fundamental para a construção do PADF e para o engrandecimento político de Pedro Ernesto. Dessa forma, na área da “pequena política” encontramos uma estrutura material essencial para a explicação da reforma hospitalar.

Fontes do arquivo Pedro Ernesto Baptista e do arquivo Anísio Teixeira (AT), do CPDOC, evidenciam as relações de apadrinhamento que determinavam as nomeações do funcionalismo público. Assim, a professora Alzira Ladeira pleitearia uma superintendência de ensino se afirmando recomendada por Amaral Peixoto;²⁴³ o militar Raul Tavares, por sua vez, afirmando não pedir um “patrocínio injusto” e com a “consciência tranquila”, pede promoção para a professora Felismina;²⁴⁴ Antonio Secioso de Sá pede qualquer cargo para filha, desde que tenha vencimento equivalente ao de professora municipal, profissão que não exerce por conta de reprovação médica da prefeitura;²⁴⁵ o ministro Lindolfo Collor pleiteia cargo para veterinário na Diretoria de *Saneamento*²⁴⁶, etc. Mas estes casos nos permitem apenas uma observação de um óbvio patrimonialismo²⁴⁷ reinante. Outras fontes, entretanto, levantarão um pouco mais a questão partidária.

Uma delas, citada em capítulo anterior é o jornal *O Globo*, que condena facilmente qualquer empreendimento da prefeitura como meio de empreguismo para o PADF. Estes são taxativos, sem que haja análise ou dados, o que não permite ao historiador conhecimento mais aprofundado sobre o clientelismo partidário carioca. Caso a ser destacado aqui é o da criação da Guarda Municipal. O decreto que lhe institui é de 22 de maio de 1934. Ali, é dito que a instituição compreende a guarda noturna da cidade, a guarda das repartições públicas municipais, a guarda dos monumentos, dos parques e dos jardins públicos. O decreto também diz que com isso os serviços das Guardas de Vigilantes Noturnos passam a ser da Municipalidade. O artigo terceiro versa que para custeio do serviço de vigilância noturna dos prédios localizados no Distrito Federal serão estabelecidas taxas semestrais a serem pagas pelos respectivos proprietários, juntamente com o imposto predial.

Apesar das definições do decreto, as discussões sobre a Guarda continuaram nos meses subsequentes. Diante das pressões contra o aumento de impostos, a Prefeitura colocou que a nova

²⁴³Rolo 37, fot. 671 Arquivo Anísio Teixeira (AT) CPDOC. 03/12/1933

²⁴⁴Rolo 37 fot. 553. Idem 19/08/1932

²⁴⁵Rolo 37 fot.737. Arquivo Anísio Teixeira CPDOC 14/06/1934

²⁴⁶Rolo 3 fot. 895-928. Arquivo Lindolfo Collor CPDOC 30/01/1936

²⁴⁷ O termo, caro à tradição do pensamento weberiano, é usado aqui sem precisão sociológica.

polícia seria financiada com contribuições espontâneas, conforme notícia O Globo de 26 de outubro de 1934. Sua manchete ali é *“Está criada a Polícia Municipal- Os milagres na prefeitura”* - os milagres a que se refere o jornal são referentes ao dinheiro, que parecia não haver para tanto. Foi em uma reunião com proprietários de imóveis em agosto, ainda segundo o jornal O Globo, de 8 de agosto, que a Guarda finalmente foi viabilizada, o que parece indicar que esta faria um serviço basicamente de vigilância dos estabelecimentos e residências daqueles que investiram. Porém, o efetivo de 1900²⁴⁸ homens distribuídos em 36 postos da cidade que a Guarda veio a ter mostrou um maior escopo de atuação (e financiamento). Participando da discussão em torno da criação da Guarda Municipal, o tradicional jornal a entendia apenas como mais um cabide de empregos fortalecedor do Partido Autonomista. Naquele mesmo dia, sua manchete principal foi *“O povo carioca está farto de pagar impostos que se destinam aos caprichos das reformas para fins políticos”*, seguido de uma segunda manchete: *“A Prefeitura a serviço da politicagem”*. A legenda que acompanhava a foto dizia: *“O prefeito-interventor, candidato a prefeito constitucional, e os senhores Carreiro de Oliveira, Caldeira Alvarenga, Dormund Martins e Cesário de Mello, chefes políticos na zona rural, interessadíssimos na criação da nova polícia.”* Sentencia o jornal, para validar sua tese, que *“Os entendidos no assunto dizem que sem a criação da nova polícia o partido do prefeito interventor não vencerá facilmente”*. (...) *“As promoções de funcionários já não se fazem por merecimento ou antiguidade. São promovidos aqueles que apresentam maior número de carteiras eleitorais.”* e lembra que no Rio de Janeiro já havia a Polícia Militar, a guarda civil, uma polícia especial e a guarda noturna. O mesmo jornal noticiaria em 29 de dezembro de 1934 que, apesar de o decreto que instituiu a polícia não mencionar nenhum imposto, seria criado um sobre propriedade de imóveis: *“Impostos e mais impostos. O plano diabólico do prefeito interventor.”* Assim como hoje em dia, o jornal estava bastante preocupado com os impostos que qualquer iniciativa governamental gerava²⁴⁹.

A oposição na Câmara usava dos mesmos argumentos:

*“O que se tem feito é a ampliação dos quadros, com finalidade eleitoral para nomeação de cabos, cabinhos e cabetes dos chefes, chefinhos e chefetes que possam, próxima ou remotamente, dar ensejo a aumento de votação em prol dos candidatos do Dr. Pedro Ernesto.”*²⁵⁰

A questão é importante também por conta de grandes acusações de falência financeira da

²⁴⁸ Observa-se em outros documentos certa variação desse número.

²⁴⁹ Sobre este tema, ver também *“Um mal natal para os compradores de terrenos”*, grande matéria sobre impostos da prefeitura. (O Globo, 27 de dezembro de 1934)

²⁵⁰ Anais da Câmara dos Deputados, 1934, v.1, p. 252 Apud. Sarmento p. 123

prefeitura. Pedro Ernesto produziu várias respostas evidenciando com números que, pelo contrário, a Municipalidade estava no auge de sua saúde financeira. Como diz em relatório apresentado a Vargas, *“A prefeitura tem depósitos de vulto (...) um saldo de caixa bastante tranquilizador. Não houve, desde que assumi o governo, apelo ao crédito.”*²⁵¹ Há também uma resposta do prefeito em relação às acusações de empreguismo na Guarda Municipal:

“Eu sou acusado, por certos homens egoístas de dar emprego a todo mundo na Prefeitura. Eles prefeririam que eu, na opinião deles, para “salvar” a Prefeitura, demitisse e matasse de fome e de miséria todas as famílias que hoje vivem porque os seus chefes encontraram um insignificante e insuficiente emprego nos departamentos da nossa administração.

Na verdade, esses homens que querem “salvar” a Prefeitura não querem nem salvar a Prefeitura, nem arrancar da miséria as famílias pobres que nela foram atiradas. Eles querem ficar mais ricos. Eu, por mim, me confesso triste por não ter sido possível ainda dar um emprego a cada homem que dele precise para viver.

*Nesses últimos dias, certo jornal muito aflito em defender a causa dos ricos, tem desenvolvido uma campanha tremenda para que sejam demitidos os chefes e falte o pão nosso de cada dia na casa das 1650 famílias cujos pais são empregados na Polícia Municipal. A campanha tem sido, em toda a sua extensão, desumana e cruel. Ora, cada soldado da Polícia Municipal ganha 300\$000; mas liquidados, cerca de 250\$000 por mês. Isto é insignificante e insuficiente. Como pode um homem, quer seja ele proletário, ou funcionário civil, soldado da Polícia Municipal, da Polícia Militar, do Exército, da Marinha, ou do Corpo de Bombeiros, viver com 300\$000 por mês e sustentar mulher e dois filhos? É humanamente impossível, nas condições atuais, ter vida digna com semelhante salário.”*²⁵²

Em relação mais especificamente à máquina pública da assistência médica, é notável que a oposição fale em um crescimento moderado, ditado por *“esforços ponderados e graduais, fora de uma preocupação aparatosa de construção de hospitais e de criação de cargos.”*. Seu programa é assim marcado pela *“firme vontade de obedecer às possibilidades reais do Tesouro Municipal, sem a preocupação de alargar o âmbito de garantias de direitos já existentes”*²⁵³. Dessa forma a Frente Única combina uma das demandas mais fortes da burguesia, que é a diminuição de impostos (a Associação Comercial do Rio de Janeiro continuamente discutia o orçamento municipal e outros diversos assuntos colocando este como um dos seus interesses mais básicos), com a acusação do aparelhamento partidário. Da mesma forma, O Globo de 10 de junho de 1933 apontará que foi o pleito do dia 3 de maio aquilo que motivou a reforma da Assistência Municipal: apesar de os

²⁵¹ “Relatório...” op. cit. p. 14.

²⁵² A Terceira República, Rio de Janeiro, 5 de julho de 1935

²⁵³ O Globo. Rio de Janeiro. 4 de outubro de 1934

ambulatórios virem sendo “aconselhados pelas experiências”, isto não justificaria “as demasias da reforma.” A Secretaria do Gabinete do Interventor contestou o jornal sobre o volume de investimentos, que seria menor do que o informado, mas não sobre a questão do empreguismo. Lembra também que as fontes de financiamento para a saúde viriam de impostos sobre o jogo (cassinos)²⁵⁴.

Paulo Gadelha Vieira e Cláudia Teixeira estudaram a opinião da categoria médica sobre a assistência municipal, principalmente a partir dos textos do Sindicato Médico Brasileiro, e o que foi encontrado ali é importante para nossa hipótese. Observando questões referentes a regime de trabalho, os autores encontraram que a entidade criticava a reforma hospitalar pelo que podemos definir em três motivos básicos: por imprimir um padrão de trabalho assalariado – sinônimo de perda de autonomia, renda e até “*amesquinamento moral*” que eliminava cada vez mais a possibilidade da ideal clínica liberal –; pela gratuidade ilegal nos hospitais da prefeitura, o que diminuía a clientela; e pela falta de concursos públicos.

Esta última questão não era unânime, também porque vários sindicalizados eram empregados da prefeitura ou amigos e parentes destes. Como observou Teixeira, o mesmo decreto que instituía concurso para os cargos previa nomeações pessoais²⁵⁵. A autora nota um aumento do número de profissionais sem que haja registro algum de concurso²⁵⁶. Também é digno de registro a denúncia de um médico de que o prefeito cancelara concurso de 1926, onde havia classificados não nomeados. O tom geral nas denúncias do sindicato é de que “*a panela da política refervia nos corredores das repartições públicas*”²⁵⁷ e que se faz “*malabarismos com cargos públicos à cata de voto*”. Depois da saída de Pedro Ernesto do cargo de prefeito, o médico Cleto Velloso colocou:

*“Queríamos que o novo titular imprimisse um sentido completamente novo na Assistência, arrancando-a do charco de imoralidade e do descrédito em que colocaram os cambalachos da política eleitoral do ex-prefeito Pedro Ernesto: (...) infelizmente temos ciência, pelas publicações oficiais, das nomeações de uma chusma de novos médicos, todos muito empistolados para o Hospital da Gávea e para o Pronto Socorro(...) O mal clientelismo não vem de agora. Ele tem suas raízes nas administrações passadas, nos tempos em que um tal sr. Gastão Guimarães, escudo do ex-prefeito Pedro Ernesto transformava aquela repartição em balcão eleitoral, e todo moço bonito que contasse com o sorriso do bem aventurado prefeito, ou lhe pudesse garantir quarenta, ou cinquenta votos em Inhaúma ou Brás de Pina, estaria médico na Assistência na certa.”*²⁵⁸

²⁵⁴ Correio da Manhã, 11 de junho de 1933.

²⁵⁵ Teixeira, op. cit. p. 81

²⁵⁶ Idem p.83

²⁵⁷ Velloso, Cleto “Voltemos ao tempo do concurso”. *Boletim do SMB*, n.87, março de 1936, p 1571-72. Apud. Vieira, op. cit. p. 411

²⁵⁸ Velloso, Cleto “Por que não há concurso na Assistência?” *Boletim do SMB* n.92, agosto de 1936, p. 1709-10. Apud. Idem

Conforme conta Teixeira, esta discussão se iniciou entre os médicos em uma sessão extraordinária apenas uma semana após Decreto nº.4.252 de 8 de junho de 1933, que é aquele que institui a reforma assistencial da Prefeitura. Apesar da defesa do sistema de nomeação e da congratulação aos conhecidos que adentraram nos quadros da prefeitura, alguns médicos pautaram uma manifestação pela obrigatoriedade do concurso, afim de que fossem contemplados os “capazes”, e “*não os que vão se amparar em bons pistolões*”. A questão voltaria a aparecer no final daquele ano. O médico Austregésilo Filho defende os concursos ainda que a banca examinadora seja orientada politicamente (partidariamente). O nomeado médico auxiliar da Assistência Municipal, Silio Bocannera²⁵⁹, por sua vez, contesta a tese de que o acesso aos cargos seria praticamente impossível aos médicos “*desprotegidos*” afirmando “*que do nada surgem em brilhantes provas públicas de competência, mercê, apenas da proteção que, pelo estudo e esforço próprio souberam criar para a individualidade deles*”²⁶⁰ De junho de 1933 até julho de 1934, o número de médicos evoluíra de 203 a 292, segundo informação de Teixeira. Em setembro de 1934, a Prefeitura informou suas expectativas de contratação de médicos. Para os ainda não inaugurados Hospital Jesús, Hospital da Gávea e Hospital de Vila Isabel seriam nomeados, respectivamente, 23, 36 e 86 médicos²⁶¹. Em janeiro de 1935, prestes a “*consumar-se segundo voz corrente*” a “*próxima avalanche de nomeações da Assistência*”, foi levantado mais uma vez no Sindicato a questão dos concursos, mas sem que fosse gerado alguma manifestação. A questão novamente veio acompanhada das denúncias de politicagem em colocações como

“Todos, nesta hora, sentem que o critério odioso da nomeação, recaindo nos protegidos políticos, nos filhos dos medalhões, é um insulto ao honesto médico trabalhador brasileiro, que estuda e que tem realmente valor”

E também:

*“(...) enquanto isso, o sr. Gastão Guimarães [um dos diretores da Assistência Municipal] continua bancando o bicho-papão dentro da Assistência, infundindo simplesmente terror aos médicos incautos que dele se aproximam sem o pistolão de uma deidade política”*²⁶²

Depois da saída de Pedro Ernesto, manifestou-se esperança de mudanças no sistema:

²⁵⁹ Boletim da Prefeitura do Distrito Federal. Abril-Junho de 1933.

²⁶⁰ SINDICATO MÉDICO BRASILEIRO, Boletim. Ano VI, nº.63. Apud. Teixeira, op. cit. p. 88

²⁶¹ Teixeira, op. cit., p. 84

²⁶² SINDICATO MÉDICO BRASILEIRO, Boletim. Ano VIII, nº.85. Apud. Teixeira, op. cit. 91

*“Com a entrada do Prof. Irineu Malagueta para o alto cargo(...) a classe médica sente-se esperançada(...) no tocante à escolha das vagas e demais lugares existentes naquelas repartições. O atual secretário, que não é homem político e portanto, não faz malabarismos com cargos públicos à cata de voto, há de se empenhar a fim de que se adote, doravante, o critério de concurso”*²⁶³

A frustração não tardou:

*“(...) quando temos ciência, pelas publicações oficiais, da nomeação de uma chusma de novos médicos, todos muito empistolados para o hospital da Gávea e para o Pronto Socorro. E o que é mais clamoroso é que desta vez, como aliás, todas as outras vezes, a coisa começou por casa, e só o Prof. Malagueta nomeou três ou quatro de seus mais diletos companheiros de hospital e de consultório.”*²⁶⁴

Talvez a reforma da Assistência Municipal que o decreto 4252 de 1933 instituiu tenha significado não apenas uma “reorganização dos serviços” desta Diretoria, tal como fora definido, mas justamente a “*avalanche de nomeações*”, para usar a expressão de um médico, que se deu naquele mesmo momento. O artigo 30 do decreto 4252 diz:

*“O interventor ou Prefeito abrirá os créditos necessários para a execução desta lei, devendo fazer, preliminarmente, a revisão do quadro do pessoal técnico e administrativo de todos os serviços da Diretoria Geral da Assistência, fixando em tabela especial os respectivos vencimentos, sendo as nomeações, decorrentes da reorganização de que trata a presente lei, feitos por livre escolha do Interventor.”*²⁶⁵ [grifo meu]

Nos dias 8 e 9 de junho foram nomeados mais de 950 profissionais para a Diretoria de Assistência Municipal, entre os quais a maioria era composta de médicos, enfermeiros, serventes, “trabalhadores” e condutores²⁶⁶. No mês seguinte, foram apresentados no boletim da prefeitura o nome de outras 99 pessoas²⁶⁷. Muito provavelmente a “avalanche” de pessoas não entrou para o funcionalismo municipal naquele momento pois, conforme noticiou o Correio da Manhã, os funcionários só tomariam posse de seus lugares quando realmente pudessem “entrar em exercício de suas funções”, o que significa que não havia ainda a infra-estrutura para recebê-los²⁶⁸. É justamente o contrário o que diz o deputado opositor e ex-prefeito Adolpho Bergamini, que

²⁶³ SINDICATO MÉDICO BRASILEIRO, Boletim. Ano VIII, nº.87. Apud. Teixeira, op. cit. p. 92

²⁶⁴ SINDICATO MÉDICO BRASILEIRO, Boletim. Ano VIII, nº.91. Apud. Teixeira, op. cit, p.92

²⁶⁵ Boletim da Prefeitura do Distrito Federal. Abril-Junho de 1933.

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ Boletim da Prefeitura do Distrito Federal Julho-Setembro de 1933.

²⁶⁸ Correio da Manhã, 10 de junho de 1933.

acusou em plenária o aumento de despesas que as nomeações geraram sem ter a contrapartida das construções hospitalares. Bergamini foi negado pelo deputado Augusto Corsino²⁶⁹, mas independentemente de qual seja a verdade, temos o fato do alargamento do “capital político” e suas possibilidades de instrumentalização clientelística. Um outro fator a se considerar é que, dado o grau de arbitrariedade das nomeações (em nenhum momento, como pontuou Teixeira, houve concurso público), as vagas que surgissem nos anos subsequentes talvez tenham sido preenchidas por nomes diferentes destes apresentados em junho de 1933, estando portanto sempre ao sabor do pragmatismo clientelista ou de outros fatores subjetivos.

Não só o empreguismo, mas intervenções estatais como instalação de bicas, obras de urbanização, etc. também eram elementos em torno dos quais o partido aparelhava o Estado. Vimos em seções anteriores como o Partido Autonomista se organizou por bairros e se instituiu como canal de diálogo entre a prefeitura e a população para o atendimento de algumas demandas como a criação de escola e hospital, o trabalho de pesca, etc.

Se antes era através dos laços de patronagem e clientela com o Executivo e o Senado federais que se conseguia “fazer política” no Rio de Janeiro, a reunião de forças em torno de Pedro Ernesto na busca da autonomia, e sua efetiva concretização em 1934, fizeram do líder do partido um dos principais “patronos” da cidade. O ponto que quero enfatizar é o de que o grande aumento da máquina pública em saúde no Rio de Janeiro durante a primeira metade da década de 1930, tem como uma de suas razões fundamentais o fato de estar inserida nesse movimento pela autonomia capitaneado e fomentado por Pedro Ernesto. É com a ampliação do Estado no âmbito do poder municipal que o médico pernambucano pôde satisfazer as demandas daqueles chefes que se aliaram ao PADF em busca da autonomia e após ela ter se concretizado. Foi essa base, alimentada com capital político provindo não só da liberalização decorrente da autonomia, mas do próprio aumento da máquina pública, um dos importantes fatores que permitiu a ascensão de Pedro Ernesto, desbancando adversários no Rio de Janeiro, e construindo grande fama. É notável a informação trazida por Conniff de que 8000 pessoas teriam sido demitidas pelo sucessor de Pedro Ernesto,

²⁶⁹ Anais do Conselho Consultivo da prefeitura do Distrito Federal, 1934. O debate entre Augusto Corsino e Adolpho Bergamini, acontecido na Câmara, é reproduzido nos anais por ter sido notável a argumentação do primeiro em favor da reforma. Sublinhou-se que aquela apologia era de um representante das “classes produtoras” (burgueses), mais um motivo para valorizar o registro, já que este grupo social posicionava-se contra maiores intervenções “sociais” do Estado.

Outro questionamento de Bergamini foi a falta de concorrência para a seleção da empresa que construiria os hospitais. Corsino responde que Luiz Moraes Júnior, presidente da Companhia Industrial e Construtora do Rio de Janeiro, tem currículo notável tendo contribuído com Oswaldo Cruz e participado de vários empreendimentos, além de ter sido um dos elaboradores do projeto da reforma Pedro Ernesto. Mais especificamente sobre a concorrência pública, Corsino diz que “nenhuma interferência tem a companhia locatária na aquisição dos materiais e pequenas empreitadas que é feita mediante concorrência e só depois de aceitar as propostas, autorizado o fornecimento ou a execução.” Como argumento que soa mais definitivo, Corsino mostra que os custos dos estabelecimentos da prefeitura são inferiores se comparados com os de estabelecimentos particulares.

Padre Olympio de Mello, para contratar pessoas ligadas a sua própria facção²⁷⁰. O número parece exagerado (talvez um erro de digitação tenha desvirtuado um mais plausível “800”) e Conniff não cita sua fonte para uma melhor apreciação (muito provavelmente a informação veio de uma de suas entrevistas orais da década de 70). De qualquer forma, traz importante dimensão do aparelhamento realizado com a máquina pública.

Por último e apenas para apreciação de uma ironia, vejamos o que teria sido a primeira forte atuação política do jovem estudante de medicina Pedro Ernesto na Bahia, narrada por seu filho:

“...seguinte: no segundo ano, lá na Bahia, houve um concurso para cadeira, não é para cadeira de professor não, para interno remunerado para cadeira de Psiquiatria. Foi um médico pernambucano quem fez um concurso brilhante, chamava-se Ulisses Viana. Ulisses foi diretor e o filho dele também foi diretor do Sanatório Botafogo, aqui no Rio. Houve o concurso, o Ulisses tirou primeiro lugar, e foi nomeado um candidato do governador. Aí a colônia pernambucana fez uma revolta dentro da escola, chefiada por meu pai. Aí já começa a vida revolucionária dele, chefiada por meu pai e por um médico chamado Bandeira, um estudante que se chamava Bandeira de Melo. Eles conseguiram isolar a escola, prenderam a congregação, fizeram assinar a nomeação do Ulisses. Mas depois veio o negócio da polícia e tudo. Eles tomaram conta da escola, e iam ser todos expulsos naquela época. Não foram expulsos, porque houve um movimento. A mulher do Rui Barbosa, que era oposição naquela época, fez um movimento de mulheres lá, de esposas de professores, de políticos, em defesa dos estudantes lá na Bahia. E eles foram perdoados. Ai já foi a primeira rebeldia do velho Pedro.”²⁷¹

Tornando a história mais colorida, em um relato colhido por Samuel Wainer em 1942 um antigo bedeu da Faculdade de Medicina acrescenta que a rebelião liderada pelo calouro de 16 anos foi feita com “revólver em punho”!²⁷².

2.3 Conclusão

Alguns trabalhos sobre políticas estatais de saúde, calcados na perspectiva do “institucionalismo”, tem situado a promoção de serviços desta época nos embates político-partidários e no processo de “*state-building*”, isto é, no desenvolvimento do aparato burocrático e da infra-estrutura material do Estado brasileiro. Tal é análogo à política que observamos neste capítulo e nos insere na discussão sobre a determinação das políticas de saúde, isto é, os caminhos explicativos de sua “socio-gênese”.

²⁷⁰ Conniff, op. cit., p. 199

²⁷¹ **Baptista, Odilon.** *Memória da Assistência Médica da Previdência Social no Brasil: Odilon Baptista (1a entrevista, fita 1, 1986)*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2004.

²⁷² **Wainer, Samuel.** “Pedro Ernesto, sua vida de cirurgião e revolucionário.” CPDOC. Apud. Vieira, op. cit. p. 342

Gilberto Hochman²⁷³ estuda como as políticas de saúde pública na Primeira República tiveram um papel central na criação e no aumento da capacidade do Estado brasileiro de intervir sobre o território nacional e efetivamente integrá-lo. Dizendo de outra maneira, as políticas de saúde foram elemento chave da própria constituição do Estado. Antes mesmo da Revolução de 1930 e seus intentos centralizadores, através do engajamento sanitário, o federalismo ia sendo revisto e o pacto oligárquico sobre o qual se organizava a república ia encontrando contrapontos. Resumindo, as condições sanitárias do país - que colocavam os Estados em situação de interdependência e impunham a necessidade de articulação -

*“modificaram ao longo do tempo a configuração estabelecida pela Constituição de 1891. Essas mudanças tenderam a fortalecer o Estado em detrimento dos poderes das oligarquias estaduais, aumentando a capacidade de coordenação infra-estrutural do Estado, constituindo o poder público e tornando o Estado presente em todo o território nacional, pondo-o em contato com toda a população. Não seria exagerado afirmar que as modificações constitucionais ocorridas em 1926 seriam, entre muitas outras coisas, um reconhecimento formal de processos políticos e sociais que estavam transformando a configuração política estabelecida na Constituição.”*²⁷⁴

A quase totalidade dos estados, impossibilitados técnica e financeiramente de dar respostas aos imensos problemas de saúde pública, negociou sua autonomia pelo ingresso de recursos financeiros e humanos sob controle e administração direta do governo federal. Como fruto deste projeto, começou a se formar no país uma teia de regulamentações e organizações estatais, principalmente com a instalação de postos sanitários em áreas não urbanas e nas periferias das principais cidades, muitas vezes significando o primeiro contato efetivo da população dessas áreas com o poder público²⁷⁵.

Essa dinâmica, entretanto, não seria para o autor a motivação primeira do investimento estatal no saneamento, sendo antes a “moldura político-institucional” na qual as decisões por intervenção sanitária se deram. As políticas estatais de saúde na Primeira República, e os arranjos políticos para tal, teriam acontecido mais estreitamente em função da própria necessidade que a doença impunha. O quadro sanitário teria imposto uma “consciência social”, que é um senso de responsabilidade que

“requer cada vez mais cuidados estatais e recursos que serão extraídos

²⁷³ **Hochman, Gilberto.** “Regulando os efeitos da interdependência: Sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930)”. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v.6, n.11, p.40-61, 1993. & **Hochman, Gilberto.** *A Era do Saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil.* Rio de Janeiro: Hucitec, Anpocs, 1998.

²⁷⁴ “Regulando...” op. cit. p. 54

²⁷⁵ Idem p. 55

*compulsoriamente da sociedade e beneficiarão a todos, contribuintes ou não. O Estado se constituiu como organização legítima, devido à formação dessa consciência social, e capaz, devido às suas características específicas, de regular os efeitos negativos das interdependências sociais, que, ao longo do tempo, tendem a ser reduzidas a soluções legais e administrativas sob a responsabilidade de uma burocracia.*²⁷⁶

As ações estatais seriam, então, políticas de bem-estar para toda a sociedade e,

*“como o próprio Estado que as produz, seriam resultados históricos não antecipados dos esforços das elites, e dos conflitos intrainstitucionais, para explorar, administrar, controlar e remediar os crescentes efeitos externos da destituição, diante do crescente insucesso das soluções individuais e da precariedade das soluções voluntárias.”*²⁷⁷

Isto é, as políticas de saúde se construíram, e com elas o próprio Estado, por conta da necessidade de resolução de um problema que afetava a todos.

Cristina Fonseca segue essa direção em sua análise do período 1930-1945²⁷⁸. Como objeto prioritário o Ministério de Educação e Saúde Pública (MESP), a autora nota como a implementação das políticas passou pela resolução da questão federativa ao avançar como instrumento de construção do Estado e fortalecimento do poder público no interior do país, abalando as estruturas do coronelismo principalmente a partir de 1937. Diferentemente dos serviços de saúde do Ministério da Indústria Trabalho e Comércio (MTIC), que englobavam os trabalhadores dentro de estrutura corporativa, as ações de caráter universalista do MESP

“eram engendradas de forma unilateral, partiam diretamente de iniciativas governamentais, não foram fruto de negociações políticas nem de demandas entre uma clientela específica e o Estado. Em outras palavras, não havia reivindicação por saúde nem movimento associativo e organizacional em seu nome”
[As ações dependiam] *“exclusivamente da iniciativa e dos interesses políticos do Executivo em investir na área, o que demandava uma negociação e uma articulação entre a União, os estados e municípios.”*²⁷⁹

Dessa forma o quadro explicativo fundamental é a formação do aparato burocrático sujeito às variáveis da relação de poderes político-partidários locais e nacional, com tendência à afirmação crescente da proposta centralizadora.

Por último, cito o trabalho de André Campos sobre o Serviço Especial de Saúde Pública

²⁷⁶ Idem

²⁷⁷ Idem

²⁷⁸ **Fonseca, Cristina M. Oliveira.** *Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

²⁷⁹ Idem p. 55

(SESP) na Era Vargas²⁸⁰. O órgão foi criado através de um acordo com norte-americanos associado primeiramente ao engajamento na Segunda Guerra Mundial. Era encarregado de políticas sanitárias pontuais nas instalações dos soldados americanos no Brasil e em regiões produtoras de matéria-prima estratégica- a Amazônia e o Vale do Rio Doce. Entretanto, o SESP superou suas primeiras funções existindo até 1990 e o trabalho de Campos demonstra como, longe de ser sinônimo de interesses americanos (como o órgão é mais reconhecido) ele participou da agenda do MESP de ampliar a autoridade federal pelos recantos do país, criando influência sobre instâncias locais e laços de lealdade da população com o poder central onde as referências políticas estavam, até então, limitadas aos oligarcas²⁸¹. Assim, apesar da participação americana, as diretrizes do órgão eram fruto de negociações e conflitos e dessa forma determinadas também pelos interesses centralistas do Estado brasileiro.

Apesar de trazerem dimensão essencial para a compreensão das políticas estatais de saúde, deve-se fazer uma observação sobre o estatuto teórico dos autores que se distancia de explicações que atribuem sentidos de classe àquelas políticas. André Campos, por exemplo, situa seu trabalho em tendências mais recentes que procuram romper com uma dicotomia marcada pela visão “otimista” ou “heróica” (para a qual a saúde estaria unicamente a serviço do bem-estar e da melhoria das condições de vida) e pela visão “pessimista” ou “anti-heróica” (que tem como um dos principais nomes Michel Foucault e que situa a saúde e a ciência nos seus sentidos de controle e disciplina sobre a sociedade). O rompimento com esses que seriam “limites interpretativos” é realizado em nome de uma maior complexidade trazida por uma perspectiva “multi e interdisciplinar” que teria, apesar das multifaces, três caminhos básicos: uma história biomédica, interpretando a doença como processo biossocial e analisando redes e intercâmbios pessoais e institucionais das comunidades científicas; uma história sócio-cultural da doença, com influência da antropologia e dos estudos culturais; e aquela a qual o autor se filia que tem foco no poder do Estado e das instituições²⁸².

Seguindo esta terceira tendência, Hochman pretende afastar-se de posturas “deterministas” de autores que trataram as políticas de saúde na Primeira República como “*resultados de estratégias das classes dominantes*”; que pensaram “*que seu desenvolvimento estaria associado à dinâmica do capitalismo, seja do ponto de vista nacional seja internacional*”; e que, “*além disso, consideram os principais atores públicos, especialmente os sanitaristas e burocratas da saúde, como intelectuais ligados aos interesses dominantes*”. O autor então rejeita essa perspectiva

²⁸⁰ **Campos, André Luiz Vieira de.** *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: O Serviço Especial de Saúde Pública (1942-1960)*- Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006

²⁸¹ Idem p. 20 e p. 26

²⁸² Idem p. 23

*“considerando que as políticas de saúde são partes constitutivas de um processo mais amplo e complexo, no qual o Estado e as elites estatais têm especificidades que lhes fornecem autonomia em relação aos interesses sociais, e têm objetivos também específicos, diversos e mesmo divergentes dos das elites sociais.”*²⁸³.

Certamente, alguns autores atribuíram unilateralmente a explicação das políticas de saúde como obedientes a necessidades particulares da produção de café, principalmente no tocante à manutenção de mão de obra estrangeira.²⁸⁴ Tal não se justifica diante do conjunto de práticas e estabelecimentos que o governo federal realizou, principalmente a partir de finais dos anos 1910, época em que se concentra a análise de Hochman e que assiste maior engajamento estatal na saúde pública. Por outro lado, não parece ser solução cabal a ideia de que as elites se engajaram no problema da saúde por apenas percebê-lo como um mal ao qual não podiam ficar indiferentes, já que afetava a elas próprias e o funcionamento normal da sociedade: Gastão Campos sustenta a opinião de que problemas coletivos de saúde como a tuberculose, a mortalidade infantil e a assistência ao parto, tinham naquela época quase a mesma magnitude daqueles que foram transformados em principal foco de atenção das autoridades.²⁸⁵ Costa, por sua vez, nota que as propostas de profilaxia de Oswaldo Cruz para a tuberculose não tiveram a mesma prioridade que as medidas contra a febre amarela, muito embora aquela fosse a doença transmissível que mais matasse. Como ainda coloca este autor, a tuberculose nunca se caracterizara como doença transmissível cuja prevalência transcendesse à situação de classe, atingindo indiscriminadamente tanto as camadas dominantes como as classes populares como a peste, febre amarela e mesmo a varíola, além de que não impedia que a força de trabalho permanecesse em atividade antes de a doença assumir configuração aguda e mortal, ao contrário das outras²⁸⁶. Nesse sentido, verifiquemos também como os investimentos em saúde eram muito *justificados* pela importância comercial dos portos e pela capacidade de atração dos imigrantes (isto é, não só os trabalhadores que aqui estavam mas os que precisariam chegar para que a lavoura funcionasse)²⁸⁷, por vezes entendidos como

²⁸³“Regulando...” op. cit. p. 42

²⁸⁴ **Costa, Nilson do Rosário.** *Lutas Urbanas e Controle Sanitário*. Petrópolis. Vozes, 1985. **Merhy, Emerson.** *O capitalismo e a saúde pública*. Campinas. Papyrus, 1985.

²⁸⁵**Campos, Gastão Wagner de Sousa.** *A Saúde Pública e a Defesa da Vida*. São Paulo, Editora Hucitec 2006. p. 38. No trabalho de Costa (op. cit.) há dados sobre a mortalidade de varíola, peste, tuberculose e mortalidade infantil. Acredito que tais dados não sejam simples de ler já que devem ser levados em conta especificidades da doença e outros fatores, mas eles confirmam a hipótese.

²⁸⁶ Costa, op. cit., p.77

²⁸⁷ Costa, op. cit. p. 42-5. p. 48: “A aplicação de capital no saneamento no Rio de Janeiro, segundo Prudente de Moraes, seria, em si mesma, lucrativa pelas mudanças de julgamento que acarretaria no estrangeiro sobre as condições de saúde pública da cidade e outros pontos do território nacional”. Ver também p. 98 declaração de Belisário Penna.

especialmente suscetíveis a algumas doenças²⁸⁸. Também é notável que empreitadas sanitárias estivessem diretamente relacionadas a empreendimentos econômicos da oligarquia financeira²⁸⁹, um dos quais a própria reorganização da cidade do Rio de Janeiro, o que teve como sintoma a Revolta da Vacina²⁹⁰.

Com esses elementos, o que pretendo enfatizar não é apenas que demandas classistas também concorrem como causas para explicar a política de saúde da Primeira República (algo que, como notei acima, pode tomar algumas formulações inadequadas, deterministas); mas principalmente que o contexto no qual a política de saúde acontece e repercute não deve ser limitado à ossatura do Estado e à elite que ali se empoleira com seus objetivos (supostamente) “específicos” ao próprio Estado e “autônomos” da sua base “societal”. Ora, por que a dinâmica em que a política de saúde encontra a sua historicidade seria tão restritamente aquela da formação do “state-building” (também a nível simbólico)? Ou, pondo mais claramente, por que seu significado seria fornecido mais fundamentalmente pela “moldura político-institucional” do Estado e não pela estruturação classista que permeia o conjunto da sociedade?²⁹¹

Essa questão é mais sensível no trabalho de Fonseca. As políticas de saúde do MESP (dessa caracterização é excluído o MTIC) seriam explicadas “exclusivamente” pelo Estado em seu intento de expansão do aparelho burocrático e se dão de forma independente de “grupos de pressão”. O que permite o argumento da autora é a constatação da ausência de movimentos reivindicatórios no campo e no interior – dessa forma, delimita-se o quadro explicativo às já referidas questões político-

²⁸⁸ Costa p. 45. “Das epidemias a que mais a rijo nos castigava era a febre amarela, que vivia de preferência a ceifar a vida dos pobres estrangeiros que aqui desembarcavam em busca de fortuna ou de trabalho. Levas inteiras de imigrantes desapareciam em bloco.” **Edmundo, Luiz**, *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938. p. 47 Apud. Costa, op. cit., p. 55

²⁸⁹ “Podemos citar, além das campanhas sanitárias no Rio de Janeiro, a iniciativa da saúde pública contra a malária, durante a construção das linhas de estrada de ferro em Minas Gérias. Na ocasião, a taxa de mortalidade causada pela malária entre os operários era extremamente alta. Isto impedia que a Companhia Central da Estrada de Ferro, de caráter privado, conseguisse contratar operários, apesar de oferecer altos salários. Além destes são exemplos ainda as campanhas realizadas contra a malária, durante a construção da estrada de ferro Itatinga, em Santos; durante as obras para represar os rios Xerém e Mantiqueira para aumentar o abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro; por ocasião do prolongamento dos ramais de estrada de ferro das Linhas Brasileiras e Norte da Companhia de Estrada de Ferro de Minas Gerais; durante a construção das Linhas de Noroeste da Estrada de Ferro Inglesa; os levantamentos durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em 1910; e as ações de Oswaldo Cruz, entre 1910-1911, de erradicação da febre amarela em belém, sob contrato do governo do Pará. Além disso, Oswaldo Cruz buscou estabelecer, entre 1912-1913, as bases da profilaxia para a Amazônia, área de vital importância econômica na década de 10 porque participava, através da borracha, em 28% das exportações nacionais.” Costa, op.cit, p. 73

²⁹⁰ Ver **Sevcenko, Nicolau**. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo. CosacNaify, 2010. “As autoridades colaboravam na constituição de bolsões de ordem e saúde, onde as burguesias internacional e nacional poderiam circular e investir com segurança, cálculo e previsibilidade.” p.112

²⁹¹ O sentido oligárquico das políticas de saúde é entendido por Hochman no capítulo 5 de *A Era do Saneamento*, “À exceção de São Paulo: autonomia política, interdependência sanitária”, quando o autor recupera interpretações pregressas da emergência do saneamento naquele Estado (entre elas, Costa e Mehry). Esses sentidos, entretanto, não são trabalhados no esquema teórico e metodológico do autor, tal como expus acima. Ver especialmente capítulo 1: “Quando a saúde se torna pública: formação do Estado e políticas de saúde no Brasil”. Ver também “Regulando...” op. cit.

partidárias concernentes à tensão centralismo e federalismo. Tal é o significado da perspectiva “institucionalista” (mas as instituições, adverte a autora, não devem ser vistas como “única força causal”, devendo a análise estar atenta também à “difusão de idéias” e ao “desenvolvimento econômico”²⁹²). Dessa forma, os benefícios engendrados pelo MESP, diferentemente daqueles colocados pelo MTIC, não seriam vivenciados como “direitos” ou conquistas.

O quadro geral, então, é que questões políticas horizontais situadas na estrutura estatal e em partidos não apenas sobrepõem-se como lugar explicativo mas também anulam a tradicional luta de classes (o que parece se estender a qualquer outra dinâmica política externa ao Estado). De acordo com as hipóteses do presente trabalho, tal seria uma falsa oposição, mas isto deve ser abordado respeitando o caráter histórico dos diferentes objetos, sendo evidente os limites em se comparar a reforma hospitalar de Pedro Ernesto com os outros assuntos dos autores. Pode-se, entretanto, tecer algumas objeções teóricas, entendendo principalmente que as políticas de saúde, ainda que abundem suas razões de ser dentro de querelas e projetos intra-estatais ou mesmo dentro da mais básica necessidade de bem-estar, necessariamente tomam sentidos em meio ao conjunto da sociedade onde são efetivadas (e da perspectiva assumida por este trabalho, como já foi explicitado, a estruturação desta sociedade é marcada pelas oposições sociais e políticas). Dessa forma, mesmo que aceitássemos (o que não é o caso), por exemplo, a premissa de Fonseca de que a população não era ator político²⁹³ por não colocar demanda na área da saúde, é incontornável que os benefícios chegados aos rincões do país fossem instrumentos de legitimação do Catete. E o fato é de muita relevância quando consideramos, tal como exposto no primeiro capítulo, o alto engajamento do poder federal no desmonte da oposição política dos subalternos, esforço para o qual se utilizou - assim como o assassinato, a prisão e a tortura - os benefícios sociais, como é muito bem explicitado e documentado em várias fontes. Ora, observando a política educacional do Estado Novo para o campo vemos a disseminação

*“de um conjunto de códigos e valores que lhes [à população rural] permitissem reconhecer lideranças políticas nacionais únicas, bem como com elas se identificar, conforme a nova ordem autoritária e centralizadora estabelecida”*²⁹⁴

²⁹² “Saúde...” op. cit. p. 14

²⁹³ “Sem grupos definidos de demanda, as medidas adotadas para a área da saúde pública, apesar de estarem direcionadas para a população como um todo, partiram de iniciativas governamentais, em um processo de decisão política, que envolveria mais diretamente a negociação entre os interesses dos representantes do governo central e aqueles identificados com os grupos locais de poder. A população civil, principal alvo das ações públicas, não se encontrava presente como ator político, portanto não detinha poder de interferência sobre o desenho institucional adotado e as áreas que seriam foco de atenção prioritária, ficando a critério dos agentes públicos a definição de metal e prioridades da política a ser instituída.” Fonseca p. 48

²⁹⁴ **Mendonça, Sonia.** *Estado e educação rural no Brasil: alguns escritos.* Rio de Janeiro Vício de leitura/FAPERJ, 2007. p. 48

O ministro Capanema em seus discursos oficiais passaria a falar em “educar para pátria”, em formar um cidadão “dotado de um sentimento de pátria”, onde essa construção de nacionalidade claramente significa um projeto de poder. É preciso ter em mente que o centralismo de Vargas não tem como única ou principal antítese as tendências centrífugas da federação, mas é construído também em relação ao conjunto da sociedade, onde tomou a forma de uma ditadura. E se há ausência de movimentos reivindicatórios de saúde no campo, não esqueçamos que o coronelismo significava muito fundamentalmente violenta submissão política, tendo sido substituído (não que o processo tenha se dado de forma tão simplista) pela ditadura do Estado Novo.

A movimentação que o PADF significava, a aglutinação de forças em uma base de sentido clientelista, é condição sem a qual a reforma hospitalar do município não é suficientemente abordada. Não apenas por ser uma esteira sobre a qual a reforma corre, mas também porque lhe é uma dinâmica possibilitadora e fomentadora. Entretanto, a obliteração no plano explicativo da luta de classes por esta disputa política horizontal é um equívoco não só pelo efetivo engajamento do prefeito contra a radicalidade política dos subalternos, mas também porque os processos não podem ser abstraídos das sociedades em que ocorrem.

Capítulo 3 - Saúde e racionalidade burguesa nas primeiras décadas do século XX

3.1 “Jeca, por que não trabalhas?”²⁹⁵

A saúde aparece com força no pensamento público brasileiro da Primeira República, em um debate que teve suas primeiras faíscas no ano de 1916. O primeiro de seus marcos, como aponta Hochman, foi o célebre discurso de Miguel Pereira, no qual caracteriza o Brasil como um imenso hospital²⁹⁶, tendo grande repercussão. Ainda naquele ano uma expedição do Instituto Oswaldo Cruz, da qual faziam parte Belisário Penna e Artur Neiva, lançou relatório no qual se descrevia um povo assolado pela doença no interior do país. Tudo isso iniciou um movimento de opinião pública que “diagnosticava a doença como principal problema nacional, e o descaso das elites, a razão pelo qual pouco se fizera para solucioná-lo.”²⁹⁷ Tem-se então o Movimento Sanitarista, encabeçado pela Liga Pró-Saneamento, que trazia um alarme para a questão da saúde, assim como formulava os meios políticos pelos quais ela deveria se concretizar.

Os historiadores Nísia Lima, Gilberto Hochman, André Campos²⁹⁸, entre outros, apontam que tal movimento trouxe críticas e revisões a certas concepções vindas do século XIX e de antes. Largamente veiculadas na imprensa, nas câmaras políticas e em outros espaços da sociedade, uma das ideias que emerge no momento se concentra em combater a concepção de que o Brasil estaria condenado à estagnação pelo seu clima tropical e pela inferioridade de sua raças formadoras. Todo esse movimento teria então promovido um deslocamento sobre qual seria a causa da condenação brasileira ao atraso: não mais o inatismo referente à cor da pele e outras causas mais ou menos relacionadas, mas as condições de saúde é que foram eleitas as responsáveis por manter o país nos degraus debaixo da escala mundial. Dado o diagnóstico e o remédio - a salvação viria através do investimento estatal no saneamento - pôde nascer um certo otimismo e uma mobilização política. Contraponto ao fatalismo, a saúde embalou intelectuais do começo do século passado com a grande possibilidade de colocar o país no eixo do progresso. Assim, como coloca o título do trabalho de

²⁹⁵Frase de propaganda do tônico Fontoura que traria vitalidade. Lobato, conforme disse de si mesmo, era uma marca. A empresa Fontoura difundiu milhões de exemplares da história da ressurreição do Jeca Tatu, de que trataremos neste tópico. *Apud Santos, Ricardo Augusto dos.* “Lobato, os Jecas e a questão racial no pensamento social brasileiro” IN *Achegas*. Número 7, Maio 2003. www.achegas.net/numero/sete/ricardo_santos.htm.

²⁹⁶ Há que se fazer uma nota pra evitar um possível mal-entendido sobre essa frase: ela não significa que no Brasil estavam sendo tratados os doentes – o que seria uma compreensão mais literal da frase, já que é isso o que se faz em um hospital. Ela é na verdade uma denúncia de que no Brasil há muitos doentes.

²⁹⁷ Hochman. “A Era...” op. cit.

²⁹⁸ **Campos, André.** “Raça ou Doença? O Problema Vital do Brasil” IN: *Ipotesi: revista de Estudos Literários*, Juiz de Fora, vol. 1, nº 2 - p. 45 a 52

Nísia Lima e Gilberto Hochman, o Brasil antes condenado pela raça, seria absolvido pela medicina.²⁹⁹

Abrindo um parêntese sobre o tema, é imprudente pensar que a saúde tenha expelido todo racismo daqueles que aderiram à sua causa. O trabalho de Ricardo Santos nos permite ver como o ideário sanitarista se encaixava plenamente no pensamento de um eugenista radical como Renato Kehl, sendo ele um dos que mais se destacaram na defesa do saneamento³⁰⁰. E mesmo Roquete-Pinto, antropólogo com posições anti-eugênicas, fazia uso de considerações racistas³⁰¹. Antonius Escobar, por sua vez, demonstra, em seu estudo sobre São Paulo da Primeira República, como educação e saúde fazem perder força o racismo científico, mas sem que “raça” deixe de ser um referencial³⁰². Documentos da prefeitura na década de 1930 também demonstrarão, conforme veremos abaixo, que o pensamento racista de sentido eugenista não é extirpado, mas passa a ser uma variável influenciada pelas políticas de assistência. De qualquer forma, salientamos aqui que temos nessa década de 1910 e em diante um pequeno episódio do confronto que o determinismo da ideologia racista ia tendo à medida que outros temas entravam na pauta do pensamento social e político do país – entre os quais, muito fortemente, a saúde.

O exemplo do Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, a que a historiografia costuma recorrer, é de fato bastante emblemático em relação ao Movimento Sanitarista e me parece incontornável. O célebre escritor usou seu personagem como expressão da mudança de mentalidade sobre o brasileiro que se processava naquele momento. Em um primeiro momento, em artigos para o Estado de São Paulo de 1914, Monteiro Lobato execrava o caboclo que infestava o Brasil:

“Porque a verdade nua manda dizer que entre as raças de variado matiz, formadoras da nacionalidade e metidas entre o estrangeiro recente e o aborígine de tabuinha no beço, uma existe a vegetar de cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso. Feia e sorna, nada a põe de pé. (...)

Nada o esperta. Nenhuma ferroteada o põe de pé. Social, como individualmente, em todos os atos da vida, Jeca, antes de agir, acocora-se.

*Jeca Tatu é um piraquara da Paraíba, maravilhoso epítome de carne onde se resumem todas as características da espécie.”*³⁰³

²⁹⁹ **Lima, Nísia Trindade; Hochman, Gilberto.** “Condenado pela raça, absolvido pela Medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República” in **Maio, Marcos Chor; Santos, Ricardo Ventura.** *Raça, ciência e sociedade.* Rio de Janeiro, Ed. FIOCRUZ/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

³⁰⁰ **Santos, Ricardo Augusto.** *Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação. Uma leitura do Eugenismo em Renato Kehl (1917-1937).* Tese de Doutorado. UFF. 2008. p. 31

³⁰¹ *“do ponto de vista moral, no entanto, é preciso reconhecer que os mestiços manifestam acentuada fraqueza: a emotividade exagerada, ótima condição para o surto dos estados passionais”* Apud. Idem. p. 32

³⁰² **Escobar, Antônio Jack.** *Política e Poder. Reflexões sobre os anos 20.* Diadorim. Rio de Janeiro, 1996. p. 36

³⁰³ **Lobato, Monteiro.** “Urupês” *IN: Urupês.* São Paulo. Brasiliense, 1994. p. 167-8

Lobato, assim, combatia concepções heroizadoras do caboclo e outras que, desde o século XIX, vinham romantizando a vida e a população rural do país. Diante do que chamava de “caboclismo”, que vinha substituindo o orgulho indígena, colocava que este tipo era, na verdade, o “ai jesús nacional”. Queixando-se de queimadas geradoras de prejuízo, Lobato aponta o culpado:

“Esse funesto parasita da terra é o caboclo, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra de zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugiando em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau [espingarda] e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. (...) O caboclo é uma quantidade negativa”³⁰⁴

Poucos anos depois, evidenciando a mudança de perspectiva, Monteiro Lobato diria “*O Jeca não é assim: está assim*”. Diante de um dilema, faz sua opção:

“...porque o nosso dilema é este: ou doença ou incapacidade racial. (...) O nosso problema, verificado que foi o mau estado da população nativa, é simples e uno: sanear. (...) Tudo mais rola para plano secundário. Sanear é a grande questão. Não há problema nacional que não se entrose nesse.”³⁰⁵

Como pontua Castro-Santos, Lobato não fala mais a linguagem da incapacidade racial a partir de 1918³⁰⁶. Sofrendo influência da “*ideia-força avassaladora do saneamento*” transfere a causa do problema da raça para as endemias rurais, que categorizou como um “*problema vital*”. O autor, então, desenvolveu uma história em que o caboclo, livre de doenças típicas do meio rural³⁰⁷, passa a ser um homem disposto e economicamente próspero, se tornando um fazendeiro mais competente que seu vizinho italiano. O Jeca Tatu moderniza sua propriedade introduzindo novas lavouras e tecnologia e até aprende a falar inglês. A medicina levada aos rincões do Brasil pelo governo federal³⁰⁸ transformaria o povo brasileiro impulsionando o para frente, assim como o Jeca Tatu, antes vitimizado e abandonado.

Sobre o Movimento Sanitarista, a historiografia também enfatiza bastante que, sendo a doença o principal problema do Brasil e o traço distintivo do brasileiro, foi sendo desenvolvido um sentido de nacionalidade para o país que visto apenas como “*um conglomerado de províncias não*

³⁰⁴ “Velha Praga” IN: *Urupês. op. cit.* p. 161. “Velha Praga” foi publicado originalmente em 12/11/1914, no *Estado de São Paulo*

³⁰⁵ **Lobato, Monteiro.** *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital.* São Paulo, Brasiliense, 1972. p. 156

³⁰⁶ Santos, *op. cit*

³⁰⁷ As principais identificadas pelas expedições de sanitaristas dessa época eram: opilação (ancilostomose), impaludismo (malária) e o mal de Chagas (tripassonomíase americana).

³⁰⁸ O Movimento Sanitarista era bastante crítico do federalismo brasileiro, apontando como de responsabilidade do governo federal, e de sua exclusiva capacidade, as ações de saúde.

integradas”, ainda não era considerado uma nação. A saúde, feita um evangelho, teria um papel-chave para a sua construção, para uma “*nova organização nacional*”, como enfatizam Lima e Hochman. Voltando os olhos para o interior, via-se que eram nos sertões que estava a verdadeira raiz da “brasilidade” e portanto era mister integrar o sertanejo ao projeto de construção do país através do saneamento, a questão nacional por excelência que conquistava as primeiras páginas dos periódicos³⁰⁹. Aliás, para Santos, é justamente por oferecer uma ideologia da nacionalidade que o Movimento teria tanta força, atraindo as classes médias (incluindo o tenentismo) e agitando a imprensa.

Diante do exposto, entretanto, acredito ser necessário um certo deslocamento no nosso olhar sobre essas ideias em voga nos anos 1910. A ênfase da historiografia na doença como constituinte da nacionalidade brasileira e na saúde como elemento chave para sua superação, muito embora correta porque correspondente ao que colocavam intelectuais da época, pode deixar à sombra um outro sentido de nacionalidade e os meios para a sua construção que estavam em processo no pensamento político nacional, do qual esta segunda década do século é apenas um momento – e que encontrará expressão na política hospitalar de Pedro Ernesto. Acredito que a noção de “produtividade” seja muito central para a sua compreensão. Nesse sentido, não seria propriamente a medicina que iria salvar o povo brasileiro, seria o trabalho.

Saltar duas décadas para observar a ideologia do período do Estado-Novo nos ajudará a esclarecer a questão. Temos que a análise de Angêla de Castro Gomes³¹⁰ nota uma política ideológica de valorização do trabalho como dimensão essencial da valorização do homem e do país. Algo nada novo entre a classe dominante brasileira, mas bastante acentuado nesse momento. A intenção é transformar o homem em cidadão trabalhador, responsável pela sua riqueza individual e também pela riqueza da nação. O trabalho seria o meio por excelência de superação de problemas sócio-econômicos do Brasil, além de uma forma de assegurar à população uma vida digna. Mais do que isso, temos no Estado-Novo, momento fundamental da construção do nacionalismo brasileiro, uma noção de sociedade baseada no trabalho. Como coloca Severino Sombra, na revista estatal *Cultura Política*,

*“Toda concepção econômica, política e social deverá ter por base a ideia-fato: Trabalho. E todo programa voltado para o mundo novo a constituir será contido nessa fórmula: defesa, representação e dignificação do trabalho”*³¹¹

³⁰⁹ Santos, Luiz Antônio de Castro. “O pensamento sanitário na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade”. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985.

³¹⁰ Gomes, Ângela de Castro. “A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro” IN: Oliveira, Lucia Lippi. Veloso, Monica Pimenta. & Gomes, Angêla de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1982.

³¹¹ Severino Sombra, “Trabalho e propriedade: horizontes sociais do Estado Novo”, n 4, junho de 1941, p. 78. *Apud*.

A nacionalidade também é fundada sobre esse elemento. É através dele que o povo pode servir à pátria, isto é, de ser integrado a ela. Getúlio Vargas, o líder, aparece, inclusive, como o trabalhador brasileiro número um. E o Estado construtor dessa ordem é a “*expressão política do trabalho nacional*”. É válido lembrar que na Constituição de 1937, como mais um capítulo de um esforço antigo, o trabalho é instituído como um dever, e a desocupação, um crime.

O Estado Novo apresenta uma “*concepção totalista do trabalho*”, isto é, está atento às diversas áreas que influenciam o homem na sua produção. O discurso se colocava ciente da necessidade do Estado de intervir em questões como alimentação e moradia, necessários para a realização de uma “*organização científica do trabalho*”, na medida em que concorrem para o bem-estar do trabalhador. Segundo o Ministro do Trabalho Marcondes Filho:

*“Para beneficiar o capital é necessário tornar eficiente o trabalho, e esta eficiência só se obtém melhorando todas as condições do trabalhador. Elevar o nível do empregado, portanto, é um pensamento pelo capital. Mas para beneficiar o trabalhador é preciso que prosperem a indústria e comércio, o que depende, em grande parte, do capital. Evitar os inúteis sacrifícios deste, portanto, é um pensamento pelo trabalhador.”*³¹²

E na revista Trabalho e Seguridade Social, temos:

*“A tendência da legislação não é outra senão esta: colocar sob o seu pálio tutelar todas as classes que trabalham e produzem, sem discriminação de categorias. Todos os que trabalham e produzem e, portanto, concorrem para o desenvolvimento material e espiritual do país, tem direito à proteção do Estado”*³¹³

“Produzir” aparecia por vezes como lema iluminador da vida³¹⁴ e o papel da saúde nesse sentido talvez já esteja evidente. Novamente na revista Cultura Política, temos colocado a função da “*medicina social*”:

“preservar a saúde do trabalhador, descobrir-lhes as deficiências funcionais, restituir-lhe a capacidade de trabalho, retorná-lo à vida normal, readaptá-lo ao

Gomes (1982).

³¹² **Marcondes Filho**. *Trabalhadores do Brasil*. Rio de Janeiro. Revista Judiciária, 1943. p. 6 *Apud*. **Paranhos, Adalberto**. *O Roubo da fala. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo. Boitempo, 1999 p. 153

³¹³ **Carvalho, M Cavalcanti**. *Trabalho e Seguridade Social*. Ano 1, n.1, v. 1 Janeiro de 1943. p. 9

³¹⁴ “*Produzir mais, produzir melhor- nas fábricas, nos campos, nas hortas e nos pomares – é a palavra de ordem que deveremos ter sempre nos ouvidos, alertando-nos e retemperando-nos a vontade e a decisão de atingir o máximo dentro de nossas possibilidades*” **Vargas, Getúlio**. *Trabalho e Seguridade Social*. Ano 1, n.2, v. 2 Maio de 1935. p. 135

trabalho segundo as suas novas condições orgânicas.”³¹⁵

Para Gomes, o objetivo da saúde concretizado pelos institutos de previdência e pela assistência social era assim o de explicitamente preservar, recuperar e aumentar a capacidade de produzir do trabalhador³¹⁶:

*“Sua saúde [do trabalhador] era situada como o “único capital com o qual ele concorre para o desenvolvimento nacional”, constituindo-se assim em preciosa propriedade a ser mantida em uma sociedade de mercado”*³¹⁷

Aqui, estamos falando tanto de medicina curativa, que reporia o trabalhador ao processo produtivo, ou o colocaria à sua disposição no menor tempo possível, quanto de medicina preventiva (“medicina social” ou “higiene do trabalho”) que, junto de outras áreas para as quais o Estado ampliaria seu intervencionismo³¹⁸, formariam um quadro de bem-estar para o cidadão e sua consequente boa condição para o trabalho.

Não só no Estado, mas também no pensamento e na prática médica a relação entre o trabalho e o capital aparecem, como indica, entre outros documentos, o livro *Compêndio de Higiene Elementar*, escrito por J. P. Fontenelle³¹⁹, importante médico da geração de sanitaristas envolvida com programas governamentais. A intenção da higiene, competência da medicina, seria contribuir para o aperfeiçoamento da raça³²⁰, sendo um de seus quatro problemas centrais

“fiscalizar, proteger e melhorar todos os seres humanos nas diversas fases da vida e nas diferentes atividades e profissões.

No que respeita à prevenção de doenças transmissíveis, é vasta a importância econômica da higiene, fazendo poupar vidas humanas que representam o capital da nação, e procurando melhorar a capacidade de trabalho dos indivíduos, o que aumenta a riqueza das coletividades. Sem os progressos da higiene, permitindo dominar a febre amarela e a malária, não teria sido possível executar a grande obra que é o canal do Panamá, onde se pouparam em poucos anos 70.000 vidas e 80 milhões de dólares. Se não fossem as armas defensivas que nos oferece a higiene, não poderíamos ter hoje a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que somente pôde ser construída depois de

³¹⁵ *Apud. Gomes. Op. cit.*

³¹⁶ Mas isto não pode ser afirmado tendo-se como base apenas os textos da revista. A “concretização” desta instrumentalização da saúde é discutível e requer análise com outros tipos de fonte. O ponto será retomado abaixo. O problema aparece também em “A Invenção..” op. cit. p. 242-4.

³¹⁷ *Apud. Gomes, 1982, p.157*

³¹⁸ Sobre a já citada moradia, por exemplo, temos que era considerada, na *Cultura Política*, como “uma questão central à proteção do homem brasileiro e ao próprio progresso material do país”

³¹⁹ **Fontenelle, J. P.** *Compendio de Higiene Elementar*. Rio de Janeiro. 1925. Biblioteca Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz)

³²⁰ “Aperfeiçoamento da raça” é termo que aparece também em um documento oficial da municipalidade, para descrever as intenções em saúde da Prefeitura.

organizada, naquela região, a luta anti-malárica. O progresso do Brasil teria sido impedido se Oswaldo Cruz não tivesse dominado a febre amarela na capital do país e traçado o programa de seu extermínio em todo o Brasil”³²¹

Dado o seu alcance e importância, a higiene, segue o autor, deveria também compreender os domínios da Economia Política e da Sociologia. Como higienista, no intento de desenvolver a produtividade, faz várias considerações sobre o trabalho. Uma das principais preocupações de sua disciplina é a fadiga³²², para a qual recomenda o descanso, principalmente o sono. Seu ideal de organização da vida do trabalhador é 8 horas de trabalho, 8 horas sono e 8 horas de outras atividades nas quais se destaquem o lazer. Outras recomendações mais específicas são:

“é preferível um repouso de 8 minutos depois de uma hora de trabalho, ao de 15 minutos depois de 2 horas de trabalho, pelo que verificamos que a duração do repouso não é proporcional à duração do trabalho que produziu a fadiga que pretendemos remover. Outro elemento que foi sujeito à experimentação é o tempo de duração do trabalho capaz de não produzir excessiva fadiga, o que corresponde ao tempo de duração da atenção voluntária, que deve marcar, por exemplo, a duração de uma lição.”³²³

O descanso faz parte da manutenção do homem enquanto trabalhador eficiente:

“No caso das máquinas inanimadas, a fadiga atinge as rodas, as molas, as peças oscilantes, etc., mas muito lentamente, e por meio de alterações moleculares de ordem puramente física. No caso da máquina viva, o resultado imediato é a progressiva diminuição da capacidade e da aptidão para o trabalho”³²⁴

É notável que o decreto 3739 da Prefeitura, de 6 de janeiro de 1932, que torna as férias “*extensiva aos operários, diaristas, jornaleiros e mensalistas, não titulados da municipalidade*”, tenha como justificativa o seguinte:

“a exclusão dos não titulados ao direito a férias é medida que impõe remédio imediato, uma vez que tal descanso é exigido, como medida que a higiene força, aos que, durante todo o ano, trabalham, intensivamente durante oito horas diárias”³²⁵

O livro de Fontenelle não é caso especial. A filosofia médica era bastante impregnada dessa

³²¹ Idem. p. 10

³²² O tema é caro. Na Inglaterra, no começo do século passado, havia o Industrial Fatigue Research Board.

³²³ p. 387

³²⁴ Idem

³²⁵ *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*

racionalidade burguesa. Nas palavras do médico Amauri Medeiros, no Segundo Congresso Nacional de Higiene em 1924, temos:

*“Todo indivíduo constitui, com efeito, na comunidade, um capital social que se torna improdutivo pela doença; cada cura representa um capital ao qual se faz voltar a capacidade de produzir. Os mortos são capitais perdidos.”*³²⁶

A relação entre capital e saúde nestes mesmos termos está bem explícita na revista varguista Trabalho e Seguro Social, cujo primeiro ano, 1943, analisamos. Aqui, vemos uma acentuada coisificação do homem:

“O infortúnio do trabalho leva-nos a supor uma redução de capacidade de trabalho e, derivante desta, um dano, pela redução de capacidade de ganho da vítima. O prejuízo econômico é o elemento preponderante. Um órgão ou função há de ser medido pelo seu valor econômico.

*Qualquer que seja a concepção de incapacidade, o ponto de vista físico há de ser considerado, mas não isoladamente. E a definição de incapacidade há de ter sentido econômico, e não físico.”*³²⁷

*“Não lhes move apenas um sentimento de humanidade e sim também a obrigação inadiável de atender a um problema de economia nacional, de defesa nacional, fundamente atingidos pelas funestas consequências dos desastres que o trabalho condiciona e determina.”*³²⁸

A medicina deve ser capaz de trazer de volta ao espaço da fábrica o trabalhador doente (condição que, em grande medida, o próprio espaço de trabalho propícia)³²⁹, e em menor tempo possível. Eram considerados louváveis, portanto, números que vinham dos Estados Unidos nos quais 50% dos funcionários catalogados com tuberculose poderiam ser mantidos no trabalho, bem como a readmissão de 278 doentes com lesão cardíaca. Porém, um papel mais eficiente da medicina seria o da seleção dos trabalhadores, já que se gastaria menos com um operário menos sujeito a doenças:

“É preciso aplicar os princípios da biotipologia na seleção profissional, visando o aspecto econômico do problema, isto é, o rendimento individual do

³²⁶ Apud. Escobar. op. cit. p. 33

³²⁷ Santos, João de Oliveira. “A medida econômica da incapacidade ao trabalho”. IN: *Trabalho e Seguridade Social*. Ano 1. N.1. Vol 2. Maio 1943. p. 178-9

³²⁸ Parreiras, Décio. “Medicina, questão de economia e defesa nacional” IN: *Trabalho e Seguridade Social*. Janeiro de 1943. p. 41

³²⁹ O ambiente fabril era propagador de algumas situações de doença. A tuberculose, por exemplo. Além disso, a fábrica submetia os trabalhadores a acidentes, questão muito importante para o pensamento médico e para o movimento operário.

operário.”³³⁰

Luís Samin, médico chefe da Companhia Internacional de Seguros, diz ainda nesta revista estatal que o Estado deve intervir mais nesta sua função social seletiva, papel que apenas uma entidade vinha executando, o Serviço de Assistência a Mulheres e Menores. Na realidade, desde pelo menos os anos 20, a “higiene do trabalho”, competência que se configura voltada para as condições adequadas de saúde e segurança no âmbito das fábricas, é de responsabilidade do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), órgão vinculado ao Ministério de Justiça e Negócios Interiores. E um dos principais focos da “higiene do trabalho” é justamente a seleção dos trabalhadores, de acordo com suas qualidades e requisitos psico-fisiológicos, para o trabalho específico a que seria designado.³³¹ Acreditava-se que, por uma seleção, também os acidentes diminuiriam, já que seriam escolhidos os mais hábeis e mais inteligentes.

A situação é mesmo matematizada:

“Já se mede hoje a carga de acidentes que pesa sobre determinada indústria, Estado ou nação, representada por uma fração que tem no numerador o mínimo de horas de trabalho perdido e no denominador um milhão de horas de trabalho.

Pelo menos nas grandes organizações, ao lado do contabilista, deve haver a estatística de acidentes porque, afinal de contas, é de interesse econômico e contábil conhecer os desgastes e a situação de produtividade do motor humano.”³³²

Belisário Penna, um dos maiores evangelistas do saneamento, tinha o cálculo de que 6 milhões de brasileiros, quando comparados a trabalhadores estrangeiros, produziam apenas 1/3 do que, livres de doenças, seriam capazes.³³³ Dirá o médico:

“O Brasil é um país de doentes no sentido literal da expressão. A nossa miséria financeira e econômica é o reflexo da desnutrição orgânica que converte a maioria dos nossos concidadãos em inúteis unidades sociais, incapazes de concorrer com a quota de seu esforço para o aumento da riqueza comum”³³⁴

Porém, para uma análise das políticas de saúde estatais é necessário mais do que uma coleção de citações de revistas e discursos. Também não podemos nos agarrar a algumas delas como expressões gerais do pensamento da classe dominante ou de certas categorias. Se estamos

³³⁰ Samin, Luís. *Trabalho Seguridade Social*. Ano 1 n. 2 Vol.2 Maio 1943. p. 185

³³¹ Lacaz, Francisco Antonio de Castro. “Conhecimentos, práticas em Trabalho-Saúde e as abordagens da medicina social e da medicina do trabalho no Brasil: final do século XIX até os anos 1950-60” IN: *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2007, vol.10, n.1. p 96.

³³² Parreiras, op. cit.

³³³ Hochman e Lima, op. cit., p. 32

³³⁴ Apud. Lobato “Problema...” op. cit. p. 138

vendo por ora a ideologia que acompanha a saúde, temos que ter em mente que os programas concretos de intervenção estatal na saúde pública tem sua complexidade específica e, além disso, não podem ser entendidos como plenamente correspondentes ao que os governos (e a sociedade civil) projetavam oficialmente. Para uma análise completa, teríamos que entender a materialidade desses investimentos, observando a relação entre a organização hospitalar (com suas tecnologias, especialidades, etc.) e as doenças dos trabalhadores que afetavam sua dinâmica normal, entre outros elementos. Enfim, investigar os intuitos expressos de influência da saúde no aumento da produtividade. É importante lembrar também, para não enclausurar a análise, que outros elementos envolvidos no discurso provém outros sentidos à saúde, tais como a efetiva melhora das condições de vida do trabalhador, a bondade do líder que outorgou benefícios, o espírito conflitivo que é dissipado na sociedade em proveito de um próspero clima pacífico, etc. Por exemplo, nesta mesma revista, por vezes, a medicina social será tratada exclusivamente como uma questão humanitária. Entretanto, insistamos na relação de saúde e capital. Ela não é o sentido ideológico que aparece mais vezes na revista Trabalho e Seguro Social (nem nos discursos de Pedro Ernesto) mas tem peso forte e se circunscreve, conforme veremos no decorrer, em mistificações ideológicas centrais do período, importantes para contextualização e entendimento das políticas de saúde.

Retomando o fio da argumentação, é à luz destas noções mais desenvolvidas nesse período de final dos anos 1930 e início dos 1940 que devemos olhar para analisarmos tanto o sentido de nacionalidade presente no Movimento Sanitarista quanto o papel da saúde no pensamento político brasileiro que se gestava nesta época, coisas das quais Pedro Ernesto será uma expressão. No Estado Novo, vemos de forma madura um discurso que tem como função “proletarizar” toda a sociedade, algo presente na sociedade desde o final do século XIX. No discurso do período varguista, melhor do que antes, a saúde corresponde ao papel concreto que se pretende que execute na sociedade: ela não é o “fim” da nacionalidade brasileira, como por vezes apareceu. Ela é um dos meios para a sua realização, isto é, a construção de uma nação não propriamente de saudáveis a partir de doentes, mas uma nação de trabalhadores. O homem brasileiro, tal qual o Jeca indagado por Monteiro Lobato, precisa ser saudável porque precisa trabalhar. O ponto central deste nosso raciocínio é compreender que tanto as perspectivas de trabalhador quanto a de saudável carregam uma antropologia específica, histórica, com profunda ligação com as transformações sociais daquele tempo.

Assim, a operação ideológica de valorização do trabalho está essencialmente ligada à consolidação de uma ordem burguesa no país. Esta acontece em função da expansão da produção europeia a partir da metade do século XIX, embalada pela Segunda Revolução Industrial. Países como o Brasil respondem aos centros capitalistas, sobretudo à Inglaterra, como fornecedores de

matérias-primas e compradores dos produtos industrializados. A importação do capital acumulado nas potências também faz parte do mesmo processo. Este capital era empregado na construção de uma infra-estrutura (meios de comunicação, transporte, urbanização, saneamento, etc.) capaz de atender melhor às exigências da circulação de mercadorias impostas pelo capitalismo. O Rio de Janeiro, por exemplo, precisava modernizar seu cais, que não tinha capacidade de receber navios maiores, o que tornava o transbordo muito lento, além de renovar as suas ruas estreitas que dificultavam a conexão entre o porto, as linhas férreas e os estabelecimentos comerciais. A cidade do jeito em que se encontrava nas primeiras décadas da república era um entrave ao seu pleno desenvolvimento econômico. Essa adequação exigida causou profundas mudanças em diversas sociedades ao redor do globo, na medida em que diversos aspectos das sociedades europeias necessitavam ser aplicados. No Rio de Janeiro, a Reforma Pereira Passos é uma das expressões mais emblemáticas de tal necessidade.

Na segunda metade do século XIX temos um contínuo avanço de relações capitalistas de produção que estavam por substituir a escravidão. O assalariado, o sabemos desde Marx, além de “livre” para vender sua força-de-trabalho, deve também estar “livre” de ser um proprietário no campo e, por isso, concomitantemente à progressiva supressão do trabalho escravo, temos leis que regulamentam o acesso à propriedade da terra ao pequeno agricultor. O regime instaurado em 1889 tem como seu projeto político mais urgente a transformação do homem livre em trabalhador assalariado³³⁵. Além da expropriação e de outras ações coercitivas, o processo de enquadramento do trabalhador no mercado de trabalho capitalista dependia também, e este o ponto que nos interessa mais de perto, de uma nova ideologia do trabalho. Ou seja, não somente os portos e a disposição física da cidade deveriam se modernizar, mas a sociedade como um todo, o que inclui a base da qual ela se constrói, a classe trabalhadora. Os padrões burgueses passam então a enfrentar antigos modos-de-vida, costumes e pensar, transformando-os com violência na sua busca de criar os homens adequados à sua ordem.

Emerge durante esse processo a necessidade de combater a tradicional rejeição pelo trabalho manual na qual a classe dominante desde os tempos coloniais se comprazia para a sua distinção, prestígio e domínio sociais. Para a concretização da disponibilidade da força-de-trabalho necessária ao capital (esteja ela empregada ou não), no nível ideológico a desassociação do trabalho com trabalho de escravos era promovida, (o que incluía também a negação de diversos elementos da cultura africana, como a religião). A imigração³³⁶ no país, inclusive, é envolta na concepção de que

³³⁵ **Chalhoub, Sidney.** *Trabalho, Lar e Botequim*. Ed. Unicamp. Campinas, 2001 p. 46

³³⁶ As políticas de saúde estiveram muito envolvidas com a questão da imigração, enquanto política de controle de força de trabalho, como demonstram Escobar (op. cit.) e **Costa, Nilson do Rosário.** *Lutas Urbanas e Controle Sanitário*. Petrópolis. Vozes, 1985

os europeus possuíam, além de virtudes técnicas não desenvolvidas entre os brasileiros, maior disposição física e cultural para o trabalho. Os europeus responderiam melhor ao ideal que se impunha à base da sociedade e, mais do que isso, promoveriam entre os brasileiros os “altos valores” da sociedade europeia, além de, é claro, serem os braços que faltavam por aqui.³³⁷

A transformação almejada pela nova elite republicana e pela tradicional burguesia cafeeira é a “regeneração”, palavra usada por cronistas da época.³³⁸ Para Sevcenko, a “regeneração” nasce em função do porto e da circulação de mercadorias, subentende o saneamento e a higienização do meio ambiente, se estende pelos hábitos, costumes, abrangendo o próprio modo de vida e as ideias, e organiza de modo particular todo o sistema de compreensão e comportamento dos agentes que a vivenciam.³³⁹ Assim, procura-se uma transformação do homem brasileiro, algo que se manifesta, por exemplo, no combate à vadiagem cujos símbolos são o boêmio e o violão, que serão execrados na imprensa por não serem correspondentes à civilização que se pretendia instaurar por aqui. Trata-se de um suporte ideológico de um processo coercitivo de enquadramento à uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, destinado também àqueles não absorvidos pela esfera produtiva (que são essenciais para o sistema, à medida que concorrem para o rebaixamento dos salários).³⁴⁰ O índio e o caboclo também traziam horror e vergonha a essa sociedade que se espelhava em Paris. O estigma da preguiça, presente no ideário estrangeiro sobre o país era outro elemento a ser expurgado. Temos então, do lado de uma necessidade por uma melhor organização da cidade (seus portos, ferrovias e ruas) e de seu embelezamento (as obrigações do seu bem-vestir, a vergonha do índio), a propagação de uma série de valores necessários à formação de uma população adequada ao trabalho sob o capital. Não só os hábitos no momento do trabalho, mas também outras esferas da vida como o amor e o lazer³⁴¹ sofrem intervenção para que se produza um novo homem.

Se voltarmos aqui para onde havíamos deixado Monteiro Lobato e o Jeca Tatu, veremos o quanto a estória é emblemática não apenas da superação de um pensamento racista ou da importância da saúde para a construção da nacionalidade, mas da encarnação de um projeto autoritário e paternalista³⁴² para setores subalternos da sociedade.

³³⁷ Neste sentido, sobre o imigrante e o trabalho, ver **Fernandes, Florestan**. *A Integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Editora Ática, 1978.

³³⁸ **Sevcenko, Nicolau**. *Literatura como missão*. São Paulo. Companhia das Letras, 2003. p. 43

³³⁹ *Idem*, p. 58

³⁴⁰ Em sua análise da legislação de combate à vadiagem na Inglaterra e na França, Marx a associa à formação de uma superpopulação que “*mantém a lei da oferta e da procura e, portanto, o salário em trilhos adequados às necessidades de valorização do capital, e a muda coação das condições econômicas pela o domínio do capitalista sobre o trabalhador*” **Marx, Karl**. *O Capital*. Livro Primeiro. Tomo 2. São Paulo. Nova Cultural, 1985. p. 277.

³⁴¹ Sobre o tema, além da já citada obra de Chalhoub, é exemplar também **Guedes, Marco**. *Trabalho, cidade e cultura: associações recreativas de trabalhadores cariocas: 1900-1920*. Monografia. UFF, 2009.

³⁴² “Autoritário e paternalista” são adjetivos atribuídos por Nicolau Sevcenko (op. cit.) Infelizmente, o autor não se estende nas suas considerações sobre o Movimento Sanitarista.

Para Lobato, uma terra hostil, produziria um povo melhor porque mais laborioso.³⁴³ É abundante em “O problema vital” sua preocupação com a produtividade econômica, em especial da lavoura, comprometida pela doença dos trabalhadores rurais (estes que seriam o “cerne das nacionalidades”, “a melhor riqueza das nações”³⁴⁴):

“Deste deperecimento progressivo da população defluiu nosso craque econômico. As lavouras organizadas, como a do café, entanguem-se no desespero da falta de braços, mal se interrompe a corrente da imigração europeia.

Braços! Braços! Há fome de braços. Um país de 25 milhões de habitantes não consegue fornecer braços para a lavoura do café, lavoura que produz menos que uma das grandes empresas açucareiras de Cuba.

É que os braços estão aleijados.

Há os de sobra, mas ineficientes, de músculos roídos pela infecção parasitária, o que obriga a lavoura ao ônus indireto de importar músculos europeus, ou chins, ou japoneses – o que haja, contanto que seja carne sadia e não fibras em decomposição.

Entretanto, a solução definitiva do problema eterno da lavoura quem a dará é a higiene.”³⁴⁵

O essencial é observar que essa transformação a ser propiciada pela higiene confronta um modo de ser específico. Quando Lobato se lamentava do entrave ao progresso nacional que era o caboclo, pensava na sua inaptidão para o trabalho: este vendia na feira apenas uma ou outra coisa que poderia recolher sem esforço pelos caminhos em que passava, e tinha com esse mesmo gesto o suficiente para a sua subsistência.

“Da terra fértil extraem, quase sem nenhum trabalho, o bastante em caça, frutos e cereais para viverem vida frugal e indolente. Representam o tipo do pequeno produtor-consumidor; vegetando ao lado do grande produtor fazendeiro”³⁴⁶

É muito ilustrativa a carta que escreve para seu amigo Godofredo Rangel. A forma com que os agregados de sua fazenda lidavam com a produção lhe irritava.

“Começo a acompanhar o piolho desde o estado da lêmdea, no útero de uma

³⁴³ “Problema..” op. cit

³⁴⁴ “Em todos os países do mundo as populações rurais constituem o cerne das nacionalidades. Taurinos, torrados de sol, enrijados pela vida sadia ao ar livre, os camponeses, pela sua robustez e saúde, constituem a melhor riqueza das nações. São a força, são o futuro, são a garantia biológica dos grupos étnicos. Pela capacidade de trabalho mantêm eles sempre elevado o nível da produção econômica; pela saúde física, mantêm em alta o índice biológico da raça, pois é com o sangue o músculo forte do camponês que os centros urbanos retemperam a sua vitalidade.” “Problema...” op.cit p. 137

³⁴⁵ Idem. p. 132

³⁴⁶ “Urupês”, op. cit

*cabocla suja por fora e inçada de superstições por dentro. (...) Havia uma gameleira colossal perto da choça. Pois ele derrubou-a com três dias de machado – atorou-a e dela extraiu uma gamelinha de dois palmos. Como aproveitou a gameleira, assim aproveitou a terra. Queima toda uma face de morro para plantar um litro de milho. O piolho, afugentado, vai parasitar um chão mais virgem adiante.*³⁴⁷

Observe-se, então, que o homem do interior tem uma forma peculiar de lidar com a natureza, com a produção, com o tempo, com a própria vida. Peculiar e não natural também era a perspectiva moderna de Lobato, cujo horizonte era a produção de mercadorias.

Como já citado acima, o caboclo é aquele que se acocora e, com este movimento, estagna o Brasil. Lima nota que, mesmo antes de Lobato, cronistas e contistas viam a ociosidade e a preguiça como as características mais fortes do caboclo, ao lado da ignorância e do isolamento³⁴⁸. O progresso viria apenas com a assimilação de uma outra mentalidade para o trabalho, marcada com a noção de produtividade. Tal é uma exigência do capital, do valor que necessariamente deve ser valorizado, e que para tanto procura instaurar seu círculo produtivo vicioso não somente através da produção de massas de despossuídos, mas também de uma necessária ideologia que oriente os homens.

Como vimos, com o desenvolvimento da consciência sanitarista, Lobato formulou para si o “dilema: doença ou incapacidade racial”, acreditando ser o primeiro elemento aquele que encerrava de forma cabal a questão³⁴⁹. O papel da saúde que vários grupos sociais reclamavam para toda a população é justamente o de produzir um novo homem, algo que a “inerência” da cor da pele parecia não permitir. A estória da ressurreição do Jeca serve justamente como parábola para ilustrar essa possibilidade.³⁵⁰

Sobre ela, a historiadora Nísia Lima sublinha que

*“de particular importância, a meu ver, é o fato de a ressurreição do Jeca Tatu implicar a superação da mentalidade tradicional do caboclo, que não se interessava mais em trabalhar apenas para viver.”*³⁵¹

É essencial aqui entender que essa é justamente uma das invenções do capital, que subsumi o trabalho para fazer dele algo maior do que a vida.

³⁴⁷ Lobato, em correspondência enviada ao amigo Godofredo Rangel, em 1914. Apud. Santos, (2003)

³⁴⁸ Lima, Nísia. *Um sertão chamado Brasil*. Editora Revan, 1999 p.134

³⁴⁹ Outro escrito de Lobato que o ilustra é: “Programa patriótico e mais do que patriótico, humano, só há um: sanear o Brasil. Guerra com a Alemanha só há uma: sanear o Brasil. Reforma eleitoral só há uma: sanear o Brasil. Fomento da produção só há um: sanear o Brasil....”

³⁵⁰ “Jeca Tatu. A ressurreição” IN: “Mr. Slang...” op. cit. p. 170-7

³⁵¹ p.134

Novamente a autora:

“Da mesma forma, a prosperidade não implicara comportamento de cigarra, encontrando-se o Jeca regenerado igualmente distante de uma vida de prazeres e ócio, assumindo a previdência como um valor básico. A higiene parece, assim, representar um papel equivalente ao da ética protestante de que nos fala Weber”³⁵²

Ora, como vimos, o ideal hegemônico, para fazer referência à fábula trazida pela autora, é o comportamento de formiga. E não é exatamente a previdência que Jeca assume como valor básico: na estória, o remédio que o sanitarista dá ao caipira lhe provê forças e suspende sua preguiça. Abre assim o espaço necessário para que Jeca oriente a sua vida em torno do elevado objetivo de se tornar rico. O logro é retumbante: Jeca se torna um homem moderno, um *farmer* empreendedor que só passa a pensar em “*melhoramentos, progressos, coisas americanas*”. Investe no aprendizado do inglês e em várias tecnologias que lhe permitem grande controle e mando nos seus empregados, parecendo realizar assim o frustrado sonho de fazendeiro do próprio Lobato³⁵³.

Ainda sobre a citação de Lima, considero que se tem algo que parece representar um equivalente da ética protestante é mais propriamente a ética do trabalho. A saúde, se não quisermos reproduzir os discursos da época, não é um fim, mas um meio para a constituição da nacionalidade, que terá suas feições mais claras nos discursos do Estado varguista, com toda sua apologia ao trabalhador e ao trabalho, este sim encarnando o potencial redentor para a sociedade. Fica ali mais evidente – e entendo que o discurso do Estado Novo faz com o Movimento Sanitarista parte de um mesmo processo- que o grande papel da saúde é o de possibilitadora do homem novo, isto é, do homem trabalhador, e não tão simplesmente do homem saudável. Assim, o pensamento político e social no qual se inscreve a saúde deve ser situado dentro do processo de constituição de hegemonia burguesa e desenvolvimento do capitalismo no Brasil³⁵⁴.

³⁵² Lima, 1999, p.147

³⁵³ Para Sérgio Milliet, “o Jeca Tatu é o caboclo visto com o olhar azedo do fazendeiro malogrado”. IN: “Jeca Tatu é uma vingança” *Ciência e Trópico*, Recife: Massangana/ Fundação Joaquim Nabuco, v.9, n.2, pp.23-8. Apud. Lima, 1999, p. 133. O que vimos na citada carta também nos permite dizê-lo.

³⁵⁴ Escobar (“Política...” op. cit.), observando a “tecnologia de poder” no Estado de São Paulo na Primeira República em seus intuitos de submissão da população ao capital, situa o Jeca Tatu e a saúde neste mesmo sentido. Ver “Prática Burguesa” (cap. 1).

Sônia Mendonça, em sua análise de fração da burguesia rural e de sua associação com o Estado brasileiro, nos permite deduzir que os ideais simbólicos de Lobato se encontravam em muitos aspectos com os interesses daqueles grupos para com a população do campo. O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) estava, à época da Primeira República analisada pela autora, engajado em ações “*pedagógicas sobre a mão-de-obra*”, promovendo “*um conjunto de saberes e práticas que impedissem o acesso à terra e o desenvolvimento de atividades produtivas fora do circuito mercantil*”, formulando um discurso destinado “*a dar substrato à Nação pela incorporação de todos os elementos tidos como marginais a ela, sobretudo caboclos, mulatos e negros associados à recém-abolida escravidão*”. A atuação do MAIC buscava assim “*construir um espaço nacional enquanto representação simbólica do mercado de trabalho e elaborar uma “ética do trabalho” para a agricultura.*” A autora mostra todo o investimento técnico na formação de um trabalhador agrícola moderno, que apontava sempre para uma “*direção civilizadora*”. Guiando-se pelo princípios da

3.2 Pedro Ernesto e o homem novo

Carlos Sarmiento procura resumir a concepção de medicina de Pedro Ernesto, situando-a não como apenas atividade curativa, mas engajada na formação de um cidadão pleno e promotora de uma *“elevação física da população de uma forma integral.”*:

*“Na concepção de Pedro Ernesto a finalidade primordial da medicina não se encontrava em sua função de remediar patologias, tratar do corpo enfermo, mas na possibilidade de usar a ciência médica para uma atuação formativa, isto é, a medicina enquanto fator de melhoramento das condições de vida e de “elevação física” da população. Com este raciocínio altera-se completamente o quadro de atuação da medicina no interior da sociedade, que não se limitaria apenas a medicar o cidadão enfermo, mas sim ajudá-lo a se formar enquanto um cidadão pleno. A rede de saúde pública deveria possibilitar o acesso da totalidade da população aos seus serviços, permitindo assim um acompanhamento integral de sua constituição física e de seu desenvolvimento. Os centros de saúde não seriam mais meros locais de tratamento da população moribunda, mas um polo para o qual deveriam convergir todos os setores da sociedade, preferencialmente as camadas inferiores, na busca de atendimento constante, prevenção de patologias e, conseqüentemente, melhoramento das condições gerais de vida.”*³⁵⁵

O sentido do discurso que acompanha a reforma hospitalar é melhor situado quando observamos a concepção de mundo e de reorganização social projetada pelo prefeito. O parágrafo seguinte de Sarmiento, em capítulo de seu livro em que denomina os ideais de Pedro Ernesto de *“utopia renovadora”*, o resume:

*“Observando a estrutura da sociedade à luz das relações de produção, o pensamento de Pedro Ernesto indicava a produção agrária arcaica como um dos principais fatores das clamorosas contradições sociais. Somente uma ordem econômica mais desenvolvida poderia fornecer condições para um efetivo redimensionamento da ordem social. Dentro deste raciocínio a grande transformação a ser processada no país seria a entrada definitiva da economia brasileira em uma ordem industrial.”*³⁵⁶

O progresso econômico no campo, também em um sentido de renovação tecnológica, era um alvo do Movimento Sanitarista da Primeira República, a realidade necessária na qual o homem

racionalidade econômica, buscava-se *“precipitar o trabalhador rural, para e pelo consumo, no jogo da economia de mercado.”* Dessa forma, escolas agrícolas negavam formas de produção *“arcaizantes”*. Esse discurso não deixava de ser acompanhado por uma ideia de *“democracia rural”* que afirmava que o pequeno produtor, tal o grande proprietário, tinha a possibilidade do acesso à terra e à instrução, condições para a prosperidade. **Mendonça, Sônia.** *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. Editora Hucitec. São Paulo, 1997. p 162-7

³⁵⁵ Sarmiento, 2001, p. 137-8

³⁵⁶ Sarmiento, 2001 p. 131.

contribuiria com o seu trabalho. Isto é, o que se almejava fundamentalmente não era um agricultor que trabalhasse para a sua subsistência, mas uma organização racionalizada da produção, otimizadora dos recursos naturais e do próprio homem (sempre pensado como capital). O trabalho que contribuiria para o enriquecimento da nação seria o trabalho para e sob o capital, a produção de mercadorias. Em Pedro Ernesto, o cerne do seu ideal era a superação de uma economia baseada na agricultura, com uma produção de indústrias de bens-de-consumo aos moldes dos grandes centros urbanos europeus. A modernização no sentido capitalista é o que desdiferencia as duas orientações.

O Estado reformador, “pós-liberal”, seria a grande fonte de construção dessa nova realidade. Novamente, resume Sarmiento:

“A função que caberia portanto ao Estado seria a de habilitar as camadas inferiores ao ingresso nestas novas relações de produção [industriais]. Para isto era preciso que o leque de ofertas de bens de serviço fosse ampliado pelo Estado, fazendo com que um contingente maior da população pudesse ser atendido pelas malhas dos serviços de educação e saúde, que exerceriam a tarefa de promover a elevação do homem, capacitando-o para o ingresso definitivo nas relações econômicas industriais”³⁵⁷

Nas palavras do próprio prefeito, temos a questão levantada em discurso proferido em 26 de junho de 1935, na abertura do VII Congresso Nacional de Educação:

“Sentimos, desde o primeiro instante em que nos vieram aos ombros as responsabilidades de conduzir o governo da grande metrópole brasileira, que aqui se devia processar o movimento de educação indispensável à reabilitação do homem nacional, esmagado, anteriormente, pelo seu desaparecimento para a vida moderna e civilizada.

Repensemos, assim, o problema, tomando-o a cogitação maior e mais viva do governo, no seu duplo aspecto, de saúde e de educação. As necessidades do país sempre nos pareceram condicionadas às suas deficiências na formação de seus homens e defesa de sua saúde.”³⁵⁸

Analisando a política educacional de Pedro Ernesto, observa-se o comprometimento que a Escola Nova de Anísio Teixeira tinha com o industrialismo³⁵⁹ e a ordem burguesa. Podemos entender as preocupações filosóficas do seu projeto, mesmo com toda a complexidade que carregava, como meio para possibilitar ao indivíduo uma existência (criativa, dinâmica, etc.) dentro da estrutura social, impulsionador dessa estrutura, mas nunca como transformador ou questionador da ordem. A escola deve “preparar o brasileiro para vencer e servir com eficiência dentro do

³⁵⁷ Sarmiento, 2001, p. 132

³⁵⁸ Fot. 906. PEB. Apud. Mourelle, op. cit.

³⁵⁹ Havia, entretanto, uma crítica da subordinação do homem pela máquina. Ver Gawryszewski, p.51

país.”³⁶⁰

Uma das características “democráticas” das políticas sociais seria justamente uma “universalização” dessa potencialização do indivíduo. Quando o pedagogo Anísio Teixeira se refere à democracia, um dos seus referenciais básicos é o típico discurso liberal de igualdade de oportunidades:

*“...a educação nova (...) assume uma feição mais humana, a sua verdadeira função preparando-se para formar a “hierarquia democrática” pela “hierarquia das capacidades” recrutadas em todos os grupos sociais a que se abrem as oportunidades de educação.”*³⁶¹

Para tanto, na Escola Nova, há uma marcante e algo que nova preocupação com o plano técnico-pedagógico.

O tema da “igualdade de oportunidades”, validando através de uma equalização dos recursos o indivíduo apetitivo que é centro da ideologia liberal, aparece em discurso de Pedro Ernesto na inauguração do Hospital Jesus, assistência voltada para crianças:

*“Este hospital é uma dívida que se reconhece, que se paga. Este hospital é uma afirmação do direito do povo de ter mais alguma coisa do que a mistificadora igualdade perante a lei. É o começo do cumprimento do Estado de lhe dar condições de saúde, condições de existência, condições de educação para que todos tenha realmente condições idênticas de luta pela vida”*³⁶²

Como notou Vieira, a política social de Pedro Ernesto está envolvida em uma racionalidade, ou nos próprios termos do prefeito, em “*um programa definido e fundamentado*”.³⁶³ Isto é, se inclui no já citado projeto que não é somente para a cidade, mas visa o país inteiro.

Discursando como paraninfo de uma turma da Faculdade de Medicina, Pedro Ernesto faz considerações sobre a função social do médico, algo que ele julga necessário salientar pois talvez os alunos não tenham sua correta dimensão:

“...o problema hospitalar, que não é uma providência de caridade mas um laboratório de aproveitamento e seleção dos valores humanos e de aperfeiçoamento da técnica dos profissionais em exercício nos estabelecimentos dessa espécie.

Porque, - força é convir – embora o progresso se exprima pela disseminação e aproveitamento das conquistas de ordem mecânica, a expressão do homem

³⁶⁰ Idem, p.57.

³⁶¹ Texto do Manifesto do Pioneiros da Escola Nova, lançado em 1932. Apud. Gawryszewski, p.56

³⁶² PEB fot. 894-5

³⁶³ **Vieira, Paulo Ernani Gadelha.** *Assistência Médica no Rio de Janeiro (1920-1937). Reformas Institucionais e Transformações da Prática Médica.* IMS-UERJ, 1982. p.372

como fator de atividade e produção não decresce, sendo apenas necessário que ele acompanhe o progresso, pelo apuro das suas condições físicas e mentais.

(...)

Como assinalei há pouco, a importância do homem, o sentido de valor econômico cada vez mais se acentua, sem embargo dos processos da mecânica, e assim o médico não tem apenas que cuidar de subtrai-lo à morte mas antes de tudo precisa vigiar-lhe resistência e atividade, defendendo as suas condições de higiene, alimentação e repouso.

Antes, não se havia formado a consciência da necessidade de prestação desses cuidados de um modo tão amplo como hoje, em que eles se nos afiguram como iniludível obrigação fundada em leis econômicas.

No entanto, por não estar difundida a consciência dessa necessidade, ainda há quem julgue excessivo o número de médicos existentes nos grandes centros.

É importante, assim, cuidar da reforma que possa trazer a noção exata do papel do médico no funcionamento da sociedade humana, pois cessarão em sua maioria as dificuldades que assaltam os que precisam iniciar a vida prática dentro das especializações de sua carreira profissional.

*As necessidades dos povos, situados segundo os mais notáveis tratadistas, a questão da produção e do consumo, tem evidentemente as mais íntimas ligações com o exercício da atividade médica e bem se vê que daí surgiria um largo campo para aproveitamento e função dos nossos colegas.*³⁶⁴

Escrito em 1934, ano em que Pedro Ernesto seria testado e aclamado nas urnas, o documento intitulado “*Considerações sobre a Reforma Pedro Ernesto*”³⁶⁵ visa explicitar os postulados em que se baseou o Decreto da Prefeitura de 1933 que instituiu a reforma da assistência-hospitalar na cidade visando a sua expansão.

De acordo com o autor Rodolfo Abreu, sanitarista e sub-diretor dos Serviços Sociais da Diretoria Geral de Assistência Municipal, o alvo prioritário é a classe trabalhadora, sendo o objetivo maior da Reforma “*proteger por todos os meios a salubridade das populações produtivas.*” Estamos aqui diante de mais um capítulo da mudança de significado da saúde, em especial da assistência hospitalar, para os poderes públicos: se antes eram obras realizadas em instituições não-governamentais e privadas (igrejas, órgãos mutualistas e sindicatos de trabalhadores, etc.), a quem o Estado subsidiava como gesto de caridade, voltado sobretudo aos indigentes (os únicos que tinham acesso gratuito e, por isso, não semelhante aos do que pagavam), agora o Estado se volta para a classe trabalhadora, não mais por filantropia mas com interesses econômicos, o seu novo dever. Para Pedro Ernesto, este é um Estado de novo tipo porque tem um programa para a sociedade, sendo não mais apenas um administrador desta, mas um modelador frente a sua matéria-prima.. Visa intervir sobre esta a partir de uma racionalidade baseada nas mais “*modernas tendências da*

³⁶⁴ PEB fót. 889-892

³⁶⁵ **Abreu, Rodolfo.** “Considerações sobre a Reforma Pedro Ernesto.” Rio de Janeiro – Trabalho Organizado pela Seção de Estatística da Sub-Diretoria de Estatística e Arquivo. Prefeitura do Distrito Federal. (1935). Apud. Vieira, op. cit. Não localizamos o documento nos arquivos e só o conhecemos pelas citações de Vieira.

ciência”.

Temos no documento colocações como as de que *“O Homem possui um valor material”* e *“A riqueza das nações vale de fato pelo trabalho dos seus habitantes.”* Então, sua saúde precisa ser preservada para que este possa estar em toda sua potencialidade no processo produtivo. Se a prosperidade de um país está ancorada no trabalho de homens e mulheres comuns, o cuidado com estes em todas as dimensões da vida é um imperativo. Temos então,

“Não basta combater a moléstia, a miséria, e evitar os males sociais. É necessário elevar o nível de assistência, melhorando as condições de vida, para que o homem se torne mais produtivo.”

O homem é então reduzido fortemente à sua condição de trabalhador, que é a grande marca de sua sociabilidade no capitalismo. É “coisificado” como parte do processo de produção de quem é esperado mais produtividade.

Há uma grande continuidade entre o que se expressava da década de 1910 até o Estado Novo, seja entre intelectuais em geral, médicos ou o próprio Estado. A saúde do trabalhador era entendida como recurso fundamental para o progresso da nação (e, portanto, objeto de cuidado do Estado, empenhado em fomentar ou dirigir esse progresso). Por nação aqui entende-se também o próprio conjunto dos trabalhadores que, graças às intervenções estatais, além de mais saudáveis, e também por isso, estariam mais ricos.

A ideia é mistificadora e faz parte de discurso sem dúvida até hoje vigente e presente enquanto senso comum. Tal pressupõe a sociedade como todo unitário, com todas as suas partes concorrendo para o mesmo fim de prosperidade, unindo assim a sorte do rico e a do pobre. Concepções muito semelhantes em relação às possibilidades de enriquecimento do trabalhador estão na Economia Política clássica, ela também uma ideologia burguesa. Karl Marx a enfrenta desenvolvendo a argumentação de que o trabalho (vivo), como única fonte para a valorização do valor que é a meta da produção de mercadorias, enquanto valor-de-uso, só serve ao burguês. Para o trabalhador, a sua força de trabalho é apenas valor-de-troca, ou seja, a possibilidade de ter um salário que lhe permita o acesso a mercadorias necessárias para a sua existência. O produto realizado pelo trabalho, assim como o valor que este gera, são apropriados pelo capitalista. Isto acontece sempre em uma relação de exploração, uma vez que a parte do valor produzido de que se apropriam os trabalhadores é sempre inferior àquela com a qual contribuíram para o processo. Então, todo progresso nas forças da produção como tecnologia, meios desenvolvidos de divisão e comunicação ou, no nosso caso aqui, trabalhadores mais saudáveis, enriqueceriam ao próprio capital, na medida em que este é uma “antítese” do trabalhador, que o confronta sempre enquanto

um poder alienador. O trabalhador pode ter eventualmente mais acesso a mercadorias (que é ele mesmo quem produz), e talvez isso possa ser entendido como enriquecimento, mas o quadro impresso pelo capital é um em que uma maior produtividade só pode significar acentuação da exploração.

Retomando a análise da fonte, temos ali que o “Serviço Social”, que é o conjunto da “assistência” (assistência médico-hospitalar), “higiene” (saúde preventiva) e “previdência”, estaria submetido a três postulados fundamentais:

“Em primeiro lugar, o critério de individualização. Cada indivíduo representa um caso à parte, que exige uma solução particular. É o diagnóstico social condicionando o tratamento social.

Depois, o respeito pela personalidade humana do assistido. É preciso procurar o núcleo porventura ainda existente na personalidade de cada indivíduo, para dele fazer o ponto de partida da readaptação ou do desenvolvimento útil do desvalido.

Finalmente, a cessação do auxílio desde que comece a prejudicar.

Esses três grandes postulados norteiam a organização dos serviços sociais na recente reforma de assistência”³⁶⁶

Sobre os dois primeiros “postulados”, abro um parentese para trazer brevemente uma reflexão de Foucault. O propósito não é fundamentar sobre o trabalho do filósofo francês, apoiado principalmente nos séculos XVIII e XIX da Europa, uma leitura dos hospitais cariocas da década de 1930. Tal exercício poderia ser proveitoso, mas só é possível de ser realizado com maior embasamento de seu arcabouço conceitual e do conjunto de seu pensamento. O propósito é, antes, apenas sublinhar um aspecto de sua interpretação histórica. Para o autor, a individualização do tratamento não expressa uma passagem da medicina coletiva para uma medicina privada mas, com o desenvolvimento do capitalismo, o que se dá é justamente o contrário: a socialização enquanto força-de-produção do corpo, este que é para o filósofo o primeiro objeto do controle da sociedade capitalista.³⁶⁷ A questão da individualização tem relevo em suas reflexões a respeito da saúde, de uma forma geral, e do hospital, em particular. Explicando a emergência do hospital (não mais como um celeiro de moribundos, espaço sobretudo religioso onde a medicina pouco atuava, mas como espaço positivo de cura), Foucault o associará à “disciplina”, entendida como uma específica tecnologia de poder que tem por uma de suas características básicas ser o “conjunto de técnicas pelas quais os sistemas de poder vão ter por alvo e resultado os indivíduos em sua singularidade”,

³⁶⁶ Abreu, op. cit.

³⁶⁷ Foucault, Michel. “O nascimento da medicina social” *Microfísica do Poder*. Graal. Rio de Janeiro. 1985, p. 58. A sugestão de Foucault não encontra desenvolvimento substancial no artigo citado. Ao traçar a evolução da medicina social, a parte que caberia à análise de como o controle da saúde e do corpo pôde ser instrumentalizada para tornar as “classes mais pobres mais aptas ao trabalho” é negligenciada. Neste texto, o filósofo francês se retém sobretudo no modo como as “classes perigosas” puderam ser neutralizadas sanitária e politicamente.

contrastando assim com o “*sistema clássico*” no qual “*o exercício do poder era confuso, global e descontínuo. [esse sistema clássico] Era o poder do soberano sobre grupos constituídos por famílias, cidades, paróquias, isto é, por unidades globais, e não um poder contínuo atuando sobre o indivíduo.*”³⁶⁸ Ora, essa disciplina da qual o hospital se encarregará surge por “*razões econômicas*”, pelo “*preço*” que os indivíduos passam a ter por suas capacidades e aptidões. Um dos exemplos de Foucault é o do soldado treinado, que figura a partir de finais do século XVIII, no qual se investiu financeiramente e cuja morte seria custosa. A partir do século XIX, e sobretudo na Inglaterra, a medicina tomaria a função de tornar os mais pobres “*aptos ao trabalho*”³⁶⁹. Dessa forma, o autor associa o desenvolvimento de tipos de medicina (dentre os quais a clínica hospitalar) e os arranjos controladores que encarnam com sentidos econômicos.

Sobre o terceiro “*postulado*”, “*prejudicar*” significa um gasto sem retorno, isto é, quando os cuidados médicos não promovem a cura. Como coloca Vieira, “*a ideia de recuperação está associada à possibilidade de reintegração no processo produtivo*”³⁷⁰. Podemos perceber a mesma questão no artigo 276 do regulamento da Diretoria da Assistência Municipal, na qual é instituído a figura do “*delegado social*”, que tem como uma de suas funções “*estudar e propor ao Diretor Geral de Assistência [Municipal] as medidas que se tornem necessárias para reajustar ao produtivo trabalho todos os que, sem motivo aparente, apresentarem diminuição ou falhas de capacidade.*”. Refere-se aqui, provavelmente, a alguns usuários de serviços da assistência: os “*sem-trabalho*”, que utilizariam os albergues; os “*necessitados*”, que usam os serviços médicos sem pagar ou pagando uma taxa modesta³⁷¹.

Não há nenhum registro, entretanto, de que tal grau de racionalização tenha se concretizado – e recusas de tratamento por questões produtivas certamente seriam discutidas na imprensa, nas publicações dos médicos (isto é, não apenas como um princípio da medicina mas também como uma questão cotidiana de hospitais), e principalmente pela esquerda operária. Pelo contrário, o atendimento médico parecia ser mais amplo do que a legislação permitia (conforme veremos quando estudarmos a “*questão da gratuidade*”). Entretanto, mesmo sendo excentricidade de médicos como Rodolfo de Abreu, tais reflexões são reveladoras, na hipérbole que encarnam, da mentalidade burguesa que envolvia o pensamento sobre a saúde.

O meio que permite a emergência de pensamentos como esse é muito marcado por concepções eugenistas. Assim, a “*raça*” e o seu desenvolvimento são termos nos quais se articulam o pensamento sobre saúde na década de 1930. Não se trata, pelo menos necessariamente, de

³⁶⁸ “O Nascimento do Hospital” Foucault, op. cit.

³⁶⁹ Idem

³⁷⁰ Vieira, op. cit., p.371

³⁷¹ Boletim da Prefeitura do Distrito Federal. Abril-Junho de 1933.

estabelecimento de hierarquia pela cor da pele, ou algum tipo de segregação. Na verdade, o vocábulo, apesar de sua origem ligada à discriminação de não-brancos, não introduz reflexões diferentes daquelas que estamos apresentando. Seria apenas um sinônimo para “povo” se não fosse a mentalidade eugenista que carrega. Dessa forma, para Rodolfo de Abreu, a raça forte da Alemanha demonstra o quão exemplar é o seu governo, que investe porções volumosas de seu orçamento em saúde. Em documento oficial do município o tema também aparece. É o decreto 17, de 02 de setembro de 1935. Ali, se coloca, entre atribuições da Secretaria de Saúde e Assistência:

*“ a defesa da raça, compreendendo os problemas de patologia social e amparando a maternidade, a infância a juventude e os adultos em perigo físico, econômico e social”*³⁷²

Pedro Ernesto também formulou a questão da saúde nesses termos, somando aos seus ideais de “capital humano” a já referida perspectiva “democrática” de igualdade de recursos, de atenção aos pobres como condição para o progresso:

*“Não podemos esperar por uma raça pura e um Brasil forte, soberano e independente, quando vivemos preocupados com criações de cavalos de puro sangue para formar as nossas cavalcadas e negamos devotar um só pensamento que seja para as crianças desamparadas pobres e depauperadas do Brasil inteiro. Isso é um absurdo que só pode existir na nossa ignorância. Se os cavalos formam as cavalcadas de que necessitamos, as nossas crenças formam a nossa nação do futuro de que necessitamos muito mais. Temos, a todo transe, de livrar as nossas crianças pobres da falta de recursos que gerou a miséria econômica que é hoje a desgraça e a causa de aflições dos pais. É a isso que chamo de uma organização sadia da família.”*³⁷³

Para Ricardo Santos, uma das especificidades do pensamento eugenista brasileiro é justamente a crença de que *“era necessário e possível salvar (regenerar) a raça e melhorar o país por meio dessas práticas educativas e sanitárias”*³⁷⁴. A contribuição do trabalho de Santos vai justamente no sentido de demonstrar a articulação de ações de esterilização com combate a doenças para a formação de uma nação e um povo educado, higiênico e forte³⁷⁵.

É curioso que Gramsci, escrevendo em um período coincidente à administração do prefeito que estudamos, colocou no mesmo sentido a tarefa educativa e formativa do Estado,

“cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de

³⁷² Boletim da Prefeitura do Distrito Federal, setembro de 1935.

³⁷³ A Terceira República. Rio de Janeiro, 5 de julho de 1935.

³⁷⁴Santos, op. cit., p. 18

³⁷⁵Idem. p. 31

adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade”³⁷⁶ (grifo meu)

Seria imprudente, entretanto, concluir que os hospitais do município emergiram como demanda da esfera produtiva, e que tal esforço era assumido pelo Estado nesses mesmos termos, ou seja como um projeto de “elevação física da população”, ou mais simplesmente como um programa de cura voltado para as necessidades da indústria. Existe uma grande relação entre políticas estatais de saúde e gerenciamento da força-de-trabalho nos séculos XIX e XX, mas deixar-se guiar pelas fontes citadas pode levar-nos a um duplo reducionismo: “discursivo” (tomar como efetivo o que sujeitos históricos pensavam e diziam) e “econômico” (superdimensionar a indústria como força causal, negligenciando outras forças sociais – o movimento operário, o Estado em sua relativa autonomia, etc.).

Pensar a relação entre a reforma hospitalar e o trabalho deveria nos levar a várias difíceis questões que exigiriam o debruçamento sobre dados a respeito do movimento do trabalhador ente o hospital e a fábrica, suas doenças, seu absenteísmo e o seu trabalho. Uma outra questão seria a relação da burguesia com essas políticas de saúde (e uma ação anti-epidêmica, por exemplo, é muito diferente da criação de hospitais). Caberia perguntar se, como o Estado e a categoria médica, os industriais entendiam a assistência médica como investimento econômico; e de que maneira isso se daria e em que medida investiriam nela. A questão é difícil também porque o setor burguês é o grande ausente na bibliografia sobre o tema³⁷⁷.

O livro de Cristina Possas, *Saúde e Trabalho*³⁷⁸, nos levaria a afirmar a centralidade de um conjunto de hospitais para a normalidade do processo produtivo nas indústrias urbanas no Rio de Janeiro. Um ponto central de seu livro é mostrar o imperativo econômico de um sistema de saúde (assistência hospitalar) voltada à classe trabalhadora. Isto é sustentado pela hipótese de que a substituição de um trabalhador por outro não é uma operação pouco custosa ou fácil para o capital. Os argumentos aqui são basicamente dois: o primeiro é que o trabalhador desenvolve um conhecimento técnico só possível no interior da fábrica, algo que uma pura formação profissionalizante não pode lhe prover; o segundo argumento entende que o “exército industrial de reserva” é menos elástico do que o apresentado comumente: ele não pode incluir os “paupérrimos”, que só são chamados à esfera da produção em momentos de grande intensidade. Fora deste quadro

³⁷⁶ **Gramsci, Antonio.** *Cadernos do cárcere. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política.* Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2000. pg. 23

³⁷⁷ Como foi observado em **Hochman, Gilberto. Maio, Marcos Chor & Lima, Nísia.** “Assistência médica na Previdência social: questões da literatura”. IN: *Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz.* v.1, n.1 Rio de Janeiro, 1989.

³⁷⁸ op. cit.

especial, essa “superpopulação” (ou população excedente) não é uma possibilidade para o capital, não chegando nem a forçar os salários para baixo. Então, segundo a autora, é preferível para o capitalista que o trabalhador doente se recupere a que seja substituído por um outro, seja porque este teria que enfrentar um custoso processo de aprendizado de sua ocupação (só possível de ser realizado no local de trabalho), seja porque ele não esteja tão facilmente disponível.

Para Possas, então,

“A “necessidade” de serviços de saúde especificamente para os trabalhadores só se transforma na realidade em demanda de serviços na medida em que se origina no próprio sistema produtivo, e que a ele mesmo se destina, indiretamente, ao cumprir um papel reprodutivo, quer ao nível estritamente econômico, quer ao nível político”³⁷⁹ [grifo meu]

A autora procura relativizar o seu argumento ao mencionar que lutas de operários foram importantes para que o Estado assumisse programas de saúde. No entanto, o tom geral de seu livro é o que está presente na passagem supracitada.

É difícil avaliar a argumentação de Possas em relação ao nosso objeto uma vez que não estudaremos o trabalho nas indústrias cariocas no começo da década de 1930 em suas requisições técnicas, a oferta de mão-de-obra, etc. Porém, é importante sinalizar aqui que tal argumento concorre para apagar outras determinações que já demonstramos relevantes, o que, no limite, pode nos fazer cair em um estruturalismo idealista.

Merece complexificação, portanto, a formulação de Vieira de que o investimento em saúde de Pedro Ernesto teria como função básica *“hegemonizar o tratamento individualizado, dirigido para a recuperação da força-de-trabalho”*, e que isto derivaria de uma hegemonia burguesa industrial que estava se construindo³⁸⁰. Há dois problemas aqui: o primeiro é de que a fundamentação da tese do que seria esta função básica requer, como já apontei, uma análise material do funcionamento dos hospitais, suas tecnologias, especialidades clínicas, o atendimento aos trabalhadores, etc. Enfim, um conjunto de dados de conexão entre o hospital e a fábrica, dos quais o autor não dispõe. Para Vieira, faz parte da caracterização da Reforma Pedro Ernesto o investimento ambulatorial, contraste fundamental com a atuação municipal precedente (que era marcada por ter no pronto-socorro sua modalidade central (ou única)) e posterior (*“que tem como fundamento a recuperação do prestígio do pronto socorro”³⁸¹*). Ora, mas falta à análise a ponte argumentativa entre essa essencial caracterização e o que seria a finalidade fundamental da assistência hospitalar da prefeitura de Pedro Ernesto - isto é, de por que os ambulatórios são a

³⁷⁹ p. XVIII

³⁸⁰ Vieira, op. cit. p. 321

³⁸¹ Idem. p. 456. Ver a seção “Período pós-reforma. O retorno do pronto-socorrismo” p.448-465

melhor opção para a burguesia ou de por que respondem à recuperação da força-de-trabalho mais do que a outras finalidades. Caberia explicar também por que a década de 1920, imbuída das mesmas intenções produtivistas (conforme apresenta Vieira), investe no pronto-socorro; e por que é justamente o atendimento de urgência que volta como padrão hospitalar predominante depois de Pedro Ernesto, nas gestões do Padre Olympio de Melo e de Henrique Dodsworth³⁸², uma vez que o autor chegou a situá-lo como política típica da burguesia agrária³⁸³. Apresentar os discursos médicos e estatais em suas intencionalidades, que é a grande base argumentativa de Vieira, não é suficiente para validar como historicamente efetiva a noção que os atores históricos tinham da saúde (e que mesmo em seus discursos encontra contradição), e menos ainda para dotá-lo de uma prioridade explicativa – o que também é inadequado diante do fato de a saúde ser uma demanda “trabalhista” e da população de uma forma geral, ou seja, a política social é um elemento na pauta das relações políticas em vários níveis.

Mesmo se nos pautarmos pelos sentidos presentes nos discursos, veremos que esse apelo econômico não é predominante, mas a saúde enquanto propiciadora de bem-estar. Além disso, há um dado que o próprio autor levanta que nos leva a questionar sua formulação central. Trata-se do elevado número de atendimentos de crianças, o que, inclusive, o leva à conclusão de que a reforma tem ênfase na população infantil. No primeiro semestre de 1936, inclusive, nas clínicas, o número de atendimentos pediátricos ultrapassa a de adultos, 14.227 contra 10.950³⁸⁴. Neste mesmo semestre, apenas o Hospital Jesus, dedicado às crianças, é responsável por 34.089 consultas, ao que deve ser somado o investimento na assistência às crianças na escola. É certo que o discurso burguês pensava a formação do trabalhador desde a infância, e era preocupado com questões como a mortalidade infantil, já que esta significava perda de capital, mas parece fácil ver que de forma alguma este seria o melhor investimento financeiro, principalmente se o objetivo era recuperação de força de trabalho adoecida.

O segundo elemento que prejudica a leitura de Vieira é a centralidade conferida à burguesia industrial (que não aparece enquanto ator histórico concreto na análise, mas tem presença apenas como força social conformadora). Para o autor, a Revolução de 1930 marcou o avanço deste grupo rumo ao aparato estatal (em detrimento dos setores oligárquicos)³⁸⁵ e o significado da assistência

³⁸² Idem p. 453

³⁸³ “*Nesse sentido, apesar do evidente risco de simplificação poderíamos entender a Reforma Luís Barbosa [dos anos 20 e que tem como eixo o pronto-socorro] como uma resposta típica da burguesia agrária que nessa época investe na área de legislação social e trabalhista em busca de uma base de sustentação para enfrentar um período de crise e transição, enquanto a Reforma Pedro Ernesto seria uma das expressões conflitantes do processo incipiente e contraditório de hegemonia direcionado pelo setor industrial*”. Mais fundamentalmente, o autor trabalha com a hipótese de que a Reforma Luís Barbosa é resposta típica da burguesia agrária por conta de sua concepção liberal. O assunto será retomado no próximo capítulo.

³⁸⁴ Idem p. 444

³⁸⁵ Uma leitura que se contrapõe a esta, desmontando a concepção de uma oposição entre burguesia industrial e

médica de Pedro Ernesto é justamente um atendimento das demandas desse grupo, articuladas em torno da industrialização.

“O ‘Período Pedro Ernesto’ (1931-1936) é representativo de um determinado projeto social de natureza industrializante que tem sua correspondência, no campo da assistência médica, na tentativa de hegemonizar o tratamento individualizado, dirigido para a recuperação da força de trabalho. Trata-se de um projeto globalizante que contém a ideia central da racionalização e de uma cultura científica colocada como condição para o desenvolvimento industrial em que a hegemonia é entendida como tarefa do aparelho do Estado e não parte das fábricas como no caso do fordismo.

O entendimento da política social e da assistência médica desenvolvido durante a gestão de Pedro Ernesto está na dependência direta da caracterização da conjuntura que se segue à revolução de 30 [isto é, a emergência ou fortalecimento da burguesia industrial³⁸⁶]. Os determinantes político-ideológicos assumem, nesse caso, uma relevância especial, servindo as iniciativas em questão como suporte de um projeto político de viés populista, que se colocara como alternativa para a constituição de uma hegemonia burguesa industrial.”³⁸⁷

A própria conceituação de populismo do autor, que seria a forma política própria dessa burguesia, tem na industrialização “o eixo através do qual se buscava subordinar os temas da democracia e do conflito social”³⁸⁸, além de ser o modo de governo propício a essa industrialização³⁸⁹. Não obstante a presença da ideia de crise de hegemonia necessária à emergência do populismo, a centralidade que a industrialização ocupa na concepção de Vieira acaba retirando do Estado bastante de sua autonomia relativa, enfoque necessário até mesmo para uma melhor apreensão do conceito de populismo. Para o autor, este por vezes acaba assumindo monoliticamente o papel de arranjo político subordinado às demandas de desenvolvimento não da ordem burguesa de uma forma geral, mas de um setor bem específico da burguesia, que é o empresariado industrial urbano – em um momento em que esta mesma burguesia de nível nacional imprimia seus rumos no governo federal. Conforme coloca na conclusão de sua dissertação:

“O programa de assistência médico-hospitalar desenvolvido no Distrito Federal durante a gestão de Pedro Ernesto estava intimamente associado a um projeto mais amplo de hegemonia que pretendia ser, num período crucial para a definição do curso da história em nosso país, uma alternativa capaz de viabilizar o surgimento de uma sociedade moderna e industrial. O objetivo explícito seria a difusão de uma cultura e de uma racionalidade científica entendida como pré-condição do modelo econômico-social proposto.

oligarquia em que Vieira se apoia, está em Vianna op. cit.

³⁸⁶ Vieira, op. cit, p.324

³⁸⁷ Idem. p. 321

³⁸⁸ Idem. p. 324

³⁸⁹ Idem, p. 465

*Para tanto, atribuí-a-se à elite política através do Estado (senso estrito), o papel de direção desse processo que incorporava em sua estratégia elementos contraditórios de uma política social vinculada à concepção de cidadania e de uma postura autoritária-paternalista frente às “classes populares”.*³⁹⁰

E mais claramente, temos:

*“Consoante com a visão que tomava o Estado como agente de instauração da hegemonia, os idealizadores da Reforma Pedro Ernesto não reivindicarão dos industriais que estes assumam ao nível das unidades de produção a parcela que cabia à assistência médica na tarefa de constituição do novo trabalhador. Embora esse personagem seja eleito como objeto privilegiado das práticas assistenciais, a fábrica jamais aparecerá como local onde se deva exercer o controle e elevamento das condições de saúde do trabalhador. Isso seria feito indiretamente localizando-se os serviços nos distritos de concentração populacional predominantemente de trabalhadores.”*³⁹¹

Como aponte, a hipótese de Vieira é também problemática porque não a acompanha uma investigação empírica da burguesia industrial do Rio de Janeiro com seus interesses na saúde e sua relação (de delegação) para com a Prefeitura, que estaria sobretudo comprometida com aquela. Parece-me que o autor chega a essas conclusões por ter seguido o caminho a que o “sonho” de Pedro Ernesto apontava (novamente, a industrialização) e as intenções produtivistas burguesas onde o pensamento médico estava muito embebido. Gawryszewski também entenderá os serviços de saúde como proposições da burguesia, ciosa de resolver problemas que comprometem a reprodução do capital. Esta, inviabilizada de assumir com os custos desses investimentos, chama o Estado à tarefa³⁹².

Ora, uma consulta aos relatórios anuais³⁹³ e aos boletins semanais da Associação Comercial do Rio de Janeiro³⁹⁴, – que parece ser o principal “partido” burguês próximo a Pedro Ernesto, não encontra referências a essa instrumentalização da saúde. O tema surge apenas na forma de crítica a impostos, mais particularmente ao “selo hospitalar” que a Associação, muito embora se coloque solidária à necessidade de amparo hospitalar aos que necessitam, considera “*absurdo e monstruoso*”³⁹⁵. E se a questão previdenciária (de nível federal) é forte nas discussões desse empresariado carioca, a relevância também se restringe aos seus custos considerados demasiados.

O principal órgão da burguesia brasileira que instrumentalizava a ciência para atender

³⁹⁰ op. cit. 465

³⁹¹ op. cit.

³⁹² Gawryszewski, op. cit. p. 176-8. O autor coloca também que os serviços de saúde são exigência da classe trabalhadora.

³⁹³ Foram analisados os relatórios de 1933 a 1936

³⁹⁴ O primeiro número data de outubro de 1935.

³⁹⁵ Associação Comercial do Rio de Janeiro e Federação das Associações Comerciais do Brasil. Relatório apresentado à Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de maio de 1935. 1 de janeiro – 31 de dezembro de 1934. Rio de Janeiro. Typ. Do Jornal do Comércio. 1935. p. 259

necessidades da produção é o Instituto de Desenvolvimento da Organização Racional do Trabalho (IDORT), fundado em São Paulo em 1931. Nasceu como fruto de algumas experiências durante a década de 1920, tendo à frente a Associação Comercial de São Paulo, e fazia uso de várias tecnologias (entre as quais relativas à saúde) para otimizar o trabalho, acentuar o controle sobre a fábrica, etc.. Os estudos sobre a organização³⁹⁶, entretanto, não revelam nenhum investimento de assistência médica (curativa) para a realização de seus fins. Se a “higiene” tem papel grande nas atuações do Instituto, ela está submetida à psicotécnica, que foi definida como o estudo da adaptação do homem à máquina e ao meio fabril. Assim, a “higiene mental”³⁹⁷ e a “higiene do trabalho” se ocuparão da questão da monotonia do trabalho, da iluminação, dos ruídos, da seleção dos profissionais, etc., de forma a combater a fadiga e outros problemas responsáveis pela ocorrência de acidentes (a prevenção de acidentes, mais do que o aumento da capacidade de trabalho, parece ser a principal preocupação da saúde). Outros elementos aparecem em discussões como a eugenia e os cuidados com a infância (a queda da mortalidade infantil, pois esta significa perda de capital)³⁹⁸, mas tais não tomam forma nas atuações práticas do IDORT junto a fábricas.

O texto de Lacaz³⁹⁹ mostra que na década de 1950, a assistência médica, enquanto política burguesa, terá alguma presença nas fábricas com os chamados Serviços Médicos de Empresa (SMEs) que atuarão no atendimento clínico-individual visando controle do absenteísmo e retorno rápido à produção (sem, é claro, se descuidar dos já estabelecidos cuidados com a seleção de pessoal, na análise de doenças e acidentes ocupacionais, etc.)⁴⁰⁰. Ainda assim, a assistência hospitalar curativa é parte diminuta do investimento patronal e surge principalmente como demanda dos trabalhadores. Ora, nos SMEs os grandes baluartes da saúde voltada para o ambiente de trabalho são os engenheiros e os químicos. *“O papel limitado dos médicos quanto à prevenção é criticado pela hipertrofia da atividade assistencial com poucos resultados e ônus econômico para a produção”*⁴⁰¹. Em texto sobre o assunto de 1955, diz-se:

“...concentrar atenção sobre problemas médicos individuais tem efeito adverso sobre a filosofia de prevenção (...), não em relação ao enfermo e incapacitado (...), porém ao ambiente (...) responsável pelas doenças. E o estudo

³⁹⁶ Em especial, **Antonacci, M. Antonieta**. *A Vitória da Razão (?) O Idort e a Sociedade Paulista*. São Paulo. Editora Marco Zero, 1993

³⁹⁷ Sobre psicologia, ver **Motta, Júlia Maria**. *Fragments da história e da memória da psicologia no mundo do trabalho no Brasil: relações entre a industrialização e a psicologia*. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 2004. A autora também pensa a atuação do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), criado no Rio de Janeiro em 1947. Também para este órgão, diz a autora que a saúde do trabalhador não é um questão.

³⁹⁸ **Tenca, Álvaro**. *Razão e vontade política. O IDORT e a grande indústria nos anos 30*. Dissertação de mestrado. Unicamp, 1987.

³⁹⁹ Lacaz. op. cit.

⁴⁰⁰ A atuação estatal, que apreende a saúde como razão instrumental e fator de produção, é localizada pelo autor nos anos 1970. Lacaz, op. cit. p. 95

⁴⁰¹ Idem, p. 100

do ambiente não é um problema médico, porém, uma análise de profundo sentido, econômico e de engenharia, das alterações necessárias, a fim de prevenir riscos (...) de acidentes e enfermidades e (...) proteger o interesse do fabricante a custo razoável”⁴⁰²

Por último, devo destacar uma questão que, se não se refere diretamente à saúde, diz respeito a outros assuntos pertinentes a este capítulo. Trata-se da perspectiva racionalizadora de Pedro Ernesto para com a prefeitura, e sua congruência para com os projetos do IDORT para o governo federal e os municípios. Na década de 1930, este agrupamento burguês vendia seus serviços a administrações estatais. Muito embora *“a tradição do “técnico” como detentor de um saber especializado e neutro, e por isso capaz de arcar com as novas responsabilidades administrativas do Estado “moderno”, data - grosso modo – dos anos 20”⁴⁰³*, é na década de 1930 que este saber, antes individualizado e personificado na figura do engenheiro, assume maiores investimentos organizativos. O IDORT se constitui como grupo a disputar a posse desse saber técnico junto à administração pública. Ainda na década de 1930, atuou junto ao Governo do Estado de São Paulo através de um programa chamado Reorganização Administrativa do Governo do Estado (RAGE). O principal instrumento operacional promovido pelo IDORT foram os Conselhos Técnicos⁴⁰⁴. Mais tarde o IDORT trabalharia junto ao Ministério do Trabalho (inclusive representando o Brasil na Organização Internacional do Trabalho), na Comissão de Estradas e Rodagens Federais e na Prefeitura de Petrópolis e teria forte influência na Constituição imposta pelo Estado Novo.

Ora, na documentação carioca são abundantes referências que apontam semelhanças com a filosofia do IDORT, e em especial com a questão dos Conselhos Técnicos. O decreto 4252, de 1933, que instituiu a reforma da Assistência Municipal, previa um Conselho Técnico composto por altos funcionários municipais, mas ao qual também poderiam ser integrados outros indivíduos. Mas é sobretudo em 1935, que essas ideias tomariam maior vulto e seriam projetadas para os anos de seu mandato como prefeito eleito que havia começado naquele ano. Sobre suas intenções de “organização racional do trabalho”, disse em entrevista ao Correio da Manhã:

“A primeira realização concreta, pela qual viso a reconstrução do meu governo(...) está no Conselho Técnico do Distrito Federal, já criado por decreto do período discricionário. (...) Será um órgão de estudos, de planos e de controle geral da administração, mantendo, inicialmente, 3 escritórios especializados, de organização do trabalho, de racionalização dos serviços públicos e de seleção e

⁴⁰² Taylor, G.J. & Gondim, P.M. “Desenvolvimentos recentes industrial no Brasil” *Revista do Serviço Especial de Saúde Pública*, 7 (2), 1955. *Apud* Lacaz. Idem. *Ibidem*.

⁴⁰³ Souza, Célia Aparecida de. *A influência do IDORT na reconfiguração do bloco de poder durante o Estado varguista entre 1931 e 1937*. Mestrado em História. São Paulo. PUC, 2006. p. 61

⁴⁰⁴ Antonacci, op. cit., p.195

*orientação profissional, para o fim de estabelecer as bases em que possamos melhorar a distribuição de oportunidades de trabalho e o bem-estar geral do trabalhador; como a sua alimentação e a sua habitação, reorganizar internamente os serviços municipais para maior economia e rendimento e finalmente nos ocupar com o problema do desemprego e dos sem trabalho”*⁴⁰⁵

Note-se que o alvo não é somente a administração estatal, mas a própria sociedade. Um outro exemplo, este de 1934, é a criação do Conselho Geral de Previdência e Cultura, previsto para superintender a formação dos Conselhos Técnicos de Estudo do Padrão de Vida do Distrito Federal. O escopo dos conselhos, uma vez que as condições de vida dignas de seres humanos são matérias de ordem econômica e social do governo, seria:

*“a questão do lar, suas condições sociais, econômicas, comodidades, abastecimento, transportes e comunicações; divulgação de cultura com o aproveitamento das horas de lazer; cooperação com a mocidade; proteção à riqueza biológica e do patrimônio natural do Distrito; amparo social aos necessitados, principalmente à criança e à mãe.”*⁴⁰⁶

O investimento na legislação social também era entendido como racionalização, por parte do Estado, já que ordenava a sociedade pacificando-a.

Mas o que isto nos diz sobre o poder burguês em relação ao Estado? Primeiramente, devo colocar que não encontrei indícios de proximidade entre o IDORT e a prefeitura. Segundo, é importante sabermos também que a perspectiva tecnicista era difundida pelos tenentes antes mesmo da criação do IDORT, o que inclui a proposta dos Conselhos Técnicos. Entretanto, ainda que não tenhamos identificado grupo ou grupos empresariais específicos com interesses econômicos e políticos também específicos atuando junto à prefeitura nestas questões “técnicas” que abordamos acima, devemos sobretudo considerar que a burguesia, organizada em várias frentes, começou a formular propostas de racionalização do trabalho, higienização e controle de aspectos da saúde, que criaram um caldo de ideologia burguesa influente naquela época. É justamente esse o trabalho de construção de consensos, que é um componente do período. Este se dá em um quadro geral de revolução passiva, onde há protagonismo estatal como dirigente e a hegemonia burguesa se constrói progressivamente apenas entre as demais frações da classe dominante.

3.3 Conclusão

É bastante patente que a medicina nessa primeira metade do século XX formou tecnologias próprias ao mundo da indústria visando o alargamento da produção através do controle e da

⁴⁰⁵ PEB, fot. 900-3

⁴⁰⁶ *Boletim da Prefeitura do Distrito Federal*. 1934, v.3. Decreto 4984.

exploração da força de trabalho, entre as quais destacamos a disciplina da “higiene”. Também, são abundantes os registros que apontam várias maneiras pelas quais o Estado brasileiro, agente de políticas de saúde, estava atento às necessidades da ordem burguesa. A reforma hospitalar de Pedro Ernesto é marcada por um quadro intelectual que traz como justificativa e intencionalidade a potencialização do homem enquanto fator para o desenvolvimento industrial. É atravessada por uma concepção de sociedade na qual a classe trabalhadora será afirmada e valorizada na sua função de vendedora de força de trabalho (mistificando a exploração), elemento cujo papel é a construção nacional (o “progresso”). A própria nação é definida com base no trabalho, como constituída por trabalhadores – discurso que tomará feições mais precisas no Estado Novo, tendo porém antecedentes na Primeira República.

Entretanto - ainda que no conjunto das ações estatais e particulares em saúde das primeiras décadas do século XX, várias tenham respondido a necessidades produtivas - seria incorreto supor que esta é a base explicativa geral para estes empreendimentos. A constituição da rede hospitalar no Rio de Janeiro não responde diretamente às necessidades materiais da indústria⁴⁰⁷, seja em um eugenista e algo que idílico “melhoramento físico” geral da população, seja em uma atenção médica especial dos problemas dali decorrentes⁴⁰⁸. Além da insuficiência documental, tal tese, tal como foi apresentada por alguns autores, oblitera dinâmicas políticas nas quais o Estado está imbricado, entre elas a própria constituição histórica da luta de classes – isto é, de que o investimento estatal em saúde está relacionado a demandas e lutas dos trabalhadores. Dessa forma, recusamos o sentido de determinação pelo capital que entende a base como fonte criadora das outras instâncias da sociedade, onde a super-estrutura lhe é uma resposta causal.

Mesmo que a indústria não tenha sido a principal razão da reforma hospitalar de Pedro Ernesto, e nem os industriais sejam atores deste processo, o pensamento do prefeito não deixou de se expressar em uma visão de mundo própria desta burguesia. Em capítulo que trabalhou essencialmente com discursos, procurei demonstrar que estes, pela ontologia que carregavam e pelos seus apontes performativos, expressavam o ideário burguês que acompanhava o desenvolvimento do capitalismo no país.

⁴⁰⁷ Ou seja, não como ações sanitárias direcionadas ao porto e aos imigrantes foram essenciais à produção da lavoura.

⁴⁰⁸ Entretanto, pode-se levantar que há ganho dos patrões, se o trabalhador adoecido for restituído à fábrica em menos dias, questão relevante se tivermos em mente que há uma relativa dependência técnica em relação ao trabalhador (*A burguesia expressava uma “carência de elementos humanos suficientemente instruídos e capacitados das suas vantagens.”* (“A vitória...” op. cit. p. 62). No campo e na cidade, houve investimento na educação técnica dos trabalhadores para habilitá-los às tarefas, de forma que estes não podem ser substituídos facilmente)

Capítulo 4 - A assistência médica no Distrito Federal e a Reforma Pedro Ernesto

4.1 Noções sobre assistência médica no Rio de Janeiro até a década de 1930

A primeira característica da Reforma Pedro Ernesto a ser ressaltada é o seu volume. Em relatório de 1933 apresentado a Getúlio Vargas, um documento portanto que não é de divulgação pública, o prefeito já celebra seus feitos atribuindo ao pretérito a alarmante carência de hospitais, o abandono das “populações mais sacrificadas” e dos bairros mais populosos, os “700 enfermos que diariamente, sem esperança, procuravam hospitalização”, e os outros tantos que viviam “à mingua de socorros, arrastando resignados, pelas zona mais afastadas, horríveis sofrimentos, diante da indiferença dos poderes municipais.”⁴⁰⁹ Naquele ano foram inaugurados o Posto de Assistência de Campo Grande, o Posto de Pronto Socorro da Penha, os Postos da Ilha do Governador e de Paquetá, além da incorporação à Prefeitura da Maternidade Suburbana, unidade filantrópica de Cascadura. Dois meses depois do relatório, seriam iniciadas as obras dos Hospitais da Gávea e de Vila Isabel (concluídas após o mandato de Pedro Ernesto).

A recepção das construções hospitalares por parte das populações cariocas ainda não foi adequadamente observada pelos historiadores. As fontes, como esta declaração acima destacada, são geralmente articuladas em um esforço apologético muito presente também na imprensa, algo que lança desconfiança quanto a distorções e exageros, como ao alardearem o fim da carência carioca de assistência médica. Elas ressaltam um grande impacto da empreitada, mas falta precisão quanto ao funcionamento cotidiano dos hospitais, o que poderia nos ser fornecido por depoimento dos seus usuários. Conforme veremos abaixo, não se deve questionar, entretanto, a magnitude da Reforma principalmente em contraste com o quadro anterior a 1930. E mesmo em relação à posteridade: para Pereira Neto, os hospitais projetados naqueles seis anos da década de 1930 são até hoje base do serviço público de saúde na cidade.⁴¹⁰

Que estrutura hospitalar a década de 1930 herdou no Rio de Janeiro? As referências são praticamente unânimes em enfatizar, além da precariedade dos serviços, o baixo volume. Para Sanglard, “nos primeiros vinte anos do século XX, a rede hospitalar da cidade do Rio de Janeiro não passou por alterações expressivas, em relação ao final do século anterior”.⁴¹¹ Baseada em

⁴⁰⁹Relatório apresentado ao Exmo. chefe do governo provisório Sr. Dr. Getúlio Vargas, em 15 de novembro de 1933, pelo Interventor no Distrito Federal Dr. Pedro Ernesto. Arquivo Napoleão de Alencastro Guimarães, CPDOC p. 11-2

⁴¹⁰ **Pereira Neto**, André Faria. “O modelo de assistência médica de Pedro Ernesto: algumas considerações”. IN: *Revista de História Regional*, v.2, 1997: p.121-136.

⁴¹¹**Sanglard, Gisele**. *Entre os salões e o laboratório. Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940*. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2008 p. 139.

relatos do viajante Émile Allain, de 1886, a autora lista um total de 15 estabelecimentos, dos quais apenas 4 são destinados a toda a população (os outros tem clientela específicas: comunidade portuguesa, militares, bombeiros, irmãos de certas ordens, etc.). Algumas alterações deste quadro são destacadas pela autora: para o complexo da Santa Casa, foram criados em 1914 o Hospital de São Zacharias e o Hospital de Nossa Senhora das Dores (para mulheres tuberculosas). Em 1900, surge a clínica de Botafogo e em 1921, o Asilo São Francisco de Assis é transformado em hospital sob a responsabilidade da Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). Este último *“pode ser considerado a primeira resposta oficial [estatal] à falta de leitos para a população do Rio de Janeiro.”*⁴¹² (ou seja, apenas 10 anos antes da Reforma Pedro Ernesto). Há em 1912, o Hospital Espírita, dedicado apenas a estes religiosos, o Hospital dos Ingleses, o Hospital Oswaldo Cruz e algumas casas de saúde - mas estes tinham públicos restritos.

Ainda naquele momento a assistência na cidade permanecia dependente da Santa Casa de Misericórdia⁴¹³, que era, conforme aponta consensualmente a historiografia, o principal referencial de atendimento hospitalar, desde os tempos do Império. Mesmo sendo uma instituição particular, a Santa Casa recebia investimento estatal, o que lhe conferia aspecto de coisa pública, refletido, por exemplo, na pressão que havia na imprensa pela melhoria de seus serviços. Destaca-se em sua história, principalmente na Primeira República, a acumulação de patrimônio através de suas práticas de especulação financeira e imobiliária e da cobrança de serviços médicos paralelos aos serviços gratuitos que legitimavam os subsídios que recebia do Estado.

A partir da década de 1910, a Santa Casa inicia uma forte iniciativa pela redução dos leitos gratuitos que oferecia à população. Foram fechadas enfermarias e se tornaram mais restritos os critérios de internamento. Tal movimento repercutiu bastante na opinião pública e o Estado foi pressionado a expandir os subsídios concedidos. Em 1914 houve, por conta disso, a reabertura do Hospital Nossa Senhora das Dores para tuberculosos, destinação de verba e a incorporação do Hospital Central do Exército pelo conjunto de patrimônios da Santa Casa que o transformou em hospital para cirurgia infantil. Entretanto, a Santa Casa continuou com a sua lógica mercantil: em 1915 o número de internados foi reduzido bastante: de 1476 para 950, um número menor do que o de leitos disponíveis.

Existia grande diferença de atendimento entre os que pagavam e os que recebiam serviços gratuitos. Não apenas havia lugares separados para aqueles a quem a entidade caridosa se justificava enquanto tal, mas também os profissionais eram diferentes: para o atendimento dos mais pobres, o corpo de enfermagem era em boa parte analfabeto enquanto os que pagavam tinham

⁴¹² Idem p. 140

⁴¹³ Idem. p. 141

enfermeiras diplomadas. A diferenciação a tal ponto se impõe que os mais pobres passam a ser incômodo por parte da administração que pensa em promover uma limpeza visual:

“Considero de necessidade imperiosa a transferência dos respectivos consultórios [gratuitos] para um local mais apropriado; a aglomeração de mil e tantos doentes diariamente das mais baixas classes sociais no salão de entrada do Hospital [Geral] é um espetáculo desagradável e que muito mal impressiona a quem nele penetra.”⁴¹⁴

A diferença dos tratamentos resulta em um progressivo distanciamento da taxa de mortalidade dos dois grupos: em 1908, no Hospital Geral, a taxa era de 12,9% contra 20,4% para os que tinham o atendimento gratuito. Em 1917 a diferença aumenta: 7% e 18,9%. Em 1922, a mortalidade dos pensionistas é de 3,5% contra 17,2% dos mais pobres.

A Santa Casa vai restringindo o oferecimento de serviços gratuitos até que em 1917 torna obrigatória a apresentação de um atestado de pobreza – assinado por um padre ou por um delegado - para os que pretendiam disputar uma vaga do que restava de serviços médicos gratuitos. A eficácia dessa medida foi grande: no Hospital São João Batista da Lagoa verificou uma redução de 50% no número de atendimentos ambulatoriais entre 1917 e 1918. Em 1917, o total de contribuintes supera o de gratuitos. Apesar disso, a Santa Casa continua se queixando de que muitos que não seriam pobres estariam usando seus leitos, uma vez que era fácil conseguir um atestado de pobreza. Como meio mais eficaz para combater os “abusos” o Estado cria na década de 1920 um Registro de Pobreza. Em 1927, Vicente Lício Cardoso, especialista em arquitetura hospitalar, contabiliza em 935 os leitos da Santa Casa⁴¹⁵. Entretanto, como em sua grande maioria não eram gratuitos, imaginemos o quão pouco restava à população pobre.

Se, como apontou Sanglard, não houve mudanças expressivas nos primeiros vinte anos do século XX, tampouco a década iniciada em 1921 lhe pareceu ter alterado o quadro: *“Dos três projetos hospitalares para o Rio de Janeiro desenvolvidos na década de 1920 e com chancela governamental, somente um logrou êxito: o do Hospital Graffêe e Guinle.[privado com apoio financeiro estatal]”* Há entretanto, números conflitantes: em 1933, foi feito um estudo, encomendado pela prefeitura, sobre os recursos médico-assistenciais do Distrito Federal e chegou-se ao número de 17 casas de saúde, 13 maternidades e 43 hospitais, totalizando 11.405 leitos. Este estudo aponta um déficit de 5.963 leitos hospitalares na cidade. Em relação aos leitos maternos e infantis, a situação seria mais crítica a ponto de se afirmar que não havia assistência à infância e à maternidade na cidade. Isto demonstrava, segundo o autor do estudo, um déficit global de leitos e

⁴¹⁴ “Relatório apresentado à Mesa pelo Provedor” - 1914, p. 95. Apud. Vieira, p. 44

⁴¹⁵ Sanglard, p.143 *“Os outros hospitais ofereciam, em média, de trezentos a seiscentos leitos.”*

um déficit setorial expressivo na área materno-infantil. A mesma fonte aponta uma participação de mais de 50% dos estabelecimentos públicos na oferta de leitos-doenças. Não está claro o teor desses números ou o significado desta presença pública (seria apenas subvenção ou supõe-se também administrados pelo governo?). A questão fica mais complicada quando um segundo estudo de 1933 ligado ao Ministério da Educação, também levantado por Vieira, aponta 155 estabelecimentos no Distrito Federal⁴¹⁶. Um mapeamento numérico das instituições médicas cariocas demandaria um esforço que encontra limites no fôlego deste historiador, no curto prazo dessa pesquisa e na incerteza das confusas fontes. O que é mais seguro e importante é notar que médicos, jornais, trabalhadores e o próprio Estado, quando se referiam aos serviços hospitalares, eram unânimes em criticá-lo vigorosamente e apontar sua grande precariedade, ainda que um dos estudos acima tenha apontado “*a existência de inúmeros ambulatórios no Distrito Federal*”⁴¹⁷. Ora, por parte do Estado, é apenas de 1926 a criação da Assistência Hospitalar como um órgão autônomo do Departamento Nacional de Saúde Pública, tendo uma atuação bem modesta: a gestão dos hospitais São Francisco de Assis e Pedro II e a fiscalização dos demais estabelecimentos hospitalares da cidade.

Além dos hospitais, é importante registrar outras organizações que tinham papel no fornecimento de assistência médica à população carioca. De acordo com os estudos de Gilson Antunes da Silva⁴¹⁸, há três modalidades de instituições prestadoras de serviços de saúde aos trabalhadores que são dominantes no período em que estudamos. A primeira delas são os “fundos previdenciários para trabalhadores do Estado”. Esses foram timidamente expandidos em alguns governos militares da Primeira República sem jamais tomar tamanhos significativos.

De número reduzido também são as “caixas de socorro patronais”, controladas pelas empresas, em especial as do setor têxtil, mas também havendo gerência dos operários. O autor nota um número grande de gastos por parte de uma dessas caixas, a Montepio da Fábrica Corcovado. Nela, para assistência médica, foram aplicados 62,7% do dinheiro arrecadado para atendimento dos associados em um total de 82140 atendimentos anuais para os seus seis mil sócios.

Além da assistência médica, os patrões também gerenciavam outros benefícios aos seus empregados como habitação, itens básicos de consumo, creches e escolas para os filhos. Conforme argumenta Silva, esses serviços promovidos pela própria fábrica produziam uma maior incorporação do trabalhador à vida fabril, reforçando sua disciplina, inclusive por este criar uma dependência por conta de endividamento. Todos os custos eram descontados dos salários e os

⁴¹⁶ Vieira, op. cit., p. 424-7

⁴¹⁷ Vieira, op. cit., p. 427 Segundo o estudo encomendado pela prefeitura, a deficiência carioca seria de leitos e não de ambulatórios (que supõem pacientes não acamados).

⁴¹⁸ **Silva, Gilson.** “A Assistência médica originária das Associações Civis do Império e da república Velha (1920) IN: *Assistência médica no rio de Janeiro, 1875-1930: uma contribuição para a sua história. Relatório Convênio FINEP-CMSP.* Apud. Vieira, op. cit.

serviços prestados muitas vezes eram de preço superior àqueles vigentes fora da fábrica – por conta disso, há casos de criação de entidades operárias independentes paralelas às patronais, como é o caso da Caixa de Socorro da América Fabril e da Fiação e Tecelagem Carioca. A existência de serviços médicos organizados pelos operários seria, para Vieira, de natureza distinta daqueles promovidos pelos patrões, estritamente preocupados com cuidados mais imediatos que garantissem o retorno rápido dos trabalhadores à produção.

A terceira modalidade de instituições que prestavam assistência médica eram as “associações voluntárias mutualistas ou beneficentes”, sendo esta a principal fonte de serviços para a classe trabalhadora. Gilson Antunes da Silva as caracterizou em alguns tipos: “associações mutualistas de caráter profissional”, “associações mutualistas ou beneficentes cosmopolitas”, “associações mutualistas ou beneficentes de nacionalidade” e “confrarias religiosas de caráter mutualista ou beneficente”. A clientela dessas instituições podem ser divididas em três blocos: “associações de auxílio mútuo que atendem somente ao seu quadro de associados”, “associações de caráter beneficente que prestavam filantropia aos não associados”, “associações de caráter misto que assistiam a seus associados e não associados necessitados”. Entre 1900 e 1930, o Rio de Janeiro chegou a contar com mais de 500 destas associações. Porém, destas apenas aproximadamente 100 prestavam assistência médica.

As associações mutualistas de caráter profissional predominavam entre os trabalhadores de empresas estatais, dos órgãos do Estado e de empresas concessionárias de serviços públicos. Estatística significativa de atendimentos médicos é a da Associação Geral de Auxílios Mútuos, dos trabalhadores da Estrada de Ferro da Central do Brasil que destina a este campo 15% de sua receita. A associação tem em 1911 dois gabinetes de clínica médica e dois de odontologia, tendo, no período de 1912 a 1920, uma média de 2240 consultas a 7625 associados. A Associação dos Empregados do Comércio é a segunda mais importante e chegará a ter 49.000 sócios em 1930. Algumas instituições, menos abastadas, como a Caixa Auxiliar dos Telégrafos e a Caixa Auxiliar dos Empregados do Movimento, apesar de também priorizar o serviço médico, restringiam seu atendimento aos acidentes de trabalho.

As associações cosmopolitas, ao contrários das outras, não definiam critérios de nacionalidade, religião ou profissão para os seus membros. Sua clientela podia ser restrita aos associados (mutualistas) ou beneficente, o que era dirigido sobretudo para indigentes. Durante o Império, estima-se que essas associações cosmopolitas cobriam 10% da população do Rio de Janeiro. A assistência médica só passa a ser relevante nessas instituições a partir do período republicano, mas sempre com números pequenos. Das que eram filantrópicas e prestavam serviços médicos, só havia três: a Sociedade Cruz Vermelha Brasileira (1908), a Liga Beneficente contra a

Tuberculose (1895) e o Instituto de Proteção e Caridade (1909).

As associações mutualistas voltadas para a nacionalidade tiveram, de uma forma geral, papel pequeno na assistência médica voltada aos seus filiados imigrantes. A Société Française de Secours Mutuels e a Sociedade Portuguesa de Beneficência tiveram maior expressão, especialmente esta última que chega a ter 40.000 membros. A entidade, entretanto, orientou-se para uma política de aumento do valor de suas contribuições, o que fez seu número de quadros cair para 8.436 em 1920. A Beneficência Portuguesa, ao contrário das outras associações que restringiam seus serviços próprios a ambulatórios e enfermarias de repouso, investia em socorros hospitalares que exigiam um capital maior. Possuía, em 1920, 9 enfermarias com especialidade em alopatia, homeopatia, pele e sífilis, cirurgia e tuberculose.

Entre as associações de caráter religioso, temos as Ordens Terceiras que cumpriam o papel das associações mutualistas para os mais ricos. Com o valor das contribuições mais elevado e melhores serviços, os hospitais administrados pelas Ordens apresentavam menores índices de mortalidade quando comparados a outros. Os principais hospitais eram o Hospital São Francisco da Penitência, o Hospital da Ordem Terceira de Nossa Senhora de Monte Carmo e a Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula.

Outras instituições de caráter religioso eram o Hospital Evangélico que começa a funcionar em 1912, e as associações espíritas, que se multiplicam no final do século XIX e início do século XX, prestando muitas delas assistência médica à população mais pobre. Só a Federação Espírita Brasileira prestou em 1912 um total de 260.698 atendimentos médicos e farmacêuticos a seus sócios. Esta associação combatia fortemente o curandeirismo espírita.

Muitas destas associações que apresentamos acima entram em declínio na década de 1910 e iniciam um processo de fusão. Com um largo número de associados mas com uma base econômica frágil, algumas não podiam arcar com o custo crescente do atendimento médico que incorporava tecnologia. Muitas vezes os custos operacionais da associação eram superiores àqueles que ela destinava para benefícios. Algumas associações eram mais sólidas financeiramente, mas funcionavam mais como instrumento de acumulação de capital do que de meio previdenciário para socorrer os trabalhadores – a taxa de crescimento do patrimônio em várias delas (investimentos em imóveis, apólices de dívidas públicas) é superior a taxa dos recursos gastos com benefícios.

Os chamados “consultórios de farmácia” eram outra modalidade de estabelecimento médico significativo para os mais pobres do Rio de Janeiro. Eles funcionavam através de acordos de médicos com donos de farmácias (mas às vezes as duas profissões se confundiam na mesma pessoa) em que os primeiros ganhavam percentuais sobre a venda de remédios. Tal arranjo funcionava muitas vezes com a consulta sendo gratuita. A partir de 1930, o Sindicato dos Médicos

empreenderá campanha para a extinção dos médicos de farmácia, em nome da “dignidade” da profissão médica – o que significa uma condenação das prescrições de remédios desnecessários e uma defesa de maiores honorários contra a submissão dos profissionais às farmácias. Acusa-se também que tais estabelecimentos funcionavam em quintais e sem nenhuma aparelhagem. Alguns médicos do Sindicato se opuseram à campanha contra os consultórios de farmácia porque estes seriam os únicos núcleos de saúde disseminados pelo interior da cidade – poucos que eram os hospitais e os poucos que existiam eram no centro. Há também o argumento de que os médicos só ocupavam esses espaços por uma questão de sobrevivência⁴¹⁹.

- A municipalidade e a assistência hospitalar na década de 1920

Lancemos um olhar agora sobre o papel da municipalidade na assistência médica a partir de 1920. Ainda que o nível de concretização tenha sido baixíssimo, é importante observarmos as diretrizes e intenções sobre a questão. Em 1921, houve a primeira tentativa de criação de uma rede de assistência médica do Distrito Federal, que teve como mentor Luís Barbosa, diretor do Departamento Geral de Higiene e Saúde Pública. Tanto Vieira, quanto Gawryszewski vêem a política de saúde municipal da década de de 1920 hegemônica por este ator. Como primeiro estabelecimento hospitalar da prefeitura, foi planejado (e a análise do que os autores chamam de Reforma Luís Barbosa vai muito pouco além do que foi apenas planejado ou pensado) um hospital que realizasse cirurgia de emergência, algo que seria apenas acessível naqueles tempos aos abastados.

O pronto-socorro passa a ser o eixo central da assistência médica municipal⁴²⁰. Pode-se destacar da caracterização de Vieira três características básicas do modelo pronto-socorrista colocado por Luís Barbosa em 1921:

1) era subordinado à saúde pública (isto é, a saúde preventiva, não individual), que nesse momento ainda concentra os principais investimentos públicos. O ano citado marca a delegação ao governo federal das responsabilidades com serviços sanitários que tinha a prefeitura. A municipalidade restringe-se, portanto, ao socorro de urgência (com alguma proteção médico farmacêutica).

2) tinha uma orientação filantrópico-liberal. Isto é, ela mantém a compreensão de que a assistência médica não era um dever do Estado, (muito embora pretendesse promover sua expansão) mas empreendido por este como gesto de ajuda e caridade. Resume Vieira:

⁴¹⁹ Pedro Ernesto foi médico de farmácia, clinicando ilegalmente com Amaral Peixoto.

⁴²⁰ Vieira, op. cit., 223

“O Estado intervém mantendo, entretanto, a estrutura de organização dos serviços de acordo com a clientela atendida: casa de saúde para os abastados; serviço gratuito estatal ao atendimento de urgência para o operariado e indigentes; e atendimento geral para seus funcionários através de sistema de seguro social: modelo liberal, “filantropia” pública, mutualidade pública. Eleger o cuidado de urgência como prioridade da assistência municipal significava definir os limites da intervenção do estado na assistência médica. Doutrinariamente, justificava-se a absorção dessa tarefa por ser a urgência uma necessidade pública.”⁴²¹

Procurará, também,

“normatizar e coordenar o sistema filantrópico existente, favorecendo neste as tendências que apontavam para uma maior eficácia, sofisticação e mercantilização dos serviços médicos.”⁴²²

Sendo um subsidiário da estrutura médica privada, o Estado pretende fiscalizar a aplicação de seu dinheiro. Para tal, criou-se o Supremo Conselho de Assistência. Seu objetivo, como nos esclarece Vieira, é duplo:

“O cerne da preocupação de Luís Barbosa revela-se (...) Deve-se coibir não só a “aplicação inoportuna de subvenções”, leia-se parasitária, ineficaz, mas também a “imerecida distribuição de socorros”, leia-se, os abusos da assistência médica gratuita.”⁴²³

O lema das ações é: “contra os falsos pobres e os falsos filantropos”. E isto não apenas nas instituições privadas, mas também nas públicas. A situação no Posto do “Meyer” (o estabelecimento hospitalar da prefeitura de maior relevância), no ano de 1921, era a de que apenas 30% dos atendimentos recebiam pagamentos, algo considerado negativo pelo então prefeito Prado Júnior⁴²⁴.

3) era subordinado a interesses de especialização e serviço médico:

“Do ponto de vista da categoria médica, a doutrina pronto-socorrista cumpre a função de definir os limites da atuação estatal, resguardando a prática clínica e cirúrgica eletiva para a medicina liberal. Além disso, em um momento em que o treinamento médico hospitalar e, em especial, o adestramento cirúrgico, vai exigindo uma soma cada vez maior de recursos, o Estado, via Pronto-Socorro, é chamado a assumir essa tarefa, antes limitada à Santa Casa de

⁴²¹ Idem, p.231

⁴²² Idem, p. 274

⁴²³ Idem. p. 277

⁴²⁴ Idem. p. 377

Misericórdia.”⁴²⁵

Vieira deixa claro que “*não se trata de situar o ensino como um apêndice ou “complemento” das iniciativas previstas pela Reforma. Trata-se pelo contrário, de parte integrante da definição de um padrão hospitalar.*”, como é posto nos princípios desta reforma. Por exemplo, é previsto a gerência da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro sobre o Hospital das Clínicas (que não chegou a se edificar), bem como grande influência desta instituição em todo o processo.

O regimento para o atendimento de urgência tinha grandes restrições. Um deles era que a ambulância não passaria de certo espaço prescrito, devendo nesses casos, o paciente ser levado pelos familiares ou amigos até onde a ambulância pudesse alcançá-lo. Portadores de lesões cirúrgicas com mais de 24 horas, e quaisquer doentes que não apresentassem urgência, não deveriam ser atendidos.

Havia orientações para o atendimento de mulheres em trabalho de parto: era preferível que fossem atendidas em casa, para não sobrecarregar o hospital. Vieira afirma que havia uma tendência a se combater o modelo asilar, privilegiando-se no hospital o tratamento de casos agudos e de fácil tratamento. Assim, desafoga-se esses estabelecimentos, algo com grande sentido financeiro. Dessa forma, também, o hospital passa cada vez mais a se tornar local de recuperação dos “capazes”⁴²⁶.

Apesar desta tentativa do começo dos anos 1920, a década terminou sem que a municipalidade tivesse grandes avanços na sua infra-estrutura hospitalar.

*“foram efetivados apenas a ampliação do posto central [o Posto Central de Assistência], a criação de mais dois – um no Méier e outro para afogados em Copacabana-, a instalação de um hospital de pronto-socorro [Hospital de Pronto-Socorro] e a anexação ao posto criado no Méier de serviços de consultórios clínicos”*⁴²⁷

4.2 A Reforma Pedro Ernesto

O marco iniciador legal da Reforma Pedro Ernesto foi o Decreto-lei 4252, de 8 de junho de 1933, que regulamentou o funcionamento da Diretoria Geral de “Assistência Municipal”.

De acordo com o artigo 2 do citado decreto, os serviços a serem prestados são:

⁴²⁵ Idem, p. 233

⁴²⁶ Idem, p.247

⁴²⁷ **Ribeiro, Marcos Vinícius.** *Assistência médica no Rio de Janeiro – 1870, 1930: uma contribuição a sua história; Relatório convênio FINEP-CMSB*, p. 216. apud Vieira p.302.

- “I- O tratamento médico e hospitalar dos enfermos necessitados e residentes;*
II- A proteção dos primeiros socorros médicos aos indivíduos vítimas de moléstias súbitas ou acidentes, ocorridos no território do Distrito Federal;
III- A assistência maternal;
IV – Assistência médica à infância
V – A assistência médica à criança de todas as idades, órfãos, abandonados, cegos, surdos e mudos; inválidos;
VI – A assistência aos velhos
VII – A assistência aos adultos inválidos
VIII – A assistência ao sem-trabalho;
IX – O serviço do registro dos necessitados
X – A assistência aos mortos”

Para Vieira, de maior relevância foram apenas os serviços hospitalares e a assistência materno-infantil⁴²⁸. De fato, os registros de realizações se concentram sobre essas áreas e o texto do decreto dedica poucas palavras a alguns dos outros serviços, às vezes nem mesmo apontando para ações materiais.

Na área de assistência médica, segue uma lista dos estabelecimentos criados:

- Dispensário de Campo Grande, juntamente com 5 sub-postos rurais distribuídos por toda a área do “Sertão Carioca” como Vargem Grande, Pedra de Guaratiba, Ilha e Sepetiba;
- Dispensário do Méier, (onde já funcionava o Pronto-Socorro do Méier). Atual Hospital Salgado Filho.
- Dispensário da Ilha do Governador. Atual hospital Paulino Werneck.
- Dispensário do Sapê. Começo da construção em 16 de setembro de 1934. Inaugurado em junho de 1937. Atual Hospital Carmela Dutra.
- Dispensário de Paquetá. Atual Hospital Manoel Arthur Villaboim.
- Dispensário de Cascadura, instituição particular absorvida em 1933. Atual Maternidade Estadual Herculano Pinheiro.
- Hospital Jesus, para crianças, com 120 leitos, inaugurado em 30/06/1935. Localizado na Mangueira.
- Hospital de Vila Isabel, 450 leitos;

⁴²⁸ Vieira, op. cit., p. 395

- Hospital Periférico de Marechal Hermes, 130 leitos, concluído em 06/03/1936 e inaugurado em 09/07/1937;
- Hospital Periférico da Gávea, 150 leitos. Começou a ser construído em 6 de janeiro de 1934. Inaugurado em 25 de outubro de 1936. Atual Hospital Miguel Couto.
- Hospital Regional Policlínica de Campo Grande. O começo de sua construção foi em 13 de agosto de 1933. Inaugurado em 6 de julho de 1940. Atualmente se chama Hospital Rocha Faria.
- Hospital da Penha, iniciado em 30 de outubro de 1933 e concluído em setembro 1937, mas só inaugurado em dezembro de 1938. Atualmente, Hospital Getúlio Vargas. Também ali, em 1933, foi construído o Dispensário da Penha.
- Hospital Pedro Ernesto (não confundir com Casa de Saúde Pedro Ernesto, de propriedade particular do prefeito). Sem maiores informações sobre sua conclusão.⁴²⁹

“Dispensário”, de acordo com o Dicionário Médico Ilustrado Blakinston⁴³⁰, é o “local em que se presta assistência médica de graça ou a baixo custo”. É diferente, portanto, de um hospital que supostamente é de maior infraestrutura. A questão apareceu em debate na Câmara em 1934, quando opositor Adolpho Bergamini acusava um “autonomista” de confundir dispensário com hospital engrandecendo injustamente os investimentos da prefeitura. Para Bergamini, ex-prefeito, a reforma seria “cinematográfica” e não responderia a um estudo ordenador (ou seja, estaria a sabor da “politicagem”)⁴³¹. Não temos maiores detalhes sobre a questão, mas é importante salientar que as estruturas dos dispensários não eram necessariamente pequenas, como exemplificam o Dispensário do Méier e o da Penha, que tinham expressivo volume de atendimento. O artigo 138 do decreto da prefeitura que instituiu a reforma definiu os dispensários como destinados ao tratamento de enfermos pobres em consultórios de clínicas gerais e especializadas. Eles previam tratamento continuado, o que incluía visita ao domicílio do enfermo.

É importante notar a dispersão geográfica dos estabelecimentos, o que alguns autores observaram como forma de influência política mais generalizada, incluindo aí aparelhamento do PADF. Havia aqui também uma certa discussão “técnica” que entendia que o ideal seria construir hospitais centralizados. Esta opinião pode ser encontrada em textos de entidades médicas⁴³², mas também esteve presente na Câmara quando novamente Bergamini criticava o número e localização dos dispensários e hospitais, que não estariam obedecendo aos supostamente neutros critérios do

⁴²⁹ Gawryszweski, p. 205-6. e Vieira 442.

⁴³⁰ Editores: Normande Hoerr e Arthur Osol. Org. Andrei Editora. São paulo, 1970.

⁴³¹ Ver Anais do Conselho Consultivo da Prefeitura do Distrito Federal, 1934

⁴³² Podem ser vistos em Vieira, op. cit.

ordenamento racional. Os defensores da reforma rebatiam essa ideia tanto com o argumento de impossibilidade financeira quanto pela afirmação de que o modelo implantado atingia melhor a população⁴³³.

Em relação à assistência materno-infantil o já citado Rodolfo de Abreu, a entende como uma preocupação central, seguindo, *“dentro do espírito da época”, “a preferência universal relativa aos problemas da semente humana, ao terreno e ao germe social”*⁴³⁴ No Regulamento da Diretoria Geral de Assistência aprovado pelo decreto, o programa inclui uma “casa maternal”, que visa instruir e amparar a mãe no período de amamentação, ao que se soma também os “lactários” que fornecem leite às mães que não podem amamentar. Passado o período de amamentação, haveria uma “casa de guarda”, ou seja, uma creche para a mãe que trabalha (o alvo nunca deixa de ser a classe trabalhadora). Uma vez que *“se ficar ao encargo das mães o comparecimento dos menores, a frequência será burlada e o objetivo social anulado.”*, a prefeitura prevê a provisão do transporte. Dessa forma, a prefeitura estaria cuidando do período em que se *“estereotipam definitivamente na mentalidade infantil expressões que desabrocham, mais tarde, em desordem psíquicas de toda sorte”*, como seria, por exemplo, a criminalidade. A “casa de guarda” cuidaria de crianças de até 6 anos. Os menores de 6 a 16 anos seriam incumbência do “asilos de classificação”, que recolheria aqueles em *“perigo moral pelo abandono e pela miséria”*, para realizar sobre eles a “higiene mental” e outros “cuidados”. Novamente aqui devemos atentar para o fato de que a proposição no decreto não significa nenhuma efetivação material⁴³⁵ (e talvez nem a efetivação material acarrete necessariamente registro).

Para Vieira, as instituições médico-assistenciais são voltadas para a normatização do futuro trabalhador, e estariam se concentrando na prestação dos serviços médicos e não em discursos pedagógico e higienista, como a questão era mais tradicionalmente tratada.⁴³⁶ Já observamos os limites de uma afirmação como essa para a compreensão da emergência da reforma. Colocando assim o problema perde-se de vista a questão mais evidente das necessidades de uma sociedade que pautava assistência, e de um governante, assim como outros, sensível e disposto à resolução de alguns problemas, que construía com isso um quadro populista de poder cujo caráter já explicitamos.

A questão da higiene escolar, que a prefeitura vinha executando antes de instituir a reforma, tem um papel forte nesse sentido. O ano de 1932 registra muitos acordos com entidades privadas

⁴³³ “Manifesto à Classe Médica” (escrito por Silio Bocanera) – PEB fot. 938-40. 3 de outubro de 1934

⁴³⁴ Abreu, op. cit., Apud. Vieira p. 380

⁴³⁵ Nesse sentido, é curioso como os conselheiros da prefeitura discutiam projetos e lhes propunham alterações depois destes já terem sido firmados como decretos e publicados. Este é o caso da criação da Guarda Municipal, presente nos Anais do Conselho Consultivo da prefeitura de 1934.

⁴³⁶ p. 387

para o atendimento de estudantes municipais. Cada contrato determina, entre outras coisas, o tipo de cuidado, os beneficiados, e o espaço físico em que o atendimento ocorreria (providenciado pela prefeitura ou nas locações da entidade contratada). Além de assistência médica, por vezes era incluso assistência farmacêutica, cirúrgica e dentária, podendo incluir internação ou não. Algumas especialidades poderiam ser especificadas como oftalmologia, dermatologia, sífilografia, ortopedia, tuberculose (especialmente para as crianças na “iminência” de contrair a doença), etc.. O que mais foge a esse quadro assistencial é o acordo firmado com a Liga Brasileira de Higiene Mental, que manteria *“um ambulatório psiquiátrico gratuito, em local cedido pela Prefeitura, onde serão atendidos os nervosos e pequenos psicopatas enviados ou não pela Assistência municipal do Distrito Federal.”* Uma das atribuições da Liga é estabelecer fichas psicométricas, visando a *“seleção dos super-normais e sub-normais, entre alunos das Escolas Municipais, quando requisitados pelos médicos-escolares, por intermédio da Diretoria Geral de Assistência Municipal.”*⁴³⁷

Na maioria dos casos, as entidades ficavam responsáveis por algumas escolas ou alguns conjuntos delas especificadas em distritos. Em quase todos os casos os alunos deveriam ter sua “condição de pobreza” confirmada. Entre os acordados estão Sanatórios Santa Clara, Instituto de Proteção e Assistência À Infância do Rio de Janeiro, Policlínica de Botafogo, Liga Brasileira contra Tuberculose, Obra de Defesa Social, Policlínica Geral do Rio de Janeiro .

Em relação ao item XX, “assistência aos sem-trabalho”, é previsto apenas albergue e fornecimento de ração. Em março de 1934, a prefeitura cria o Albergue da Boa Vontade no bairro da Saúde. Apesar desse pouco, os “delegados sociais” que a reforma também instituiu seriam responsáveis por

*“Verificar se os sem trabalho, que devem receber assistência de acordo com o que estatue o art. 165 do Regulamento da Assistência, ficaram sem trabalho por condições estranhas à sua pessoa ou por falta inerente à sua própria personalidade, e indicar ao Diretor Geral de Assistência a solução mais razoável para resolver com economia para a Prefeitura e vantagem para os sem trabalho, os casos que se enquadram na segunda hipótese.”*⁴³⁸

- A questão da gratuidade

Ainda que estes estabelecimentos médicos da prefeitura sejam notados por não estarem submetidos ao arranjo previdenciário e corporativo no qual a maior parte da assistência médica no Brasil se desenvolveria, sua feição “universalista” encontra limites no caráter legal não-gratuito dos

⁴³⁷ Boletim da Prefeitura do Distrito Federal, 1932

⁴³⁸ Decreto 4252. op. cit.

seus serviços. Assim como nas instituições privadas, e seguindo tendências precedentes da própria municipalidade, a gratuidade foi prevista na legislação de Pedro Ernesto apenas aos “necessitados”, que poderiam ser de “necessidade relativa” (pagando uma taxa prevista em tabela, da qual não temos registro) ou “absoluta” (atendimento gratuito). Este direito era independente da moléstia, mas o artigo 75 do decreto 4252 previa diferenciação: os “necessitados” seriam encaminhados a enfermarias gerais, enquanto os “contribuintes” iriam a quartos particulares e enfermarias. De acordo com o capítulo XV do decreto que institui a Reforma, “Do registro dos necessitados”, a “qualidade de necessitados” seria “condicionada pelo vencimento, salário ou renda, encargos sociais ou de família e recursos decorrentes da legislação social vigente”. Os que cumprissem o requisito, através de “documentos comprobatórios de seu estado de necessidade”, estariam inscritos no “registro dos necessitados” e receberiam uma caderneta. É previsto também um serviço de sindicância, a ser realizado por enfermeira ou agentes de sindicância. Haveria um seção de registro dos necessitados em cada serviço da Assistência⁴³⁹. Mas quem exatamente eram os “necessitados”? Qual era o seu perfil? A Reforma foi dirigida a estes ou aos que podiam pagar plenamente, os “contribuintes”?

É alto o número de pessoas inscritas nos registros de necessitados da prefeitura, que recusava uma porcentagem baixíssima daqueles que se apresentavam como pobres e pleiteavam o direito à gratuidade. O boletim da prefeitura do mês de março de 1933 (anterior ao decreto da reforma) foi o primeiro que apresentou esses dados. Dos 2425 que pretendiam entrar no então chamado “registro de pobreza”, 30 foram negados. Não há estatísticas para os meses de abril e maio. De junho a dezembro de 1933, excetuando o mês de setembro que não ofereceu dados, essa conta foi de 5% (733 de um total de 14357). A quase totalidade desses números vem dos Dispensários do Méier (mais de 90%) e de Copacabana (em dezembro, há também os números de Paquetá). Os estabelecimentos em Ilha do Governador, Cascadura, Penha e Campo Grande só forneceram informações de outro tipo⁴⁴⁰.

Teixeira considera que Pedro Ernesto tinha os necessitados como uma prioridade dos serviços⁴⁴¹, que *“a população que estava prevista a ser atendida era realmente a de necessitados”*, motivo pelo qual os idealizadores da Reforma da Assistência Municipal instalaram unidades assistenciais nos bairros cuja população era predominantemente operária ou de baixa renda⁴⁴². Uma dificuldade aqui é que, apesar de termos dados referentes à inscrição dos “necessitados”, não sabemos a proporção de atendimentos que lhes era dirigida

A autora também afirma que

⁴³⁹ Idem.

⁴⁴⁰ Alguns destes dados diferem daqueles anotados por Teixeira (p.53). Minha fonte é o Boletim da Prefeitura do Distrito Federal.

⁴⁴¹ Teixeira, op. cit, p. 56 e 57

⁴⁴² Idem p. 56

“pelos dados apresentados e com as disposições regulamentares estabelecidas, é possível reconhecer que a reforma estava garantindo o acesso dos necessitados aos serviços da Assistência Municipal do Distrito Federal e inibindo a gratuidade aos que tivessem algum recurso.”⁴⁴³

Entretanto, há razões para pensarmos que o atendimento gratuito se dava de forma mais ampla do que a legislação permitia, beneficiando os não “necessitados” seja através da burla da burocracia, seja considerando sua estrutura.

Um indicativo é a reação da categoria médica, preocupada com a sua clientela e com o ideal liberal de clínica médica. A repercussão da Reforma entre os médicos foi apreciada por Vieira, e seus dados trazem elementos importantes. Duas semanas após a promulgação do decreto de junho de 1933, o presidente do Sindicato dos Médicos, Dr. Castro Goyana, enviava ofício a Pedro Ernesto pedindo

“providências para fazer cumprir rigorosamente as disposições referentes aos serviços gratuitos que devem ser prestados na Assistência [Municipal], de conformidade como Decreto n. 4252 de 8 de junho do corrente ano”

Tais serviços gratuitos devendo ser prestados exclusivamente aos pobres necessitados, lembra ainda a V. Excia. a conveniência de iniciar, quanto antes, “O Serviço de registro de Necessitados”, instituído por este mesmo decreto, afim de evitar os constantes e repetidos abusos”⁴⁴⁴

Já em julho, o sindicato preparou uma plataforma para ser defendida “junto à assistência gratuita do Distrito Federal” (mas que incluía orientações para estabelecimentos privados):

“Nos ambulatórios e serviços clínicos gratuitos desta capital, de iniciativa pública ou particular, os médicos atenderão exclusivamente aos indigentes;

Todos os indivíduos assalariados compensarão equitativamente o trabalho médico, recorrendo, os mais modestos, às policlínicas populares que este sindicato está prestigiando e procurando disseminar em todos os bairros da cidade, em vantajosa substituição aos consultórios médicos nas farmácias;

Fixar nas salas de espera dos ambulatórios dois impressos com as seguintes frases: “Todo o serviço médico gratuito é reservado exclusivamente aos indigentes” “Todo indivíduo trabalhador e honesto não deve estender a mão de falso indigente ao trabalho do médico”;

Tornar obrigatório o uso de um livro de matrícula dos doentes nos ambulatórios, contendo informações que permitam fiscalizar a verdadeira indigência dos indivíduos atendidos;

⁴⁴³ Idem p. 55

⁴⁴⁴ Apud. Vieira.

*Proclamar o Sindicato Médico Brasileiro órgão oficial da classe na orientação e fiscalização da assistência médica gratuita, inclusive agir junto ao Governo Municipal para imediata organização do registro de indigentes da municipalidade.*⁴⁴⁵

Note-se que as instruções repetem ou procuram fazer valer aquilo que já se encontrava legislado. A querela se desenvolveu nos meses seguintes, onde acusava-se “*munificência do Estado, pela intenção de amparar os clientes, sem distinção de classes nem de bolsas*”⁴⁴⁶ Teixeira nota o reaparecimento da questão no boletim do sindicato em 1935:

*“Teremos doutores sem clínica. Friso sem clínica e não sem doentes, estes aumentam sempre em busca do serviço médico(...) O consultório(...) só será procurado pelos ingênuos ou pelos aberrantes da mentalidade atual brasileira(...) Pois se todos tem aquele mesmo médico ou outro que melhor lhe valha, a manhã inteira a sua disposição no Hospital, onde nenhuma restrição lhe veda a entrada no abuso da gratuidade!”*⁴⁴⁷

A oposição médica à reforma era limitada pelas críticas de jornalistas que a enxergavam como mesquinhas, contrárias ao caridoso benefício que os estabelecimentos cariocas vinham trazendo à sua população pobre. Entretanto, naquele mesmo ano, um outro texto demandaria adoção imediata de medidas regulamentares para que fosse abolida a assistência inteiramente gratuita⁴⁴⁸. Diante disso, Teixeira (em contradição com o que colocara anteriormente) diz que

*“Esta declaração nos indica que a assistência gratuita, no sentido da prática, não se restringia aos necessitados. Observamos que os pacientes que seriam atendidos nos consultórios particulares, pagando por suas consultas, buscavam os serviços municipais, pelos quais não pagavam nada.”*⁴⁴⁹

Ora, é somente considerando estritamente a letra da lei, aceitando o pleno funcionamento dos serviços de controle da gratuidade conforme previsto constitucionalmente, que podemos afirmar que a reforma estava “*inibindo a gratuidade aos que tivessem algum recurso*”⁴⁵⁰ Estamos em divergência, portanto, com a colocação de André Faria Pereira Neto. O autor, que analisa a posição da categoria médica frente à expansão hospitalar da prefeitura, ao se perguntar se a constituição desta rede de serviços de assistência à saúde ampliava ou restringia o mercado de trabalho médico, conclui que “*o médico profissional liberal continuava protegido*”. Mais do que

⁴⁴⁵ SINDICATO MÉDICO BRASILEIRO. “Campanha sindicalista – Ambulatórios e serviços clínicos a indigentes – uma reunião importante no Sindicato Médico.” IN *Boletim do SMB*, ano V, n. 56, agosto 1933, p. 613

⁴⁴⁶ SINDICATO MÉDICO BRASILEIRO, *Boletim*, Ano V, n.º.60, p.703. Apud. Teixeira, p. 64

⁴⁴⁷ SINDICATO MÉDICO BRASILEIRO, *Boletim*, Ano VII, n.º.74, pp.1156. Apud. Teixeira, p. 75

⁴⁴⁸ SINDICATO MÉDICO BRASILEIRO, *Boletim*, Ano VII, n.º.81, p.1367. Apud. Teixeira, p. 75

⁴⁴⁹ p. 75

⁴⁵⁰ Idem. p. 55

isso, “*mantendo-se a gratuidade restrita aos necessitados, garantia-se, por outro lado, que os pacientes com algum poder aquisitivo tivessem que optar*” entre estabelecimentos não gratuitos, o que faria com que os médicos entrassem em contato com um tipo de clientela a que dificilmente teriam acesso “*se este sistema de assistência médica não tivesse sido implementado*”⁴⁵¹. O autor acaba ignorando assim a crise que não é só da clínica liberal, mas da própria subsistência do médico (chegou-se a se preocupar inclusive com um número alto de suicídios de médicos⁴⁵²), presente naqueles anos e bastante comentada⁴⁵³.

Retomando a argumentação, é importante notar que as estatísticas do registro de necessitados apresentadas na prefeitura são visivelmente falhas e descontínuas, com unidades funcionando sem o pessoal de registro e sindicância. É importante trazer aqui, também, que o mesmo decreto que instituiu a burocracia para o acesso à gratuidade previa, em seu artigo 65, que o diretor do hospital ou dispensário, convencido do estado de pobreza do paciente, poderia lhe perdoar a dívida. Isso abre margem para decisões de centro subjetivo. E isso deve ser considerado também à luz, reconhecida pelos historiadores, do caráter eleitoreiro das localizações dos hospitais⁴⁵⁴ e da escolha por nomeação do pessoal que trabalhava ali, o que incluía os influentes diretores. Isto aponta, ainda que de forma não cabal, para a possibilidade de instrumentalizações partidárias e pessoais dos serviços e também para o fato de que a gratuidade era muito mais ampla, e em certa medida idealizada, do que os decretos estabelecem. Nesse sentido, tem peso forte dois depoimentos de médicos da época, colhidos por Lemme⁴⁵⁵: um deles é categórico em afirmar que não era solicitado aos usuários o atestado de pobreza, o outro não se recorda de nenhum paciente obrigado a apresentá-lo⁴⁵⁶.

-O socorro aos acidentados do trabalho

Os acidentes de trabalho tem uma disposição legal especial no decreto da reforma. A lei de acidentes foi promulgada em 1919, e foi a primeira “lei social” do país. A responsabilização

⁴⁵¹ Pereira Neto, op. cit., p. 47

⁴⁵² “Correio da Manhã”, 08/06/1933, p.2. Apud Teixeira. p. 85

⁴⁵³ Este assunto é bastante trabalhado por Vieira, op. cit. Na *Imprensa Médica*, por exemplo, temos “Para o clínico que pretende viver exclusivamente de sua profissão, a atividade desta é quase impossível. Entretanto, todos os dias abrem-se postos de emergência, ambulatórios, clínicas especializadas e quejandas, que visam apenas roubar o cliente do médico que o espera como o pão nosso de cada dia”. (IM, Ano IX, n.º.148, pp. 427). Apud. Teixeira, p. 62

⁴⁵⁴ Isto não deve ser tomado de forma absoluta. A presença de um Dispensário em Paquetá parece ser uma evidência nesse sentido, conforme relata a enfermeira Helena Pereira, funcionária da prefeitura, lembrando que na Ilha havia poucos habitantes, de baixa condição social e analfabetos, impossibilitados de exercer o direito do voto. Ver **Lemme, Antonio César**. *Saúde, Educação e Cidadania na década de 1930*. “O município do bem-estar social” Dissertação de Mestrado Instituto de Medicina Social/Uerj. 1992. Entrevista ao autor.

⁴⁵⁵ op. cit.

⁴⁵⁶ p. 138 e 140

patronal pelo acidente foi produto de uma luta prolongada do operariado, já que correntemente os patrões se desobrigavam dos acidentados, entregues ao socorro policial que os encaminhava especialmente à Santa Casa. Os trabalhadores “inutilizados” também viam-se muito constantemente sujeitos à demissão. Apesar da resistência burguesa e da instituição de várias medidas abonadoras, a responsabilidade do patrão com o socorro do acidentado foi estabelecida legalmente. Isto é levado em consideração pela legislação municipal sobre o socorro aos acidentados quando aponta que o patrão deve notificar em tempo ao hospital municipal caso tenha preferência por outro atendimento. Se essa notificação não chegasse a tempo, então o patrão estaria em débito com o hospital pelos socorros prestados. Nos casos de acidentes de trabalho, então, *“a ação do profissional é tanto quanto possível condicionada pelo conhecimento dado ao responsável, salvo perigo imediato de vida”*, sendo o pagamento sempre responsabilidade dos patrões, que *“subsiste desde que tenha sido atendido o chamado ainda que no local sejam dispensados os serviços.”*⁴⁵⁷

Já apontamos que as determinações de decretos da prefeitura não podem significar para o pesquisador sua efetivação histórica. É importante, então, questionarmo-nos se o atendimento dos acidentados era realmente pago pelos patrões, ou mesmo se estes eram cobrados. Deve entrar neste questionamento também o fato de que a legislação de acidentes pode ser considerada ineficaz até 1935, com um baixo número de processos. A iniciativa cabia aos operários que eram desinformados. Mesmo quando julgados, às vezes não recebiam a indenização pois compreendia-se seu dolo no acidente⁴⁵⁸.

Independentemente, uma consequência deste quadro é um alívio nas tensões intra fábrica, no bojo da luta em torno dos acidentes e dos acidentados do trabalho. Sabemos que a luta dos trabalhadores pela assistência aos acidentados levou ao estabelecimento de unidades médicas em algumas fábricas e a revisão de algumas circunstâncias perigosas. Contudo, menor ônus ao patronato era o apoio pecuniário, o que se estabeleceu principalmente através das Companhias de Seguro. O oferecimento de serviços estatais retira dos ombros do patronato cobranças de assistência médica que lhes eram dirigidas, e não ao Estado. Não decorre dessa consideração a opinião de que a reforma é articulada com interesses pacificadores da burguesia, e já sublinhei como esta se opunha ao aumento de gastos públicos. No entanto, não podemos deixar de sublinhar esse sentido em um momento onde o Estado se legitimava discursivamente como um reparador de iniquidades sociais e amenizador das contradições na esfera do trabalho.

⁴⁵⁷ Boletim da Prefeitura do Distrito Federal, 1933.

⁴⁵⁸ **Conjunto Universitario Candido Mendes. Centro de Memoria Social Brasileira.** *A assistência medica no Rio de Janeiro: uma contribuição para sua historia no período de 1870-1945.* Rio de Janeiro; Centro de Memoria Social Brasileira; 1980. p.495. Este trabalho é um relatório de amplo projeto de pesquisa. Tivemos acesso a apenas uma parte dele.

4.3 A assistência médica como demanda dos trabalhadores

Em que momento surge a consciência de que o Estado deveria ser responsável pela saúde do trabalhador, e mais especificamente, por fornecer assistência médica? Em 1893, o Partido Operário Brasileiro colocava que a medicina (e a justiça) deveriam ser gratuitas para todas as classes, a expensas dos poderes públicos.⁴⁵⁹ Essas perspectivas, entretanto, são avançadas em relação ao conjunto daquelas apresentadas nas décadas subsequentes. É interessante que a Confederação Brasileira do Trabalho, de 1912, tenha considerado que o ideal para a proteção dos trabalhadores

*“seria um perfeito serviço de assistência por conta do Estado” E que deveriam lutar para a realização dessa assistência. Mas, também, afirmavam que num quadro de quase total ausência estatal, não seria “possível pretender do Estado a organização completa de um serviço de tal ordem” pois exigiria enormes recursos. Como alternativa, propunham a criação de uma caixa de seguros formada com recursos originados em partes iguais dos patrões, empregados e do Estado.”*⁴⁶⁰

Durante a Primeira República, existe então uma dificuldade em pleitear ao Estado o fornecimento da assistência. Podemos entender que isso tem relação íntima com a especial estreiteza e corrupção da democracia liberal daquele período, fortemente vedada aos subalternos. O quadro produziu concepções de luta que se dirigiam sobretudo ao patronato, o principal alvo de cobranças para o oferecimento de serviços médicos, especialmente para os acidentados. Mas é importante destacar um elemento: observando a bibliografia, podemos inferir que, mais do que demandar assistência médica, os trabalhadores lutavam por condições higiênicas melhores. Isto é, um aspecto preventivo, cuja uma das principais preocupações era evitar os acidentes.

Segundo os autores do Centro de Memória Social Brasileira, os operários começaram a colocar a necessidade de que a saúde fosse regulada pelo Estado através de medidas previdenciárias e trabalhistas. Entretanto, há dificuldades em afirmações generalistas: em 1916 e 1917 temos, por exemplo, os tipógrafos cobrando do governo, em especial da Diretoria de Higiene Pública, ações de higiene das fábricas. Dessa forma, como coloca Almeida, esses trabalhadores tinham um perfil muito mais claro de cobrar a solução dos poderes públicos e menos de buscar soluções de caráter mais interno, tal como pode ser visto em algumas propostas dos têxteis que pensavam em criar grupos de operários responsáveis pelas condições de higiene ou que faziam as cobranças exclusivamente aos empresários.⁴⁶¹ E é importante perceber essas questões dentro da dubiedade das

⁴⁵⁹ “Centro Universitário...”, op. cit. p.304-8

⁴⁶⁰ Idem. p. 322

⁴⁶¹ Almeida, Anna Beatriz de Sá. “As parcelas (in)visíveis da saúde do anônimo trabalhador: falas operárias sobre trabalho, saúde e doença (1890-1920)”. *Trabalho, Educação, Saúde*, v.4. n.1, p. 9-18, 2006

lutas operárias da época: seus ativistas mais combativos eram sindicalistas revolucionários/anarquistas que, se defendiam a ação direta contra o Estado, tinham que lidar com a impossibilidade de reivindicar certas coisas sem demandar intervenção estatal.

Ainda que os trabalhadores organizados não tenham formulado de forma expressiva suas demandas por construções de infra-estrutura estatal de assistência médica (ao se concentrar na luta por recursos previdenciários que os permitisse acesso a esses serviços) temos na década de 1920 o crescimento de um senso de cobrança ao Estado em torno da assistência hospitalar. A questão é notável pois é este o momento em que se fortalecem a perspectiva de um Estado interventor de políticas sociais. Um dos principais indicativos é a imprensa, que principalmente enfatiza o estado de calamidade a partir de colocações como essa: *“Morre-se no Rio, por falta de assistência hospitalar.(..) os populares atenderam uma senhora que caiu à Rua de Santana(..) nos hospitais não há vagas!”*⁴⁶² Nesse mesmo sentido, é interessante que um dos episódios mais conturbados do prefeito Adolpho Bergamini tenha sido a restrição de acesso de jornalistas ao Hospital do Pronto-Socorro⁴⁶³.

Observando visitas de Pedro Ernesto a bairros suburbanos em 1933, Teixeira sublinhou que os moradores que receberam o interventor e sua comitiva com discursos tinham como assunto recorrente a solicitação da instalação de postos de assistência⁴⁶⁴.

“Nos meses que antecederam a promulgação da Reforma, enquanto Pedro Ernesto visitava vários bairros da cidade, os moradores das localidades mais afastadas manifestavam-se quanto à necessidade de instalação de postos de assistência para a população local. Assim, consta que preocupada com esta falta, a população da Ilha do Governador recebeu Pedro Ernesto para uma visita à localidade, nos primeiros dias de janeiro de 1933 e lhe entregou um terreno na forma de doação, para que ali fosse construído um posto de assistência para os moradores daquela região. O mesmo interesse foi demonstrado pelos moradores dos subúrbios próximos a Santa Cruz, quando ainda no mesmo mês, o interventor esteve naquela região para examinar no local o projeto das obras que ali seriam executadas. O fato se repetiu na visita feita aos subúrbios próximos à Penha, quando Pedro Ernesto, então, se dispôs a atender às reivindicações de instalar um posto de Assistência para aquela região. Estas situações se repetiram em diversos locais que o interventor visitou antes da promulgação do decreto, em junho de 1933, indicando que a população formada por indivíduos de poucos recursos financeiros demandava atendimento médico e hospitalar.

*“Pedro Ernesto, hontem, visitou os subúrbios da Leopoldina. Foi recebido em Olaria pelo Sr. Eduardo de Magalhães, diretor do ‘Suburbano’ que disse estar ali para lembrar ao prefeito interventor que aquelles subúrbios ainda não tinham um posto de Assistência. O interventor prometeu atender”*⁴⁶⁵

⁴⁶² Jornal A Noite, 4/ 05/1931. Apud. Teixeira, op. cit.

⁴⁶³ “Correio da Manhã”, 22/08/1931; “A Noite”, 28/08/1931. Apud. Teixeira.

⁴⁶⁴ “A Noite”, 06/02/1933 e 22/02/1933. Apud. Teixeira

⁴⁶⁵ Teixeira, op. cit.

A execução das obras dos Hospitais da Gávea e Vila Isabel, iniciadas em janeiro de 1934, foi acompanhada pela imprensa que também pressionava a prefeitura para que os estabelecimentos fossem inaugurados de imediato, devido à superlotação de pacientes nos hospitais.

4.4 Assistência médica, Estado e cidadania

Marcos Chor, Gilberto Hochman e Nísia Lima, ao observarem a bibliografia sobre políticas estatais de saúde até o período da ditadura militar, verificaram, para o período anterior ao golpe de 1964, a caracterização de ausência de uma ação efetiva do Estado na implantação de programas de assistência médica.⁴⁶⁶ Conforme os três autores sublinham, esta ideia incluiu desconsiderar o papel das políticas municipais, cujo o exemplo levantado foi a reforma do prefeito estudado nesta dissertação. Entretanto, a experiência singular e localizada da Reforma Pedro Ernesto não deve alterar a caracterização geral do Estado brasileiro, ainda que este tenha tido maiores disposições programáticas a partir de começo dos anos 1960.

Entende-se, como primeiro marco de participação estatal sobre a assistência médica dos trabalhadores, a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs). Datada de 1923, surgiu como um projeto do deputado paulista Eloy Chaves, que a dirigiu para um dos setores mais bem organizados do movimento operário, os ferroviários. Em 1926, o sistema CAP se estenderia aos portuários e marítimos, cujos fundos só funcionariam em 1931. É notável que o projeto tenha sido redigido com a ajuda de dois empresários ligados à Companhia Paulista de Estradas de Ferro (além do jurista Prudente de Moraes Filho). E para Malloy⁴⁶⁷ há razões para se acreditar de que foram estes que se aproximaram de Eloy Chaves e o pediram que propusesse a lei, uma vez que a legislação argentina na qual o texto foi inspirado fora aparentemente trazida ao Brasil pelo engenheiro de ferrovias inglês William Sheldon, empregado da Companhia Ferroviária São Paulo Railway⁴⁶⁸. O texto da lei Eloy Chaves previa a formação de um fundo em cada companhia ferroviária, o que, para Malloy, era um princípio administrativo que dividia os trabalhadores e lhes facilitava o controle.

Foram estipulados quatro benefícios básicos: aposentadoria, pensões para dependentes e auxílio para funeral, estabilidade no emprego depois de dez anos de serviço na empresa (só poderia ser demitido por falta grave), e aquele que nos interessa mais de perto, a assistência médica. Em relação a esta, a lei é brevíssima, colocando apenas o direito a socorros médicos em casos de

⁴⁶⁶ “Assistência médica na Previdência social: questões da literatura” op. cit.

⁴⁶⁷ **Malloy, James.** *A política da previdência social no Brasil.* Rio de Janeiro: Graal. 1986

⁴⁶⁸ Idem. p. 53 e 180

doença na pessoa do assegurado ou à pessoa de sua família, “que habite sob o mesmo tecto e sob a mesma economia”, e o direito à obtenção de medicamentos por preço especial determinado pelo Conselho de Administração.⁴⁶⁹ A Caixa não seria responsável pela infra-estrutura médica, seu papel estava limitado à compra do serviço. Note-se que o Estado tinha participação pequena no processo – a ele caberia apenas supervisão e a contribuição de uma certa quantia arrecadada através de taxas de serviços ferroviários. Assim, as CAPs eram entidades públicas mas não estatais. Nas palavras de Malloy, as CAPs foram um “esforço mínimo”.

A bibliografia que trabalhou o tema destaca alguns sentidos importantes para este estudo. Um deles é o de que o projeto foi apresentado e aprovado com uma perspectiva de conciliação de classes, embalada por um paternalismo e um sentimento de *noblesse oblige*. Resumindo exemplarmente esses elementos, Chaves termina discurso de 1921 em que defendia a criação das Caixas:

“...vou relatar um fato que mostra de um lado a sinceridade de propósitos de quem vos fala e, de outro, quanto temos caminhado na nova vereda que leva à pacificação e colaboração das classes (...).

Há meses, na cidade em que tenho o meu domicílio e interesses, saía eu da visita cotidiana a uma de minhas fábricas. Era sábado e o serviço terminara às 2 horas. Estava no portão meu pequeno automóvel Ford, à minha espera para levar-me a minha fazenda, alguns quilômetros distante, onde estava passando uma temporada. Eu era meu próprio chauffeur. Ao tomar a direção do carro, aproximavam-se um moço e irmã, e confiada e alegremente perguntaram-me se poderia levá-los em meu automóvel até sua casa, situada à beira do caminho de minha fazenda.

*Respondi prontamente que sim, e, a seguir, atravessei tranquilamente a cidade como chauffeur de meus dois humildes operários.”*⁴⁷⁰

Para Gomes, esse paternalismo antecipa a ideologia da outorga largamente trabalhada pelo varguismo, para a qual o Estado se antecipa aos conflitos apagando o caráter controlador da legislação social e suas vinculações com as pressões do movimento operário⁴⁷¹. Outro significado importante é o de que as CAPS não significaram um direito de cidadania, mas se inseriam no campo contratual dos empregados e empregadores⁴⁷², cada qual contribuindo com uma parcela para a constituição do fundo.

⁴⁶⁹ **DECRETO Nº 4.682 - DE 24 DE JANEIRO DE 1923 - DOU DE 28/01/1923** Consultado em <http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1923/4682.htm>

⁴⁷⁰ **Vieira, Hermes Pio.** *Eloy Chaves: precursor da Previdência Social no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978. p. 237

⁴⁷¹ “Burguesia...” p. 95

⁴⁷² “Neste sentido, ela diferia da lei de Acidentes de Trabalho de 1919 que, consagrando o princípio de risco profissional, garantia a assistência ao trabalhador como um direito indiscutível, cujos ônus recaíam apenas sobre o patrão. Além disso, esta lei atingia todas as categorias profissionais.” *Burguesia...op.* Cit. p. 95

Empreendamos, então, uma comparação com o quadro ideológico pretendido pelo prefeito, na inauguração do Hospital Jesus, ocasião que reuniu uma multidão:

“Ao se inaugurar um hospital, em qualquer outro período da vida republicana brasileira, só caberia uma palavra de lirismo filantrópico. Hoje, eu trago para o hospital uma palavra política. E essa é a mudança dos tempos, que, queiram ou não queiram, se fez nesses anos tumultuosos que viveu o Brasil desde de 1930. Este hospital não é uma dádiva de caridade do governo para com os enfermos do Distrito Federal, este hospital é uma dívida que se reconhece e se paga. Este hospital é a afirmação do direito do povo carioca de ter mais alguma coisa do que uma mistificadora igualdade perante a lei. É o começo do cumprimento do dever do Estado de lhe dar condições de saúde, condições de existência, condições de educação, para que todos tenham realmente condições idênticas de luta pela vida. Por isso, afirmo que a inauguração deste hospital não era a inauguração de um melhoramento esporádico e benevolente para a cidade, mas a primeira concretização de um longo e extenso programa de reparação e de justiça para com o homem carioca, cujos sofrimentos e desigualdades sociais se impuseram, finalmente, ao governo, graças ao movimento revolucionário de 1930.”⁴⁷³

Por razões anteriormente colocadas - como aquela que demonstraria um engajamento do Estado na formação de uma sociedade produtivista ou ainda a necessidade de um Estado interventor que superasse o liberalismo afim de melhor gerenciar os conflitos sociais – existe, então, como coloca Vieira, uma ruptura com o quadro anterior consubstanciada na efetiva criação dos numerosos estabelecimentos médicos que não poderia ser movida pelo signo da caridade dos governantes.

Quando Pedro Ernesto diz que o hospital é um dívida que reconhece e que se paga, ele alude a uma esfera de direitos que estaria finalmente se efetivando, o que teria como pano de fundo uma tensão entre Estado e sociedade e entre ricos e pobres, questão manifestada pelo prefeito em outras ocasiões. Aqui parecemos nos afastar do paternalismo de patrões e políticos provedores. Entretanto, a ideia de uma ruptura no sentido da política governamental de saúde deve ser melhor qualificada. Como vimos, o “médico bondoso” agente de benesses era uma leitura muito difundida socialmente e alimentada pela propaganda partidária. E daí também não se exclui necessariamente uma noção conflitiva, como pode ser visto em documentos produzidos por trabalhadores (capítulo 1). O ponto importante é que esta noção conflitiva não inclui os subalternos como sujeitos, ou seja, a sua luta como construtora das transformações estatais que se processavam naquele momento, as quais Pedro Ernesto desloca como triunfos da revolução de 1930. Esta, que foi um rearranjo do poder oligárquico (ainda que o movimento tenha contado com outros estratos sociais, cujo um dos exemplos é o próprio Pedro Ernesto), é posta pelo prefeito como o ponto culminante de uma

⁴⁷³PEB. Fot. 894-5

“inquietação brasileira”, “expressão de uma profunda crise econômica de desigualdades e injustiça social”, que estaria tendo como um de seus rumos “uma sede desesperada de justiça, o reconhecimento vitorioso da igualdade de todos os brasileiros e uma expectativa angustiosa de serviços públicos que ao Estado cabia prover para o bem-estar da coletividade”⁴⁷⁴ Ou seja, mesmo não significando a assistência médica como benevolência, mas como responsabilidade reconhecida pelo poder público, Pedro Ernesto oblitera o sentido de conquista pela participação política por parte dos subalternos, e enaltece Vargas como aquele provedor desses sentidos positivos do Estado.

Esta questão é mais sensível no seguinte caso de discussão entre o Conselho Consultivo da prefeitura e Liga do Comércio carioca: esta enviou telegrama ao Conselho protestando contra a criação do “selo hospitalar”, imposto sobre restaurantes, pensões e outros estabelecimentos que ajudaria a sustentar a expansão hospitalar. Sustentava que: “*Solução problemas financeiros país está corte despesas e não instituição novos impostos*”. O presidente do Conselho reage com outro telegrama, com tom forte:

“reputo resistência passiva lamentável contra princípios morais legitima solidariedade social Impugnação desatinada selo hospitalar benefício povo ato pagamento débitos e consumação sem premir comercio industria justo momento retrocesso previsto conjuntura econômica dá medida suscetibilidade egoísta sem elegância nem patriotismo.

Imprensa diária censura com razão espetáculo degradante lazaro morrendo sarjeta culpa dizem poderes públicos (...)

Diferença entre nós fundamenta abismo intransponível: o senhor defende como general bolsa dos ricos até quando não ameaçada; eu sou apenas soldado do pobre do doente do desgraçado sem remédio sem dieta sem curativo sem leito hospitalar haja o que houver

*Negar a humildes desgraçados vencidos doença coparticipação suave selo hospitalar é ato profundamente perverso desumano bárbaro (...)*⁴⁷⁵

A réplica do presidente da Liga do Comércio acusa o telegrama de grosseiro e agressor gratuito. A questão aparece em jornais e, com conotação mais pessoal, o presidente do Conselho lê um texto de “*A Informação*” que apresenta o presidente da Liga como alguém não caridoso. O “selo hospitalar”, projeto do conselheiro Julio de Novaes, não vingou. O presidente da Associação do Comércio do Rio de Janeiro, Raul de Araújo Maia, se envolve no tema através do Jornal do Comércio, explicando que os patrões não teriam descaso com os pobres, mas a oposição ao “selo” seria porque este era de difícil arrecadação. Maia então se coloca a favor da alternativa que a prefeitura estava desenhando: um adicional de 5% sobre todos os impostos, excluindo o predial e adicionais já existentes. Entretanto, essa iniciativa conciliatória de Maia, em meio à troca de farpas,

⁴⁷⁴ Idem

⁴⁷⁵ Anais do Conselho Consultivo da Prefeitura do Distrito Federal, 1934.

oculta a militância burguesa contra os impostos, que é uma postura básica desse grupo. Mas o ponto que procuro reforçar aqui é que essa constante tensão entre os ricos e os pobres presente nos discursos procurou resolver-se pelo que seria um reconhecimento de direitos por parte do Estado, o que não deixou de ser apresentado em termos de caridade (relativizamos, assim, a ruptura de sentidos apontada por Vieira). Ocultava-se, então, a pressão política dos subalternos na conquista dos direitos e reforçava-se a perspectiva (hoje, historiográfica) que enclausura o protagonismo da política (e da política de saúde) no governante.

Por último, ressalto que os sentidos que o prefeito procurou fornecer na ocasião de inauguração do Hospital Jesus não encontraram continuidade nem no seu governo, nem no âmbito federal. Observando a estrutura previdenciária impulsionada na primeira metade de 1930, nota-se como a assistência médica ocupou papel diminuto na estrutura de serviços engendrados pelo Estado. O decreto de criação do Instituto dos Marítimos, de 1933, destinava um máximo de 8% de sua receita aos custos de assistência dos seus assegurados. No Instituto dos Bancários, esse limite era de 12%. Outros institutos exigiam contribuição suplementar e estavam desobrigados a fornecer infra-estrutura hospitalar própria. Deste quadro conclui-se

“a ausência de qualquer projeto de constituição de uma rede estatal de serviços médico-hospitalares. Em outros termos, o Estado não tratava de assumir o controle direto ou indireto desse setor de produção de serviços e nem mesmo de ampliar as possibilidades de consumo de assistência médica para além das necessidades mínimas de preservação do trabalhador.”⁴⁷⁶

Dos 9 milhões de beneficiários que a Previdência tinha em 1945, apenas 100 mil recebiam efetivamente assistência médica⁴⁷⁷. Neste mesmo ano, em todo o país, a Previdência tinha apenas quatro hospitais⁴⁷⁸. E em um estado corporativista, entende-se apenas os trabalhadores inscritos junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio como alvos desses direitos. Compreende-se, então, que a assistência médica não figurava no rol de direitos básicos da população e responsabilidade estatal. Se não pelo número pequeno em que era oferecido, mas principalmente pela sua desobrigação explícita nos decretos.

⁴⁷⁶ **Donnangelo, Maria.** *Medicina e sociedade.* São Paulo. Pioneira, 1975 p. 27-8

⁴⁷⁷ *Idem.* p. 30

⁴⁷⁸ Fonseca. *op. cit.* p. 44

Conclusão

Este trabalho explorou a “política social” de Pedro Ernesto a partir de hipóteses que pretenderam explicar tanto a gênese da reforma na assistência médica quanto o significado político por esta assumido na sociedade carioca dos anos 1930. Essas ideias norteadoras já estavam presentes em trabalhos anteriores sobre a prefeitura e alhures mas aqui procurei enquadrá-las em formulações mais precisas e articuladas em um quadro explicativo mais conclusivo, o que fiz pontuando as aproximações e diferenças com a historiografia especializada. Assim, se a Reforma Pedro Ernesto foi o ponto de partida e objeto principal da dissertação, esta não se deteve em descrições deste tema específico mas fez o esforço de contextualização social a partir dos fundamentos do materialismo histórico e dialético.

Para o estudioso da relação do prefeito com a população carioca, independentemente de sua posição, é mister a inserção no debate teórico e conceitual sobre populismo. Realizei-o dentro de uma situação historiográfica atual, qual seja, uma ofensiva do que foi chamado aqui de revisionismo. Engajado no estabelecimento de um “novo” senso comum para a Era Vargas (1930-1964), esta tendência incorre em uma posituação de um arranjo de poder desigual subentendendo uma estreita ideia de democracia e cidadania. Não apenas uma ordem é naturalizada (quando não elogiada), como governantes também são valorizados numa operação literária que pretende encerrar os significados históricos e políticos. Nesta leitura, se temos uma efetiva melhora em condições de vida da população e uma expressa satisfação desta em relação a um certo governo ou governante, parece que chegamos ao limite positivo da política (e do político). Segundo esses parâmetros, Pedro Ernesto seria um dos maiores campeões não só da política carioca, como, arrisco dizer, da história do Brasil. Em contraponto, este texto procurou trazer que seu governo deve ser dialeticamente compreendido dentro de marcos conservadores. Isto foi realizado não através de revelações empíricas que contrabalanceariam o lado progressista ou demonstrassem que por trás deste jaziam intentos maquiavélicos. Muito embora estes pontos tenham sido relevantes, o centro da argumentação foi a compreensão do objeto em seu contexto fundamental: o efetivo esquema global de acomodação das forças dominantes estabelecidas, que naquela época caminharam tanto no sentido de concessões materiais aos subalternos quanto em um sufocamento político agressivo. Essa postura teórica e metodológica é a que nos permite melhor abordar a realidade em sua complexidade, articulando os dados históricos sem imediatismos factuais. Dessa mesma forma, abordamos o sentido ideológico com que a saúde foi pensada nas primeiras décadas do século XX: a colocada necessidade de um homem e de uma nação saudáveis não se restringe a um bom senso

benéfico. Antes, são expressões de uma antropologia peculiar, capitalista, compreendidas assim dentro do processo histórico de avanço das relações sociais modernas no país.

Na parte empírica, a pesquisa contribuiu trazendo fontes produzidas pela classe trabalhadora carioca presentes no Fundo Polícias Políticas (APERJ) e em periódicos políticos (localizados no AMORJ). Através destes podemos observar perspectivas combativas e outras que, favoráveis ao médico pernambucano, nos trouxeram maior compreensão das lutas sociais em que a cidade estava mergulhada. Ponto importante na análise dessas fontes foi a maior independência que permitiu em relação ao Arquivo Pedro Ernesto Batista, eixo inescapável sobre o qual giram as pesquisas sobre o governo do prefeito.

O leque de assuntos abordados, seja por tangentes, seja mais detidamente, foi extenso. Procurando uma síntese tanto em relação ao caráter do governo de Pedro Ernesto quanto para a explicação de sua Reforma, este trabalho, a exemplo de outros, secundariza verticalizações do estudo que seriam importantes. Como consequência, ele contém muitas insuficiências. Uma delas é sobre a relação do prefeito com grupos da classe trabalhadora organizada. Se a centralidade do assunto é óbvia, ele facilmente pode se repetir determinado por recorrentes fontes e focos. Documentos diversos e uma perspectiva “dos de baixo”, então, trariam luzes importantes sobre a União Humanitária Trabalhista, a organização dos empregados municipais (contemplada com leis trabalhistas avançadas), O Partido Comunista, a participação de “representantes do proletariado” no Conselho Consultivo da Prefeitura, etc.. Acredito, também, que uma análise dos sindicatos que apoiaram Pedro Ernesto em meio ao processo de construção do corporativismo de Vargas propiciaria uma melhor compreensão da história política do Rio de Janeiro. Pelo outro lado do espectro político, falta-nos mais ainda um conhecimento sobre os interesses da burguesia junto à municipalidade e sua capacidade de influência nas decisões, e dos jornais cariocas enquanto aparelhos privados de hegemonia e suas vinculações classistas.

Termino a dissertação com um poema, extraído do arquivo pessoal de Pedro Ernesto do CPDOC, que parece reunir os principais sentidos e temas que trabalhei aqui. Não podemos saber quem era o autor ou que motivações guardava, mas gosto de imaginar que, em meio a todos aqueles poemas bajuladores, ele ostenta uma ironia perspicaz:

*“Consultando o ideal da “tenentada”
que, há muito tempo, a carabina azeita
Vejo, agora que a “esquerda” está direita
E que a “direita” é que ficou errada”*

*Quem quer subir...primeiramente aceita,
A menos que se faça “gauchada”...*

*Senão o “bicho” sae na disparada
O estribo nega e a sella não aceita*

*Eis porque, carcomido e ultra-modesto,
Alistei-me na grey de Pedro Ernesto
O esculápio que dá emprego a gente
A ver se, na fervura da minórdia,
Elle me arranja, por misericórdia
Um galarzinho “ad hoc” de tenente”⁴⁷⁹*

⁴⁷⁹ “Bandeando-me (ao João Neves, meu grande amigo). Nome do autor ilegível. Sem data. Fot.113 PEB.

FONTES

-Jornais

ABC (1934)

O Autonomista (1934).

A Classe Operária (1932)

O Correio da Manhã

O Globo (1934)

Jornal do Brasil

Jornal do Povo (1934)

A Terceira República (1935)

-Documentos estatais

Revista Trabalho e Seguridade Social (1943)

Boletim da Prefeitura do Distrito Federal (1931-1936)

Abreu, Rodolfo. “Considerações sobre a Reforma Pedro Ernesto.” Rio de Janeiro – Trabalho Organizado pela Seção de Estatística da Sub-Diretoria de Estatística e Arquivo. Prefeitura do Distrito Federal. (1935).

-Livros

Fontenelle, J. P. *Compendio de Higiene Elementar*. Rio de Janeiro. 1925

Lobato, Monteiro. “Urupês” *IN: Urupês*. São Paulo. Brasiliense, 1994. p. 167-8

_____ *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. São Paulo, Brasiliense, 1972.

-Outros

Anais do Conselho Consultivo da Prefeitura, 1934 (Biblioteca Nacional)

Arquivo Anísio Teixeira (CPDOC)

Arquivo Augusto Amaral Peixoto (CPDOC)

Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC.

Arquivo Lindolfo Collor (CPDOC)

Arquivo Napoleão de Alencastro Guimarães (CPDOC)

Arquivo Pedro Ernesto Baptista (CPDOC)

Baptista, Odilon. *Memória da Assistência Médica da Previdência Social no Brasil: Odilon Baptista*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2004

Fonseca, Aloysio de Salles. *Memória da Assistência Médica da Previdência Social no Brasil:* Aloysio de Salles Fonseca . Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2004

Boletim (1935-1936) e Relatório anual (1933-1936) da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1935-1936)

Fundo Polícias Políticas (1905-1983) (APERJ)

BIBLIOGRAFIA

Antonacci, M. Antonieta. *A Vitória da Razão (?) O Idort e a Sociedade Paulista.* São Paulo. Editora Marco Zero, 1993

Aggio, Alberto. “A emergência das massas na política latino-americana e a teoria do populismo.” IN: **Aggio, Alberto & Lahuerta, Milton.** *Pensar o Século XX.* Editora Unesp. São Paulo, 2003.

Almeida, Anna Beatriz de Sá. “As parcelas (in)visíveis da saúde do anônimo trabalhador: falas operárias sobre trabalho, saúde e doença (1890-1920)”. *Trabalho, Educação, Saúde*, v.4. n.1, p. 9-18, 2006

Bianchi, Álvaro. *O Laboratório de Gramsci.* São Paulo. Alameda, 2008.

Brandi, Paulo. “Ernesto, Pedro.” IN: **Abreu, Alzira (org.)** *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30.* FGV, Rio de Janeiro.

Camargo, Aspásia et al. *A arte da política.* Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1986

Campos, André Luiz Vieira de. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: O Serviço Especial de Saúde Pública (1942-1960)-* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006

_____. “Raça ou Doença? O Problema Vital do Brasil” IN: *Ipotesi: revista de Estudos Literários*, Juiz de Fora, vol. 1, nº 2 - p. 45 a 52

Campos, Gastão Wagner de Sousa. *A Saúde Pública e a Defesa da Vida.* São Paulo, Editora Hucitec 2006.

Cardoso, Ciro. *As três modalidades básicas de epistemologia da História.* Não publicado

Carvalho, José Murilo. “As metamorfoses do Coronel” IN: *Jornal do Brasil*, 06/05/2001

Conjunto Universitario Candido Mendes. Centro de Memoria Social Brasileira. *A assistência medica no Rio de Janeiro: uma contribuição para sua historia no período de 1870-1945.* Rio de Janeiro; Centro de Memoria Social Brasileira; 1980.

Chalhoub, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim.* Ed. Unicamp. Campinas, 2001

Conniff, Michael L. *Política Urbana no Brasil. A Ascensão do Populismo. 1925-1945.* Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2006.

Costa, Branno Hocherman & Freitas Josué Medeiros de. “Greves e polícia política nas décadas de 1920 e 1930” IN: **Mattos, Marcelo Badaró.** *Trabalhadores em Greve, polícia em guarda. Greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca.* Rio de Janeiro. Bom Texto, Faperj, 2004.

Costa, Nilson do Rosário. *Lutas Urbanas e Controle Sanitário.* Petrópolis. Vozes, 1985

Donnangelo, Maria. *Medicina e sociedade.* São Paulo. Pioneira, 1975

Escobar, Antônio Jack. *Política e Poder. Reflexões sobre os anos 20.* Diadorim. Rio de Janeiro, 1996.

Fausto, Ruy. “Sobre o Estado” IN: *Marx: Lógica e política Tomo II.* São Paulo. Brasiliense, 1987

Fernandes, Florestan. *A Integração do negro na sociedade de classes.* São Paulo, Editora Ática, 1978.

Fernandes, Nelson da Nóbrega. *Escolas de Samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados. Rio de Janeiro, 1928, 1949.* Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

Ferreira, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira” IN: *O Populismo e sua História: debate e crítica.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

_____. “Quando os trabalhadores querem: política e cidadania no Brasil” IN: *Trabalhadores do Brasil – o imaginário popular.* Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997.

_____. “Apresentação” IN: *Revista Tempo.* Vol. 14. Número 28. Niterói: EdUFF, 2010

Fonseca, Cristina M. Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

Fortes, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: A construção de um corporativismo latino-americano. IN: *Locus* (Juiz de Fora), v. 13, p. 61-86, 2007

Foucault, Michel. “O nascimento da medicina social” & “O Nascimento do Hospital” IN: *Microfísica do Poder.* Graal. Rio de Janeiro. 1985

Guedes, Marco. *Trabalho, cidade e cultura: associações recreativas de trabalhadores cariocas: 1900-1920.* Monografia. UFF, 2009.

Gomes, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo.* Rio de Janeiro. FGV 2005

_____. “A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro” IN: **Oliveira, Lucia Lippi. Veloso, Monica Pimenta. & Gomes, Angela de Castro.** *Estado Novo: ideologia e poder.* Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1982.

_____. *Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937.* Rio de Janeiro: Campus, 1979

Gramsci, Antonio. *Cadernos do cárcere. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política.* Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2000.

Hochman, Gilberto. “Regulando os efeitos da interdependência: Sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930)”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.6, n.11, p.40-61, 1993.

_____. *A Era do Saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil.* Rio de Janeiro: Hucitec, Anpocs, 1998.

Hochman, Gilberto. Maio, Marcos Chor & Lima, Nísia. “Assistência médica na Previdência social: questões da literatura”. IN: *Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz.* v.1, n.1 Rio de Janeiro, 1989.

Lacaz, Francisco Antonio de Castro. “Conhecimentos, práticas em Trabalho-Saúde e as abordagens da medicina social e da medicina do trabalho no Brasil: final do século XIX até os anos 1950-60” IN: *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2007, vol.10, n.1

Laclau, Ernesto. *On Populist Reason.* Nova Iorque/Londres. Verso Books, 2005.

Leal, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil.* Rio de Janeiro. Nova Fronteira: 1997.

Lemme, Antonio César. *Saúde, Educação e Cidadania na década de 1930. “O município do bem-estar social”* Dissertação de Mestrado Instituto de Medicina Social/Uerj. 1992.

Lima, Nísia Trindade; Hochman, Gilberto. “Condenado pela raça, absolvido pela Medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República” in **Maio, Marcos Chor; Santos, Ricardo Ventura.** *Raça, ciência e sociedade.* Rio de Janeiro, Ed. FIOCRUZ/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

Lima, Nísia. *Um sertão chamado Brasil.* Editora Revan, 1999

Lustosa, Isabel. *As trapaças da sorte – pequeno relato das circunstâncias que resultaram na prisão do prefeito Pedro Ernesto à luz das experiências de Maquiavel e Tocqueville.* FCRB, Rio de Janeiro, 1994.

Malloy, James M. *A política da previdência social no Brasil.* Rio de Janeiro: Graal. 1986

Marshall, T. H. *Cidadania, classe social e status.* Zahar

Marx, Karl. *O Capital.* Livro Primeiro. São Paulo. Nova Cultural, 1985

Marx, Karl & Engels, Friederich. *A Ideologia Alemã.* São Paulo, Martins Fontes, 2007

Mattos, Marcelo Badaró. “E. P. Thompson no Brasil.” IN *Outubro.* Numero 14. São Paulo. Alameda, 2006

_____. “Os historiadores e os operários: um balanço” IN *Greves e repressão*

policial ao sindicalismo carioca. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003

_____. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo. Expressão Popular, 2009

_____. *Domesticação e estigmatização de dois marxistas: Thompson e Gramsci no debate historiográfico brasileiro recente sobre populismo* (não publicado)

Mattos, Rômulo Costa. *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discursos sobre favelas na Primeira República*. Tese de doutorado. Niterói, 2009.

Melo, Demian. “A miséria da historiografia” IN *Outubro*. Número 14. Editora Alameda. São Paulo: 2006.

Mendonça, Sônia. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. Editora Hucitec. São Paulo, 1997

_____. *Estado e educação rural no Brasil: alguns escritos*. Rio de Janeiro Vício de leitura/FAPERJ.

Motta, Júlia Maria. *Fragments da história e da memória da psicologia no mundo do trabalho no Brasil: relações entre a industrialização e a psicologia*. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 2004.

Mourelle, Thiago. *O Trabalhismo de Pedro Ernesto. Limites e possibilidades no Rio de Janeiro na década de 1930*. Florianópolis. Juruá Editora, 2010.

Paranhos, Adalberto. *O Roubo da fala. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo. Boitempo, 1999

Pereira Neto, André Faria. “O modelo de assistência médica de Pedro Ernesto: algumas considerações”. IN: *Revista de História Regional*, v.2, 1997

Possas, Cristina. *Saúde e Trabalho. A crise da previdência social*. Rio de Janeiro. Graal, 1981.

Poulantzas, Nicos. *O Estado, O Poder e Socialismo*. São Paulo. Paz e Terra, 2000.

Reis, Daniel Aarão. “Estado e Trabalhadores: o populismo em questão”. IN: *Locus. Revista de História*.v.13, n.12. Juiz de Fora, 2007.

_____. “O colapso do colapso do populismo”. IN: FERREIRA, Jorge (org.) *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

Sanglard, Gisele. *Entre os salões e o laboratório. Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940*. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2008

Santos, Luiz Antônio de Castro. “O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade”. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985.

Santos, Ricardo Augusto. *Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação. Uma leitura do Eugenisimo em Renato Kehl (1917-1937)*.

Tese de Doutorado. UFF. 2008.

_____. “Lobato, os Jecas e a questão racial no pensamento social brasileiro” IN *Achegas*. Número 7, Maio 2003. www.achegas.net/numero/sete/ricardo_santos.htm.

Sarmento, Carlos Eduardo. *O Rio de Janeiro de Pedro Ernesto*. FGV. Rio de Janeiro, 2001

Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo. Companhia das Letras, 2003.

_____. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo. CosacNaify, 2010.

Silva, Alexandre Elias da. *Política e Populismo no Rio de Janeiro (1931-1936)*. Dissertação de Mestrado. UFF, 2004

Souza, Célia Aparecida de. *A influência do IDORT na reconfiguração do bloco de poder durante o Estado varguista entre 1931 e 1937*. Mestrado em História. São Paulo. PUC, 2006.

Tenca, Álvaro. *Razão e vontade política. O IDORT e a grande indústria nos anos 30*. Dissertação de mestrado. Unicamp, 1987.

Teixeira, Cláudia Ribeiro. *A Reforma Pedro Ernesto (1933). Perdas e ganhos para os médicos do Distrito Federal*. Dissertação de Mestrado Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz) Rio de Janeiro, 2004

Thompson, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas. Editora Unicamp, 2001

_____. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros*. Edição de Capitão Swing e os Luddistas Sensuais.

Vianna, Luís Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978

Vieira, Hermes Pio. *Eloy Chaves: precursor da Previdência Social no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978.

Vieira, Paulo Ernani Gadelha. *Assistência Médica no Rio de Janeiro (1920-1937). Reformas Institucionais e Transformações da Prática Médica*. IMS-UERJ, 1982.

Weffort, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1980.

Wood, Ellen. *Democracia contra Capitalismo. A renovação do materialismo histórico*. São Paulo. Boitempo, 2003.

Zizek, Slavoj. *Em Defesa das Causas Perdidas*. Boitempo. São Paulo, 2011.